AMESP FLS.: 0001 Assinatura

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 12/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Nº 02/2026

CONSÓRCIO AMESP

CONSÓRCIO AMESP
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

AMESP
fls.: 0002
Assinatura

SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre/MG, aos 08 de julho de 2026.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade do **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ,** solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo de credenciamento visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2026.07.08 12:43:21 -03'00'

Moacir Franco
Diretor Executivo da AMESP

Ao
Ilmo. Sr.
Wagner do Couto
Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

AMESP
Fls. 0003
Assinatura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

1. DO OBJETO

Trata-se do **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, para suprir as demandas dos municípios que compõem o consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí.

2. INTRODUÇÃO

Este estudo constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, nos termos do inciso XX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, caracterizando o interesse público envolvido e a melhor solução para atendimento das demandas dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, servindo de fundamento para a elaboração do Termo de Referência e demais documentos técnicos necessários ao prosseguimento do processo licitatório, caso demonstrada a viabilidade da contratação.

Destina-se o presente Estudo Técnico Preliminar a demonstrar a viabilidade técnica, operacional e econômica para a realização de procedimento licitatório visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, para suprir as demandas dos municípios que compõem o consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
Fls.: 0004
Assinatura

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. O presente chamamento público fundamenta-se na necessidade de atender à demanda energética de unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão) vinculadas aos Municípios que compõem o CONSÓRCIO AMESP, em função da inviabilidade operacional da gestão centralizada de contratos pelo Consórcio. O objetivo do presente chamamento é o Credenciamento de Empresas Qualificadas para a prestação de serviços por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede. O fornecimento enquadra-se na categoria de micro e minigeração distribuída, operando estritamente sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e na modalidade de minigeração compartilhada.

3.2. DA NECESSIDADE

3.2.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação fundamenta-se na necessidade permanente dos Municípios consorciados à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP) quanto à adoção de soluções sustentáveis e economicamente eficientes para suprimento de energia elétrica das unidades consumidoras públicas municipais, em consonância com as diretrizes constitucionais de proteção ao meio ambiente, eficiência administrativa e desenvolvimento sustentável.

3.2.2. A crescente demanda por medidas voltadas à mitigação dos impactos ambientais decorrentes das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), aliada à necessidade de redução das despesas correntes com energia elétrica, impõe à Administração Pública a adoção de mecanismos modernos e sustentáveis de gestão energética. Nesse contexto, a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, especialmente por meio da geração solar fotovoltaica compartilhada, apresenta-se como solução adequada para promover simultaneamente sustentabilidade ambiental, previsibilidade orçamentária e economicidade administrativa.

3.2.3. A presente contratação visa possibilitar o fornecimento de créditos de energia elétrica oriundos de usinas solares fotovoltaicas conectadas ao sistema de distribuição, mediante cessão onerosa do direito de uso da energia gerada, destinada ao atendimento das demandas energéticas dos Municípios consorciados à AMESP. O modelo adotado observará rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 14.300/2022, bem como as Resoluções Normativas da ANEEL 1.000/2021 e 1.059/2023, garantindo plena conformidade regulatória e segurança jurídica à contratação.

3.2.4. Os serviços pretendidos mostram-se essenciais para assegurar aos entes

AMESP
Fls.: 0005
Assinatura

consorciados acesso à geração distribuída compartilhada, mecanismo que possibilita o abatimento de créditos energéticos diretamente nas faturas das unidades consumidoras públicas, sem necessidade de investimentos próprios em infraestrutura de geração, aquisição de equipamentos ou imobilização de capital público. Tal solução permite a imediata redução dos custos operacionais relacionados ao consumo de energia elétrica, contribuindo para maior equilíbrio fiscal e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.2.5. Ademais, considerando a realidade dos Municípios integrantes da AMESP, predominantemente de pequeno e médio porte, verifica-se significativa limitação técnica, operacional e orçamentária para realização individual de procedimentos complexos relacionados ao setor elétrico e à contratação de geração distribuída compartilhada. Nesse contexto, a centralização do procedimento licitatório no âmbito do consórcio possibilita ganho de escala, ampliação do poder de negociação, padronização técnica e maior atratividade ao mercado fornecedor, garantindo condições mais vantajosas aos entes participantes.

3.2.6. A contratação conjunta também permitirá maior eficiência administrativa e operacional, evitando contratações fragmentadas, reduzindo custos processuais e assegurando maior celeridade na implementação da solução energética sustentável. O modelo adotado viabiliza ainda o acesso dos Municípios consorciados a empresas especializadas e tecnicamente qualificadas, assegurando adequada gestão dos créditos energéticos, atendimento das exigências regulatórias e continuidade do fornecimento.

3.2.7. Deste modo, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para cessão onerosa de créditos de energia elétrica oriundos de geração solar fotovoltaica compartilhada, garantindo aos Municípios consorciados da AMESP solução sustentável, economicamente vantajosa e compatível com os princípios da eficiência, economicidade, desenvolvimento sustentável e interesse público.

3.2.8. Por fim, diante da necessidade contínua de redução de despesas públicas, promoção da sustentabilidade ambiental e modernização da gestão energética municipal, conclui-se que a realização de procedimento licitatório centralizado constitui a solução mais vantajosa à Administração Pública, assegurando aos Municípios consorciados maior eficiência administrativa, segurança jurídica, economicidade e capacidade de atendimento das demandas energéticas públicas de forma sustentável e contínua.

4. REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. SÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. Economia Orçamentária Real: A contratação deve resultar em uma redução líquida e mensurável nos custos totais com energia elétrica (fatura da concessionária + desconto sobre tarifa) para cada unidade consumidora participante. A economia será de imediata,

AMESP 0006 FLS.: Assinatura

iniciando no primeiro ciclo de faturamento completo após os tramites de adesão de prazos de compensação da concessionaria de energia, logo após a assinatura do contrato entre as partes e as garantias contratuais implementadas.

4.1.2. Previsibilidade de Desconto sobre a tarifa vigente: A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto considerando a economia real de 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança, para o planejamento orçamentário, mesmo considerando a tarifa variável, haverá ¼ de economia nominal sobre a tarifa vigente no dia.

4.1.3. Sustentabilidade e Conformidade ambiental: A contratação deve garantir que 100% da energia compensada seja proveniente de fontes renováveis (fotovoltaica) de baixa emissão de GEE, contribuindo para as metas de sustentabilidade e reduzindo a pegada de carbono das administrações municipais.

4.1.4. Risco Zero de Investimento e Operação: A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.

4.2. SÃO REQUISITOS DA SOLUÇÃO TÉCNICA

Para a contratação de serviços de cessão onerosa de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), no Sistema de Geração Distribuída (SGD) e na modalidade de cessão onerosa de energia fotovoltaica estabelecer requisitos claros para garantir a eficácia e segurança.

4.2.1. Modalidade e Regulamentação: O serviço deve ser prestado estritamente na modalidade mini e microgeração compartilhada, em plena conformidade com a Lei nº 14.300/2022 e a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (e suas alterações). A Credenciada será responsável por todos os trâmites para a formalização e gestão dos créditos junto à Distribuidora/Concessionária.

4.2.2. Usina em Pronta Operação: A(s) usina(s) ofertada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) estar em condições de pronta e plena operação no momento da assinatura do contrato. Isso implica que a usina já deve possuir a CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela distribuidora/concessionária, estando apta a injetar energia na rede e gerar créditos imediatamente. Constará deste TR o item deve constar como Justificativa de contratação e estar descrito ou referenciado com remissão a este item, pois, o cumprimento e exigência deste requisito mitiga os riscos de atrasos com obras e licenciamento, garantindo o início imediato dos benefícios.

AMESP
Fls.: 0007
Assinatura

4.2.3. Compatibilidade Geográfica e Técnica: A usina geradora deve, obrigatoriamente, estar localizada na área de concessão da Distribuidora. O fornecimento destina-se exclusivamente a unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão).

4.2.4. A cessão onerosa Flexível de Créditos: A solução deve permitir que os Entes que aderirem ao Credenciamento, como ente gestor do contrato, possa solicitar à Credenciada o remanejamento dos percentuais de créditos entre as unidades consumidoras participantes, bem como a inclusão ou exclusão de UCs durante a vigência do termo de credenciamento, mediante comunicação prévia e respeitando os prazos da concessionária.

4.2.5. Monitoramento e Transparência: A Credenciada deverá disponibilizar um portal online ou plataforma digital que permita ao Contratante que aderir ao Credenciamento, ou seja, os municípios que se tornarem beneficiários acompanhar, no mínimo: a geração total da cota alocada, os créditos injetados em cada UC, o histórico de faturamento e a economia gerada:

4.3. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

4.3.1. A contratação dos serviços deverá ocorrer por meio de procedimento auxiliar de credenciamento, caracterizado como hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em conformidade com as disposições do Decreto Federal nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024.

4.3.2. O procedimento será realizado mediante chamamento público na forma eletrônica, possibilitando o credenciamento paralelo e não excludente de empresas interessadas que atendam às condições técnicas, operacionais, jurídicas e regulatórias estabelecidas no instrumento convocatório.

4.3.3. A modelagem adotada fundamenta-se na viabilidade e vantajosidade da contratação simultânea de múltiplas empresas especializadas no fornecimento de créditos de energia elétrica oriundos de geração distribuída compartilhada, observadas condições padronizadas de contratação, critérios objetivos de distribuição da demanda e as regras regulatórias aplicáveis ao setor elétrico.

4.3.4. Os serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar possuem natureza continuada e caráter essencial, considerando que sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades administrativas e o adequado funcionamento das unidades consumidoras vinculadas aos Municípios consorciados. Em razão disso, a contratação deverá possuir vigência compatível com a natureza continuada da solução, observadas as disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Para o cronograma de execução a empresa credenciada após a efetiva contratação pelo(s)

AMESP
Fls.: 0008
Assinatura

município(s) consorciados e/ou contratantes, deverá seguir o cronograma de execução proposto, garantindo a mínima interferência nas atividades cotidianas dos municípios Contratantes.

4.4.1. O contrato terá vigência de até 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

4.4.2. Para as contratações iniciais, com valores de 10MWp de potência instalada - que já deverão estar disponíveis para iniciar as compensações de energia da emissão da Ordem de Serviço - os prazos são:

4.4.2.1. 30 (trinta) dias para Levantamento e cadastramento das unidades consumidoras;
4.4.2.2. 60 (sessenta) dias para realização da compensação de energia;
4.4.2.3. 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período de cessão onerosa, após a emissão da Ordem de Serviço;
4.4.2.4. 60 (sessenta) dias para encerramento contábil e jurídico do contrato; podendo ser prorrogado nos casos e condições definidas nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção do prazo ora estabelecido garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.

Para estes itens serão necessários ocorrer as seguintes ações descritas abaixo:

4.4.3. Item 1 – Assinatura do Contrato com os consorciados

4.4.3.1. Esta etapa representa a formalização jurídica do vínculo entre o Consórcio e a empresa credenciada, com definição de todas as obrigações, prazos e condições contratuais. É o marco inicial que dá base legal para o início das demais fases do projeto, garantindo segurança jurídica para ambas as partes.

4.4.4. Item 2 – Levantamento das unidades consumidoras

4.4.4.1. Etapa de mapeamento e registro detalhado de todas as Unidades Consumidoras (UCs) que receberão créditos de energia. Esse levantamento é fundamental para definir a distribuição correta da geração, o cadastro no SCEE e garantir que os benefícios da compensação alcancem todos os municípios consorciados.

4.4.5. Item 3 – Cadastramento das unidades consumidoras

4.4.5.1. Após o levantamento, realiza-se o registro oficial das UCs junto à concessionária e na plataforma de gestão do contrato, possibilitando a acessão onerosa e o monitoramento dos créditos de energia gerados pela usina.

4.4.6. Item 4 – Fornecimento de energia

AMESP
FLS.: 0009
Assinatura

4.4.6.1. Marca o início da injeção de energia gerada pelas usinas na rede da concessionária, disponibilizando-a para compensação nas faturas das UCs cadastradas. É o início efetivo da prestação do serviço contratado.

4.4.7. Item 5 – Compensação de energia

4.4.7.1. Momento em que a energia injetada na rede é convertida em créditos e abatida nas faturas de energia elétrica das UCs beneficiadas, resultando na economia prevista no contrato.

4.4.8. Item 6 – Acompanhamento e administração dos créditos

4.4.8.1. Envolve o monitoramento contínuo da geração e do consumo, a gestão da distribuição de créditos entre as UCs, ajustes em casos de variação de consumo e emissão de relatórios de desempenho e economia.

4.5. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

4.5.1. Além da adoção de práticas que minimizem impactos ambientais negativos e assegurem a conformidade com regulamentações ambientais, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de energia por meio de microgeração e minigeração distribuída (SGD), por Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, pode incluir as seguintes medidas adicionais para proteção do meio ambiente:

4.5.1.1. Monitoramento Ambiental Contínuo: Implementação de sistemas de monitoramento ambiental contínuo para acompanhar o impacto das operações de micro e minigeração distribuída nas áreas circundantes. Isso pode incluir monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo, bem como a observação de qualquer alteração nos ecossistemas locais.

4.5.1.2. Recursos Naturais Renováveis: Priorização do uso de recursos naturais renováveis em todas as fases do projeto, desde a fabricação e instalação dos equipamentos até a operação contínua. Isso pode incluir o uso de materiais sustentáveis, como painéis solares fabricados com baixa pegada de carbono, e a implementação de práticas de construção sustentável.

4.5.1.3. Conservação da Biodiversidade: Compromisso com a conservação da biodiversidade local, incluindo a proteção de habitats naturais e espécies ameaçadas. Isso pode envolver a implementação de medidas de mitigação para minimizar o impacto das operações nas áreas de biodiversidade sensível e a promoção da recuperação de habitats degradados.

4.5.1.4. Gestão Eficiente de Resíduos: Estabelecimento de um sistema eficiente de gestão de resíduos que minimize a geração de resíduos e promova a reciclagem e reutilização sempre que possível. Isso pode incluir a implementação de práticas de redução de resíduos durante a construção e manutenção das instalações, bem como o descarte adequado de resíduos gerados durante a operação.

AMESP
Fls.: 0010
Assinatura

4.5.1.5. Engajamento da Comunidade: Promoção do engajamento da comunidade local nas operações de micro e minigeração distribuída, fornecendo informações transparentes sobre os impactos ambientais do projeto e solicitando feedback e colaboração para melhorias contínuas. Isso pode incluir a realização de consultas públicas, a criação de comitês consultivos locais e a implementação de programas de educação ambiental.

4.6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

4.6.1. A futura contratação deverá observar integralmente as disposições constantes no Termo de Referência, seus apêndices, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao objeto. A AMESP reserva-se o direito de rejeitar, total ou parcialmente, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou exigências legais pertinentes, podendo promover a rescisão contratual nas hipóteses previstas no art. 104, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.2. A eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento de obrigações contratuais pela futura contratada não implicará alteração tácita das condições pactuadas, renúncia de direitos, novação ou perdão, permanecendo íntegros e exigíveis todos os deveres assumidos, podendo a Administração exigir seu integral cumprimento a qualquer tempo.

4.6.3. A contratação não gerará qualquer vínculo empregatício, previdenciário ou de responsabilidade solidária entre a AMESP e os empregados, prepostos, representantes ou terceiros vinculados à futura contratada, cabendo exclusivamente à empresa contratada a responsabilidade por todas as obrigações decorrentes das relações de trabalho, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e trabalhistas relacionados à execução do objeto.

4.6.4. A futura contratada deverá executar diretamente os serviços contratados, sendo vedada a transferência total ou parcial do objeto, bem como a subcontratação, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração, observadas as condições previstas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

4.6.5. Caberá ainda à contratada a integral responsabilidade por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes causados à Administração ou a terceiros em decorrência de dolo, culpa, imperícia, negligência ou imprudência na execução contratual, bem como por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo salários, tributos, seguros, indenizações, benefícios trabalhistas e demais encargos legais ou convencionais incidentes sobre sua equipe técnica e operacional.

4.7. JUSTIFICATIVA PARA A VIGÊNCIA CONTRATUAL DE 60 (SESSENTA) MESES

4.7.1. A definição da vigência contratual de até 60 (sessenta) meses fundamenta-se na natureza continuada e essencial do objeto contratado, consistente na cessão onerosa de

AMESP FLS.: 0011 Assinatura

créditos de energia elétrica oriundos de geração distribuída compartilhada por fonte solar fotovoltaica, destinada ao atendimento permanente das unidades consumidoras dos Municípios consorciados à AMESP.

4.7.2. A adoção de vigência contratual ampliada se mostra necessária em razão das características econômicas e operacionais do setor de geração distribuída compartilhada, no qual os investimentos relacionados à implantação, operação, manutenção e gestão das usinas fotovoltaicas possuem natureza de longo prazo. Dessa forma, contratos com prazo reduzido poderiam comprometer a atratividade econômica do credenciamento, restringir a participação de empresas especializadas e impactar negativamente a obtenção de condições comerciais mais vantajosas para a Administração Pública.

4.7.3. Além disso, a contratação com vigência de até 60 (sessenta) meses proporciona maior previsibilidade orçamentária e estabilidade administrativa aos Municípios consorciados, permitindo planejamento financeiro mais eficiente, continuidade da política pública de eficiência energética e redução dos custos administrativos decorrentes da realização frequente de novos procedimentos de contratação.

4.7.4. A solução adotada também contribui para maior segurança operacional e regulatória, evitando descontinuidades na compensação dos créditos energéticos e reduzindo riscos relacionados à transição contratual entre fornecedores, especialmente diante da complexidade técnica e regulatória inerente ao setor elétrico.

4.7.5. Cumpre destacar que a vigência contratual pretendida encontra amparo nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço de natureza contínua, cuja necessidade administrativa se prolonga no tempo e cuja interrupção pode comprometer o adequado funcionamento das atividades públicas municipais.

4.7.6. Dessa forma, conclui-se que a fixação da vigência contratual de até 60 (sessenta) meses mostra-se técnica, operacional e economicamente adequada, compatível com a natureza do objeto contratado e necessária à garantia da eficiência, continuidade, economicidade e segurança da solução adotada pela Administração Pública.

5. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para a estimativa do valor de referência da contratação de cada ente consorciado, adotou-se o histórico financeiro dos desembolsos realizados junto às concessionárias de energia elétrica (CEMIG e ENERGISA) durante o exercício de 2025, cujos dados foram extraídos diretamente dos respectivos Portais da Transparência Municipais. O quantitativo financeiro estimado encontra-se detalhado na tabela constante deste item.

5.2. A modelagem adotada não se baseou na apuração física individualizada do consumo

AMESP
Fls.: 0012
Assinatura

em quilowatts-hora (kWh) de cada unidade consumidora, mas sim no levantamento do montante anual atualmente despendido pelas administrações municipais com faturas de energia elétrica, tomando-se como referência o encerramento do exercício de 2025. Essa metodologia fundamenta-se no princípio da eficiência administrativa, visto que a consolidação de milhares de faturas de forma analítica ensejaria manifesto prejuízo à celeridade e à viabilidade operacional da instrução processual. Dessa forma, o emprego do histórico de empenhos e liquidações contábeis confere a necessária segurança jurídica ao termo, amparando o teto financeiro em dados públicos consolidados e auditados, o que simplifica a instrução do processo licitatório sem comprometer a fidedignidade dos valores de partida.

5.3. Visando conferir realismo orçamentário ao projeto ao longo de sua vigência, a modelagem financeira considerou a tendência histórica de expansão da carga energética e do crescimento vegetativo do consumo nas repartições públicas. A análise comparativa dos balanços financeiros consolidados entre os exercícios de 2024 e 2025 demonstrou uma variação nominal de acréscimo na ordem de 22,98%. Alinhado a um critério prudencial e conservador, o Consórcio adotou o índice de 20% (vinte por cento) a título de fator multiplicativo para a projeção de crescimento do consumo para os anos subsequentes.

5.4. Adicionalmente, previu-se uma margem de segurança orçamentária de 10% (dez por cento), patamar usualmente praticado no mercado público, destinada a suportar eventuais expansões na infraestrutura do próprio consórcio, bem como o manejo de futuras adesões caronas ao Credenciamento, por parte de novos municípios aderentes. Essa margem preventiva é fundamental para assegurar que o consórcio disponha de lastro financeiro suficiente para absorver a inclusão de novas secretarias ou a modernização de prédios públicos existentes durante o período de vigência contratual.

5.5. Desta forma, os valores históricos apurados no exercício de 2025 foram majorados no percentual consolidado de 30% (trinta por cento), estabelecendo o teto financeiro global e referencial para o dimensionamento da presente licitação, conforme demonstrado na tabela abaixo.

MUNICÍPIOS	R$ Energia / ano 2024	R$ Energia / ano 2025	R$ Energia /ano Estimativa 2026	FONTE
	R$ 31.898.531,76	**R$ 39.227.870,08**	**R$ 50.996.231,11**	-
ALBERTINA	R$ 441.647,61	R$ 523.181,77	R$ 680.136,30	Portal da Transparência
ALFENAS	R$ 2.966.955,69	R$ 3.185.660,85	R$ 4.141.359,11	
ANDRADAS	R$ 1.559.804,63	R$ 1.872.310,06	R$ 2.434.003,08	
BUENO BRANDÃO	R$ 497.404,14	R$ 425.245,76	R$ 552.819,49	

CONTINUA...

AMESP
Fls: 0013
Assinatura

...CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIOS	R$ Energia / ano 2024	R$ Energia / ano 2025	R$ Energia /ano Estimativa 2026	FONTE
CACHOEIRA DE MINAS	R$ 680.376,03	R$ 813.477,78	R$ 1.057.521,11	
CAMANDUCAIA	R$1.412.501,29	R$ 1.648.931,33	R$ 2.143.610,73	
CAMBUÍ	R$ 1.389.819,75	R$ 1.506.147,96	R$ 1.957.992,35	
CAREAÇU	R$ 258.778,91	R$ 307.019,42	R$ 399.125,25	
CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 926.219,09	R$ 829.236,41	R$ 1.078.007,33	
CONGONHAL	R$ 578.237,91	R$ 841.715,81	R$ 1.094.230,55	
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 180.518,17	R$ 214.169,63	R$ 278.420,52	
ESTIVA	R$ 668.546,07	R$ 749.379,84	R$ 389.677,52	
EXTREMA	R$ 2.592.579,46	R$ 5.066.016,92	R$ 2.634.328,80	
INCONFIDENTES	R$ 470.843,33	R$ 487.237,90	R$ 633.409,27	
IPUIUNA	R$ 317.525,12	R$ 320.624,87	R$ 416.812,33	
JACUTINGA	R$ 4.504.384,03	R$ 4.675.725,62	R$ 6.078.443,31	
MONTE SIÃO	R$ 2.066.709,17	R$ 2.542.963,72	R$ 3.305.852,84	
OURO FINO	R$ 2.739.596,60	R$ 3.729.743,36	R$ 4.848.666,37	
PARAISÓPOLIS	R$ 1.200.023,86	R$ 1.151.049,54	R$ 1.496.364,40	
POÇO FUNDO	R$ 1.051.214,99	R$ 1.069.495,95	R$ 1.390.344,74	
POUSO ALEGRE	R$ 870.436,60	R$ 2.138.750,30	R$ 2.780.375,39	
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 2.607.483,15	R$ 3.129.890,01	R$ 4.068.857,01	
SÃO BENTO ABADE	R$ 247.778,01	R$ 303.869,29	R$ 395.030,08	
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 776.742,38	R$ 693.070,11	R$ 900.991,14	
SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 196.343,43	R$ 203.154,79	R$ 264.101,23	
SILVIANÓPOLIS	R$ 374.822,10	R$ 401.119,00	R$ 521.454,70	
TURVOLÂNDIA	R$ 321.240,24	R$ 398.682,08	R$ 518.286,70	

5.6. Estão compreendidas neste volume a energia dos prédios públicos (Subgrupo B3), os espaços públicos – iluminação pública – (Subgrupo B4) e a alta tensão (Grupo A). Contudo, considera-se objeto do presente credenciamento apenas as unidades consumidoras pertencentes ao Subgrupo B3 (Demais Classes). Ficam excluídos do escopo as redes de iluminação pública (B4) e as estruturas do Grupo A (Alta Tensão), sendo que estas últimas recebem energia da concessionária em tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV), possuindo maior complexidade técnica e regras diferenciadas de faturamento.

5.7. O presente estudo foi elaborado com base em cálculos de proporcionalidade e amostragem de dados orçamentários. Para tanto, realizou-se uma varredura nos Portais da Transparência dos municípios consorciados, mapeando os históricos de valores liquidados e pagos à concessionária local por meio da Fonte de Recursos vinculada à COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública), com o intuito de identificar o montante direcionado ao custeio do Subgrupo B4 (Iluminação Pública).

5.8. Diante das oscilações de lançamentos contábeis e da heterogeneidade dos sistemas de transparência de parte dos municípios — os quais inviabilizaram a extração padronizada desses dados em 100% das localidades — adotou-se o critério de amostragem estatística.

AMESP Fls.: 0014 Assinatura

Nessa etapa, os dados foram avaliados segregando separadamente os municípios atendidos pela CEMIG e os atendidos pela ENERGISA. Nos cenários em que o histórico orçamentário via COSIP pôde ser mapeado de forma clara, os valores percentuais médios encontrados foram:

- Municípios Concessionária CEMIG: 61,27% voltados ao custeio de iluminação pública e alta tensão, e 38,73% alocados nos prédios públicos;
- Municípios Concessionária ENERGISA: 59,90% voltados ao custeio de iluminação pública e alta tensão, e 40,10% alocados nos prédios públicos.

5.9. Diante da expressiva convergência dos resultados obtidos em ambas as concessões, adotou-se, por critério de padronização e simetria regulatória, a matriz arredondada de 60% para o Grupo A/Subgrupo B4 e 40% para o Subgrupo B3, sendo esta replicada uniformemente para todos os municípios integrantes.

5.10. Ressalta-se que a obtenção de um dado estritamente fiel ao consumo físico demandaria um levantamento técnico individualizado de cada unidade consumidora (relógio de medição), mediante a coleta e tabulação de milhares de faturas de energia elétrica dos últimos 12 meses nos 27 municípios. Tal diligência ensejaria manifesto prejuízo à eficiência administrativa, gerando um volume de esforço operacional e dispêndio de trabalho incompatível com a viabilidade do projeto. Portanto, a metodologia de estimativa por partição orçamentária aqui aplicada cumpre com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, refletindo um quantitativo referencial e conservador para o dimensionamento da licitação.

6. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os valores foram estimados baseadas no número de municípios consorciados e as suas unidades consumidoras. Para o credenciamento fixará o percentual de remuneração fixada em no mínimo 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança.

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais					
Nº	**MUNICÍPIOS**	**Consumo R$/ano (Total)**	**Consumo Subgrupo B3 (40% do total)**	**Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)**	**FONTE**
TOTAL		R$ 38.781.792,76	**R$ 15.512.717,10**	R$ 23.165.418,32	Portal da Transparência
1	ALBERTINA	R$ 680.136,30	R$ 272.054,52	R$ 408.081,78	
2	ALFENAS	R$ 4.141.359,11	R$ 1.656.543,64	R$ 2.484.815,47	
3	ANDRADAS	R$ 2.434.003,08	R$ 973.601,23	R$ 1.460.401,85	
4	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 1.057.521,11	R$ 423.008,44	R$ 634.512,67	
5	CAREAÇU	R$ 399.125,25	R$ 159.650,10	R$ 239.475,15	
6	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 1.078.007,33	R$ 431.202,93	R$ 646.804,40	

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais					
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo R$/ano (Total)	Consumo Subgrupo B3 (40% do total)	Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)	FONTE
7	CONGONHAL	R$ 1.094.230,55	R$ 437.692,22	R$ 656.538,33	Portal da Transparência
8	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 278.420,52	R$ 111.368,21	R$ 167.052,31	
9	INCONFIDENTES	R$ 633.409,27	R$ 253.363,71	R$ 380.045,56	
10	IPUIUNA	R$ 416.812,33	R$ 166.724,93	R$ 250.087,40	
11	JACUTINGA	R$ 6.078.443,31	R$ 2.431.377,32	R$ 3.647.065,99	
12	MONTE SIÃO	R$ 3.305.852,84	R$ 1.322.341,14	R$ 1.983.511,70	
13	OURO FINO	R$ 4.848.666,37	R$ 1.939.466,55	R$ 2.909.199,82	
14	PARAISÓPOLIS	R$ 1.496.364,40	R$ 598.545,76	R$ 897.818,64	
15	POÇO FUNDO	R$ 1.390.344,74	R$ 556.137,90	R$ 834.206,84	
16	POUSO ALEGRE	R$ 2.780.375,39	R$ 1.112.150,16	R$ 1.668.225,23	
17	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 4.068.857,01	R$ 1.627.542,80	R$ 2.441.314,21	
18	SÃO BENTO ABADE	R$ 395.030,08	R$ 158.012,03	R$ 237.018,05	
19	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 900.991,14	R$ 360.396,46	R$ 540.594,68	
20	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 264.101,23	R$ 105.640,49	R$ 158.460,74	
21	SILVIANÓPOLIS	R$ 521.454,70	R$ 208.581,88	R$ 312.872,82	
22	TURVOLÂNDIA	R$ 518.286,70	R$ 207.314,68	R$310.972,02	

Grupo ENERGISA					
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo R$/ano (Total)	Consumo Subgrupo B3 (40% do total)	Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)	FONTE
TOTAL		R$ 12.214.438,36	**R$ 4.885.775,35**	R$ 7.328.663,01	Portal da Transparência
1	BUENO BRANDÃO	R$ 552.819,49	R$ 221.127,80	R$ 331.691,69	
2	CAMANDUCAIA	R$ 2.143.610,73	R$ 857.444,29	R$ 1.286.166,44	
3	CAMBUÍ	R$ 1.957.992,35	R$ 783.196,94	R$ 1.174.795,41	
4	ESTIVA	R$ 974.193,79	R$ 389.677,52	R$ 584.516,27	
5	EXTREMA	R$ 6.585.822,00	R$ 2.634.328,80	R$ 3.951.493,20	

6.2. Foi utilizado para estimar a demanda de consumo de energia por município consorciados consumo real de cada município extraído do site da Transparência, em relação ao consumo de energia de cada município.

6.3. Considerando o percentual de desconto obrigatório fixado para o credenciamento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os gastos, o teto financeiro estimado e o potencial de economia global da contratação são calculados por meio da aplicação do desconto diretamente sobre o valor histórico orçado, conforme demonstrado a seguir:

- Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 – 25% = R$ 11.634.537,83
- Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 – 25% = R$ 3.664.331,51

6.4. Portanto, a estimativa final máxima para contratação é de R$ 15.298.869,34 (quinze milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

AMESP FLS.: 0016 Assinatura

6.5. Ressalta-se que a fixação dos valores máximos acima cumpre finalidade estritamente orçamentária e de balizamento licitatório. Os pagamentos efetivos às Credenciadas serão realizados com base na energia efetivamente injetada e convertida em créditos (kWh), aplicando-se o percentual de desconto contratado sobre a tarifa vigente homologada pela ANEEL para a respectiva concessionária (CEMIG ou Energisa) no respectivo ciclo de faturamento, acrescida dos impostos e bandeiras, conforme a fórmula de cálculo de performance prevista neste Termo de Referência no item Erro! Fonte de referência não encontrada. e fórmula generalizada abaixo.

Valor Concessionária = [Consumo (kwh) x Tarifa Vigente da Concessionária com devidos impostos] – 25% (vinte e cinco por cento).

6.7. DO VALOR PRÉ-FIXADO DE DESCONTO

6.7.1. O percentual mínimo de desconto fixado em 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa vigente da concessionária distribuidora foi definido a partir de levantamento exploratório de mercado realizado junto ao segmento de geração distribuída compartilhada de energia elétrica, considerando informações publicamente disponíveis, em concordância aos valores atualmente praticados em contratações similares realizadas no âmbito público e privado, bem como as condições técnicas, econômicas e regulatórias do setor de micro e minigeração distribuída fotovoltaica.

6.7.2. A definição do desconto levou em consideração a necessidade de assegurar efetiva vantajosidade econômica para os Municípios consorciados, sem comprometer a viabilidade operacional e financeira das futuras credenciadas, observando-se o equilíbrio entre a economia proporcionada à Administração Pública e a sustentabilidade econômica da prestação dos serviços.

6.7.3. Dessa forma, a fixação do desconto mínimo em 25% mostra-se compatível com os parâmetros praticados pelo mercado especializado, representando percentual economicamente exequível às empresas do setor e simultaneamente vantajoso à Administração Pública, garantindo redução imediata e mensurável das despesas municipais com energia elétrica.

6.7.4. Importante destacar que o desconto incidirá sobre a tarifa cheia vigente no respectivo ciclo de faturamento da concessionária distribuidora, incluindo bandeiras tarifárias e tributos incidentes, assegurando que a economia obtida acompanhe as oscilações tarifárias do setor elétrico e proporcionando maior previsibilidade orçamentária aos Municípios participantes.

6.7.5. A adoção do percentual de 25% também atende ao objetivo de garantir economia pública relevante e imediata, considerando que a solução permitirá redução nominal aproximada de um quarto das despesas energéticas atualmente suportadas pelos Municípios

AMESP
Fls.: 0017
Assinatura

consorciados, sem comprometimento da continuidade do fornecimento energético e sem assunção de riscos operacionais pela Administração Pública.

6.7.6. Dessa forma, conclui-se que o percentual de desconto fixado se mostra razoável, proporcional, tecnicamente justificável e compatível com as condições atuais do mercado de geração distribuída compartilhada, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, vantajosidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO

7.1. A escolha pelo sistema de Credenciamento, em detrimento de uma licitação convencional, fundamenta-se na natureza do serviço e nos princípios da eficiência, isonomia e economicidade.

7.2. O credenciamento é um procedimento auxiliar que configura hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, justificada pela inviabilidade jurídica de competição excludente. O marco normativo da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece os seguintes fundamentos:

> *Art. 6º, XLIII: "credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"*

7.3. A legislação consagra o credenciamento como um instrumento de contratação direta, afastando o dever de licitar nos seguintes termos:

> *Art. 74: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;"*

7.4. Nesse contexto, a modelagem adotada pela AMESP para o atendimento simultâneo dos 27 municípios consorciados fundamenta-se estritamente na hipótese de contratação paralela e não excludente. O texto legal autoriza o uso do instituto nessa exata vertente:

> *Art. 79: "O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;"*

7.5. No caso em tela, a inviabilidade de competição não decorre da escassez de fornecedores, mas sim do fato de a Administração Pública dispor-se a contratar todos os interessados que satisfaçam as condições editalícias, eliminando qualquer relação de exclusão jurídica ou comercial. Para tanto, o novo regramento legal exige que o edital determine previamente as regras uniformes e os valores da contratação:

AMESP
Fls: 0018
Assinatura

> *Art. 79, Parágrafo único, III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*

7.6. O valor a ser pago — consubstanciado na vantagem econômica por meio do percentual de desconto fixado sobre a tarifa vigente — é predeterminado unilateralmente pelo ente público com base em ampla pesquisa de mercado. Ademais, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os habilitados, o instrumento convocatório deve fixar critérios objetivos para o direcionamento das ordens de serviço:

> *Art. 79, Parágrafo único, II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*

7.7. Dessa forma, o regime de execução estabelece um padrão de chamamento sequencial por ordem cronológica de protocolo de entrega. Esse arranjo atende à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.977/2021-Plenário), que veda a competição por via transversa no credenciamento, consolidando-se como a solução mais vantajosa para a AMESP ao garantir ampla cobertura territorial, celeridade administrativa e risco zero de investimento para as municipalidades.

8. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES

8.1. O objeto da presente contratação foi estruturado de forma integrada, por se tratar de solução técnica e operacional indivisível relacionada ao fornecimento de créditos de energia elétrica oriundos de geração distribuída compartilhada, mediante cessão onerosa do direito de uso de energia proveniente de usinas solares fotovoltaicas, destinada ao atendimento das unidades consumidoras dos Municípios consorciados à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP).

8.2. A adoção de lote único encontra fundamento no art. 40, inciso V, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a necessidade de preservação da funcionalidade, padronização operacional, eficiência administrativa e compatibilidade técnica da solução contratada como um todo. O modelo de geração compartilhada exige gestão centralizada e coordenada dos créditos energéticos, das compensações perante as concessionárias de distribuição de energia elétrica e do acompanhamento regulatório junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

8.3. A eventual divisão do objeto em múltiplos lotes poderia gerar significativa complexidade operacional e regulatória, com risco de sobreposição ou fragmentação inadequada dos

AMESP
Fls.: 0019
Assinatura

créditos energéticos, dificuldades na compensação das unidades consumidoras, conflitos de responsabilidade entre fornecedores e aumento substancial da atividade de gerenciamento e fiscalização pela Administração Pública. Tal cenário comprometeria a eficiência da solução e poderia ocasionar insegurança operacional, financeira e contratual aos Municípios consorciados.

8.4. Além disso, a execução do objeto demanda atuação técnica padronizada quanto à gestão das unidades consumidoras beneficiárias, controle da compensação dos créditos energéticos, acompanhamento das faturas de energia elétrica, suporte operacional contínuo e observância permanente das normas regulatórias aplicáveis ao setor elétrico. A centralização da solução em lote único permite maior uniformidade na execução contratual, simplificação da gestão administrativa e melhor controle da operacionalização dos créditos energéticos.

8.5. A manutenção do objeto em lote único também se mostra economicamente mais vantajosa à Administração Pública, em razão da preservação da economia de escala decorrente da consolidação da demanda energética dos Municípios consorciados. Tal medida amplia a atratividade do credenciamento para empresas especializadas no setor de geração distribuída compartilhada, favorecendo a obtenção de condições comerciais mais vantajosas e maior eficiência na gestão dos custos públicos relacionados ao consumo de energia elétrica.

8.6. Ademais, considerando que os Municípios consorciados, em sua maioria, possuem estrutura administrativa reduzida e limitada capacidade técnica especializada no setor elétrico, a centralização da solução contratual reduz significativamente os custos administrativos de gestão, fiscalização e acompanhamento operacional, assegurando maior eficiência na implementação da política pública de sustentabilidade energética

8.7. Dessa forma, conclui-se que a não divisão do objeto em lotes constitui medida técnica, operacional e economicamente adequada, garantindo maior eficiência administrativa, segurança regulatória, padronização da execução contratual, economicidade e melhor atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Com a realização do presente estudo, verifica-se que a fiscalização e a gestão dos futuros contratos decorrentes do credenciamento demandarão conhecimento técnico e operacional compatível com as particularidades do setor elétrico e do modelo de geração distribuída compartilhada de energia solar fotovoltaica, especialmente no que se refere à compensação de créditos energéticos, análise das faturas de energia elétrica, acompanhamento das unidades consumidoras beneficiárias e verificação do cumprimento das

AMESP
Fls.: 0020
Assinatura

obrigações regulatórias e contratuais aplicáveis.

9.2. Dessa forma, a designação formal dos fiscais e gestores contratuais de cada Município Consorciado deverá observar a compatibilidade entre as atribuições do servidor designado e o conhecimento técnico necessário para acompanhamento da execução contratual, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à adequada fiscalização da compensação dos créditos de energia, da regularidade das faturas emitidas pelas concessionárias distribuidoras e do atendimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos da contratação.

9.3. Não se verifica, neste momento, a necessidade de contratação de terceiros para auxílio na fiscalização contratual. Contudo, ressalta-se que o acompanhamento técnico e administrativo dos serviços deverá ser realizado exclusivamente por servidores formalmente designados pelos respectivos Municípios Consorciados, observadas as diretrizes de segregação de funções, governança e gestão contratual previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A fiscalização será exercida de forma contínua e sistemática, mediante conferência documental, análise periódica das faturas de energia elétrica, verificação da efetiva compensação dos créditos energéticos e emissão de registros e relatórios de acompanhamento, visando assegurar a adequada execução contratual, a eficiência da solução adotada e a preservação do interesse público.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a presente contratação, pretende-se proporcionar aos Municípios consorciados da AMESP maior eficiência na gestão dos custos públicos relacionados ao consumo de energia elétrica, mediante utilização de solução sustentável baseada na compensação de créditos de energia oriundos de geração distribuída compartilhada por fonte solar fotovoltaica, promovendo simultaneamente economicidade administrativa e sustentabilidade ambiental.

10.2. Busca-se, ainda, reduzir o impacto das despesas correntes com energia elétrica sobre os orçamentos municipais, proporcionando maior previsibilidade financeira, racionalização dos gastos públicos e mitigação dos efeitos decorrentes das constantes oscilações tarifárias do setor elétrico, especialmente diante do cenário de aumento dos custos energéticos e instabilidade climática.

10.3. A contratação também visa ampliar o acesso dos Municípios consorciados a soluções modernas de eficiência energética e geração limpa, sem a necessidade de realização de investimentos próprios em infraestrutura de geração, aquisição de equipamentos ou imobilização de capital público, permitindo o aproveitamento imediato dos créditos energéticos mediante modelo de cessão onerosa do direito de uso da energia gerada.

AMESP
FLS.: 0021
Assinatura

10.4. Pretende-se, igualmente, promover maior padronização técnica e operacional na gestão dos créditos energéticos, assegurando adequada compensação junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica, conformidade com as normas regulatórias expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e maior segurança jurídica na operacionalização da solução contratada.

10.5. Além disso, objetiva-se fortalecer a capacidade administrativa dos Municípios consorciados, especialmente daqueles de pequeno e médio porte, permitindo acesso conjunto a empresas especializadas no setor de geração distribuída compartilhada, ampliando o poder de negociação da Administração Pública e favorecendo a obtenção de condições comerciais mais vantajosas em razão da consolidação da demanda energética regional.

10.6. A contratação busca ainda promover maior eficiência administrativa e operacional na gestão contratual, reduzindo custos decorrentes de contratações isoladas e fragmentadas, simplificando os procedimentos administrativos relacionados ao setor energético e assegurando melhor controle da execução contratual, da compensação dos créditos e da regularidade das faturas de energia elétrica.

10.7. Por fim, a solução pretendida contribui diretamente para o cumprimento das diretrizes constitucionais de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e eficiência administrativa, promovendo a redução indireta das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), incentivando a utilização de matriz energética limpa e fortalecendo a atuação dos Municípios consorciados da AMESP na implementação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, economicidade e interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

11. MATRIZ DE RISCOS

11.1. A presente análise de riscos foi elaborada considerando os aspectos técnicos, regulatórios, operacionais e administrativos relacionados ao credenciamento, visando prevenir ocorrências que possam comprometer a eficiência da contratação.

Risco 01:
Baixa adesão de empresas especializadas ao procedimento de credenciamento
Probabilidade: **Baixa**
Impacto: Alto
Ação Preventiva: **Elaboração de edital com critérios técnicos compatíveis com a realidade do mercado, ampla divulgação do credenciamento e adoção de condições comerciais atrativas e compatíveis com o setor de geração distribuída compartilhada.**
Ação de Contingência: **Reavaliação das condições do edital, ampliação da divulgação institucional e eventual republicação do procedimento com ajustes técnicos e operacionais.**

AMESP
Fls.: 0022
Assinatura

Risco 02:
Credenciamento de empresa sem capacidade técnica, operacional ou regulatória suficiente
Probabilidade: **Baixa**
Impacto: **Alto**
Ação Preventiva: **Exigência de documentação comprobatória da regularidade jurídica, técnica, fiscal e operacional das interessadas, bem como comprovação de atuação no setor de geração distribuída compartilhada.**
Ação de Contingência: **Realização de diligências complementares, suspensão do credenciamento e eventual descredenciamento da empresa em caso de irregularidades ou incapacidade técnica superveniente.**

Risco 03:
Interrupção da geração de energia pela usina vinculada à operação da credenciada
Probabilidade: **Baixa**
Impacto: **Alto**
Ação Preventiva: **Exigência de capacidade operacional mínima e comprovação de disponibilidade energética compatível com a demanda contratada.**
Ação de Contingência: **Redistribuição dos créditos energéticos disponíveis, readequação operacional e eventual suspensão ou descredenciamento da empresa em caso de incapacidade continuada.**

Risco 04:
Alterações regulatórias no setor elétrico com impacto na execução contratual
Probabilidade: **Média**
Impacto: **Médio**
Ação Preventiva: **Acompanhamento contínuo das normas expedidas pela ANEEL e estruturação contratual compatível com a legislação vigente aplicável à geração distribuída compartilhada.**
Ação de Contingência: **Adequação operacional e contratual da execução dos serviços, visando preservar a continuidade da solução e o equilíbrio da contratação.**

Risco 05:
Atrasos na habilitação das unidades consumidoras para recebimento dos créditos energéticos
Probabilidade: **Média**
Impacto: **Médio**
Ação Preventiva: **Estabelecimento de cronograma contratual para cadastramento e vinculação das unidades consumidoras junto às concessionárias distribuidoras.**
Ação de Contingência: **Intensificação do acompanhamento contratual, notificação formal da credenciada e adoção das medidas administrativas cabíveis para regularização da situação.**

Risco 06:
Inconsistências cadastrais das unidades consumidoras junto às concessionárias de energia
Probabilidade: **Média**

AMESP Fls.: 0023 Assinatura

Impacto: **Médio**
Ação Preventiva: **Levantamento prévio das unidades consumidoras e conferência das informações cadastrais necessárias para vinculação aos créditos energéticos**.
Ação de Contingência: **Correção cadastral junto às distribuidoras de energia e atualização das informações pelas administrações municipais competentes**.

Risco 07:
Falhas na compensação dos créditos energéticos nas unidades consumidoras dos Municípios
Probabilidade: **Média**
Impacto: **Alto**
Ação Preventiva: **Fiscalização periódica das faturas de energia elétrica, conferência dos créditos compensados e acompanhamento contínuo da execução contratual pelos fiscais designados**.
Ação de Contingência: **Notificação imediata da credenciada para regularização das inconsistências, recomposição dos créditos não compensados e aplicação das penalidades previstas contratualmente.**

11.2. Conclui-se que os riscos identificados se mostram administráveis e compatíveis com a natureza da contratação pretendida, sendo plenamente mitigáveis mediante adequada fiscalização contratual, observância das normas regulatórias aplicáveis e atuação coordenada entre a AMESP, os Municípios consorciados e as empresas credenciadas.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Diante das informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, jurídica, ambiental e econômica da contratação pretendida, consistente no credenciamento de empresas especializadas para cessão onerosa de créditos de energia elétrica oriundos de geração distribuída compartilhada por fonte solar fotovoltaica, destinada ao atendimento das unidades consumidoras dos Municípios consorciados à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

12.2. A solução proposta mostra-se compatível com as necessidades administrativas dos entes consorciados, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, desenvolvimento sustentável e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, além de observar integralmente o marco regulatório aplicável ao setor elétrico, especialmente a Lei Federal nº 14.300/2022 e as Resoluções Normativas expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

12.3. Verificou-se, ainda, que o modelo de credenciamento se apresenta como alternativa juridicamente adequada e administrativamente vantajosa, considerando a possibilidade de contratação paralela e não excludente de empresas aptas à prestação do serviço, permitindo

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP Fls.: 0024 Assinatura

maior competitividade, ampliação da capacidade de atendimento aos Municípios consorciados, segurança operacional e flexibilidade administrativa.

12.4. A contratação também demonstra viabilidade econômica, uma vez que possibilita redução dos custos públicos relacionados ao consumo de energia elétrica, sem necessidade de investimentos diretos por parte da Administração Pública em infraestrutura de geração, aquisição de equipamentos ou despesas operacionais relacionadas à manutenção das usinas geradoras.

12.5. Ademais, os riscos identificados foram considerados administráveis e mitigáveis mediante adequada fiscalização contratual, observância das exigências técnicas e regulatórias e acompanhamento contínuo da execução contratual pelos Municípios consorciados e pela AMESP.

12.6. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação é viável e adequada ao atendimento das necessidades administrativas dos Municípios consorciados, recomendando-se o prosseguimento do procedimento administrativo para realização do credenciamento, nos termos e condições estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

12.7. Assim sendo, sugere-se o prosseguimento do processo licitatório visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, para suprir as demandas dos municípios que compõem o consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí.

Pouso Alegre/MG, aos 08 de julho de 2026.

Engº Moacir Franco
Diretor Executivo
MAESP

AMESP
Fls.: 0025
Assinatura

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

DFD nº.: 10/2026/AMESP

Órgão: Consórcio AMESP

Setores Requisitante: Diretoria Executiva

Responsável pela Demanda: Moacir Franco

1. OBJETO:

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA SOLUÇÃO ESPERADA:

A presente contratação, por meio de credenciamento, visa a contratação de empresas para cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, ou seja, para fornecimento de energia gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria micro e minigeração de energia elétrica, para injeção de energia em regime de compensação, a fim de atender a demanda energética dos municípios consorciados a AMESP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, conforme Resolução Normativa nº 1.000/2021 e Resolução Normativa nº 1.059/2023 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações, e observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022, representa uma iniciativa crucial para a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP e seus

AMESP
Fls.: 0026
Assinatura

entes consorciados com soluções integradas que promovam o desenvolvimento humano e a modernização da gestão pública em toda a região.

3. DA FORMA, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE MATERIAL A SER CONTRATADA

Item	Quant.	Unidade de Medida	Detalhamento do Item
01	01	UNIDADE	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.

Tipo de Material:	( ) Consumo	( ) Permanente	(**X**) Serviços	( ) Obras e/ou Serviços de Engenharia

Regime de Fornecimento:	( ) Parcela Única	( ) Semanal	( ) Quinzenal	(**X**) Mensal	( ) Sob Demanda/ Imediato	( ) Outro: Especificar

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPO:	( ) Sim	(**X**) Não
HABILITAÇÃO ESPECÍFICA	(**X**) Sim. Especificar:	( ) Não
RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA	( ) Sim. Especificar:	(**X**) Não
RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE	( ) Sim. Especificar:	(**X**) Não

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Municípios consorciados à AMESP.

A empresa deverá atender todos os itens e requisitos contidos no Termo de Referência - TR anexo a este documento.

DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO OU NÃO DE ESTUDOS

AMESP Fls.: 0027 Assinatura

TÉCNICOS PRELIMINARES:

( ) Dispensado nos termos do Art. 9, do Decreto Municipal n° 3125/2023.

(**X**) Com base na baixa complexidade do objeto, o gerenciamento de riscos da contratação será dispensado para esta contratação, bastando a elaboração do ETP e do TR.

( ) Devido a alta complexidade do objeto será necessária a elaboração do estudo preliminar e o gerenciamento de riscos da contratação.

( ) Devido à existência de Estudo Técnico Preliminar e de gerenciamento de riscos de contratação anterior, serão utilizados o ETP e GR do Processo Licitatório n° ...../....

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A(s) despesa(s) referente(s) à prestação dos serviços, objeto do credenciamento, será empenhada na dotação orçamentária do(s) CREDENCIANTES/CONTRATANTES signatários deste.

PREVISIBILIDADE DE DESCONTO SOBRE A TARIFA VIGENTE (FUTURA E EVENTIUAL CONTRATAÇÃO):

A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto. A Credenciada deverá aderir integralmente à taxa de desconto fixa e padronizada em 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa vigente estipulada pela AMESP, garantindo a redução nominal efetiva nas faturas.

Economia Orçamentária Real: A contratação deve resultar em uma redução líquida e mensurável nos custos totais com energia elétrica (fatura da concessionária + desconto sobre tarifa) para cada unidade consumidora participante. A percepção da economia orçamentária iniciará no primeiro ciclo de faturamento subsequente à efetiva homologação da compensação de créditos pela concessionária de energia local.

Sustentabilidade e Conformidade ambiental: A contratação deve garantir que 100% da energia compensada seja proveniente de fontes renováveis (fotovoltaica) de baixa emissão de GEE, contribuindo para as metas de sustentabilidade e reduzindo a pegada de carbono das administrações municipais.

Risco Zero de Investimento e Operação: A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.

GRAU DE PRIORIDADE DO CREDENCIAMENTO (FUTURA E EVENTIUAL

AMESP Fls.: 0028 Assinatura

CONTRATAÇÃO):		
( ) Baixa	( ) Média	(**X**) Alta

Pouso Alegre/MG, aos 08 de julho de 2026.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2026.07.08 12:43:59 -03'00'

Engº Moacir Franco

Diretor Executivo da AMESP

AMESP
Fls.: 0029
Página
Assinatura

CÓDIGO: **AME-G2/DOC/LIC/00-00**

TERMO DE REFERÊNCIA

CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

DOCUMENTO TÉCNICO:	*ESTE DOCUMENTO TÉCNICO É COMPOSTO POR 40 (QUARENTA) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 31 (TRINTA E UMA) FOLHAS, O ANEXO A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 2 (DUAS) FOLHAS, O ANEXO B – MEMORIAL DE CÁLCULO COM 5 (CINCO) FOLHAS, O ANEXO C – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T. COM 2 (DUAS) FOLHAS.*
CLIENTE:	*CONSÓRCIO AMESP* *Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP* *CNPJ-MF: 20.362.307/0001-40* *Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442*

Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Sala 1330 . Centro . Belo Horizonte / MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, nº 550 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.97200.6092. +55.35.99730.8483
e-mail: icthus@icthusengenharia.eng.br . rossi@icthusengenharia.eng.br

iCTHUS ENGENHARIA

FLS.: 0030

Assinatura

DADOS DO EMPREENDIMENTO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Licitação	**CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA**
Local:	Região abrangida pelos municípios integrantes da AMESP
Município:	Municípios diversos - Sede em Pouso Alegre / MG
Estado:	Minas Gerais
Proprietário:	**CONSÓRCIO AMESP** **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**
CNPJ:	**20.362.307/0001-40**
Responsável Técnico:	**Leandro Alkmim Teixeira** Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho CREA-MG: 79.117/D / RNP: 140295755-6
ART nº:	MG20265010055 (REGISTRADA EM 11/06/2026)
E-mail:	icthus@icthusengenharia.eng.br
Telefone:	(35) 3025.6092
Celular:	(31) 97200.6092 / (35) 99730.8483
Data:	2 de julho de 2026

AMESP
Fls.: 0031
Assinatura

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO - CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

1. OBJETO

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto do presente chamamento é o Credenciamento de Empresas Qualificadas para a prestação de serviços por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede. O fornecimento enquadra-se na categoria de micro e minigeração distribuída, operando estritamente sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e na modalidade de minigeração compartilhada. O objetivo principal é atender à demanda energética de unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão) vinculadas aos Municípios que compõem o CONSÓRCIO AMESP, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), mediante procedimento de credenciamento centralizado pelo Consórcio AMESP, competindo aos Municípios Consorciados a celebração, gestão, fiscalização e execução dos contratos administrativos dele decorrentes.

2.1. *A seleção dos fornecedores será realizada mediante o procedimento auxiliar de Credenciamento, na hipótese de contratação paralela e não excludente, com fulcro no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. As contratações decorrentes serão formalizadas por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso IV, da referida lei, sendo habilitados todos os fornecedores que aceitarem o percentual de desconto fixado pela Administração e cumprirem integralmente os requisitos de habilitação técnica e jurídica estabelecidos neste instrumento, para posterior assinatura dos termos individuais com os municípios consorciados conforme a disponibilidade de demanda.*

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover maior eficiência na gestão das despesas com energia elétrica dos Municípios Consorciados à AMESP, mediante a utilização de energia proveniente de usinas

AMESP
Fls.: 0040032
Assinatura

solares fotovoltaicas conectadas à rede, no âmbito da micro e minigeração distribuída e do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, possibilitando a redução dos custos com o consumo de energia, a ampliação do uso de fontes renováveis e o fortalecimento das políticas públicas de sustentabilidade, sem a necessidade de investimentos públicos na implantação, operação ou manutenção de ativos de geração. Para tanto, adota-se o procedimento auxiliar de credenciamento, com habilitação de empresas aptas ao atendimento dos Municípios Consorciados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme resoluções ANEEL 1.000/2021 e 1.059/2023 e observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 e a Resolução Normativa nº 1059, de 07 de fevereiro de 2023 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações.

3.1. DA NECESSIDADE

3.1.1. *A conjuntura global contemporânea impõe a adoção de providências imediatas voltadas ao combate ao aquecimento global e ao estrito cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável. Diante da imperiosa necessidade de respostas rápidas no plano regional, as ações subnacionais e multilaterais assumem papel de destaque. Nesse cenário, os gestores públicos passam a desempenhar função determinante, utilizando a aplicação estratégica do erário em compras sustentáveis para induzir o mercado a privilegiar produtos e serviços que apresentem baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) ao longo de todo o seu ciclo de vida.*

3.1.2. *Esta demanda alinha-se à expressiva redução de custos da tecnologia fotovoltaica em relação à energia elétrica convencional, impulsionada pela regulação da micro e minigeração distribuída. O modelo atende, simultaneamente, à necessidade de matrizes limpas e à urgência por um menor preço por kWh face às oscilações tarifárias decorrentes de crises climáticas. Assim, a Administração Pública associa a redução de despesas correntes à promoção da eficiência, atuando como indutora da sustentabilidade fiscal e ecológica de longo prazo, em estrito cumprimento ao artigo 225 da Constituição Federal de 1988.*

3.1.3. *A solução técnica e jurídica delineada consiste na contratação por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria de micro e minigeração distribuída. O fornecimento visa suprir a demanda energética dos municípios consorciados à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP). O arranjo observará rigorosamente as condições deste Edital, em perfeita simetria com a Lei Federal nº 14.300/2022, com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023.*

3.1.4. *O certame fundamenta-se nas diretrizes da geração compartilhada, que autoriza a reunião de consumidores distintos, por meio de consórcio ou cooperativa, dentro da mesma área de concessão, para o aproveitamento comum de uma unidade geradora externa. Esse modelo exige a formalização de*

AMESP
Fls.: 0033
Página:
5/40
Assinatura

instrumento jurídico específico que comprove a convergência de vontades e preveja expressamente o compromisso de solidariedade entre os participantes. A modelagem viabiliza o abatimento de kWh diretamente nas faturas de energia dos entes públicos mediante cessão onerosa, garantindo o aproveitamento imediato de créditos de compensação com risco zero de investimento e sem demanda de capital (CAPEX) para infraestrutura própria.

3.1.5. *Com amparo no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, adota-se o procedimento auxiliar de Chamamento Público para Credenciamento, em consonância com as orientações do Acórdão nº 1.056/2017–TCU/Plenário. O modelo viabiliza a contratação simultânea de todos os interessados que preencham as condições editalícias e assegurem o percentual de desconto fixado, sob bases padronizadas. Esta abordagem afasta os desafios impostos pela fragmentação administrativa e pela heterogeneidade estrutural dos entes federativos, convertendo as necessidades individuais das prefeituras em vantagens recíprocas e sustentáveis de longo prazo.*

3.1.6. *A centralização do certame na AMESP atende à realidade dos 27 (vinte e sete) municípios consorciados, em sua maioria de pequeno e médio porte, os quais sofrem com restrições orçamentárias e com a escassez de corpo técnico multidisciplinar especializado no complexo setor elétrico. Isoladamente, esses entes não possuiriam escala ou poder de barganha para atrair o interesse comercial de empresas geradoras. A unificação do procedimento democratiza o acesso à matriz industrial verde, permitindo que as administrações locais alcancem a expertise regulatória indispensável e contratem operadoras qualificadas que dificilmente seriam acessadas de forma individual.*

3.2. DA MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO

3.2.1. *A escolha pelo sistema de Credenciamento, em detrimento de uma licitação convencional, fundamenta-se na natureza do serviço e nos princípios da eficiência, isonomia e economicidade.*

3.2.2. *O credenciamento é um procedimento auxiliar que configura hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, justificada pela inviabilidade jurídica de competição excludente. O marco normativo da Lei nº 14.133/2021 estabelece os seguintes fundamentos:*

> *Art. 6º, XLIII: "credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"*

3.2.3. *A legislação consagra o credenciamento como um instrumento de contratação direta, afastando o dever de licitar nos seguintes termos:*

> *Art. 74: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)*

AMESP FLS 0034 6/40 Assinatura

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;"

3.2.4. *Nesse contexto, a modelagem adotada pela AMESP para o atendimento simultâneo dos 27 municípios consorciados fundamenta-se estritamente na hipótese de contratação paralela e não excludente. O texto legal autoriza o uso do instituto nessa exata vertente:*

> *Art. 79: "O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;"*

3.2.5. *No caso em tela, a inviabilidade de competição não decorre da escassez de fornecedores, mas sim do fato de a Administração Pública dispor-se a contratar todos os interessados que satisfaçam as condições editalícias, eliminando qualquer relação de exclusão jurídica ou comercial. Para tanto, o novo regramento legal exige que o edital determine previamente as regras uniformes e os valores da contratação:*

> *Art. 79, Parágrafo único, III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*

3.2.6. *O valor a ser pago — consubstanciado na vantagem econômica por meio do percentual de desconto fixado sobre a tarifa vigente — é predeterminado unilateralmente pelo ente público com base em ampla pesquisa de mercado. Ademais, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os habilitados, o instrumento convocatório deve fixar critérios objetivos para o direcionamento das ordens de serviço:*

> *Art. 79, Parágrafo único, II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*

3.2.7. *Dessa forma, o regime de execução estabelece um padrão de chamamento sequencial por ordem cronológica de protocolo de entrega. Esse arranjo atende à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.977/2021-Plenário), que veda a competição por via transversa no credenciamento, consolidando-se como a solução mais vantajosa para a AMESP ao garantir ampla cobertura territorial, celeridade administrativa e risco zero de investimento para as municipalidades.*

4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVO E ESTIMATIVA DE CONSUMO

4.1. DAS PLANILHAS E DA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

4.1.1. *A planilha abaixo indica o valor de energia consumido anualmente por cada município:*

AMESP
Fls: 0035
Assinatura

Levantamento do gasto com consumo de energia dos municípios consorciados à AMESP				
Nº	MUNICÍPIOS	R$ Energia / ano 2025	R$ Energia /ano Estimativa 2026	FONTE
	TOTAL R$ energia / ano	R$ 39.227.870,08	R$ 50.996.231,11	-
1	ALBERTINA	R$ 523.181,77	R$ 680.136,30	Portal da Transparência
2	ALFENAS	R$ 3.185.660,85	R$ 4.141.359,10	
3	ANDRADAS	R$ 1.872.310,06	R$ 2.434.003,08	
4	BUENO BRANDÃO	R$ 425.245,76	R$ 552.819,49	
5	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 813.477,78	R$ 1.057.521,11	
6	CAMANDUCAIA	R$ 1.648.931,33	R$ 2.143.610,73	
7	CAMBUÍ	R$ 1.506.147,96	R$ 1.957.992,35	
8	CAREAÇU	R$ 307.019,42	R$ 399.125,25	
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 829.236,41	R$ 1.078.007,33	
10	CONGONHAL	R$ 841.715,81	R$ 1.094.230,55	
11	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 214.169,63	R$ 278.420,52	
12	ESTIVA	R$ 749.379,84	R$ 974.193,79	
13	EXTREMA	R$ 5.066.016,92	R$ 6.585.822,00	
14	INCONFIDENTES	R$ 487.237,90	R$ 633.409,27	
15	IPUIUNA	R$ 320.624,87	R$ 416.812,33	
16	JACUTINGA	R$ 4.675.725,62	R$ 6.078.443,31	
17	MONTE SIÃO	R$ 2.542.963,72	R$ 3.305.852,84	
18	OURO FINO	R$ 3.729.743,36	R$ 4.848.666,37	
19	PARAISÓPOLIS	R$ 1.151.049,54	R$ 1.496.364,40	
20	POÇO FUNDO	R$ 1.069.495,95	R$ 1.390.344,74	
21	POUSO ALEGRE	R$ 2.138.750,30	R$ 2.780.375,39	
22	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 3.129.890,01	R$ 4.068.857,01	
23	SÃO BENTO ABADE	R$ 303.869,29	R$ 395.030,08	
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 693.070,11	R$ 900.991,14	
25	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 203.154,79	R$ 264.101,23	
26	SILVIANÓPOLIS	R$ 401.119,00	R$ 521.454,70	
27	TURVOLÂNDIA	R$ 398.682,08	R$ 518.286,70	

Nota de Esclarecimento Regulatória: *Os valores e quantitativos dispostos na tabela acima não possuem caráter meramente hipotético ou arbitrário, sendo o resultado de rigoroso levantamento técnico fundamentado no histórico real de empenhos e liquidações dos municípios consorciados junto às concessionárias nos exercícios de 2024 e 2025, extraídos de seus respectivos Portais da Transparência. Contudo, por imperativo de segurança jurídica e em virtude da sazonalidade natural da demanda dos prédios e espaços públicos, tais indicadores configuram estimativas de prospecção para balizamento técnico e teto orçamentário. Não há, por parte da AMESP ou das municipalidades, compromisso de compra mínima ou garantia de faturamento fixo, processando-*

AMESP
Fls.: 0036
Página: 8/40
Assinatura

se a execução financeira de forma estritamente aderente ao consumo real medido e compensado em cada ciclo.

4.1.2. *Estão compreendidas neste volume a energia dos prédios públicos (Subgrupo B3), os espaços públicos – iluminação pública – (Subgrupo B4) e a alta tensão (Grupo A). Contudo, considera-se objeto do presente credenciamento apenas as unidades consumidoras pertencentes ao Subgrupo B3 (Demais Classes). Ficam excluídos do escopo as redes de iluminação pública (B4) e as estruturas do Grupo A (Alta Tensão), sendo que estas últimas recebem energia da concessionária em tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV), possuindo maior complexidade técnica e regras diferenciadas de faturamento.*

4.1.3. ***Vide explicações dos quantitativos apresentados na Planilha do item 4.1.1 no Anexo B.***

4.2. ATENDIMENTO AO SUBGRUPO TARIFÁRIO

4.2.1. *O Grupo tarifário atendido é B3, Modalidade Convencional – Comercial / Poder Público – Trifásico – Bifásico – Monofásico.*

4.2.2. *O fornecimento de energia objeto do Credenciamento deste Termo de Referência NÃO inclui o atendimento ao grupo B4, referente à Iluminação Pública.*

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. *Para fins de padronização, perfeita execução do objeto e fixação dos conceitos que instruem este Termo de Referência, adotam-se as seguintes definições operacionais:*

I. Micro e Minigeração Distribuída: Central geradora de energia elétrica que utiliza fontes renováveis ou de cogeração qualificada, conectada à rede de distribuição por meio de unidade consumidora, nos termos da Lei Federal nº 14.300/2022 e da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021;

II. Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE): Sistema no qual a energia elétrica ativa é injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída na rede da distribuidora local, cedida a título de empréstimo gratuito e posteriormente utilizada para compensar o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras participantes do sistema (conforme REN ANEEL nº 1.059/2023);

III. Geração Compartilhada: Modalidade de participação no SCEE caracterizada pela reunião de consumidores por meio de consórcio, cooperativa, condomínio civil voluntário/edilício ou qualquer outra forma de associação civil instituída para esse fim, composta por pessoas físicas ou jurídicas que possuam unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída (conforme REN ANEEL nº 1.059/2023);

IV. Sistema de Geração Distribuída (SGD): Conjunto composto por todos os equipamentos, periféricos e acessórios necessários para a geração de energia elétrica pela Central Geradora em condições de pronta

AMESP 0037 Assinatura

e plena operação, incluindo o imóvel de instalação, os serviços de operação e manutenção (O&M), a infraestrutura de conexão ao sistema de distribuição da concessionária local e os sistemas de gerenciamento e monitoramento do ativo.

5.1.2. *A execução do objeto dar-se-á por meio da cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada no SGD, obrigatoriamente enquadrada na modalidade de Geração Compartilhada, para o atendimento das unidades consumidoras dos municípios vinculados a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP).*

5.1.3. *Como requisito de elegibilidade técnica para a segurança das operações do Consórcio, as credenciadas deverão comprovar a disponibilidade de ativos de geração distribuída que totalizem, no mínimo, 1,4 MWp (um vírgula quatro megawatt-pico) de potência instalada em pronta e plena operação (categoria GD I). Fica expressamente autorizado o somatório de capacidades de duas ou mais usinas fotovoltaicas de titularidade da empresa ou sob seu controle societário/gestão comercial para atingir a régua mínima estabelecida. A execução prática dos serviços de compensação ocorrerá de forma fracionada e sob demanda, vinculada estritamente ao volume mensal (em kWh/mês) que a empresa possuir disponível para acoplamento junto às Unidades Consumidoras dos municípios demandantes, respeitada a ordem do rodízio regional e o limite de sua capacidade física de geração.*

5.1.4. *O faturamento dos serviços executados observará a concessão de desconto fixo padronizado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa de energia vigente na data do fornecimento e aplicada no respectivo ciclo de faturamento da concessionária local.*

5.1.5. *A base de cálculo para a aplicação do desconto será a tarifa cheia, composta e acrescida das bandeiras tarifárias vigentes e de todos os tributos incidentes (PIS, COFINS e ICMS), relativos a cada unidade consumidora dos municípios integrantes da AMESP.*

5.1.6. *Após a homologação do cadastramento e o início da injeção da energia na rede da concessionária, a Credenciada será a única responsável pela efetiva injeção e manutenção do volume de energia de sua titularidade destinado ao Credenciante, observadas as formas, prazos e quantidades previstas no Termo de Credenciamento.*

5.1.7. *Para fins de compensação, a Credenciada deverá garantir a disponibilização da energia ativa injetada no sistema de distribuição da concessionária necessária para o atendimento integral das unidades consumidoras vinculadas, conforme rateio estabelecido pelo Consórcio.*

5.1.8. *A operação e a manutenção do Sistema de Geração Distribuída (SGD) serão de responsabilidade exclusiva da Credenciada, que assumirá integralmente todas as atividades e despesas de O&M (Operação e Manutenção) necessárias para o perfeito desempenho e integridade operacional dos equipamentos.*

5.1.8.1. *Fica a cargo da Credenciada a substituição de equipamentos, seja em decorrência de acionamento de*

AMESP
Fls: 0038
Página: 9
10/4 Assinatura

garantia ou por falhas operacionais, exceto nos casos de danos resultantes de caso fortuito ou força maior que comprovadamente rompam o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese em que as partes avaliarão a necessidade de readequação contratual.

5.1.9. *Todo o fornecimento de energia e os serviços decorrentes da cessão de direito de uso deverão ser prestados diretamente pela Credenciada, sendo terminantemente vedada a cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste credenciamento a terceiros.*

5.1.9.1. *Excluem-se da vedação do item 5.1.9 os serviços especializados de O&M do SGD, cuja subcontratação não exime a Credenciada de sua responsabilidade exclusiva perante o Consórcio.*

5.1.10. *A execução contratual ocorrerá sob o regime de desoneração dos municípios consorciados quanto aos custos de projeto, implantação, aquisição de ativos ou investimentos no SGD, competindo-lhes exclusivamente o pagamento pelo direito de uso da energia efetivamente compensada, com o desconto estipulado no item 5.1.4, em estrita observância à Lei Federal nº 14.300/2022 e às Resoluções Normativas ANEEL nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023.*

5.2. GARANTIAS

5.2.1. ***Garantia de Desempenho:*** *A empresa Credenciada deverá assegurar o desempenho dos serviços de cessão onerosa de energia fotovoltaica por meio de Sistema de Geração Distribuída (SGD), utilizando obrigatoriamente o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) na modalidade de Geração Compartilhada, garantindo o estrito cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.300/2022 e nas Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.*

5.2.2. ***Garantia de Funcionamento:*** *Compromisso de que as usinas fotovoltaicas indicadas para o início da compensação estejam em condições de pronta e plena operação (categoria GD I), totalizando a potência mínima de 1,4 MWp, admitido o somatório de plantas instaladas, cujos créditos de energia gerados (lastro em kWh) deverão ser disponibilizados para as unidades consumidoras do subgrupo B3 dos municípios aderentes conforme o volume de demanda comercial aceito e contratado.*

5.2.3. ***Garantia de Manutenção:*** *A manutenção e operação do SGD serão de responsabilidade exclusiva da CREDENCIADA, que deverá assumir todas as atividades e despesas de O&M (organização e manutenção) necessárias para o perfeito desempenho e integridade operacional dos equipamentos que compõe o SGD, bem como qualquer necessidade de troca de equipamentos tanto na garantia, como na ocorrência de falhas dos mesmos, salvo danos ocorridos por fatos imprevisíveis ou supervenientes que venha a desequilibrar o contrato, onde tal fato deverá ser analisado entre as partes e verificado a possível adequação contratual.*

5.3. COMPROVAÇÃO DA UNIDADE GERADORA PELA EMPRESA CREDENCIADA

5.3.1. *A Credenciada deverá apresentar, no momento da habilitação, as seguintes documentações para*

AMESP
Folha 0039
Rubrica
Assinatura

comprovação da unidade geradora através de documentos (CUSD, carta de vistoria; CCEE; e outros), para verificação da cessão onerosa de energia fotovoltaica de créditos para compensação, plataforma de monitoramento e transparência, localização na área de concessão da distribuidora local e atendimento às UCs do Grupo B, conforme detalhado no item 13.1.1.

5.3.2. *Fatura de energia da(s) unidade(s) geradora(s) comprovando a titularidade em nome da Credenciada ou de Sociedade de Propósito Específico (SPE) sob seu controle societário, bem como a efetiva injeção de energia na categoria GD I, em consonância com os ativos de operação declarados.*

5.4. LICENÇAS E DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS REGULADORES

5.4.1. *A Credenciada deverá apresentar quando da contratação dos serviços todas as licenças e demais documentos exigidos pelos órgãos reguladores para o exercício da atividade ora contratados.*

5.4.2. *A Credenciada deve obter e/ou manter, durante a vigência do termo de adesão, todas as licenças, autorizações, alvarás, certificados e permissões aplicáveis e necessárias à operação e manutenção do SGD integrante deste contrato e demais necessárias a esta prestação de serviços em termos das legislações aplicáveis.*

5.5. CARACTERÍSTICAS GERAIS

5.5.1. *Economia: A Credenciada deverá ofertar o DESCONTO fixado pelo Poder público no Credenciamento em percentual fixado sobre a tarifa vigente pela concessionaria cativa, aplicado sobre a fatura de fornecimento de energia em vigor no ciclo de faturamento, composta e acrescida da bandeira tarifária e dos impostos vigentes (PIS/COFINS e ICMS), esses últimos relativos a cada unidade consumidora.*

5.5.2. *O desconto a ser dado deverá levar em consideração o valor da tarifa do subgrupo B3 Modalidade Convencional, considerando a tarifa de fornecimento em vigor no ciclo de faturamento da respectiva concessionária local (CEMIG ou Energisa, conforme a área de concessão do município), composta e acrescida dos impostos vigentes (PIS/COFINS e ICMS), esses últimos relativos a cada unidade consumidora. Sobre a tarifa calculada dessa forma, será aplicado o percentual de economia Credenciada.*

5.5.3. *Fórmula de Cálculo para Pagamento do Benefício:*

$$\textit{Valor Mensal} = CC*((((TSI+B)/(1-PIS-COFINS)/(1-ICMS)) - ((TSCEE+B))*(PIS+COFINS)/(1- PIS-COFINS)))*1-D\%)$$

Onde:

CC = Consumo Compensado;

TSI = Tarifa Sem Impostos da respectiva concessionária (CEMIG ou Energisa);

B = Bandeira Tarifária Vigente no Mês;

TSCEE = Tarifa do Sistema de Compensação e Energia Elétrica homologada pela ANEEL para a respectiva concessionária;

AMESP
Folha 0040
12/40 Assinatura

D = Desconto Contratado;

PIS/COFINS/ICMS = Impostos federais com porcentagens definidas na conta de Energia;

5.5.3.1. *PERFORMANCE: A Credenciada fornecedora se compromete a entregar a quantidade de energia prevista no Termo de Credenciamento sobre a qual aplicará o desconto fixo padronizado de 25% de desconto sobre a média de energia Credenciada.*

5.5.3.2. *Quando a injeção for maior que o consumo, o Contratante acumulará créditos na distribuidora, para utilização futura.*

5.5.4. *Redução de Consumo ou Exclusão de Unidades, ou Inclusão de Novas Unidades:*

5.5.4.1. *A Administração Pública Contratante poderá, a seu exclusivo critério, incluir novas unidades consumidoras ou excluir unidades existentes do escopo contratual derivado, bastando, para tanto, notificar a empresa credenciada com antecedência mínima de 90 dias corridos, visando a readequação do balanço energético e o remanejamento dos percentuais de rateio dos créditos.*

5.5.4.2. *No decorrer da execução da prestação de serviços, a Credenciada deverá realizar a gestão da injeção de energia com a finalidade de adequar a quantidade de energia injetada de acordo com o perfil de consumo da Credenciada.*

5.5.4.3. *O Município permanece responsável pelo pagamento de saldos de geração injetados e acumulados anteriores ao fato gerador de rescisão, exclusão e/ou desligamento, caso ainda não tenham sido emitidos os correspondentes documentos de pagamento.*

5.5.4.4. *Os valores em reais serão calculados considerando os montantes do kWh injetados e acumulados.*

6. LOCAL E PRAZOS

6.1. DO LOCAL

Os serviços serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

Os municípios que compõem o CONSÓRCIO AMESP são os abaixo discriminados.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS
ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS

CONTINUA...

AMESP 0041 Página 9 13/4 Assinatura

...CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
CAMBUÍ
CAMANDUCAIA
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

6.2. DOS PRAZOS

6.2.1. *O chamamento público para o Credenciamento ficará permanentemente aberto a novos interessados, tendo a sua duração vinculada às disposições do art. 79 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.*

6.2.2. *Para as contratações iniciais dos (kWh) que já deverão estar disponíveis para iniciar as compensações de energia da emissão da Ordem de Serviço, os prazos são:*

6.2.2.1. *30 (trinta) dias para Levantamento e cadastramento das unidades consumidoras;*

6.2.2.2. *60 (sessenta) dias para realização da compensação de energia;*

6.2.2.3. *60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período, de cessão onerosa após a emissão da Ordem de Serviço;*

6.2.3. *60 (sessenta) dias para encerramento contábil e jurídico do contrato; podendo ser prorrogado nos casos e condições definidas nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção do prazo ora estabelecido garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à*

AMESP
Fls: 0042
14/40
Assinatura

Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.

6.2.4. *O prazo máximo para início da prestação de serviços é de 90 (noventa) dias corridos para início do benefício de desconto na fatura de energia das unidades consumidoras, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço para as usinas existentes.*

6.2.5. *O prazo supracitado só poderá ser prorrogado por caso fortuito; força maior ou por atraso exclusivo da Distribuidora de Energia.*

6.2.6. *Caso a Credenciada solicite a prorrogação do prazo para o início da prestação de serviços, por atraso exclusivo da Distribuidora de Energia, a mesma deverá apresentar um relatório técnico encaminhado pela Distribuidora de Energia com as justificativas, as ações que estão sendo tomadas e a previsibilidade para a conexão das unidades consumidoras.*

6.2.7. *A Credenciada deverá fornecer em até 30 (trinta) dias corridos, após a finalização do certame, o cronograma de atividades, detalhando as etapas e datas de execução e conclusão dos serviços necessários ao início do recebimento do benefício, incluindo os trâmites legais para adesão ao Credenciamento e os trâmites procedimentais junto a concessionária de energia.*

6.2.8. *Somente serão considerados motivos para prorrogação dos prazos fixados no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento aqueles definidos no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE.*

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1.1. ***Economia Orçamentária Real:*** *A contratação deve resultar em uma redução líquida e mensurável nos custos totais com energia elétrica (fatura da concessionária + desconto sobre tarifa) para cada unidade consumidora participante. A economia será de imediata, iniciando no primeiro ciclo de faturamento completo após os tramites de adesão de prazos de compensação da concessionaria de energia, logo após a assinatura do contrato entre as partes e as garantias contratuais implementadas.*

7.1.2. ***Previsibilidade de Desconto sobre a tarifa vigente:*** *A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto considerando a economia real de 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança, para o planejamento orçamentário, mesmo considerando a tarifa variável, haverá ¼ de economia nominal sobre a tarifa vigente no dia.*

7.1.3. ***Sustentabilidade e Conformidade ambiental:*** *A contratação deve garantir que 100% da energia compensada seja proveniente de fontes renováveis (fotovoltaica) de baixa emissão de GEE, contribuindo*

AMESP
Fls.: 0043
Página: 9
15/4 Assinatura

para as metas de sustentabilidade e reduzindo a pegada de carbono das administrações municipais.

7.1.4. ***Risco Zero de Investimento e Operação:*** *A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.*

7.2. SÃO REQUISITOS DA SOLUÇÃO TÉCNICA

7.2.1. *Para a contratação de serviços de cessão onerosa de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), no Sistema de Geração Distribuída (SGD) e na modalidade de cessão onerosa de energia fotovoltaica estabelecer requisitos claros para garantir a eficácia e segurança.*

7.2.2. ***Modalidade e Regulamentação:*** *O serviço deve ser prestado estritamente na modalidade mini e microgeração compartilhada, em plena conformidade com a Lei nº 14.300/2022 e a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (e suas alterações). A Credenciada será responsável por todos os trâmites para a formalização e gestão dos créditos junto à Distribuidora/Concessionária.*

7.2.3. ***Usina em Pronta Operação:*** *A(s) usina(s) ofertada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) estar em condições de pronta e plena operação no momento da assinatura do contrato. Isso implica que a usina já deve possuir a CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela distribuidora/concessionária, estando apta a injetar energia na rede e gerar créditos imediatamente.*

7.2.4. ***Compatibilidade Geográfica e Técnica:*** *A usina geradora deve, obrigatoriamente, estar localizada na área de concessão da Distribuidora. O fornecimento destina-se exclusivamente a unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão).*

7.2.5. ***A cessão onerosa Flexível de Créditos:*** *A solução deve permitir que os Entes que aderirem ao Credenciamento, como ente gestor do contrato, possa solicitar à Credenciada o remanejamento dos percentuais de créditos entre as unidades consumidoras participantes, bem como a inclusão ou exclusão de UCs durante a vigência do termo de credenciamento, mediante comunicação prévia e respeitando os prazos da concessionária.*

7.2.6. ***Monitoramento e Transparência:*** *A Credenciada deverá disponibilizar um portal online ou plataforma digital que permita ao Contratante, ou seja, os municípios que se tornarem beneficiários acompanhar, no mínimo: a geração total da cota alocada, os créditos injetados em cada UC, o histórico de faturamento e a economia gerada.*

7.3. DO CREDENCIAMENTO E DA INEXIGIBILIDADE

7.3.1. *A contratação dos serviços ocorrerá por meio de inexigibilidade de licitação fundada no artigo 74, inciso*

AMESP
Fls: 0044
16/40
Assinatura

IV, combinada com o artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando-se o procedimento auxiliar de Credenciamento em formato eletrônico. Os serviços decorrentes deste Termo de Referência possuem natureza de serviços públicos continuados e essenciais, cuja execução estender-se-á por múltiplos exercícios financeiros, haja vista que a sua interrupção abrupta violaria o princípio da continuidade administrativa e comprometeria o planejamento orçamentário e a eficiência fiscal dos municípios consorciados.

7.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

7.4.1. *A empresa credenciada, após a efetiva contratação pelo(s) município(s) consorciados e/ou contratantes, deverá seguir rigorosamente o cronograma proposto, garantindo a mínima interferência nas atividades cotidianas dos municípios Contratantes.*

7.4.2. *O contrato decorrente do credenciamento terá vigência de até 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período se devidamente justificada a vantajosidade, a contar da data de sua assinatura. A adoção deste prazo garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.*

7.4.3. *Para as contratações iniciais do volume de energia equivalente à potência de 1,4 MWp, que já deverão estar disponíveis de imediato em usinas operacionais (GD I), o fluxo de implantação e início das compensações obedecerá aos prazos máximos estabelecidos no cronograma abaixo:*

7.4.3.1. *30 (trinta) dias para Levantamento e cadastramento das unidades consumidoras;*

7.4.3.2. *60 (sessenta) dias para realização da compensação de energia;*

7.4.3.3. *60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período de cessão onerosa, após a emissão da Ordem de Serviço;*

7.4.3.4. *60 (sessenta) dias para encerramento contábil e jurídico do contrato; podendo ser prorrogado nos casos e condições definidas nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção do prazo ora estabelecido garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.*

7.4.4. *Caso o atraso no início da compensação decorra comprovadamente de morosidade exclusiva da concessionária local no processamento do vínculo técnico das UCs, a empresa credenciada ficará isenta de penalidades, desde que demonstre total diligência e o protocolo tempestivo dos documentos.*

7.5. ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA SOLUÇÃO

7.5.1. *Assinatura do Contrato com os consorciados*

AMESP FLS.: 0045 Página: 9 17/4 Assinatura

7.5.1.1. *Esta etapa representa a formalização jurídica do vínculo entre o Consórcio e a empresa credenciada, com definição de todas as obrigações, prazos e condições contratuais. É o marco inicial que dá base legal para o início das demais fases do projeto, garantindo segurança jurídica para ambas as partes.*

7.5.2. *Levantamento das unidades consumidoras*

7.5.2.1. *Etapa de mapeamento e registro detalhado de todas as Unidades Consumidoras (UCs) que receberão créditos de energia. Esse levantamento é fundamental para definir a distribuição correta da geração, o cadastro no SCEE e garantir que os benefícios da compensação alcancem todos os municípios consorciados.*

7.5.3. *Cadastramento das unidades consumidoras*

7.5.3.1. *Após o levantamento, realiza-se o registro oficial das UCs junto à concessionária e na plataforma de gestão do contrato, possibilitando a acessão onerosa e o monitoramento dos créditos de energia gerados pela usina.*

7.5.4. *Fornecimento de energia*

7.5.4.1. *Marca o início da injeção de energia gerada pelas usinas na rede da concessionária, disponibilizando-a para compensação nas faturas das UCs cadastradas. É o início efetivo da prestação do serviço contratado.*

7.5.5. *Compensação de energia*

7.5.5.1. *Momento em que a energia injetada na rede é convertida em créditos e abatida nas faturas de energia elétrica das UCs beneficiadas, resultando na economia prevista no contrato.*

7.5.6. *Acompanhamento e administração dos créditos*

7.5.6.1. *Envolve o monitoramento contínuo da geração e do consumo, a gestão da distribuição de créditos entre as UCs, ajustes em casos de variação de consumo e emissão de relatórios de desempenho e economia.*

7.6. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

7.6.1. *Além da adoção de práticas que minimizem impactos ambientais negativos e assegurem a conformidade com regulamentações ambientais, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de energia por meio de microgeração e minigeração distribuída (SGD), por Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, pode incluir as seguintes medidas adicionais para proteção do meio ambiente:*

7.6.1.1. *Monitoramento Ambiental Contínuo: Implementação de sistemas de monitoramento ambiental contínuo para acompanhar o impacto das operações de micro e minigeração distribuída nas áreas circundantes. Isso pode incluir monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo, bem como a*

AMESP
Fls.: 0046
Página
18/4 Assinatura

observação de qualquer alteração nos ecossistemas locais.

7.6.1.2. *Recursos Naturais Renováveis: Priorização do uso de recursos naturais renováveis em todas as fases do projeto, desde a fabricação e instalação dos equipamentos até a operação contínua. Isso pode incluir o uso de materiais sustentáveis, como painéis solares fabricados com baixa pegada de carbono, e a implementação de práticas de construção sustentável.*

7.6.1.3. *Conservação da Biodiversidade: Compromisso com a conservação da biodiversidade local, incluindo a proteção de habitats naturais e espécies ameaçadas. Isso pode envolver a implementação de medidas de mitigação para minimizar o impacto das operações nas áreas de biodiversidade sensível e a promoção da recuperação de habitats degradados.*

7.6.1.4. *Gestão Eficiente de Resíduos: Estabelecimento de um sistema eficiente de gestão de resíduos que minimize a geração de resíduos e promova a reciclagem e reutilização sempre que possível. Isso pode incluir a implementação de práticas de redução de resíduos durante a construção e manutenção das instalações, bem como o descarte adequado de resíduos gerados durante a operação.*

7.6.1.5. *Engajamento da Comunidade: Promoção do engajamento da comunidade local nas operações de micro e minigeração distribuída, fornecendo informações transparentes sobre os impactos ambientais do projeto e solicitando feedback e colaboração para melhorias contínuas. Isso pode incluir a realização de consultas públicas, a criação de comitês consultivos locais e a implementação de programas de educação ambiental.*

8. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA/CONTRATADA

8.1. *Executar o objeto em total conformidade com o Edital, Termo de Referência, anexos e contratos decorrentes, observando estritamente a Lei Federal nº 14.300/2022 e as Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.*

8.2. *Garantir a injeção contínua e a regularidade do fluxo de créditos de energia ativa na rede da concessionária local, observando estritamente os percentuais de rateio indicados pelas unidades consumidoras do Grupo B3 dos municípios contratantes.*

8.3. *Fornecer toda a infraestrutura técnica, operacional, de pessoal, usinas fotovoltaicas, materiais e equipamentos necessários para a cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, viabilizando o fluxo de créditos sem exigir investimento ou custeio pela Administração Pública.*

8.4. *Arcar exclusivamente com todos os custos de investimentos (CAPEX), operação e manutenção (O&M), seguros, tributos e despesas das usinas geradoras, isentando a AMESP e os Municípios de qualquer ônus financeiro ou de custeio sobre os ativos.*

8.5. *Disponibilizar plataforma digital ou portal online que permita à AMESP e aos municípios monitorar,*

AMESP
Fls.: 0047
Página: 9
19/4 Assinatura

mensalmente, o volume de energia gerado, os créditos injetados por Unidade Consumidora (UC) e a economicidade real obtida.

8.6. *Prestar os serviços nos prazos estabelecidos, entregando as notas fiscais devidamente conferidas e acompanhadas das respectivas Ordens de Serviços ou Notas de Autorização expedidas pelos municípios.*

8.7. *Apresentar ao fiscal de contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da expedição de cada ordem de fornecimento ou serviço.*

8.8. *Apresentar o "Visto de Empresa" junto ao CREA-MG ou CRT-MG no ato da assinatura deste instrumento, caso possua sede em outro Estado da Federação.*

8.9. *Efetuar, caso julgue necessário, vistoria técnica nos locais e unidades consumidoras vinculadas, mediante prévio agendamento com o representante do Município contratante.*

8.10. *Manter preposto formal, idôneo e habilitado, aceito pela AMESP e pelos Municípios, com poderes para representá-la operacionalmente, receber notificações da fiscalização, deliberar sobre o contrato e comparecer à sede da municipalidade em até 48 (quarenta e oito) horas após convocação.*

8.11. *Disponibilizar aos canais municipais beneficiários os contatos telefônicos atualizados dos responsáveis operacionais e do representante legal da empresa para pronto atendimento em casos de urgência.*

8.12. *Prestar prontamente todos os esclarecimentos e atendimentos a reclamações solicitados pela AMESP ou pelo contratante, bem como reportar em tempo hábil qualquer intercorrência que possa comprometer a execução contratual.*

8.13. *Desenvolver o trabalho em regime de colaboração com o contratante, participando de reuniões programadas e acatando as orientações e diretrizes da fiscalização;*

8.14. *Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por danos causados à AMESP, aos Municípios ou a terceiros por culpa ou dolo, incluindo falhas operacionais na injeção, atrasos ou erros na parametrização e rateio dos créditos junto à distribuidora que gerem prejuízos ou perda de descontos para a Administração Pública;*

8.15. *Arcar com todos os prejuízos de ações judiciais que a AMESP ou o contratante forem compelidos a responder por força da execução do objeto, incluindo despesas processuais e honorários advocatícios.*

8.16. *Sujeitar-se integralmente às penalidades e sanções administrativas previstas no Edital em caso de não comparecimento para atendimento das demandas, atrasos na injeção ou descumprimento de requisitos técnicos e regulatórios.*

8.17. *Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos os encargos fiscais, comerciais, tributos, contribuições trabalhistas e previdenciárias decorrentes do credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentando os comprovantes de regularidade sempre que solicitado.*

AMESP
Fls.: 0048
Página:
20/4
Assinatura

8.18. *Manter, durante toda a vigência do credenciamento e execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.*

8.19. *Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência por escrito do contratante.*

8.20. *Garantir o tratamento de todos os dados cadastrais, técnicos e de consumo em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros sem autorização prévia e expressa do contratante.*

9. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

9.1. *Firmar os contratos individuais decorrentes do Credenciamento e emitir as respectivas Ordens de Serviço ou Notas de Empenho antes do início da compensação, respeitando o rodízio e a ordem cronológica gerida pela AMESP.*

9.2. *Disponibilizar à CREDENCIADA/CONTRATANTE todas as informações e documentos necessários à execução do objeto, incluindo o mapeamento atualizado, números de instalação e históricos de consumo das Unidades Consumidoras (Grupo B3).*

9.3. *Designar servidor efetivo para fiscalizar o contrato, acompanhar a execução os serviços e avaliar o desempenho da CREDENCIADA/CONTRATANTE.*

9.4. *Validar mensalmente o relatório de medição da CREDENCIADA/CONTRATANTE, confrontando-o com as faturas da concessionária local para comprovar a efetiva injeção e compensação dos créditos.*

9.5. *Conferir se a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) aplica exatamente o desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa regulada vigente.*

9.6. *Pagar a NF-e devidamente atestada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, assegurando a dotação orçamentária necessária, ainda que vinculada às quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou outras transferências constitucionais.*

9.7. *Notificar a CREDENCIADA / CONTRATANTE por escrito, imediatamente, sobre qualquer falha ou anormalidade no fluxo de compensação ou no faturamento, fixando prazo de correção compatível com as regras da concessionária local.*

9.8. *Comunicar à CREDENCIADA/CONTRATANTE, em até 3 (três) dias úteis, qualquer notificação ou alteração regulatória da concessionária local que impacte o sistema de compensação ou as usinas.*

9.9. *Aplicar as sanções administrativas e penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, observada a legislação vigente.*

9.10. *Emitir, ao término do contrato ou periodicamente quando solicitado, os competentes Atestados de*

AMESP
FLS.: 0049
Página: 9
21/4 Assinatura

Capacidade Técnica Operacional, especificando o volume de energia (kWh) e os créditos efetivamente transacionados e validados no período.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O Contratado deverá exigir dos subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.11. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Consórcio e os municípios consorciados nas hipóteses previstas na LGPD.*

AMESP FLS.: 0050 Página: 22/40 Assinatura

10.12. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.13. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

11. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

11.1. *A AMESP reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência e seus Anexos ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no art. 104 inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.*

11.2. *Qualquer tolerância por parte da AMESP, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela empresa credenciada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a AMESP exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.*

11.3. *A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a AMESP e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da empresa CREDENCIADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a Credenciada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.*

11.4. *Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste projeto, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da CREDENCIANTE.*

11.5. *Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar à CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.*

11.6. *Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales transportes e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo.*

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DO MODELO DE GESTÃO

12.1. *O presente credenciamento global será formalizado pela AMESP por meio da assinatura do Termo de Credenciamento com todos os habilitados. Para a execução dos serviços no âmbito de cada ente federativo, os municípios consorciados formalizarão suas contratações individuais por meio de Termo de Contrato de Adesão Derivado ou Ordem de Serviço de Convocação, nos moldes autorizados pelo artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual vinculará o credenciado às condições padronizadas, volumes e descontos estipulados neste*

AMESP
Fls: 0051
Página
2374 Assinatura

Termo de Referência.

12.2. *Para fins de execução dos serviços e vinculação das partes, a Ordem de Serviço, Chamamento ou Convocação emitida pela Administração Pública será considerada como instrumento hábil e suficiente, substituindo o contrato administrativo tradicional, e conterá, no mínimo:*

12.2.1. *Identificação do prestador credenciado;*

12.2.2. *Objeto específico da prestação;*

12.2.3. *Quantitativos e prazos;*

12.2.4. *Local de execução;*

12.2.5. *Valor e forma de pagamento;*

12.2.6. *Demais condições necessárias à execução do serviço.*

12.3. *A emissão da Ordem de Serviço implicará aceitação automática das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, vinculando o credenciado à execução da atividade nas condições estipuladas.*

12.4. *Cada Ordem de Serviço corresponderá a uma contratação autônoma, com prazo, valor e obrigações definidos, sendo vedado ao credenciado recusar o cumprimento sem justificativa fundamentada, sob pena de descredenciamento.*

12.5. *O não cumprimento injustificado da Ordem de Serviço poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas neste Edital, inclusive o descredenciamento, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.*

12.6. *O termo de credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

12.7. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução dos serviços de compensação por culpa exclusiva da Administração ou da Distribuidora local, o cronograma será formalmente revisado e os prazos prorrogados automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila.*

12.8. *Caso a paralisação ou suspensão dos serviços ocorra por fato imputável exclusivamente ao município contratante após o início da injeção efetiva da energia, este responderá pelo pagamento dos saldos de geração acumulados e injetados até a data do evento, sem prejuízo das penalidades contratuais cabíveis.*

12.9. *As comunicações entre o órgão ou entidade e o Credenciado convocado para execução devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*

12.10. *O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.*

AMESP
Fls: 0052
24/40
Assinatura

12.11. *Após a assinatura do termo de credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião de inicialização, disponibilização de bancos de dados acesso a informações internas, como relatórios, planilhas, projetos, croquis, projetos de leis, planos de ação e planejamentos estratégicos, e quaisquer dados e informações necessárias à execução do objeto.*

12.12. *O Credenciado assinará termo de manutenção de sigilo em relação as informações e dados privilegiados que tiver acesso para garantia da execução do objeto do termo de credenciamento.*

12.13. *A responsabilidade pelo vazamento dolosa dos dados e informações será apurada com responsabilização civil, penal e administrativa.*

12.14. *A utilização dos dados e informações para fins de estudos científicos é autorizada desde que o projeto tenha sido aprovado por comitê de ética em pesquisa de IES - Instituição de Ensino Superior formalmente constituído na IES, desnecessária a vinculação à Plataforma Brasil do Ministério da Saúde ou equivalente.*

12.15. *O plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do termo, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

13. HABILITAÇÃO TÉCNICA

13.1. EXIGÊNCIA TÉCNICA

13.1.1. *Os Interessados deverão apresentar, na* ***FASE DE HABILITAÇÃO TÉCNICA****, os documentos compatíveis ao objeto e estritamente necessários à garantia de sua perfeita execução, compreendendo:*

a) Atestado de Capacidade Técnica Operacional (Pessoa Jurídica): *Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado ou contendo carimbo de CNPJ que permita a devida identificação do emitente. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar que a licitante possui experiência na operação, execução e/ou manutenção de empreendimento de usinas fotovoltaicas com potência instalada de, no mínimo, 1,4 MWp (um vírgula quatro megawatt-pico). Obrigatoriamente, o documento deve evidenciar que a empresa executou as seguintes atividades essenciais:*

I) Execução de projetos executivos de engenharia elétrica;

II) Montagem de estruturas de solo (do tipo fixas ou com rastreamento solar - tracker);

III) Instalação de subestações de transformação, inversores ou eletrocentros (como SKID/Cabines de Medição);

IV) Implantação de sistema ou plataforma supervisória de monitoramento remoto de dados de geração.

b) Capacidade Técnico-Profissional: *Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente*

AMESP
Fls.: 0053
25/40
Assinatura

registrada no CREA competente, acompanhada de atestado que demonstre que um profissional de seu quadro permanente (Engenheiro Eletricista) atuou diretamente na execução, operação ou manutenção de empreendimentos fotovoltaicos de complexidade similar.

c) ***Vínculo Profissional:*** *Declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, indicando o Engenheiro Eletricista que responderá tecnicamente pelos serviços previstos no Edital, cujo nome virá a constar da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Deve ser anexada a comprovação do vínculo por meio de contrato de prestação de serviços, CTPS ou ato constitutivo (se sócio).*

d) ***Comprovação de Ativos em Operação (GD I):*** *Apresentação de documentos hábeis (tais como CUSD, Parecer de Acesso, carta de vistoria ou fatura de energia emitida pela concessionária local) que comprovem que a interessada possui em seus ativos, próprios ou via SPE sob seu controle societário, usinas fotovoltaicas com potência mínima total de 1,4 MWp (um vírgula quatro megawatt-pico) em condições de pronta e plena operação, enquadradas estritamente na categoria GD I, para disponibilidade imediata ao processo de compensação.*

13.1.1.1. *O(s) atestado(s) de capacidade técnica operacional (Pessoa Jurídica) poderá(ão) ser apresentado(s) tanto em nome da empresa matriz quanto de suas filiais, devendo vir emitido(s) em papel timbrado do órgão ou empresa expedidora, ou conter carimbo de CNPJ e assinatura que permitam a clara identificação do emitente.*

13.1.1.2. *A exigência de comprovação de experiência técnico-profissional e operacional em aspectos essenciais do setor fotovoltaico visa garantir que a contratada disponha da expertise e do conhecimento necessários para a execução do serviço, assegurando a qualidade, estabilidade e mitigação de riscos na injeção de créditos para a Administração Pública.*

13.2. CRITÉRIO DE ORGANIZAÇÃO DA LISTA E DO REGIME DE RODÍZIO

13.2.1. *Chamamento e Fluxo Operacional do Rodízio: O chamamento dos interessados formalmente credenciados para a celebração das contratações derivadas com os municípios que integram a estrutura consorciada da AMESP dar-se-á de maneira estritamente sequencial e impessoal, adotando-se como critério de ordenação a ordem cronológica de protocolo de entrega e homologação dos documentos de habilitação (regra do prior in tempore, potior in jure). Este fluxo sequencial será mantido até o limite do atendimento integral da demanda energética consolidada das unidades consumidoras dos entes consorciados. Incumbirá exclusivamente à AMESP a atribuição de gerenciar, monitorar, dar publicidade e manter permanentemente atualizada a listagem geral com o posicionamento atual de cada credenciado na fila de atendimento.*

13.2.2. *Contratação Paralela, Não Excludente e Mecanismo de Rotatividade: Em consonância com a natureza jurídica de contratação paralela e não excludente inerente ao instituto do credenciamento, resta vedada*

AMESP
Fls: 0054
26/40
Assinatura

a exclusão de interessados habilitados por critérios de mérito técnico ou notas competitivas. O município consorciado demandante efetuará a convocação do credenciado que figurar, no respectivo momento, no topo da lista única gerenciada pela AMESP. O fluxo de rotatividade operará sob as seguintes diretrizes:

a) *Uma vez emitido o Termo de Contrato de Adesão Derivado ou o correspondente instrumento convocatório (Ordem de Serviço) e aceito o fornecimento pelo credenciado da vez, este terá sua cota de energia vinculada e seu nome será automaticamente realocado para a última posição da lista de espera vigente, permitindo que a fila avance de forma linear e contínua;*

b) *É facultada a contratação concomitante e simultânea de múltiplos credenciados por um mesmo município consorciado, desde que respeitada rigorosamente a ordem da fila e configurada a incapacidade técnica ou operacional do fornecedor do topo em suprir a demanda volumétrica integral exigida de maneira isolada;*

c) *Caso o credenciado convocado demonstre incapacidade temporária de atendimento por limitação na potência de suas usinas fotovoltaicas em pronta operação, o município passará à convocação do próximo credenciado da lista, restando assegurado ao fornecedor preterido temporariamente o direito de manter sua posição original na fila para as chamadas subsequentes, sem a aplicação de quaisquer penalidades administrativas.*

13.2.3. *Revisão Periódica e Regras de Ingresso Permanente de Novos Licitantes: A listagem unificada de fornecedores credenciados estará sujeita a permanente revisão, auditoria e atualização formal por parte da AMESP, a ser realizada a cada nova contratação efetivada ou sempre que ocorrerem oscilações e alterações no volume de energia global disponível ou demandada pelas municipalidades. Por se tratar de um procedimento auxiliar de fluxo contínuo e permanente, novos fornecedores interessados poderão postular seu credenciamento a qualquer tempo durante o prazo de vigência do edital. Uma vez analisada e deferida a documentação de habilitação desses novos entrantes, estes serão obrigatoriamente inseridos no final da lista de espera então vigente, respeitando-se e preservando-se a antiguidade e a expectativa de direito das empresas que já integravam o banco de dados e aguardavam o chamamento pelo rodízio.*

14. DO VALOR

14.1. *Para a definição do valor estimado da presente contratação, utilizou-se como parâmetro o histórico financeiro dos desembolsos reais efetuados com energia elétrica pelos municípios consorciados, cujos dados foram obtidos por amostragem e projeção orçamentária por meio dos respectivos Portais da Transparência, deduzidas as parcelas atribuíveis à iluminação pública (Subgrupo B4) conforme a proporcionalidade descrita*

AMESP
Fls: 0055
27/40
Assinatura

neste termo.

14.2. *O valor de referência global da licitação reflete a projeção da despesa financeira anualizada direcionada ao Subgrupo B3 dos municípios integrantes do Consórcio, segregada por concessionária de energia elétrica distribuidora da seguinte forma:*

- *Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 (quinze milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e dezessete reais e dez centavos);*
- *Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);*

Valor Total de Referência: R$ 20.398.492,45 (vinte milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos).

14.3. *Considerando o percentual de desconto obrigatório fixado para o credenciamento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os gastos, o teto financeiro estimado e o potencial de economia global da contratação são calculados por meio da aplicação do desconto diretamente sobre o valor histórico orçado, conforme demonstrado a seguir:*

- *Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 – 25% = R$ 11.634.537,83 (Onze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos).*
- *Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 – 25% = R$ 3.664.331,51 (Três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos).*

14.4. *Portanto, a estimativa final máxima para contratação é de* ***R$ 15.298.869,34 (quinze milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).***

14.5. *Fica estipulado que o valor global estimado e as matrizes físicas calculadas cumprem a função regulatória de balizar o teto máximo das dotações orçamentárias e demonstrar a viabilidade econômica do projeto face à pesquisa de mercado. Sendo a Administração Pública regida pelo princípio da eficiência e da modicidade de despesas, as flutuações de consumo para mais ou para menos, decorrentes da dinâmica operacional de cada prefeitura, integram o risco comercial ordinário do negócio, não conferindo à Credenciada direito a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou indenizações caso a demanda real apurada seja inferior à média histórica projetada.*

15. ESTIMATIVA DO DESCONTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. *Os descontos referenciais para os serviços de cessão onerosa de fornecimento de energia fotovoltaica (objeto) via sistema de microgeração e de minigeração distribuída de energia elétrica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), na modalidade mini e microgeração distribuída, tarifa vigente na data da compensação, composta e acrescida dos impostos vigentes (PIS/COFINS e ICMS) estão baseados valores*

AMESP
Fls.: 0056
Página
28/40
Assinatura

decorrentes do ETP e consiste de 25% (vinte e cinco por cento) de desconto estimado fixado.

15.2. *O desconto fixado foi encontrado na pesquisa de mercado descrita no ETP e está na margem entre 22,5% e 25% de desconto mínimo e ideal sobre o preço de referência das médias das faturas da distribuidora/concessionária do ente contratante. Tais descontos foram determinados de acordo com os valores praticados no mercado sobre o item pesquisado, qual seja: Item: "fornecimento de energia elétrica fotovoltaica por meio de cessão onerosa de energia elétrica renovável, em regime de micro e minigeração distribuída fotovoltaica, na modalidade de Geração Compartilhada, para compensação de créditos no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), com o critério de remuneração baseado em um percentual de desconto sobre o valor da energia compensada".*

15.3. *A contratação deverá estar adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro do município contratante no momento do chamamento do credenciado para assinatura do contrato relativo ao TR-Termo de Referência do presente Credenciamento.*

15.4. *Os valores a serem pagos às empresas CREDENCIADAS serão efetuados mediante depósito direto em conta corrente/transferência bancária on-line ou através de cheque nominal, de acordo com cada fonte de recursos.*

15.5. *Caso haja documentos faltantes ou incorretos, ou qualquer pendência ou irregularidade quanto aos serviços prestados, não será iniciada a contagem de prazo para pagamento.*

16. DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

16.1. *O pagamento será realizado mensalmente pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE à Credenciada, considerando a fatura de energia consumida, com a aplicação do desconto ofertado sobre a tarifa vigente no período de consumo da injeção da energia, conforme desconto contratado.*

16.2. *O faturamento terá como base o mês fechado (do dia 01 ao último dia do mês anterior), obedecendo rigorosamente ao padrão de contagem e faturamento de energia da Concessionária Distribuidora local.*

16.3. *Para fins de faturamento e pagamento, a empresa Credenciada deverá encaminhar ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a medição dos serviços realizados, formalizada em relatório próprio, datado e assinado digitalmente pelo responsável legal da Credenciada e pelo Fiscal do Contrato.*

16.4. *Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Credenciada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.*

16.5. *Após a análise, conferência e aprovação da medição pela fiscalização, a Credenciada será autorizada a*

AMESP
Proc. 0057
29/40
Assinatura

proceder com a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), devendo encaminhar os arquivos eletrônicos (.xml e .pdf) para o endereço eletrônico institucional informado no ato da contratação.

16.6. *O pagamento pela efetiva execução do objeto ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável, acompanhada das Ordens de Serviços expedidas pelos municípios pertencentes à AMESP, observando-se a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.*

16.7. *O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de depósito ou transferência bancária na conta corrente vinculada ao CNPJ da Credenciada, realizando-se a retenção tributária prevista na legislação aplicável, correndo a despesa na dotação orçamentária do CREDENCIANTE/CONTRATANTE, não sendo admitidos pagamentos por meio de boleto bancário, cheque, ordem de pagamento avulsa ou conta poupança.*

16.8. *O pagamento ficará condicionado à apresentação e regularidade das Certidões Negativas (ou Positivas com efeitos de Negativa) de Débitos vigentes junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).*

16.9. *Caso a validade de qualquer das certidões apresentadas seja inferior a 15 (quinze) dias, a Credenciada deverá providenciar a sua respectiva atualização antes da liberação do pagamento.*

16.10. *Identificada qualquer irregularidade na emissão dos documentos fiscais, divergência de valores, falta de comprovação de adimplência fiscal ou obrigações financeiras pendentes em virtude de penalidade contratual, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem integral de 30 (trinta) dias a partir da regularização, sem direito a reajustes ou correções no período.*

16.11. *O Credenciado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização reter o ateste e o pagamento relativo ao último mês de prestação de serviços até que sejam sanadas todas as pendências e comprovado o cumprimento das obrigações trabalhistas.*

16.12. *Na hipótese de inadimplemento ou atraso no pagamento por razões imputáveis exclusivamente ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira e encargos moratórios à taxa nominal de 0,5% ao mês (6% ao ano), em regime de juros simples desde o vencimento até o efetivo pagamento, calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde:*

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438%;

VP = Valor da prestação/parcela em atraso.

AMESP
Fls. 0058
30/40
Assinatura

16.13. *O poder público municipal terá o prazo de até 06 (seis) meses para a regularização de eventuais pendências cadastrais ou técnicas nas unidades consumidoras sob sua responsabilidade, garantindo o alinhamento com a empresa credenciada para o início das compensações.*

16.14. *A falta de pagamento das parcelas pelo prazo superior a 2 (dois) meses, nos termos do artigo 137, § 2º, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, dá direito à empresa Credenciada pleitear a rescisão contratual por culpa do Município, acarretando a retirada da unidade consumidora da compensação de créditos e o seu retorno ao mercado cativo da concessionária local, cujo processo levará pelo menos 90 (noventa) dias para ser regularizado, garantido o pagamento do saldo de créditos remanescentes.*

17. MONITORAMENTO E RELATÓRIOS

17.1. *A Credenciada deverá disponibilizar relatórios periódicos em meio digital à AMESP e aos municípios contratantes, contendo os volumes de energia efetivamente transacionados e os indicadores necessários ao estrito acompanhamento da prestação dos serviços, abrangendo, no mínimo:*

17.1.1. *Relatórios mensais detalhados especificando a quantidade de energia injetada na rede de distribuição e o respectivo volume de créditos de energia compensados, individualizados por unidade consumidora;*

17.1.2. *Relatório de demonstrativo de economicidade, atualizado mensal e anualmente, confrontando os custos da energia injetada via Geração Distribuída (GD) com o faturamento que ocorreria sob as regras convencionais de fornecimento do Ambiente de Contratação Cativo (ACC) da distribuidora local;*

17.1.3. *Relatório de acompanhamento de eventuais saldos de créditos de energia acumulados e não compensados dentro do ciclo de faturamento corrente.*

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. *A execução dos contratos decorrentes deste credenciamento será acompanhada e fiscalizada por representantes expressamente designados pelos entes consorciados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das atividades de acompanhamento global a serem exercidas pela AMESP, mediante previsão em termo de cooperação ou instrumento equivalente.*

18.2. *Cada município consorciado indicará, em seus respectivos instrumentos contratuais ou atos normativos próprios, os servidores responsáveis pela fiscalização técnica e administrativa da execução do objeto.*

18.3. *A fiscalização de que trata este capítulo dar-se-á mediante a emissão de relatórios periódicos, cujos parâmetros, prazos e metodologias observarão as diretrizes estabelecidas na Matriz de Riscos constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e as cláusulas formalizadas em cada contrato bilateral.*

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de modernização e eficiência energética, estruturado por meio deste Termo de Referência, visa consolidar uma gestão pública sustentável, econômica e transparente para o Consórcio AMESP e seus

AMESP
Folha 0059
31/40
Assinatura

municípios consorciados. A modelagem de contratação por meio de cessão onerosa do direito de uso de energia solar fotovoltaica reflete o alinhamento da região com as metas globais de desenvolvimento sustentável e com a responsabilidade fiscal de curto e longo prazo, garantindo risco zero para a Administração Pública.

Todas as condições técnicas, operacionais, fluxos de faturamento e regras do regime de rodízio linear estabelecidos neste instrumento vinculam integralmente as partes contratantes. A execução do objeto deverá observar rigorosamente a segurança das operações, o sigilo no tratamento de dados nos termos da LGPD e a estrita conformidade com o Marco Legal da Geração Distribuída e resoluções vigentes da ANEEL.

Este Termo de Referência é composto por 40 (quarenta) páginas, sendo:

1 - Termo de Referência (página nº 1)

2 - Anexo A – Tabela Orçamentária (página nº 32)

3 - Anexo B – Memorial de Cálculo (página nº 34)

4 - Anexo C – Anotação de responsabilidade Técnica – A.R.T. (página nº 39)

Pouso Alegre (MG), 2 de julho de 2026.

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 8000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 Dados: 2026.07.02 10:35:44 -03'00'

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691 07691
Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691 Dados: 2026.07.02 10:33:19 -03'00'

Icthus Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 11.753.418/00014-96
CREA-MG: PJ 51.236 / CAU-MG: PJ 66330-1
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 46.052/D

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.02 10:54:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Leandro Alkmim Teixeira
Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 79.117/D

AMESP 0060 32/40 Assinatura

ANEXO A - TABELA ORÇAMENTÁRIA
CREDENCIAMENTO CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

1. TABELA ORÇAMENTÁRIA

1.1. *Os valores foram estimados baseadas no número de municípios consorciados e as suas unidades consumidoras. Verificar o detalhamento dos valores conforme o ANEXO B.*

1.2. *Para o credenciamento fixará o percentual de remuneração fixada em no mínimo 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança.*

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais					
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo R$/ano (Total)	Consumo Subgrupo B3 (40% do total)	Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)	FONTE
	TOTAL	R$ 38.781.792,76	R$ 15.512.717,10	R$ 23.269.075,66	
1	ALBERTINA	R$ 680.136,30	R$ 272.054,52	R$ 408.081,78	
2	ALFENAS	R$ 4.141.359,11	R$ 1.656.543,64	R$ 2.484.815,47	
3	ANDRADAS	R$ 2.434.003,08	R$ 973.601,23	R$ 1.460.401,85	
4	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 1.057.521,11	R$ 423.008,44	R$ 634.512,67	
5	CAREAÇU	R$ 399.125,25	R$ 159.650,10	R$ 239.475,15	
6	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 1.078.007,33	R$ 431.202,93	R$ 646.804,40	
7	CONGONHAL	R$ 1.094.230,55	R$ 437.692,22	R$ 656.538,33	
8	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 278.420,52	R$ 111.368,21	R$ 167.052,31	
9	INCONFIDENTES	R$ 633.409,27	R$ 253.363,71	R$ 380.045,56	
10	IPUIUNA	R$ 416.812,33	R$ 166.724,93	R$ 250.087,40	Portal de Transparência
11	JACUTINGA	R$ 6.078.443,31	R$ 2.431.377,32	R$ 3.647.065,99	
12	MONTE SIÃO	R$ 3.305.852,84	R$ 1.322.341,14	R$ 1.983.511,70	
13	OURO FINO	R$ 4.848.666,37	R$ 1.939.466,55	R$ 2.909.199,82	
14	PARAISÓPOLIS	R$ 1.496.364,40	R$ 598.545,76	R$ 897.818,64	
15	POÇO FUNDO	R$ 1.390.344,74	R$ 556.137,90	R$ 834.206,84	
16	POUSO ALEGRE	R$ 2.780.375,39	R$ 1.112.150,16	R$ 1.668.225,23	
17	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 4.068.857,01	R$ 1.627.542,80	R$ 2.441.314,21	
18	SÃO BENTO ABADE	R$ 395.030,08	R$ 158.012,03	R$ 237.018,05	
19	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 900.991,14	R$ 360.396,46	R$ 540.594,68	
20	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 264.101,23	R$ 105.640,49	R$ 158.460,74	
21	SILVIANÓPOLIS	R$ 521.454,70	R$ 208.581,88	R$ 312.872,82	
22	TURVOLÂNDIA	R$ 518.286,70	R$ 207.314,68	R$ 310.972,02	

		Grupo ENERGISA			
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo R$ /ano (Total)	Consumo Subgrupo B3 (40% do total)	Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)	FONTE
TOTAL		R$ 12.214.438,36	**R$ 4.885.775,35**	R$ 7.328.663,01	Portal de Transparência
1	BUENO BRANDÃO	R$ 552.819,49	R$ 221.127,80	R$ 331.691,69	
2	CAMANDUCAIA	R$ 2.143.610,73	R$ 857.444,29	R$ 1.286.166,44	
3	CAMBUÍ	R$ 1.957.992,35	R$ 783.196,94	R$ 1.174.795,41	
4	ESTIVA	R$ 974.193,79	R$ 389.677,52	R$ 584.516,27	
5	ESTREMA	R$ 6.585.822,00	R$ 2.634.328,80	R$ 3.951.493,20	

1.3. *Foi utilizado para estimar a demanda de consumo de energia por município consorciados consumo real de cada município extraído do site da Transparência, em relação ao consumo de energia de cada município.*

1.4. *Considerando o percentual de desconto obrigatório fixado para o credenciamento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os gastos, o teto financeiro estimado e o potencial de economia global da contratação são calculados por meio da aplicação do desconto diretamente sobre o valor histórico orçado, conforme demonstrado a seguir:*

- *Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 – 25% = R$ 11.634.537,83*
- *Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 – 25% = R$ 3.664.331,51*

1.5. *Portanto, a estimativa final máxima para contratação é de* ***R$ 15.298.869,34 (quinze milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).***

1.6. *Ressalta-se que a fixação dos valores máximos acima cumpre finalidade estritamente orçamentária e de balizamento licitatório. Os pagamentos efetivos às Credenciadas serão realizados com base na energia efetivamente injetada e convertida em créditos (kWh), aplicando-se o percentual de desconto contratado sobre a tarifa vigente homologada pela ANEEL para a respectiva concessionária (CEMIG ou Energisa) no respectivo ciclo de faturamento, acrescida dos impostos e bandeiras, conforme a fórmula de cálculo de performance prevista neste Termo de Referência no item 5.5.3 e fórmula generalizada abaixo:*

Valor Concessionária = [Consumo (kwh) x Tarifa Vigente da Concessionária com devidos impostos] – 25%

Pouso Alegre (MG), 2 de julho de 2026.

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.07.02 10:35:19 -03'00'

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.02 10:55:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Icthus Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 11.753.418/00014-96
CREA-MG: PJ 51.236 / CAU-MG: PJ 66330-1
Leandro Alkmim Teixeira
Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 79.117/D

AMESP
Fls. 0062
34/40
Assinatura

ANEXO B - MEMORIAL DE CÁLCULO

CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

1. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO:

1.1. *Para a estimativa do valor de referência da contratação de cada ente consorciado, adotou-se o histórico financeiro dos desembolsos realizados junto às concessionárias de energia elétrica (CEMIG e ENERGISA) durante o exercício de 2025, cujos dados foram extraídos diretamente dos respectivos Portais da Transparência Municipais. O quantitativo financeiro estimado encontra-se detalhado na tabela constante deste item.*

1.2. *Para conciliar a celeridade administrativa com a segurança jurídica necessária à instrução do feito, a metodologia adotada utilizou o histórico consolidado de desembolsos públicos auditados de 2025. Essa abordagem confere realismo e fidedignidade científica aos valores de partida para o dimensionamento das usinas pelas proponentes. Todavia, de modo a resguardar a elasticidade necessária à gestão dos contratos individuais pelos municípios, reitera-se que os dados representam uma fotografia retrospectiva e projetada, e não um bloco de energia consolidado de contratação compulsória, prevalecendo sempre a medição física registrada nos relógios da distribuidora local.*

1.3. *Visando conferir realismo orçamentário ao projeto ao longo de sua vigência, a modelagem financeira considerou a tendência histórica de expansão da carga energética e do crescimento vegetativo do consumo nas repartições públicas. A análise comparativa dos balanços financeiros consolidados entre os exercícios de 2024 e 2025 demonstrou uma variação nominal de acréscimo na ordem de 22,98%. Alinhado a um critério prudencial e conservador, o Consórcio adotou o índice de 20% (vinte por cento) a título de fator multiplicativo para a projeção de crescimento do consumo para os anos subsequentes.*

1.4. *Adicionalmente, previu-se uma margem de segurança orçamentária de 10% (dez por cento), patamar usualmente praticado no mercado público, destinada a suportar eventuais expansões na infraestrutura do próprio consórcio, bem como o manejo de futuras adesões caronas ao Credenciamento, por parte de novos municípios aderentes. Essa margem preventiva é fundamental para assegurar que o consórcio disponha de lastro financeiro suficiente para absorver a inclusão de novas secretarias ou a modernização de prédios públicos existentes durante o período de vigência contratual.*

1.5. *Desta forma, os valores históricos apurados no exercício de 2025 foram majorados no percentual consolidado de 30% (trinta por cento), sendo estes valores a representatividade estimada para o consumo do exercício de 2026, estabelecendo o teto financeiro global e referencial para o dimensionamento da presente licitação, conforme demonstrado na tabela abaixo:*

AMESP
Fls: 0063
35/40
Assinatura

Levantamento gasto com consumo de energia dos municípios consorciados à AMESP					
Nº	MUNICÍPIOS	R$ Energia / ano 2024	R$ Energia / ano 2025	R$ Energia /ano Estimativa 2026	FONTE
	TOTAL R$ energia / ano	R$ 31.898.531,76	R$ 39.227.870,08	R$ 50.996.231,11	-
1	ALBERTINA	R$ 441.647,61	R$ 523.181,77	R$ 680.136,30	Portal da Transparência
2	ALFENAS	R$ 2.966.955,69	R$ 3.185.660,85	R$ 4.141.359,10	
3	ANDRADAS	R$ 1.559.804,63	R$ 1.872.310,06	R$ 2.434.003,08	
4	BUENO BRANDÃO	R$ 497.404,14	R$ 425.245,76	R$ 552.819,49	
5	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 680.376,03	R$ 813.477,78	R$ 1.057.521,11	
6	CAMANDUCAIA	R$ 1.412.501,29	R$ 1.648.931,33	R$ 2.143.610,73	
7	CAMBUÍ	R$ 1.389.819,75	R$ 1.506.147,96	R$ 1.957.992,35	
8	CAREAÇU	R$ 258.778,91	R$ 307.019,42	R$ 399.125,25	
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 926.219,09	R$ 829.236,41	R$ 1.078.007,33	
10	CONGONHAL	R$ 578.237,91	R$ 841.715,81	R$ 1.094.230,55	
11	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 180.518,17	R$ 214.169,63	R$ 278.420,52	
12	ESTIVA	R$ 668.546,07	R$ 749.379,84	R$ 974.193,79	
13	EXTREMA	R$ 2.592.579,46	R$ 5.066.016,92	R$ 6.585.822,00	
14	INCONFIDENTES	R$ 470.843,33	R$ 487.237,90	R$ 633.409,27	
15	IPUIUNA	R$ 317.525,12	R$ 320.624,87	R$ 416.812,33	
16	JACUTINGA	R$ 4.504.384,03	R$ 4.675.725,62	R$ 6.078.443,31	
17	MONTE SIÃO	R$ 2.066.709,17	R$ 2.542.963,72	R$ 3.305.852,84	
18	OURO FINO	R$ 2.739.596,60	R$ 3.729.743,36	R$ 4.848.666,37	
19	PARAISÓPOLIS	R$ 1.200.023,86	R$ 1.151.049,54	R$ 1.496.364,40	
20	POÇO FUNDO	R$ 1.051.214,99	R$ 1.069.495,95	R$ 1.390.344,74	
21	POUSO ALEGRE	R$ 870.436,60	R$ 2.138.750,30	R$ 2.780.375,39	
22	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 2.607.483,15	R$ 3.129.890,01	R$ 4.068.857,01	
23	SÃO BENTO ABADE	R$ 247.778,01	R$ 303.869,29	R$ 395.030,08	
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 776.742,38	R$ 693.070,11	R$ 900.991,14	
25	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 196.343,43	R$ 203.154,79	R$ 264.101,23	
26	SILVIANÓPOLIS	R$ 374.822,10	R$ 401.119,00	R$ 521.454,70	
27	TURVOLÂNDIA	R$ 321.240,24	R$ 398.682,08	R$ 518.286,70	

1.6. *Estão compreendidas neste volume a energia dos prédios públicos (Subgrupo B3), os espaços públicos – iluminação pública – (Subgrupo B4) e a alta tensão (Grupo A). Contudo, considera-se objeto do presente credenciamento apenas as unidades consumidoras pertencentes ao Subgrupo B3 (Demais Classes). Ficam excluídos do escopo as redes de iluminação pública (B4) e as estruturas do Grupo A (Alta Tensão), sendo que estas últimas recebem energia da concessionária em tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV), possuindo maior complexidade técnica e regras diferenciadas de faturamento.*

1.7. *O presente estudo foi elaborado com base em cálculos de proporcionalidade e amostragem de dados orçamentários. Para tanto, realizou-se uma varredura nos Portais da Transparência dos municípios consorciados, mapeando os históricos de valores liquidados e pagos à concessionária local por meio da Fonte de*

AMESP
Fls: 0064
36/40
Assinatura

Recursos vinculada à COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública), com o intuito de identificar o montante direcionado ao custeio do Subgrupo B4 (Iluminação Pública).

***1.8.** Diante das oscilações de lançamentos contábeis e da heterogeneidade dos sistemas de transparência de parte dos municípios - os quais inviabilizaram a extração padronizada desses dados em 100% das localidades - adotou-se o critério de **amostragem estatística**. Nessa etapa, os dados foram avaliados segregando separadamente os municípios atendidos pela CEMIG e os atendidos pela ENERGISA. Nos cenários em que o histórico orçamentário via COSIP pôde ser mapeado de forma clara, os valores percentuais médios encontrados foram:*

- *Municípios Concessionária CEMIG: 61,27% voltados ao custeio de iluminação pública e alta tensão, e 38,73% alocados nos prédios públicos;*
- *Municípios Concessionária ENERGISA: 59,90% voltados ao custeio de iluminação pública e alta tensão, e 40,10% alocados nos prédios públicos.*

***1.9.** Diante da expressiva convergência dos resultados obtidos em ambas as concessões, adotou-se, por critério de padronização e simetria regulatória, a matriz arredondada de 60% para o Grupo A/Subgrupo B4 e 40% para o Subgrupo B3, sendo esta replicada uniformemente para todos os municípios integrantes, conforme tabelas apresentada no Anexo A.*

1.10. Nota Técnica Explicativa ao Memorial de Cálculo (Metodologia de Estimativa de Consumo Físico):

***1.10.1.** Considerando os desembolsos contábeis mapeados no encerramento do exercício de 2025 junto aos Portais da Transparência, e com o estrito objetivo de conferir balizamento técnico de engenharia ao certame, apresenta-se a projeção física em quilowatts-hora (kWh) das demandas estimadas para o Subgrupo B3.*

***1.10.2.** Diante da abrangência interfederativa do Consórcio AMESP, o mapeamento considerou as regras de faturamento e os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as duas concessionárias atuantes na região:*

- *Concessionária CEMIG: Adotou-se como parâmetro prudencial o cenário de Bandeira Vermelha Patamar 1, cujo valor de mercado para a subclasse B3 vigora na ordem de R$ 1,70625 por kWh (arredondado analiticamente para R$ 1,71/kWh), já contemplando a composição de TUSD, TE, encargos e os tributos incidentes (ICMS, PIS/PASEP e COFINS).*
- *Concessionária ENERGISA: Adotou-se, de forma simétrica e prudencial sob o mesmo regime de Bandeira Vermelha Patamar 1, a tarifa média homologada com impostos para o subgrupo comercial/poder público da distribuidora local, arbitrada referencialmente em R$ 1,65/kWh.*

Referencial Metodológico das Tarifas: Cf. CEMIG (Bandeiras Tarifárias), disponível em: https://www.cemig.com.br/atendimento/bandeira-tarifaria/; Cf. Grupo ENERGISA (Tarifas e Regulação); Cf. ANEEL (Composição de Tarifas de Distribuição das Concessionárias de Minas Gerais)

AMESP 0065 Rubrica 37/40 Assinatura

1.10.3. *Partindo do gasto financeiro histórico de 2025, aplicou-se a divisão linear pela respectiva tarifa referencial de cada área de concessão (R$ 1,71/kWh para os municípios CEMIG e R$ 1,65/kWh para os municípios ENERGISA), projetando-se a seguinte matriz de demanda física de lastro para que as Credenciadas avaliem a viabilidade de acoplamento de suas usinas.*

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais				
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo Grupo B3 (40%) R$/ano (2025)	Consumo estimativo 2025 Tarifa (kwh/ano)	Consumo estimativo 2026 (+30%) Tarifa (kwh/ano)
	TOTAL	R$ 11.932.859,30	6.994.642	9.093.035
1	ALBERTINA	R$ 209.272,71	122.669	159.469
2	ALFENAS	R$ 1.274.264,34	746.931	971.010
3	ANDRADAS	R$ 748.924,02	438.994	570.692
4	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 325.391,11	190.733	247.953
5	CAREAÇU	R$ 122.807,77	71.986	93.582
6	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 331.694,56	194.428	252.757
7	CONGONHAL	R$ 336.686,32	197.354	256.561
8	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 85.667,85	50.216	65.280
9	INCONFIDENTES	R$ 194.895,16	114.241	148.513
10	IPUIUNA	R$ 128.249,95	75.176	97.729
11	JACUTINGA	R$ 1.870.290,25	1.096.301	1.425.192
12	MONTE SIÃO	R$ 1.017.185,49	596.240	775.112
13	OURO FINO	R$ 1.491.897,34	874.500	1.136.850
14	PARAISÓPOLIS	R$ 460.419,82	269.883	350.847
15	POÇO FUNDO	R$ 427.798,38	250.761	325.989
16	POUSO ALEGRE	R$ 855.500,12	501.465	651.905
17	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 1.251.956,00	733.855	954.011
18	SÃO BENTO ABADE	R$ 121.547,72	71.247	92.621
19	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 277.228,04	162.502	211.252
20	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 81.261,92	47.633	61.923
21	SILVIANÓPOLIS	R$ 160.447,60	94.049	122.264
22	TURVOLÂNDIA	R$ 159.472,83	93.478	121.521

Grupo ENERGISA				
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo Grupo B3 (40%) R$/ano (2025)	Consumo estimativo 2025 Tarifa (kwh/ano)	Consumo estimativo 2026 (+30%) Tarifa (kwh/ano)
	TOTAL	R$ 3.758.288,72	2.277.751	2.961.076
1	BUENO BRANDÃO	R$ 170.098,30	103.090	134.017
2	CAMANDUCAIA	R$ 659.572,53	399.741	519.663
3	CAMBUÍ	R$ 602.459,18	365.127	474.665
4	ESTIVA	R$ 299.751,94	181.668	236.168
5	ESTREMA	R$ 2.026.406,77	1.228.125	1.596.563

AMESP
Fls. 0066
Assinatura

1.10.3. *Esta tabela possui caráter estritamente subsidiário e referencial para planejamento de engenharia das interessadas. O faturamento e as medições reais de execução do credenciamento seguirão estritamente o consumo medido nos relógios de cada concessionária local aplicados à equação de performance do item 5.5.3 deste Termo de Referência, preservando-se as matrizes tarifárias de cada área de concessão territorial.*

1.11. *A aplicação do critério de partição orçamentária por amostragem cumpre estritamente com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que a busca por um dado físico imutável e analítico de milhares de faturas inviabilizaria operacionalmente o certame. As tabelas físicas de kWh dispostas neste Memorial possuem, portanto, o objetivo técnico-comercial de demonstrar a robustez do lastro de consumo do Consórcio para fins de planejamento das interessadas, mantendo-se a natureza jurídica de contrato de escopo estimado, cujo adimplemento financeiro vincula-se unicamente ao benefício efetivamente gerado e usufruído pelas municipalidades.*

Pouso Alegre (MG), 2 de julho de 2026.

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.07.02 10:34:46 -03'00'

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2026.07.02 10:34:05 -03'00'

Icthus Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 11.753.418/00014-96
CREA-MG: PJ 51.236 / CAU-MG: PJ 66330-1
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 46.052/D

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.02 10:56:05-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Leandro Alkmim Teixeira
Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 79.117/D

AMESP
Folha 0067
Página 9
39/40 Assinatura

ANEXO C – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20265010055

INICIAL
EQUIPE à MG20264987954

1. Responsável Técnico

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA
Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**
RNP: **1402957556**
Registro: **MG0000079117D MG**

Empresa contratada: **ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**
Registro Nacional: **0000027939-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**
CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**
RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA
Nº: **774**
Complemento:
Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**
Cidade: **POUSO ALEGRE**
UF: **MG**
CEP: **37553442**

Contrato: **004/2026**
Celebrado em: **08/06/2026**
Valor: **R$ 400.030,05**
Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA
Nº: **774**
Complemento:
Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**
Cidade: **POUSO ALEGRE**
UF: **MG**
CEP: **37553442**
Data de Início: **09/06/2026**
Previsão de término: **08/06/2027**
Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **COMERCIAL**
Código: **Não Especificado**
Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**
CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.2 - DE FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVAS OU RENOVÁVEIS	23,00	mw
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.4 - DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUIDA	23,00	mw
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.5 - DE MINIGERAÇÃO DISTRIBUIDA	23,00	mw
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.2 - DE FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVAS OU RENOVÁVEIS	23,00	mw
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.4 - DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUIDA	23,00	mw
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.5 - DE MINIGERAÇÃO DISTRIBUIDA	23,00	mw

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DOCS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO DE "CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA" (TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES / MEMORIAL DESCRITIVO / PLANILHA DE QUANTITATIVOS / PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / BDI) DA OS Nº 02/2026 (09/06/2026)

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 00196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 Dados: 2026.06.11 15:02:59 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 723dc
Impresso em: 11/06/2026 às 14:12:16 por: , ip: 37.221.112.213

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732
atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP
Folha: 0068
40X40
Assinatura

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20265010055

INICIAL
EQUIPE à MG20264987954

legal.

7. Entidade de Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros de Pouso Alegre

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA - CPF: 819.286.806-63

MOACIR FRANCO:21306893615
Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2026.06.11 15:38:20 -03'00'

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - CNPJ: 20.382.307/0001-40

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 108,39** Registrada em: **11/06/2026** Valor pago: **R$ 108,39** Nosso Número: **8613589752**

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.06.11 15:05:05 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 723dc
Impresso em: 11/06/2026 às 14:12:18 por: , ip: 37.221.112.213

www.crea-mg.org.br atendimento@crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732 Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20265038941

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

MESP
FLS.: 0069
Assinatura

INICIAL
EQUIPE à MG20264987954

1. Responsável Técnico

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

RNP: **1402957556**
Registro: **MG0000079117D MG**

Empresa contratada: **ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**

Registro Nacional: **0000027939-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**

CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: **774**

Complemento:

Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**

Cidade: **POUSO ALEGRE**

UF: **MG**

CEP: **37553442**

Contrato: **004/2026**

Celebrado em: **08/06/2026**

Valor: **R$ 400.030,05**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: **774**

Complemento:

Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**

Cidade: **POUSO ALEGRE**

UF: **MG**

CEP: **37553442**

Data de Início: **09/06/2026**

Previsão de término: **08/06/2027**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **COMERCIAL**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**

CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > COMPUTAÇÃO > EQUIPAMENTOS, DISPOSITIVOS E COMPONENTES > #14.7.3 - DE MICROCOMPUTADORES	1.700,00	un
38 - Especificação > COMPUTAÇÃO > EQUIPAMENTOS, DISPOSITIVOS E COMPONENTES > #14.7.3 - DE MICROCOMPUTADORES	1.700,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE 1200 COMPUTADORES DESKTOP E 500 NOTEBOOKS CONFORME OS N° 002/2026 DE 22/MAIO/2026.

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros de Pouso Alegre

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196

Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 Dados: 2026.06.23 10:12:36 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: A7CD0

Impresso em: 23/06/2026 às 09:48:25 por: , ip: 45.177.33.110

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20265038941

AMESP 0070 Assinatura

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL
EQUIPE à MG20264987954

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.23 09:50:08-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA - CPF: 819.285.806-53

MOACIR FRANCO:21306893615
Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2026.06.23 10:46:13 -03'00'

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - CNPJ: 20.362.307/0001-40

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 108,39** Registrada em: **22/06/2026** Valor pago: **R$ 108,39** Nosso Número: **8613718630**

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.06.23 10:13:11 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: A7CD0
Impresso em: 23/06/2026 às 09:48:27 por: , ip: 45.177.33.110

AMESP
Fls.: 0071
Assinatura

CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

OBJETO:

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

- DATA DE INÍCIO DE CREDENCIAMENTO:
  DIA 09/07/2026

- DATA DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO:
  DIA 30/07/2026

- CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
  CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS

- PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
  NÃO

AMESP Fls.: 0072 Assinatura

PREÂMBULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026

CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

Torna-se público que o **CONSÓRCIO AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o n° 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO GERENDECIADOR**, por meio de seu Agente de Contratação nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2026,** usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará na modalidade auxiliar de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, um processo administrativo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** na modalidade de **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, de acordo com as disposições constantes do Edital e seus anexos, com a **SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE**, consoante previsão no inciso XLIII do art. 6º, no inciso IV do art. 74, no inciso I do art. 78 e no inciso I do art. 79, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO E ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: **Dia 09/07/2026**

Os Credenciamento(s) decorrentes deste processo poderá(ão) gerar contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados da AMESP doravante denominados CREDENCIANTES/CONTRATANTES que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS
ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAMBUÍ
CAMANDUCAIA
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO

AMESP Fls. 0073 Assinatura

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ESTIVA
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

1. DEFINIÇÕES

Para fins deste Edital considera-se:

I. ÓRGÃO GERENCIADOR: A AMESP, responsável pela condução, processamento e administração geral do procedimento auxiliar de credenciamento.

II. CREDENCIANTE/CONTRATANTE: O Município integrante do consórcio que efetivamente convocar a credenciada e celebrar o contrato administrativo individual decorrente deste chamamento.

III. Credenciada: pessoa jurídica habilitada e integrada ao banco de credenciados.

IV. Distribuidora: concessionária ou permissionária responsável pelo sistema elétrico.

V. SCEE: Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

VI. UC: Unidade Consumidora.

VII. Usina Geradora: central de micro ou minigeração distribuída.

VIII. Crédito de Energia: energia injetada na rede destinada à compensação.

IX. Rodízio: mecanismo objetivo de distribuição das futuras contratações.

X. Capacidade Disponível: quantidade mensal de créditos que a Credenciada declara possuir para novas contratações

XI. SGD: Sistema de Geração Distribuída.

2. INFORMAÇÕES E OBJETO

2.1. As informações administrativas relativas a este CREDENCIAMENTO poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos do CONSÓRCIO AMESP da ASSOCIAÇÃO

AMESP
FLS.: 0074
Assinatura

DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP por meio do telefone nº (35) 3025-6589 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br.

2.2. Este chamamento público tem por objeto o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que sejam proprietárias, detentoras de direito de uso e exploração, ou gestoras de centrais geradoras de microgeração ou minigeração distribuída de fonte solar fotovoltaica, visando à futura celebração de contratos de cessão onerosa do direito de uso de energia elétrica, mediante o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), com o escopo de atender à demanda energética e promover a eficiência orçamentária dos Municípios Consorciados integrantes da AMESP, conforme as especificações, volumes e condições estipuladas neste Edital e em seus Anexos.

2.3. O objetivo é garantir a disponibilidade de energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria micro e minigeração de energia elétrica para os municípios consorciados.

2.4. O Credenciamento adotará a modelagem de lote único (objeto unificado) com seleção paralela e não excludente. O credenciamento possui escopo territorial global, sendo obrigatória a adesão das empresas interessadas para a totalidade dos municípios integrantes da AMESP. É vedada a exclusão ou escolha seletiva de municípios no ato da inscrição, devendo a empresa se colocar à disposição para o atendimento de qualquer localidade do bloco regional, conforme demanda.

2.5. Como critério de elegibilidade e porte técnico, a potência instalada mínima somada sob controle ou gestão da interessada deverá ser de 10 MWp (dez megawatt-pico) em condições de pronta e plena operação, restando expressamente admitido o somatório de múltiplas usinas de micro ou minigeração (planta compartilhada ou via SPE) para a composição deste limite mínimo, afastando a obrigatoriedade de detenção de planta única.

2.6. Diante da magnitude da demanda energética global do Consórcio, que é significativamente superior à régua mínima de elegibilidade de 10 MWp (dez megawatt-pico), o fornecimento de créditos de energia será executado de forma parcial e fracionada por cada credenciada. A empresa deverá indicar, no ato da inscrição, a sua capacidade mensal máxima de injeção (em kWh/mês) com base nos seus ativos operacionais. O cumprimento do escopo global de atendimento fica limitado e condicionado ao teto da capacidade física de geração declarada pela empresa, avançando-se o rodízio sempre que o lastro da credenciada da vez estiver exaurido.

2.7. A Credenciada deverá assegurar disponibilidade operacional suficiente para manutenção da compensação dos créditos durante toda a vigência contratual, respondendo por eventual indisponibilidade decorrente de falha operacional da usina.

AMESP
Fls: 0075
Assinatura

2.8. Para que as empresas possam realizar a cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, ou seja, realizar o fornecimento de energia gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria micro e minigeração de energia elétrica, para injeção de energia e compensação a fim de atender a demanda energética dos municípios consorciados a AMESP, se destaca que é fundamental que as empresas credenciadas apresentem os seguintes diferenciais:

2.8.1. Economia Orçamentária Real: A contratação deve resultar em uma redução líquida e mensurável nos custos totais com energia elétrica (fatura da concessionária + desconto sobre tarifa) para cada unidade consumidora participante. A percepção da economia orçamentária iniciará no primeiro ciclo de faturamento subsequente à efetiva homologação da compensação de créditos pela concessionária de energia local.

2.8.2. Previsibilidade de Desconto sobre a tarifa vigente: A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto. A Credenciada deverá aderir integralmente à taxa de desconto fixa e padronizada em 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa vigente estipulada pela AMESP, garantindo a redução nominal efetiva nas faturas.

2.8.3. Sustentabilidade e Conformidade ambiental: A contratação deve garantir que 100% da energia compensada seja proveniente de fontes renováveis (fotovoltaica) de baixa emissão de GEE, contribuindo para as metas de sustentabilidade e reduzindo a pegada de carbono das administrações municipais.

2.8.4. Risco Zero de Investimento e Operação: A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.

2.9. São requisitos da Solução Técnica:

2.9.1. Para a contratação de serviços de cessão onerosa de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), no Sistema de Geração Distribuída (SGD) e na modalidade de cessão onerosa de energia fotovoltaica estabelecer requisitos claros para garantir a eficácia e segurança.

2.9.2. Modalidade e Regulamentação: O serviço deve ser prestado estritamente na modalidade mini e microgeração compartilhada, em plena conformidade com a Lei nº 14.300/2022 e a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (e suas alterações). A

AMESP
Fls.: 0076
Assinatura

Credenciada será responsável por todos os trâmites para a formalização e gestão dos créditos junto à concessionária/distribuidora local.

2.9.3. Usina em Pronta Operação: A(s) usina(s) ofertada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) estar em condições de pronta e plena operação no momento da assinatura do contrato. Isso implica que a usina já deve possuir a CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela concessionária/distribuidora local, estando apta a injetar energia na rede e gerar créditos imediatamente.

2.9.4. Compatibilidade Geográfica e Técnica: A usina geradora deve, obrigatoriamente, estar localizada na área de concessão da concessionária/distribuidora local. O fornecimento destina-se exclusivamente a unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão).

2.9.5. A cessão onerosa Flexível de Créditos: A solução deve permitir que os Entes que aderirem ao Credenciamento, como ente gestor do contrato, possa solicitar à Credenciada o remanejamento dos percentuais de créditos entre as unidades consumidoras participantes, bem como a inclusão ou exclusão de UCs durante a vigência do termo de credenciamento, mediante comunicação prévia e respeitando os prazos da concessionária.

2.9.6. Monitoramento e Transparência: A Credenciada deverá disponibilizar um portal online ou plataforma digital que permita ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE que firmar o Termo de Contrato, ou seja, os municípios que se tornarem beneficiários acompanhar, no mínimo: a geração total da cota alocada, os créditos injetados em cada UC, o histórico de faturamento e a economia gerada.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover maior eficiência na gestão das despesas com energia elétrica dos Municípios Consorciados à AMESP, mediante a utilização de energia proveniente de usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, no âmbito da micro e minigeração distribuída e do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, possibilitando a redução dos custos com o consumo de energia, a ampliação do uso de fontes renováveis e o fortalecimento das políticas públicas de sustentabilidade, sem a necessidade de investimentos públicos na implantação, operação ou manutenção de ativos de geração. Para tanto, adota-se o procedimento auxiliar de credenciamento, com habilitação de empresas aptas ao atendimento dos Municípios Consorciados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme resoluções ANEEL 1.000/2021 e

AMESP Fls.: 0077 Assinatura

1.059/2023 e observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 e a Resolução Normativa nº 1059, de 07 de fevereiro de 2023 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações.

3.2. A necessidade desses serviços surge da crescente demanda por:

3.2.1. Economia de Escala e Redução de Custos:

3.2.1.1. Preços mais vantajosos: A contratação centralizada pela AMESP, representando a união da demanda de múltiplos municípios, possibilita a negociação de maiores descontos sobre a tarifa vigente (em desconto total sobre a tarifa da conta, por meio da compensação) significativamente melhores/maiores do que os que seriam obtidos em contratações individuais.

3.2.1.2. Não Imobilização de Capital: O Consórcio e os Municípios evitam o alto investimento na aquisição dos bens (construção de usinas ou instalação de placas), liberando recursos para outras áreas essenciais.

3.2.1.3. Inclusão de Custos: Os custos com manutenção, seguro, depreciação e investimento em tecnologia ficam a cargo da Credenciada/Contratada, transformando um investimento de capital em uma despesa de custeio planejada e controlada.

3.2.2. Maior Celeridade e Continuidade dos Serviços:

3.2.2.1. Pronta Disponibilidade: A contratação assegura a disponibilidade imediata de fornecimento de energia de fonte sustentável, em quantidades adequadas e em perfeitas condições de funcionando, eliminando o tempo de inatividade por construções e/ou execução de obras ou manutenções.

3.2.2.2. Substituição Imediata: Em caso de defeito, a Contratada é obrigada a substituir o equipamento, garantindo a continuidade dos serviços públicos.

3.2.3. Flexibilidade e Adaptabilidade:

3.2.3.1. Atendimento Diversificado: O fornecimento por meio de cessão onerosa viabiliza o atendimento a diferentes necessidades (maior ou menor volume de KWh) por meio de um único procedimento auxiliar de credenciamento.

3.2.3.2. Ajuste ao Uso: O modelo franqueia a cada Município a possibilidade de contratação de volume que melhor atenda a suas necessidades e assim, utilize o volume exato de compensação do montante gasto de energia, gerando assim, um maior benefício caracterizado pelo desconto no valor total da conta em razão da tarifa cativa cheia do período, evitando o uso da tarifa local cativa em situações de menor insolação ou

problemas de eficiência das placas instaladas em usinas próprias ou placas de atendimento local.

3.2.4. Legalidade e Segurança Jurídica:

3.2.4.1. A contratação por meio de consórcio público, conforme a Lei Federal nº 11.107/2005 e a legislação de licitações aplicável, é um instrumento reconhecido e eficaz para a gestão associada de serviços públicos.

3.2.5. A modalidade de credenciamento é a mais adequada para esta finalidade, pois permite a adesão contínua de diversas empresas qualificadas. Isso garante que o Consórcio AMESP e seus municípios consorciados tenham acesso à energia limpa, renovável e de baixo custo, com flexibilidade para contratar conforme a demanda específica e o orçamento disponível, conforme justificativas constantes do TR e ETP.

3.2.6. O papel do Consórcio AMESP restringe-se estritamente à gestão centralizada do procedimento auxiliar de credenciamento e ao direcionamento das demandas municipais, respeitando a ordem cronológica de homologação das empresas. Após o direcionamento do rodízio, a relação jurídica e operacional descentraliza-se por completo, competindo exclusivamente ao Município Consorciado demandante e à empresa credenciada a formalização do contrato derivado, a emissão das ordens de serviço, a fiscalização técnica e administrativa, bem como o processamento de todas as medições, faturamentos e pagamentos correspondentes.

3.2.7. Fortalecimento das Políticas Públicas

3.2.7.1. Melhoria dos indicadores socioeconômicos do município.

3.2.7.2. Redução da dependência de energia hidrelétrica e principalmente das termelétricas, utilizando energia de menor impacto ambiental e que contribui para a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa – GEES, contribuído para políticas de mitigação das mudanças climáticas e aquecimento global.

3.3. A contratação de múltiplas empresas credenciadas proporciona:

I – maior competitividade;

II – mitigação dos riscos de descontinuidade do fornecimento dos créditos;

III – maior disponibilidade operacional;

IV – redução da dependência de único fornecedor;

V – ampliação da capacidade de atendimento das futuras demandas dos Municípios Consorciados.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP Fls.: 0079 Assinatura

3.4. Para assegurar a economicidade e a vantajosidade da contratação, foi realizado o mapeamento do histórico de consumo e dos valores anuais pagos com energia elétrica por cada município consorciado junto à concessionária distribuidora local. Considerando que o objeto adota o modelo de desconto linear fixado sobre a tarifa cativa regulada pela ANEEL, a aferição de preços tradicionais de mercado é legalmente substituída pela análise de viabilidade econômica baseada no custo-evitado.

3.5. Essa metodologia comprova que a fixação da taxa de desconto fixa e padronizada em 25% (vinte e cinco por cento) garante, de forma matemática e objetiva, uma redução imediata de gastos em relação ao cenário de consumo atual das administrações municipais, assegurando a melhor relação custo-benefício e eficiência fiscal para os entes consorciados da AMESP.

3.6. Cada Município Consorciado permanecerá responsável:

I – pela assinatura do contrato;

II – pela gestão contratual;

III – pela fiscalização;

IV – pelos pagamentos;

V – pela aplicação das sanções contratuais.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE CREDENCIAMENTO

4.1. A escolha pelo sistema de credenciamento, em detrimento de uma licitação tradicional por lote único ou por itens, fundamenta-se na natureza do fornecimento de energia elétrica fotovoltaicas de fonte renovável cujos objetivos de eficiência e economicidade buscados pela AMESP, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.2. O credenciamento é o procedimento mais adequado quando a Administração Pública visa a contratação de múltiplos fornecedores de energia fotovoltaica de forma simultânea e não exclusiva, desde que preenchidos os requisitos de habilitação.

4.3. As razões para a adoção deste modelo são descritas no TR e ETP, de forma que aqui se entendem por estarem reproduzidas de forma idêntica, por serem partes integrantes deste Edital. Sendo que a modalidade se justifica pela necessidade de garantir a prestação contínua de serviços essenciais de forma flexível, isonômica e eficiente para os diversos entes consorciados a AMESP.

4.4. A modelagem em lote único unificado, combinada com a não exigência de atendimento integral por um único credenciado, justifica-se pela pulverização do mercado de geração

AMESP
Fls: 0080
Assinatura

distribuída, permitindo que múltiplos proprietários de micro e miniusinas solares fotovoltaicas possam somar esforços para atender a demanda global dos municípios consorciados, ampliando a concorrência e garantindo a segurança energética do bloco.

4.5. A distribuição das futuras contratações observará:

I – rodízio;

II – capacidade operacional;

III – disponibilidade declarada;

IV – aceite da demanda.

5. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO

5.1. O período de inscrição visando a entrega da documentação para credenciamento e análise na primeira sessão pública da Comissão de Credenciamento/Licitação será a partir de **09/07/2026.**

5.2. Este credenciamento ficará permanentemente aberto a todos os interessados, que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital e durante a vigência deste, que terá a sua duração de acordo com as disposições dos artigos 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. Os pedidos de inscrição encaminhados após o prazo estabelecido serão objeto de apreciação nas sessões públicas subsequentes, que serão publicados no sítio eletrônico oficial da AMESP e deverão acontecer conforme a necessidade ou a cada **180 (cento e oitenta) dias.**

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO

6.1. Poderão participar do presente credenciamento para a celebração do Termo de Credenciamento e/ou Contrato de Prestação de Serviços todas as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste certame que atendam às disposições deste Edital e seus anexos, inclusive – e principalmente – quanto à documentação e aos requisitos de habilitação.

6.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em alguma(s) da(s) seguinte(s) situação(ões):

a) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) que estejam suspensas pela Administração Pública ou tenham sido, por esta, declaradas inidôneas;

c) que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras ou subsidiárias entre si;

d) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

e) cujo objeto social, não seja pertinente e compatível com o objeto do presente procedimento;

f) que possuam servidores do ÓRGÃO GERENCIADOR ou do CREDENCIANTE/CONTRATANTE entre seus sócios ou proprietários ou, ainda, atuantes nas funções de representantes legais, gerentes, procuradores, diretores ou outros cargos de direção;

g) servidor, dirigente ou seu familiar, de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme previsto no art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

7.1. Até 3 (três) dias antes da data fixada para abertura da sessão pública do credenciamento, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou apresentar impugnação a respeito do contido neste Edital, mediante documento escrito, assinado e protocolizado no sítio eletrônico: licitacao@amesp.mg.gov.br, sendo que:

a) Todos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações serão analisados pela Comissão de Credenciamento/Licitação;

b) Enquanto não decidida a impugnação, tempestivamente formulada, a Comissão Especial de Credenciamento poderá suspender o procedimento;

c) A impugnação tempestivamente apresentada não impedirá o interessado de participar do procedimento até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

d) A Comissão de Credenciamento/Licitação poderá indeferir pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações quando infundados ou meramente protelatórios.

7.2. Não serão admitidas impugnações apresentadas fora do prazo legal previsto no item anterior.

7.3. Caberá à Comissão de Credenciamento/Licitação decidir sobre a impugnação no prazo de máximo de 3 (três) dias úteis. Em sendo acolhida a impugnação ao instrumento convocatório, será designada nova data para a sessão pública do credenciamento, após a retificação do Edital.

8. DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Os requerimentos de participação, conforme minuta constante do Anexo II, deverão ser realizados pelos interessados no sítio eletrônico: http://www.licitamesp.com.br em papel timbrado próprio, digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade e com os documentos de habilitação para pré-qualificação / pré-habilitação relacionados no item 10

AMESP
Fls.: 0082
Assinatura

deste Edital, constando seus dados, tais como razão social (e de fantasia, se houver), CNPJ/MF, endereço, fone, fax, celular, e-mail etc. Os documentos deverão ser preenchidos, convertidos em PDF e assinados eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001 e após anexados nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento (sem necessidade - impressão e assinatura física do documento), sendo que:

a) será disponibilizado aos interessados um comprovante de protocolo para fins de confirmação de entrega do pedido de credenciamento;

b) o requerimento ou os documentos apresentados incompletos, rasurados, vencidos e/ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados inaptos desqualificando a empresa ao CREDENCIAMENTO.

c) não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar ou apresentar - quaisquer documentos exigidos - em desacordo com o presente Edital, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.

8.2. A apresentação do pedido de credenciamento vincula os interessados, sujeitando-os, integralmente, às condições deste Edital e seus anexos.

8.3. O Credenciamento será eletrônico pela plataforma licitacao@amesp.mg.gov.br.

9. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os interessados em participar do presente credenciamento para os serviços descritos no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos - deste Edital, devem, no prazo de inscrição, obrigatoriamente, apresentar o pedido de credenciamento em papel timbrado juntamente com a documentação descrita no item 10 deste Edital, na plataforma licitacao@amesp.mg.gov.br. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes de sua inscrição, de que atende todos os requisitos exigidos para participar do processo de credenciamento.

9.2. O Credenciamento adotará a modelagem de lote único (objeto unificado) com abrangência em toda a região geográfica do ÓRGÃO GERENCIADOR, sem segmentação de municípios no ato da inscrição. O fornecimento de créditos ocorrerá de forma fracionada e sob demanda, respeitando o teto da capacidade de injeção das

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0083 Assinatura

usinas da credenciada — que deverá atender ao porte mínimo de 10 MWp —, mantendo-se a natureza não excludente e concomitante do procedimento.

9.3. Ao inserir a documentação de inscrição implica no aceite integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital por parte do interessado em participar do processo de credenciamento junto ao CONSÓRCIO AMESP e a submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

10. DA PRÉ-HABILITAÇÃO / PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Para participar deste credenciamento os interessados deverão, após se cadastrar, inserir no sítio eletrônico oficial: http://www.licitamesp.com.br a seguinte documentação de habilitação:

10.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do interessado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO° - CPF
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/g ov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-lo cal-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:1119705 51082228::::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Contraladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas. Acesso disponível no site https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO

Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor credenciado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.1. Caso ocorrer na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3. O interessado será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.4. Constatada a existência de sanção, o interessado será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, o responsável pela condução do certame iniciará a análise dos documentos do interessado, sendo exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento.

10.2.1. O interessado deverá apresentar toda a documentação exigida neste Edital e seus Anexos, principalmente em seu ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, de forma completa, atualizada e com validade vigente na data de abertura da sessão pública.

10.2.2. Os documentos de habilitação deverão ser anexados na Plataforma de Compras da AMESP - no sítio eletrônico oficial: http://www.licitamesp.com.br - em formato PDF.

10.2.3. A verificação dos documentos será realizada pela Comissão de Credenciamento/ Licitação, assegurando aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

10.3. Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.

AMESP
Fls.: 0085
Assinatura

10.4. Os documentos serão preenchidos, convertidos em PDF e assinados eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001 e após anexados nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento (sem a necessidade de impressão e assinatura física do documento).

10.5. A habilitação será verificada por meio da Plataforma da AMESP, em relação aos documentos digitais inseridos.

10.6. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.7. Após a inclusão dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

10.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

10.8. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Relativa à **Habilitação Jurídica**:

11.1.1. O credenciado deverá apresentar a documentação que comprove sua existência legal e capacidade para exercer a atividade objeto do credenciamento, quais sejam, o fornecimento de energia elétrica para compensação na modalidade de Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), proveniente de usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria de micro e minigeração distribuída, para atender à demanda energética dos municípios consorciados a AMESP, sob o fundamento legal, da Lei Federal nº 14.300/2022, Resoluções Normativas ANEEL nº 1.000/2021 e 1.059/2023, e legislação correlata, dentre os quais se destacam os seguintes:

a) Cédula de identidade do diretor responsável/administrador;

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) para comprovar a regularidade da inscrição no CNPJ;

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado das alterações, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de

AMESP
Fls: 0086
Assinatura

sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. O objeto social deve ser compatível com o fornecimento de energia elétrica ou atividades correlatas

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva que demonstre a atual composição social da empresa;

11.2. Relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da interessada;

d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);

e) Certidão Negativa de Débito (CND) – junto à Previdência Social em plena validade ou a Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na forma prevista na Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014;

f) Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na forma prevista na Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014, substitui também a prova de regularidade com a Fazenda Federal (tributos federais e dívida ativa da União) prevista na alínea "c".

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT em cumprimento a Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST Nº 1470/2011, que deverá ser obtida no sítio eletrônico www.tst.jus.br/certidao

h) Declaração de que não possuem empregados menores de 18 anos nas condições

AMESP FLS.: 0087 Assinatura

vedadas pela legislação, conforme modelo constante do Anexo IV; As MEI, ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estas apresentem alguma restrição;

i) As certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo de validade serão aceitas com até 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

11.3. Relativa à **Qualificação Econômico-Financeira**:

a) **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste Credenciamento, se outro prazo não constar do documento.

b) Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:

b.1) Apresentar certidão emitida pela instancia judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; ou,

b.2) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

c) **Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

d) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

d.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

- Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Publicados em Diário Oficial; e
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

AMESP Fls: 0088 Assinatura

d.2) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

• Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou

• Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

e) A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: Índice de Liquidez Geral (***ILG***)", "Índice de Solvência Geral (***ISG***)" e "Índice de Liquidez Corrente (***ILC***)", segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

- Índice de Liquidez Corrente (***ILC***) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- Índice de Solvência (***ISG***) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00 calculado pela fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

- Índice de Liquidez Geral (***ILG***) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Onde: (AC) = Ativo Circulante, (PC) = Passivo Circulante, (PNC) = Passivo Não Circulante, $(ARLP)$ = Ativo Realizável a Longo Prazo, $(PELP)$ = Passivo Exigível a Longo Prazo e (AT) = Ativo Total.

f) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

g) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

h) Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

i) As Demonstrações Contábeis deverão seguir as normas previstas nas resoluções a seguir, a depender de seu porte:

AMESP
Fls.: 0089
Assinatura

- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.418/12, item 26 a 3\9 - ITG 1000;
- Pequenas e Médias Empresas (PME's) seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.255/09, item 3.17 - NBC TG 1000 (RI);
- Demais empresas deverão apresentar suas demonstrações nos termos da Res. CFC 1.185/09, item 10 - NBC TG 26 (R5) e Res. CFC 1.330/11 - ITG 2000 (RI).

j) De modo geral podemos sintetizar no quadro a seguir o conjunto completo das demonstrações contábeis por situação e natureza empresarial:

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP ITG 1000	PME'S NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A. DE CAPITAL ABERTO
P.B - Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.E - Demonstração do Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A - Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados	Facultativo	Facultativo (Obrigatório se substituir a DRA ou DMPL)	Facultativo	Facultativo
D.M.P.L - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C. - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E. - Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A. - Departamento do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Obrigatório

Justificativa:

Os índices econômicos indicados na Lei Federal nº 14.133/21, notadamente no artigo 69, destinam-se, exclusivamente, à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato.

O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

11.4. Relativa à **Qualificação Técnica:**

11.4.1. Deverá ser apresentada toda a documentação técnica estabelecida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, constante deste edital.

11.4.2. A não apresentação de qualquer documento constante deste edital, na forma exigida e estabelecida no Edital e no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, será motivo de

AMESP FLS.: 0090 Assinatura

desqualificação ao credenciamento.

11.5. Demais Documentos:

11.5.1. Além dos documentos de habilitação e qualificação, as empresas interessadas deverão apresentar pedido de credenciamento conforme o modelo do ANEXO II deste Edital, no qual deverão identificar:

11.5.1.1. O credenciado deverá demonstrar sua aptidão para a execução do objeto, especialmente no que tange à geração e cessão de energia elétrica em conformidade com a regulação do setor;

11.5.2. Declaração elaborada pelo interessado, em papel timbrado e subscrita por seu representante legal:

a) de que não possui sócio(s), gerente(s) ou diretor(res) na condição de cônjuge, companheiro(a) ou parente até 3º grau de Membros da Administração Pública do AMESP, conforme modelo no ANEXO VI.

b) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras.

g) no caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas), também deverá ser declarado:

h) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal

nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

11.6. A falsidade da declaração de que trata o item 11.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.7. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11.8. Os documentos expedidos via internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, porém, suas aceitabilidades ficarão condicionadas à confirmação de suas autenticidades mediante consulta on-line no respectivo sítio eletrônico.

11.9. A qualquer momento a equipe técnica da AMESP poderá por meio de diligência solicitar documentos e/ou pedidos de esclarecimentos quanto a veracidade dos atestados apresentados pelas empresas licitantes.

11.10. O documento que não tenha a sua validade expressa e/ou legal será considerado válido pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão.

11.11. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento perante o CONSÓRCIO AMESP.

11.12. Para manutenção das condições referidas no item anterior, a Comissão de Credenciamento/Licitação, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação ou para suas atualizações.

11.13. Os credenciados não aprovados na nova avaliação da documentação serão descredenciados, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.14. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital **INABILITARÁ** a licitante.

12. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

12.1. As pessoas jurídicas interessadas deverão possuir objeto social compatível com as atividades de fornecimento de energia elétrica para compensação na modalidade de Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), proveniente de usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria de micro e minigeração distribuída, para atender à demanda

AMESP
Fls.: 0092
Assinatura

energética dos municípios consorciados à AMESP, sob o fundamento da Lei Federal nº 14.300/2022, Resoluções Normativas ANEEL nº 1.000/2021 e 1.059/2023, e legislação correlata, apresentando em especial:

12.1.1. Comprovação de Propriedade ou Direito de Uso da(s) Usina(s): Apresentação de documentação hábil que comprove a propriedade ou o direito de uso e exploração da(s) usina(s) solar(es) fotovoltaica(s) que serão utilizadas para a cessão da energia, admitindo-se ativos próprios ou sob controle societário via Sociedade de Propósito Específico (SPE);

12.1.2. Parecer de Acesso da Distribuidora: Apresentação do Parecer de Acesso válido emitido pela Concessionária/Permissionária de Distribuição de Energia Elétrica local (CEMIG ou ENERGISA), comprovando a efetiva conexão da(s) usina(s) ao sistema de distribuição e o enquadramento na modalidade de micro ou minigeração distribuída;

12.1.3. Registro da Central Geradora na ANEEL: Apresentação do registro ou cadastro da central geradora na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando aplicável regulamentarmente em função da potência instalada;

12.1.4. Qualificação Técnico-Operacional e Profissional: Para fins de atendimento deste subitem, deverão ser apresentados todos os atestados e certidões (CAT) de engenharia na forma estritamente exigida e estabelecida na Seção de Qualificação Técnica do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;

12.1.5. Declaração de Conformidade Regulatória: Declaração formal subscrita pelo representante legal e pelo responsável técnico de que a empresa e suas usinas atendem integralmente aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos na Lei nº 14.300/2022 e nas Resoluções Normativas da ANEEL, em especial no que se refere ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) em categoria GD I;

12.1.6. Modelo de Requerimento de Inscrição: Apresentação do requerimento de inscrição ao credenciamento manifestando plena concordância com o valor fixado pela Administração para a cessão de créditos de energia, conforme modelo e critérios estabelecidos nos Anexos deste Edital.

12.1.7. Declaração de Aceite das Condições do Edital e Anexos: Declaração formal de que a empresa aceita e se submete a todas as condições, prazos e exigências estabelecidas neste Edital e no seu ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

12.2. O Município Consorciado realizará a verificação técnica e a validação do faturamento para atestar a efetiva compensação dos créditos de energia na conta de luz junto à Concessionária distribuidora titular da rede. O não atendimento aos critérios e prazos de compensação ensejará a rejeição da medição e a aplicação das medidas contratuais cabíveis,

AMESP FLS.: 0093 Assinatura

com a consequente convocação da próxima empresa credenciada na ordem de rotatividade.

13. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO / LICITAÇÃO

13.1. A análise e o julgamento dos pedidos de credenciamento e os documentos de habilitação serão realizados por uma Comissão Permanente de Licitação, que acumulará as funções de Comissão de Credenciamento/Licitação.

13.2. Ao avaliar os pedidos de credenciamento e a documentação, a Comissão de Credenciamento/Licitação levará em consideração todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como aplicar as disposições da Lei Federal n° 14.133/2021 e demais normas vigentes, no que for cabível.

13.3. É de competência da Comissão de Credenciamento/Licitação, independentemente de suas transcrições neste Edital, todas as atribuições estabelecidas no art. 51 e seus incisos da Portaria nº 009/2025.

13.4. A Comissão poderá se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas.

13.5. Das decisões da Comissão de Credenciamento/Licitação cabe recurso à autoridade superior do CONSÓRCIO AMESP, no prazo de até 3 (três) dias úteis da publicação do resultado do julgamento na Imprensa Oficial do AMESP.

14. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO

14.1. Às **09h00min do dia 30 de julho de 2026,** em sessão pública, na plataforma da http://www.licitamesp.com.br, a Comissão de Credenciamento/Licitação, procederá à abertura da sessão.

14.2. Serão **INABILITADOS** os interessados que:

a) não atenderem as especificações do Edital, deixando de apresentar quaisquer documentos ou que apresentá-los em desconformidade com o exigido neste Edital;

b) que tenham sidos declarados inidôneos ou punidos com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

14.3. O resultado será divulgado aos interessados no diário oficial da AMESP: https://amesp.mg.gov.br/, na plataforma http://www.licitamesp.com.br e no diário oficial da AMM – Associação Mineira de Municípios.

14.4. Aos inabilitados, será assegurada a possibilidade de ingressarem com novo pedido e/ou

pedido complementar, desde que satisfaçam o critério que não havia sido preenchido na ocasião da abertura e julgamento dos documentos.

14.5. A documentação complementar e, se houver, de novos interessados, será julgada em novas sessões públicas e seu resultado será publicado no sítio oficial da AMESP: https://amesp.mg.gov.br/ e na plataforma http://www.licitamesp.com.br e no diário oficial da AMM – Associação Mineira de Municípios.

15. DO CREDENCIAMENTO

15.1. Os interessados que atenderem a todos os requisitos de habilitação previstos neste Edital serão declarados credenciados e integrarão o Banco de Prestadores de Serviços da AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí. Uma vez considerados aptos, os credenciados estarão autorizados a assinar os respectivos Termos de Credenciamento e a executar os serviços demandados, os quais serão acionados pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE por meio de sistema de rotatividade, conforme a conveniência e oportunidade da Administração. A execução dos serviços dar-se-á mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS), Ordem de Fornecimento (OF) e/ou Nota de Empenho (NE), para cada requisição de demanda, global ou fracionada, observando-se estritamente a ordem cronológica de credenciamento.

15.2. O Edital com o resultado da pré-qualificação (credenciamento) das sessões públicas de abertura e julgamento da documentação será publicado no Diário Oficial do AMESP e divulgado no seu sítio eletrônico https://amesp.mg.gov.br/ e na plataforma http://www.licitamesp.com.br.

16. DO CREDENCIAMENTO POSTERIOR DE OUTROS INTERESSADOS

16.1. Após o período estabelecido no subitem 5.1, outros interessados poderão encaminhar, na forma prevista neste Edital a documentação necessária para ingressar no credenciamento, enquanto perdurar a vigência deste credenciamento.

16.2. A abertura e julgamento dos pedidos de credenciamento e a documentação dos novos interessados serão feitos em reuniões públicas periódicas designadas pela Comissão de Credenciamento/Licitação, conforme necessidade.

16.3. As reuniões públicas posteriores serão realizadas conforme a necessidade e não em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação da documentação de futuros interessados.

16.4. Tanto os novos ingressantes como os já credenciados serão comunicados da data e

AMESP
Fls: 0095
Assinatura

horário da sessão pública para abertura e julgamento das propostas e documentação dos novos interessados, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

17. DA UTILIZAÇÃO AO CREDENCIAMENTO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

17.1. O presente credenciamento poderá ser utilizado por órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que não integrem o quadro de entes consorciados do Consórcio AMESP, desde que haja interesse público devidamente justificado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios da administração pública e as condições estabelecidas neste Edital.

17.2. A utilização do presente credenciamento por órgão ou entidade não consorciada dependerá, cumulativamente:

I. de solicitação formal do órgão ou entidade interessada;

II. de autorização expressa do Consórcio AMESP, na qualidade de CONSÓRCIO GERENCIADOR do procedimento de credenciamento;

III. da anuência expressa da empresa credenciada;

IV. da demonstração de que a contratação atende ao interesse público e preserva as condições originalmente estabelecidas neste Edital.

17.3. As contratações decorrentes da autorização prevista neste item serão formalizadas diretamente entre o órgão ou entidade interessado e a empresa credenciada, constituindo-se relação jurídica autônoma, não assumindo o CONSÓRCIO GERENCIADOR qualquer responsabilidade pela execução contratual, fiscalização, gestão, liquidação ou pagamento das obrigações decorrentes.

17.4. As contratações realizadas pelos órgãos ou entidades não consorciados deverão observar integralmente os preços, especificações, critérios de habilitação, condições de execução e demais disposições constantes deste Edital e do respectivo Termo de Credenciamento, sendo vedada qualquer alteração que comprometa a isonomia entre os credenciados ou descaracterize as condições originalmente estabelecidas.

17.5. O CONSÓRCIO GERENCIADOR poderá, mediante decisão fundamentada, indeferir a utilização do presente credenciamento por órgão ou entidade não consorciada quando verificar que a autorização poderá comprometer a execução das contratações dos entes consorciados, afetar a capacidade operacional dos credenciados ou contrariar o interesse público.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0096 Assinatura

17.6. A autorização prevista nesta cláusula não gera direito subjetivo à utilização do credenciamento por terceiros, constituindo faculdade discricionária do Consórcio AMESP, condicionada à conveniência administrativa, à disponibilidade dos credenciados e ao atendimento das normas aplicáveis.

18. DOS RECURSOS

18.1. Da decisão da Comissão de Credenciamento / Licitação caberá recurso, com efeito suspensivo, limitando-se às questões de habilitação ou inabilitação, considerando, exclusivamente a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo levado em conta os documentos eventualmente anexados na fase recursal.

18.2. O prazo para interposição de eventuais recursos contra o resultado de julgamento da documentação é de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à lavratura da ata ou após a intimação do ato, desde que não haja desistência expressa por parte dos representantes das proponentes presentes à sessão se nesta for divulgado o julgamento.

18.3. O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser protocolados na plataforma digital da AMESP – EXCLUSIVAMENTE.

18.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR, após receber o(s) recurso(s), VIA PLATAFORMA e a instrução do(s) processo(s) e, após o prazo os interessados poderão fazer a interposição, para de contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis VIA PLATAFORMA, http://www.licitamesp.com.br.

18.5. Transcorrido o prazo para apresentação de contrarrazões, a Comissão de Credenciamento / Licitação decidirá a respeito, podendo reformar a decisão impugnada ou, ainda, encaminhar os autos devidamente motivados à autoridade superior competente para deliberação final.

18.6. A decisão final sobre o(s) recurso(s) será divulgada na página oficial do AMESP https://amesp.mg.gov.br/ e na plataforma http://www.licitamesp.com.br e ao(s) recorrente(s) indicado(s), através de e-mail ou outra comunicação alternativa certificada no processo.

19. DO DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO

19.1. A EMPRESA CREDENCIADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, notificando a motivação e de forma fundamentada, via requerimento, ao CONSÓRCIO AMESP, por intermédio da Comissão de Credenciamento / Licitação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

19.2. A solicitação de descredenciamento espontâneo não desonera a empresa das

AMESP
Fls: 0097
Assinatura

obrigações contratuais em curso, relativas aos ciclos de faturamento de energia já iniciados ou em processamento junto à Concessionária Distribuidora local, sendo a CREDENCIADA responsável por eventuais perdas e danos decorrentes de interrupções injustificadas antes da homologação da sua saída.

20. DO DESCREDENCIAMENTO DE OFÍCIO

20.1. A AMESP – ÓRGÃO GERENCIADOR, juntamente com os municípios consorciados, poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, operacional ou fiscal do Credenciado, ou quando este for notificado pelo Município Consorciado por falta de comprometimento que cause prejuízo à Administração Pública, tais como: interrupção injustificada na injeção/compensação dos créditos de energia, descumprimento reiterado dos prazos de envio das medições, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

20.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado que enseje o seu descredenciamento de ofício, este estará sujeito às sanções previstas no item próprio de Penalidades deste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DA CLASSIFICAÇÃO – SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE

21.1. A classificação se dá em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:

> "Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
>
> I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;"

21.2. As contratações advindas deste credenciamento ocorrerão por distribuição equitativa entre as empresas credenciadas, por meio de rodízio a cada nova requisição de demanda (seja ela global ou fracionada por grupo de Unidades Consumidoras) apresentada pelos municípios consorciados, respeitando a ordem cronológica de homologação no credenciamento.

21.3. Os casos em que a empresa da vez declarar indisponibilidade de injeção, recusa justificada ou não possuir capacidade para suprir a totalidade daquela requisição específica, a respectiva requisição de demanda será direcionada integralmente à próxima empresa da fila, resguardada a isonomia do revezamento.

21.4. Fica expressamente estabelecido que a existência de empresa credenciada com capacidade nominal apta a suprir a totalidade da demanda do Consórcio não impede, sob

AMESP
Fls.: 0098
Assinatura

hipótese alguma, o direito de contratação das demais empresas integradas ao banco de credenciados. Cada nova requisição de demanda emitida por qualquer município consorciado acionará, de forma obrigatória, a próxima empresa disponível na fila de rodízio, garantindo a pluralidade e a não exclusividade do procedimento auxiliar.

22. DA HOMOLOGAÇÃO

22.1. Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no Edital, tanto no tocante à documentação apresentada, inclusive, quanto a eventuais recursos, os autos serão remetidos à autoridade superior para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

22.2. Com a homologação do certame, serão considerados efetivamente credenciados todos os interessados que atenderam às especificações deste Edital e seus anexos, conforme Edital de resultado publicado no Diário Oficial do AMESP, inclusive, com a definição da lista de rodízio baseada na estrita ordem cronológica de homologação das empresas inscritas.

23. DA CONVOCAÇÃO DA CREDENCIADA PARA A ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

23.1. As empresas CREDENCIADAS serão convocadas, para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, comparecerem nas dependências da CREDENCIANTE/CONTRATANTE para assinatura do Termo de Credenciamento (Contrato), conforme minuta constante do Anexo V.

23.2. A convocação será feita por expediente eletrônico, cujo comprovante ficará juntado nos respectivos autos.

23.3. O não comparecimento injustificado para assinatura do Termo de Credenciamento (ou do Contrato) no prazo estabelecido, leva ao entendimento de que a empresa não tem mais interesse em se credenciar, autorizando a CREDENCIANTE/CONTRATANTE a providenciar sua exclusão do procedimento.

24. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - PRAZO

24.1. A empresa credenciada deverá realizar os serviços constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

24.2. Poderão ser assinados Termos de Credenciamento com uma ou mais empresas aptas, de modo a garantir o atendimento total da demanda energética do ÓRGÃO GERENCIADOR e de cada CREDENCIANTE/CONTRATANTE, respeitada a capacidade de injeção de cada Usina Geradora.

24.2.1. A atribuição das Unidades Consumidoras (contas de luz) dar-se-á de forma

AMESP Fls.: 0099 Assinatura

individualizada, de modo que cada conta de luz específica de um CREDENCIANTE/CONTRATANTE seja vinculada a apenas uma Usina Geradora por período, evitando-se a sobreposição de créditos.

24.3. A distribuição das demandas entre as empresas credenciadas seguirá o sistema de rodízio por oportunidade de contratação, iniciando-se pela ordem cronológica de homologação no credenciamento. As demandas poderão ser requisitadas pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE de forma global ou fracionada, a seu critério, mediante a indicação do grupo de Unidades Consumidoras a ser atendido em cada oportunidade. A cada nova requisição de demanda formalizada, será convocada a próxima empresa remanescente da fila. Caso a empresa da vez declare indisponibilidade ou não possua capacidade de injeção suficiente para absorver a totalidade daquela requisição específica, o CREDENCIANTE/CONTRATANTE convocará imediatamente a próxima credenciada da lista, sucessivamente, até que a necessidade seja suprida.

24.4. Quando da emissão de cada Ordem de Fornecimento (OF), o MUNICÍPIO CONTRATANTE exigirá a comprovação da regularidade fiscal da empresa credenciada, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo as contribuições previdenciárias/INSS).

24.4.1. Caso constatada a existência de débitos ou a não apresentação das certidões válidas, a empresa ficará impedida de receber a demanda, sendo imediatamente convocada a próxima credenciada da ordem cronológica para cobrir a necessidade do município consorciado.

24.5. Os CREDENCIADOS/CONTRATADOS reconhecem, desde já, que os serviços somente deverão ser executados após a assinatura do Termo de Credenciamento e o recebimento das respectivas Ordens de Serviço (OS), Ordens de Fornecimento (OF) e/ou Notas de Empenho (NE).

24.6. Os CREDENCIADOS/CONTRATADOS assumirão total responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causados à CREDENCIANTE/CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, decorrente da execução dos respectivos serviços.

24.7. A empresa credenciada devidamente convocada deverá fornecer diretamente o objeto da contratação, sendo vedada a terceirização ou subcontratação integral do objeto principal sem prévia e expressa autorização.

24.8. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
Fls: 0100
Assinatura

para a execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a AMESP ou aos municípios consorciados.

24.9. Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto de contrato de prestação de serviço, na forma da minuta que é parte integrante do presente Chamamento Público.

24.10. Em caráter excepcional, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, os credenciados ficarão obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas de demanda que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado inicial do respectivo Termo.

24.11. O credenciamento e a celebração do Termo de Credenciamento não estabelecem a obrigação da AMESP e/ou de seus Consorciados em efetivar a totalidade da contratação estimada, face à sua precariedade, razão pela qual, a qualquer momento, a CREDENCIADA/CONTRATADA ou a CREDENCIANTE/CONTRATANTE poderão denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, na Portaria nº 009/2025 e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

24.12. Havendo mais de uma empresa credenciada, a formalização das contratações será executada no sistema de rodízio por evento de demanda - seguindo a ordem cronológica de homologação no credenciamento - garantindo que cada novo Município consorciado seja atendido pela próxima empresa disponível na fila.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. As despesas dos serviços decorrentes deste credenciamento serão suportadas pelas dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos vigentes da AMESP e/ou dos Municípios consorciados.

25.2. Poderão ser utilizadas, ocasionalmente, outras dotações orçamentárias conforme definida e indicada na respectiva Ordem de Fornecimento (OF) e/ou Nota de Empenho (NE).

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento será realizado mensalmente pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE à Credenciada, considerando a fatura de energia consumida, com a aplicação do desconto ofertado sobre a tarifa vigente no período de consumo da injeção da energia, conforme desconto contratado.

26.2. O faturamento terá como base o mês fechado (do dia 01 ao último dia do mês anterior), obedecendo rigorosamente ao padrão de contagem e faturamento de energia da

AMESP
Fl. 0101
Assinatura

Concessionária Distribuidora local.

26.3. Para fins de faturamento e pagamento, a empresa Credenciada deverá encaminhar ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a medição dos serviços realizados, formalizada em relatório próprio, datado e assinado digitalmente pelo responsável legal da Credenciada e pelo Fiscal do Contrato.

26.4. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Credenciada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

26.5. Após a análise, conferência e aprovação da medição pela fiscalização, a Credenciada será autorizada a proceder com a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), devendo encaminhar os arquivos eletrônicos (.xml e .pdf) para o endereço eletrônico institucional informado no ato da contratação.

26.6. O pagamento pela efetiva execução do objeto ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável, acompanhada das Ordens de Serviços expedidas pelos municípios pertencentes à AMESP, observando-se a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

26.7. O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de depósito ou transferência bancária na conta corrente vinculada ao CNPJ da Credenciada, realizando-se a retenção tributária prevista na legislação aplicável, correndo a despesa na dotação orçamentária do CREDENCIANTE/CONTRATANTE, não sendo admitidos pagamentos por meio de boleto bancário, cheque, ordem de pagamento avulsa ou conta poupança.

26.8. O pagamento ficará condicionado à apresentação e regularidade das Certidões Negativas (ou Positivas com efeitos de Negativa) de Débitos vigentes junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

26.9. Caso a validade de qualquer das certidões apresentadas seja inferior a 15 (quinze) dias, a Credenciada deverá providenciar a sua respectiva atualização antes da liberação do pagamento.

26.10. Identificada qualquer irregularidade na emissão dos documentos fiscais, divergência de valores, falta de comprovação de adimplência fiscal ou obrigações financeiras pendentes em virtude de penalidade contratual, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se

a contagem integral de 30 (trinta) dias a partir da regularização, sem direito a reajustes ou correções no período.

26.11. O Credenciado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização reter o ateste e o pagamento relativo ao último mês de prestação de serviços até que sejam sanadas todas as pendências e comprovado o cumprimento das obrigações trabalhistas.

26.12. Na hipótese de inadimplemento ou atraso no pagamento por razões imputáveis exclusivamente ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira e encargos moratórios à taxa nominal de 0,5% ao mês (6% ao ano), em regime de juros simples desde o vencimento até o efetivo pagamento, calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438%;

VP = Valor da prestação/parcela em atraso.

26.13. O poder público municipal terá o prazo de até 06 (seis) meses para a regularização de eventuais pendências cadastrais ou técnicas nas unidades consumidoras sob sua responsabilidade, garantindo o alinhamento com a empresa credenciada para o início das compensações.

26.14. A falta de pagamento das parcelas pelo prazo superior a 2 (dois) meses, nos termos do artigo 137, § 2º, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, dá direito à empresa Credenciada pleitear a rescisão contratual por culpa do Município, acarretando a retirada da unidade consumidora da compensação de créditos e o seu retorno ao mercado cativo da concessionária local, cujo processo levará pelo menos 90 (noventa) dias para ser regularizado, garantido o pagamento do saldo de créditos remanescentes.

27. PREÇOS DOS SERVIÇOS

27.1. Os serviços prestados serão pagos com base nos valores das tarifas cativas vigentes da Concessionária Distribuidora local e no volume de energia efetivamente consumido e compensado no mês de referência, tudo na conformidade das regras estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

a) O fluxo de fornecimento e compensação dos créditos de energia deverá observar estritamente os ciclos de faturamento da Concessionária Distribuidora local, não podendo sofrer interrupções, salvo por razões técnicas ou operacionais devidamente

AMESP FLS.: 0103 Assinatura

justificadas e aceitas pela Administração.

b) Eventuais ajustes ou revisões decorrentes de alterações extraordinárias nas tarifas homologadas pela ANEEL serão processados na conformidade da legislação regulatória vigente.

27.2. Os serviços contratados serão pagos contemplando o percentual de desconto estabelecido no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, aplicado diretamente sobre a tarifa cativa regulada da Concessionária Distribuidora local (tarifa de referência), conforme detalhado no Termo de Referência.

27.3. Nos preços obtidos mediante a aplicação do percentual de desconto sobre a tarifa cativa da Concessionária Distribuidora local, já deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas, encargos setoriais, entre outros), contribuições previdenciárias e demais encargos necessários à execução do objeto.

28. DA VIGÊNCIA

28.1. Este credenciamento ficará permanentemente aberto a todos os interessados, que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital e durante a vigência deste, que terá a sua duração de acordo com as disposições dos artigos 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.2. Os pedidos de inscrição encaminhados após o prazo estabelecido serão objeto de apreciação nas sessões públicas subsequentes, que serão publicados no sítio eletrônico oficial da AMESP e deverão acontecer conforme a necessidade ou a cada **180 (cento e oitenta) dias.**

28.3. O período de inscrição visando a entrega da documentação para credenciamento e análise na primeira sessão pública da Comissão de Credenciamento/Licitação será a partir de **09/07/2026.**

28.4. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) deste Credenciamento será de 60 (sessenta) meses, com início previsto a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, por sucessivos períodos, nos termos e limite estabelecido no art. 107, Lei Federal nº 14.133/2021.

29. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

29.1. Das obrigações do CREDENCIADO/CONTRATADO:

a) Executar o objeto em total conformidade com o Edital, Termo de Referência, anexos e contratos decorrentes, observando estritamente a Lei Federal nº 14.300/2022 e as Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.

AMESP
FLS: 0104
Assinatura

b) Garantir a injeção contínua e a regularidade do fluxo de créditos de energia ativa na rede da concessionária local, observando estritamente os percentuais de rateio indicados pelas unidades consumidoras do Grupo B3 dos municípios contratantes.

c) Fornecer toda a infraestrutura técnica, operacional, de pessoal, usinas fotovoltaicas, materiais e equipamentos necessários para a cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, viabilizando o fluxo de créditos sem exigir investimento ou custeio pela Administração Pública.

d) Arcar exclusivamente com todos os custos de investimentos (CAPEX), operação e manutenção (O&M), seguros, tributos e despesas das usinas geradoras, isentando a AMESP e os Municípios de qualquer ônus financeiro ou de custeio sobre os ativos.

e) Disponibilizar plataforma digital ou portal online que permita à AMESP e aos municípios monitorar, mensalmente, o volume de energia gerado, os créditos injetados por Unidade Consumidora (UC) e a economicidade real obtida.

f) Prestar os serviços nos prazos estabelecidos, entregando as notas fiscais devidamente conferidas e acompanhadas das respectivas Ordens de Serviços ou Notas de Autorização expedidas pelos municípios.

g) Apresentar ao fiscal de contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da expedição de cada ordem de fornecimento ou serviço.

h) Apresentar o "Visto de Empresa" junto ao CREA-MG ou CRT-MG no ato da assinatura deste instrumento, caso possua sede em outro Estado da Federação.

i) Efetuar, caso julgue necessário, vistoria técnica nos locais e unidades consumidoras vinculadas, mediante prévio agendamento com o representante do Município contratante.

j) Manter preposto formal, idôneo e habilitado, aceito pela AMESP e pelos Municípios, com poderes para representá-la operacionalmente, receber notificações da fiscalização, deliberar sobre o contrato e comparecer à sede da municipalidade em até 48 (quarenta e oito) horas após convocação.

k) Disponibilizar aos canais municipais beneficiários os contatos telefônicos atualizados dos responsáveis operacionais e do representante legal da CREDENCIADA/CONTRATANTE para pronto atendimento em casos de urgência.

l) Prestar prontamente todos os esclarecimentos e atendimentos a reclamações solicitados pela AMESP ou pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, bem como reportar em tempo hábil qualquer intercorrência que possa comprometer a execução

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0105 Assinatura

contratual.

m) Desenvolver o trabalho em regime de colaboração com o CREDENCIANTE/CONTRATANTE, participando de reuniões programadas e acatando as orientações e diretrizes da fiscalização;

n) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por danos causados à AMESP, aos Municípios ou a terceiros por culpa ou dolo, incluindo falhas operacionais na injeção, atrasos ou erros na parametrização e rateio dos créditos junto à distribuidora que gerem prejuízos ou perda de descontos para a Administração Pública;

o) Arcar com todos os prejuízos de ações judiciais que a AMESP ou o CREDENCIANTE/CONTRATANTE forem compelidos a responder por força da execução do objeto, incluindo despesas processuais e honorários advocatícios.

p) Sujeitar-se integralmente às penalidades e sanções administrativas previstas no Edital em caso de não comparecimento para atendimento das demandas, atrasos na injeção ou descumprimento de requisitos técnicos e regulatórios.

q) Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos os encargos fiscais, comerciais, tributos, contribuições trabalhistas e previdenciárias decorrentes do credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentando os comprovantes de regularidade sempre que solicitado.

r) Manter, durante toda a vigência do credenciamento e execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

s) Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência por escrito do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

t) Garantir o tratamento de todos os dados cadastrais, técnicos e de consumo em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros sem autorização prévia e expressa do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

29.2. Das obrigações da CREDENCIANTE/CONTRATANTE:

a) Firmar os contratos individuais decorrentes do Credenciamento e emitir as respectivas Ordens de Serviço ou Notas de Empenho antes do início da compensação, respeitando o rodízio e a ordem cronológica gerida pela AMESP.

b) Disponibilizar à CREDENCIADA/CONTRATANTE todas as informações e documentos

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
FLS.: 0106
Assinatura

necessários à execução do objeto, incluindo o mapeamento atualizado, números de instalação e históricos de consumo das Unidades Consumidoras (Grupo B3).

c) Designar servidor efetivo para fiscalizar o contrato, acompanhar a execução os serviços e avaliar o desempenho da CREDENCIADA/CONTRATANTE.

d) Validar mensalmente o relatório de medição da CREDENCIADA/CONTRATANTE, confrontando-o com as faturas da concessionária local para comprovar a efetiva injeção e compensação dos créditos.

e) Conferir se a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) aplica exatamente o desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa regulada vigente.

f) Pagar a NF-e devidamente atestada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, assegurando a dotação orçamentária necessária, ainda que vinculada às quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou outras transferências constitucionais.

g) Notificar a CREDENCIADA/CONTRATANTE por escrito, imediatamente, sobre qualquer falha ou anormalidade no fluxo de compensação ou no faturamento, fixando prazo de correção compatível com as regras da concessionária local.

h) Comunicar à CREDENCIADA/CONTRATANTE, em até 3 (três) dias úteis, qualquer notificação ou alteração regulatória da concessionária local que impacte o sistema de compensação ou as usinas.

i) Aplicar as sanções administrativas e penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, observada a legislação vigente.

j) Emitir, ao término do contrato ou periodicamente quando solicitado, os competentes Atestados de Capacidade Técnica Operacional, especificando o volume de energia (kWh) e os créditos efetivamente transacionados e validados no período.

30. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

30.1. O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos Serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no art. 104, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021. Para a execução do objeto, deverão ser consideradas e seguidas as últimas edições das normas e regulamentos publicados pelas seguintes organizações:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica;

AMESP Fls: 0107 Assinatura

- Normas Técnicas e Procedimentos de Distribuição da Concessionária Distribuidora Local.

30.2. Qualquer tolerância por parte do CREDENCIANTE/CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela empresa credenciada vencedora, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o CREDENCIANTE/CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

30.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CREDENCIANTE/CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da(s) empresa(s) CREDENCIADA(s)/CONTRATADA(s) designadas para a execução do objeto contratado, sendo – esta – a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

30.4. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste credenciamento, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

30.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar à CREDENCIANTE/CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades contratuais serão na conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, dispostas principalmente nos art. 155 a 163, que seguidos todos os procedimentos adequados de instauração, contraditório, ampla defesa, decisão motivada, base de cálculo das multas etc, serão aplicadas quando o CREDENCIADO/CONTRATADO descumprir as obrigações legais, editalícias ou contratuais, ou praticar atos ilícitos podendo culminar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o CONSÓRCIO AMESP e municípios integrantes.

31.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a CREDENCIADA/CONTRATADA fica sujeita – garantida a defesa prévia no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis – às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

31.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CREDENCIANTE/CONTRATANTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos na legislação aplicável ao caso.

AMESP 0108 Assinatura

31.3. A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos na legislação aplicável ao caso.

32. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE

32.1. A(s) CREDENCIADA(s)/CONTRATADA(s) deverá(ão) executar o(s) serviço(s) com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos pelas normas técnicas do setor elétrico e da Concessionária Distribuidora local, cumprindo prazos, ciclos de compensação e acordos de confidencialidade de dados e informações.

32.2. A CREDENCIANTE/CONTRATANTE poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.

32.3. Verificado o desempenho insatisfatório, a CREDENCIADA/CONTRATADA será notificada e deverá apresentar uma justificativa formal no prazo de 3 (três) dias úteis.

32.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na retenção de valores ou glosa proporcional aos créditos de energia não compensados no período, assim como na rescisão do Contrato e aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

33. SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

33.1. O credenciamento poderá ser suspenso ou cancelado:

a) pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando for por ela julgado que o credenciado esteja definitivamente ou temporariamente impossibilitado de prestar os serviços ou por não observar as normas legais ou Editalícias;

b) pela CREDENCIADA/CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e devidamente aceita pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE, nos termos legais;

c) por relevante interesse da CREDENCIANTE / CONTRATANTE, devidamente justificado;

d) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do credenciado, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado de energia elétrica e compensação energética.

33.2. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado da obrigação de cumprir os eventuais serviços e ciclos de faturamento já iniciados ou requisitados pela

AMESP
Fls.: 0109
Assinatura

CREDENCIANTE/CONTRATANTE e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial)

33.3. Independentemente deste credenciamento, a CREDENCIANTE / CONTRATANTE poderá realizar outros procedimentos para contratar os serviços referidos neste procedimento, assegurando-se a preferência deste em igualdade de condições e preços.

34. GESTOR DO CREDENCIAMENTO E DOS CONTRATOS

34.1. A gestão administrativa do banco de credenciados caberá à AMESP, enquanto a fiscalização e o acompanhamento dos serviços prestados em cada localidade serão feitos através de um servidor efetivo, na qualidade de gestor do contrato, designado por cada MUNICÍPIO CONTRATANTE.

34.2. É de competência do gestor de cada município:

34.2.1. exercer a fiscalização do contrato na forma prevista nos artigos 115 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

34.2.2. solicitar ao representante do credenciado a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no fluxo de compensação ou faturamento, as quais, se não sanadas no prazo assinalado pelo gestor (compatível com os prazos operacionais da Concessionária Distribuidora), serão objeto de comunicação oficial à AMESP para os fins de aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

34.2.3. assinar o ateste mensal das medições ou documento equivalente para fins de liquidação e pagamento junto à respectiva tesouraria municipal, bem como o termo de encerramento ao final da vigência do ajuste;

34.2.4. emitir, quando solicitado pela CREDENCIADA/CONTRATADA, atestado sobre o seu desempenho na condução dos serviços contratados, submetendo-o a ratificação pela autoridade superior competente do MUNICÍPIO CONTRATANTE;

34.2.5. elaborar relatório de avaliação de desempenho quando solicitado pela autoridade superior competente do MUNICÍPIO CONTRATANTE ou pela AMESP.

34.3. Para fins de fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, serão observados os seguintes procedimentos:

34.3.1. Todas as questões operacionais oriundas dos contratos derivados deverão ser formuladas por escrito e encaminhadas ao gestor dos serviços do município contratante.

34.3.2. O gestor anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o cumprimento das obrigações pactuadas, em especial quanto à regularidade da injeção

AMESP
Fls: 0110
Assinatura

e compensação dos créditos de energia, podendo determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

34.3.3. Ao término do contrato, o registro próprio das ocorrências será juntado ao respectivo processo municipal, facultando-se ao credenciado a obtenção de cópias dos registros e informações.

34.3.4. As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do gestor municipal serão solicitadas aos seus superiores e informadas à AMESP em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

34.4. Ao final dos serviços, ou periodicamente quando solicitado, o MUNICÍPIO CONTRATANTE fica obrigado a fornecer os Atestados de Capacidade Técnica Operacional para a CREDENCIADA/CONTRATADA, especificando o volume de energia e os créditos efetivamente compensados no período.

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Havendo divergência, omissão ou conflito entre as condições estabelecidas neste Edital e as legislações que regem este credenciamento, estas sempre prevalecerão.

35.2. A CREDENCIANTE/CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente credenciamento.

35.3. Qualquer interessado poderá denunciar eventuais irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento oriundo deste credenciamento.

35.4. Este procedimento pode ser revogado, no todo ou em parte, por interesse público ou, anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado, aplicando- se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório, sem que disso resulte direito a ressarcimento ou indenização.

35.5. A Comissão de Credenciamento / Licitação poderá relevar falhas ou omissões de natureza formal que não comprometam a segurança da contratação e não restem infringidos, em especial, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade e da proporcionalidade.

35.6. As normas disciplinadoras deste procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação do número de CREDENCIADO(s)/CONTRATADO(s), observadas as condições e formalidades legais cabíveis.

35.7. Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento, sendo que

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
FLS.: 0111
Assinatura

a falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento de quem o tiver apresentado e rescisão do respectivo Termo de Credenciamento (Contrato), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

35.8. A critério da CREDENCIANTE / CONTRATANTE, poderá ser encaminhada correspondência aos prestadores de serviço em potencial, que gozem de boa reputação profissional, para que promovam, querendo, o seu credenciamento.

35.9. A cada 180 (cento e oitenta) dias ou outro prazo inferior, conforme necessidade, a CREDENCIANTE / CONTRATANTE poderá realizar chamamento público para novos interessados, quando republicará o Edital, podendo alterar regras, condições e minutas.

35.10. O pedido de descredenciamento não desincumbe a CREDENCIADA/CONTRATADA do atendimento de obrigações já credenciadas, ou seja, aquelas em que ele já recebeu as respectivas Ordens de Fornecimento/serviços e ou Nota de Empenho.

35.11. O valor fixado neste Edital poderá ser revisto a fim de restabelecer a relação entre as partes e manter seu equilíbrio econômico-financeiro inicial em função de sobrevir fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

35.12. Outras informações poderão ser obtidas no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, com os servidores do Setor de Compras/Licitação do CONSÓRCIO AMESP, ou, ainda, pelo telefone (35) 3622-4211.

35.13. O presente Edital de Chamamento Público e todos os seus anexos, são integrantes entre si, de forma que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido, para todos os efeitos.

35.14. Nenhuma indenização será devida aos interessados pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Credenciamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação ao processo de credenciamento.

35.15. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do credenciamento, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no Contrato, com exceção da previsão contida no art. 122 da Lei Federal n° 14.133/2021.

35.16. A empresa CREDENCIADA/CONTRATADA deverá manter durante o curso de vigência do Termo de Credenciamento todas as condições de habilitação que ensejaram o credenciamento.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
Fls: 0112
Assinatura

35.17. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

35.18. Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios gerais do direito e nas disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021.

35.19. O deferimento da habilitação e a assinatura do Termo de Credenciamento não implicará em direito subjetivo à contratação automática da CREDENCIADA/CONTRATADA. O compromisso de prestação dos serviços dar-se-á mediante a efetiva necessidade da Administração e a emissão de cada Ordem de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pelos municípios consorciados. As demandas serão distribuídas de forma descentralizada e individualizada respeitando a ordem cronológica da fila única de rodízio e a capacidade mensal máxima declarada e comprovada (em kWh/mês) por cada credenciada.

35.20. Caso a credenciada posicionada no topo da fila de rodízio seja convocada e comprove que sua capacidade mensal de injeção (em kWh/mês) já se encontra totalmente comprometida com contratos anteriores ou temporariamente esgotada, assiste-lhe o direito de recusar justificadamente o atendimento do município solicitante da vez. A Administração convocará imediatamente o próximo credenciado apta da fila, sendo expressamente garantido à empresa pulada por limitação de capacidade o direito de manter sua posição original no topo da lista para as oportunidades subsequentes, sem qualquer penalidade, advertência ou exclusão do banco de credenciados.

36. DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre - Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Edital e dos Termos de Credenciamento/Contratos dele decorrentes, que não puderem ser resolvidos administrativamente.

37. DOS ANEXOS

37.1. O presente Edital é composto por 43 (quarenta e três) páginas e 6 (seis) anexos. Os anexos que integram este Edital, para todos os fins e efeitos, são os seguintes:

i. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS (A, B e C);

ii. ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO;

iii. ANEXO III - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO;

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

iv. ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO;

v. ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

vi. ANEXO VI - DECLARAÇÃO.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em sítio eletrônico oficial:

http://www.licitamesp.com.br.

Pouso Alegre/MG aos 08 de julho de 2026.

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2026.07.08 12:46:25 -03'00'

Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
Fls. 0114
Página
1/40
Assinatura

CÓDIGO: ***AME-G2/DOC/LIC/00-00***

TERMO DE REFERÊNCIA

CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

DOCUMENTO TÉCNICO:	*ESTE DOCUMENTO TÉCNICO É COMPOSTO POR 40 (QUARENTA) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 31 (TRINTA E UMA) FOLHAS, O ANEXO A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 2 (DUAS) FOLHAS, O ANEXO B – MEMORIAL DE CÁLCULO COM 5 (CINCO) FOLHAS, O ANEXO C – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T. COM 2 (DUAS) FOLHAS.*
CLIENTE:	*CONSÓRCIO AMESP* *Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP* *CNPJ-MF: 20.362.307/0001-40* *Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442*

Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Sala 1330 . Centro . Belo Horizonte / MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, nº 550 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.97200.6092. +55.35.99730.8483
e-mail: icthus@icthusengenharia.eng.br . rossi@icthusengenharia.eng.br

iCTHUS ENGENHARIA

TERMO DE REFERÊNCIA

CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

AMESP
Fls. 0115
240
Assinatura

DADOS DO EMPREENDIMENTO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Licitação	**CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA**
Local:	Região abrangida pelos municípios integrantes da AMESP
Município:	Municípios diversos - Sede em Pouso Alegre / MG
Estado:	Minas Gerais
Proprietário:	**CONSÓRCIO AMESP** **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**
CNPJ:	**20.362.307/0001-40**
Responsável Técnico:	**Leandro Alkmim Teixeira** Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho CREA-MG: 79.117/D / RNP: 140295755-6
ART nº:	MG20265010055 (REGISTRADA EM 11/06/2026)
E-mail:	icthus@icthusengenharia.eng.br
Telefone:	(35) 3025.6092
Celular:	(31) 97200.6092 / (35) 99730.8483
Data:	2 de julho de 2026

Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Sala 1330 . Centro . Belo Horizonte / MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, nº 550 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.97200.6092. +55.35.99730.8483
e-mail: icthus@icthusengenharia.eng.br . rossi@icthusengenharia.eng.br

iCTHUS ENGENHARIA

AMESP
Folha nº 0116
Assinatura

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO - CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

1. OBJETO

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto do presente chamamento é o Credenciamento de Empresas Qualificadas para a prestação de serviços por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede. O fornecimento enquadra-se na categoria de micro e minigeração distribuída, operando estritamente sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e na modalidade de minigeração compartilhada. O objetivo principal é atender à demanda energética de unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão) vinculadas aos Municípios que compõem o CONSÓRCIO AMESP, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), mediante procedimento de credenciamento centralizado pelo Consórcio AMESP, competindo aos Municípios Consorciados a celebração, gestão, fiscalização e execução dos contratos administrativos dele decorrentes.

2.1. *A seleção dos fornecedores será realizada mediante o procedimento auxiliar de Credenciamento, na hipótese de contratação paralela e não excludente, com fulcro no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. As contratações decorrentes serão formalizadas por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso IV, da referida lei, sendo habilitados todos os fornecedores que aceitarem o percentual de desconto fixado pela Administração e cumprirem integralmente os requisitos de habilitação técnica e jurídica estabelecidos neste instrumento, para posterior assinatura dos termos individuais com os municípios consorciados conforme a disponibilidade de demanda.*

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover maior eficiência na gestão das despesas com energia elétrica dos Municípios Consorciados à AMESP, mediante a utilização de energia proveniente de usinas

AMESP
Folha 0117
Página 4/40
Assinatura

solares fotovoltaicas conectadas à rede, no âmbito da micro e minigeração distribuída e do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, possibilitando a redução dos custos com o consumo de energia, a ampliação do uso de fontes renováveis e o fortalecimento das políticas públicas de sustentabilidade, sem a necessidade de investimentos públicos na implantação, operação ou manutenção de ativos de geração. Para tanto, adota-se o procedimento auxiliar de credenciamento, com habilitação de empresas aptas ao atendimento dos Municípios Consorciados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme resoluções ANEEL 1.000/2021 e 1.059/2023 e observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 e a Resolução Normativa nº 1059, de 07 de fevereiro de 2023 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações.

3.1. DA NECESSIDADE

3.1.1. *A conjuntura global contemporânea impõe a adoção de providências imediatas voltadas ao combate ao aquecimento global e ao estrito cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável. Diante da imperiosa necessidade de respostas rápidas no plano regional, as ações subnacionais e multilaterais assumem papel de destaque. Nesse cenário, os gestores públicos passam a desempenhar função determinante, utilizando a aplicação estratégica do erário em compras sustentáveis para induzir o mercado a privilegiar produtos e serviços que apresentem baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) ao longo de todo o seu ciclo de vida.*

3.1.2. *Esta demanda alinha-se à expressiva redução de custos da tecnologia fotovoltaica em relação à energia elétrica convencional, impulsionada pela regulação da micro e minigeração distribuída. O modelo atende, simultaneamente, à necessidade de matrizes limpas e à urgência por um menor preço por kWh face às oscilações tarifárias decorrentes de crises climáticas. Assim, a Administração Pública associa a redução de despesas correntes à promoção da eficiência, atuando como indutora da sustentabilidade fiscal e ecológica de longo prazo, em estrito cumprimento ao artigo 225 da Constituição Federal de 1988.*

3.1.3. *A solução técnica e jurídica delineada consiste na contratação por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria de micro e minigeração distribuída. O fornecimento visa suprir a demanda energética dos municípios consorciados à Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP). O arranjo observará rigorosamente as condições deste Edital, em perfeita simetria com a Lei Federal nº 14.300/2022, com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023.*

3.1.4. *O certame fundamenta-se nas diretrizes da geração compartilhada, que autoriza a reunião de consumidores distintos, por meio de consórcio ou cooperativa, dentro da mesma área de concessão, para o aproveitamento comum de uma unidade geradora externa. Esse modelo exige a formalização de*

AMESP
Fls.: 0118
Página: 5/46
Assinatura

instrumento jurídico específico que comprove a convergência de vontades e preveja expressamente o compromisso de solidariedade entre os participantes. A modelagem viabiliza o abatimento de kWh diretamente nas faturas de energia dos entes públicos mediante cessão onerosa, garantindo o aproveitamento imediato de créditos de compensação com risco zero de investimento e sem demanda de capital (CAPEX) para infraestrutura própria.

3.1.5. *Com amparo no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, adota-se o procedimento auxiliar de Chamamento Público para Credenciamento, em consonância com as orientações do Acórdão nº 1.056/2017–TCU/Plenário. O modelo viabiliza a contratação simultânea de todos os interessados que preencham as condições editalícias e assegurem o percentual de desconto fixado, sob bases padronizadas. Esta abordagem afasta os desafios impostos pela fragmentação administrativa e pela heterogeneidade estrutural dos entes federativos, convertendo as necessidades individuais das prefeituras em vantagens recíprocas e sustentáveis de longo prazo.*

3.1.6. *A centralização do certame na AMESP atende à realidade dos 27 (vinte e sete) municípios consorciados, em sua maioria de pequeno e médio porte, os quais sofrem com restrições orçamentárias e com a escassez de corpo técnico multidisciplinar especializado no complexo setor elétrico. Isoladamente, esses entes não possuiriam escala ou poder de barganha para atrair o interesse comercial de empresas geradoras. A unificação do procedimento democratiza o acesso à matriz industrial verde, permitindo que as administrações locais alcancem a expertise regulatória indispensável e contratem operadoras qualificadas que dificilmente seriam acessadas de forma individual.*

3.2. DA MODALIDADE DE CREDENCIAMENTO

3.2.1. *A escolha pelo sistema de Credenciamento, em detrimento de uma licitação convencional, fundamenta-se na natureza do serviço e nos princípios da eficiência, isonomia e economicidade.*

3.2.2. *O credenciamento é um procedimento auxiliar que configura hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, justificada pela inviabilidade jurídica de competição excludente. O marco normativo da Lei nº 14.133/2021 estabelece os seguintes fundamentos:*

> *Art. 6º, XLIII: "credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"*

3.2.3. *A legislação consagra o credenciamento como um instrumento de contratação direta, afastando o dever de licitar nos seguintes termos:*

> *Art. 74: "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)*

AMESP
Fls: 0119
Assinatura

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;"

3.2.4. *Nesse contexto, a modelagem adotada pela AMESP para o atendimento simultâneo dos 27 municípios consorciados fundamenta-se estritamente na hipótese de contratação paralela e não excludente. O texto legal autoriza o uso do instituto nessa exata vertente:*

> *Art. 79: "O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;"*

3.2.5. *No caso em tela, a inviabilidade de competição não decorre da escassez de fornecedores, mas sim do fato de a Administração Pública dispor-se a contratar todos os interessados que satisfaçam as condições editalícias, eliminando qualquer relação de exclusão jurídica ou comercial. Para tanto, o novo regramento legal exige que o edital determine previamente as regras uniformes e os valores da contratação:*

> *Art. 79, Parágrafo único, III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;*

3.2.6. *O valor a ser pago — consubstanciado na vantagem econômica por meio do percentual de desconto fixado sobre a tarifa vigente — é predeterminado unilateralmente pelo ente público com base em ampla pesquisa de mercado. Ademais, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os habilitados, o instrumento convocatório deve fixar critérios objetivos para o direcionamento das ordens de serviço:*

> *Art. 79, Parágrafo único, II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;*

3.2.7. *Dessa forma, o regime de execução estabelece um padrão de chamamento sequencial por ordem cronológica de protocolo de entrega. Esse arranjo atende à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.977/2021-Plenário), que veda a competição por via transversa no credenciamento, consolidando-se como a solução mais vantajosa para a AMESP ao garantir ampla cobertura territorial, celeridade administrativa e risco zero de investimento para as municipalidades.*

4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVO E ESTIMATIVA DE CONSUMO

4.1. DAS PLANILHAS E DA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

4.1.1. *A planilha abaixo indica o valor de energia consumido anualmente por cada município:*

AMESP FLS: 0120 Página: 7/40 Assinatura

Levantamento do gasto com consumo de energia dos municípios consorciados à AMESP				
Nº	MUNICÍPIOS	R$ Energia / ano 2025	R$ Energia /ano Estimativa 2026	FONTE
	TOTAL R$ energia / ano	R$ 39.227.870,08	R$ 50.996.231,11	-
1	ALBERTINA	R$ 523.181,77	R$ 680.136,30	Portal da Transparência
2	ALFENAS	R$ 3.185.660,85	R$ 4.141.359,10	
3	ANDRADAS	R$ 1.872.310,06	R$ 2.434.003,08	
4	BUENO BRANDÃO	R$ 425.245,76	R$ 552.819,49	
5	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 813.477,78	R$ 1.057.521,11	
6	CAMANDUCAIA	R$ 1.648.931,33	R$ 2.143.610,73	
7	CAMBUÍ	R$ 1.506.147,96	R$ 1.957.992,35	
8	CAREAÇU	R$ 307.019,42	R$ 399.125,25	
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 829.236,41	R$ 1.078.007,33	
10	CONGONHAL	R$ 841.715,81	R$ 1.094.230,55	
11	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 214.169,63	R$ 278.420,52	
12	ESTIVA	R$ 749.379,84	R$ 974.193,79	
13	EXTREMA	R$ 5.066.016,92	R$ 6.585.822,00	
14	INCONFIDENTES	R$ 487.237,90	R$ 633.409,27	
15	IPUIUNA	R$ 320.624,87	R$ 416.812,33	
16	JACUTINGA	R$ 4.675.725,62	R$ 6.078.443,31	
17	MONTE SIÃO	R$ 2.542.963,72	R$ 3.305.852,84	
18	OURO FINO	R$ 3.729.743,36	R$ 4.848.666,37	
19	PARAISÓPOLIS	R$ 1.151.049,54	R$ 1.496.364,40	
20	POÇO FUNDO	R$ 1.069.495,95	R$ 1.390.344,74	
21	POUSO ALEGRE	R$ 2.138.750,30	R$ 2.780.375,39	
22	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 3.129.890,01	R$ 4.068.857,01	
23	SÃO BENTO ABADE	R$ 303.869,29	R$ 395.030,08	
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 693.070,11	R$ 900.991,14	
25	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 203.154,79	R$ 264.101,23	
26	SILVIANÓPOLIS	R$ 401.119,00	R$ 521.454,70	
27	TURVOLÂNDIA	R$ 398.682,08	R$ 518.286,70	

Nota de Esclarecimento Regulatória: *Os valores e quantitativos dispostos na tabela acima não possuem caráter meramente hipotético ou arbitrário, sendo o resultado de rigoroso levantamento técnico fundamentado no histórico real de empenhos e liquidações dos municípios consorciados junto às concessionárias nos exercícios de 2024 e 2025, extraídos de seus respectivos Portais da Transparência. Contudo, por imperativo de segurança jurídica e em virtude da sazonalidade natural da demanda dos prédios e espaços públicos, tais indicadores configuram estimativas de prospecção para balizamento técnico e teto orçamentário. Não há, por parte da AMESP ou das municipalidades, compromisso de compra mínima ou garantia de faturamento fixo, processando-*

AMESP
Folha: 0121
Página: 8/40
Assinatura

se a execução financeira de forma estritamente aderente ao consumo real medido e compensado em cada ciclo.

4.1.2. *Estão compreendidas neste volume a energia dos prédios públicos (Subgrupo B3), os espaços públicos – iluminação pública – (Subgrupo B4) e a alta tensão (Grupo A). Contudo, considera-se objeto do presente credenciamento apenas as unidades consumidoras pertencentes ao Subgrupo B3 (Demais Classes). Ficam excluídos do escopo as redes de iluminação pública (B4) e as estruturas do Grupo A (Alta Tensão), sendo que estas últimas recebem energia da concessionária em tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV), possuindo maior complexidade técnica e regras diferenciadas de faturamento.*

4.1.3. ***Vide explicações dos quantitativos apresentados na Planilha do item 4.1.1 no Anexo B.***

4.2. ATENDIMENTO AO SUBGRUPO TARIFÁRIO

4.2.1. *O Grupo tarifário atendido é B3, Modalidade Convencional – Comercial / Poder Público – Trifásico – Bifásico – Monofásico.*

4.2.2. *O fornecimento de energia objeto do Credenciamento deste Termo de Referência NÃO inclui o atendimento ao grupo B4, referente à Iluminação Pública.*

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. *Para fins de padronização, perfeita execução do objeto e fixação dos conceitos que instruem este Termo de Referência, adotam-se as seguintes definições operacionais:*

I. Micro e Minigeração Distribuída: Central geradora de energia elétrica que utiliza fontes renováveis ou de cogeração qualificada, conectada à rede de distribuição por meio de unidade consumidora, nos termos da Lei Federal nº 14.300/2022 e da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021;

II. Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE): Sistema no qual a energia elétrica ativa é injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída na rede da distribuidora local, cedida a título de empréstimo gratuito e posteriormente utilizada para compensar o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras participantes do sistema (conforme REN ANEEL nº 1.059/2023);

III. Geração Compartilhada: Modalidade de participação no SCEE caracterizada pela reunião de consumidores por meio de consórcio, cooperativa, condomínio civil voluntário/edilício ou qualquer outra forma de associação civil instituída para esse fim, composta por pessoas físicas ou jurídicas que possuam unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída (conforme REN ANEEL nº 1.059/2023);

IV. Sistema de Geração Distribuída (SGD): Conjunto composto por todos os equipamentos, periféricos e acessórios necessários para a geração de energia elétrica pela Central Geradora em condições de pronta

AMESP
Fls.: 0122
Página:
9/48
Assinatura

e plena operação, incluindo o imóvel de instalação, os serviços de operação e manutenção (O&M), a infraestrutura de conexão ao sistema de distribuição da concessionária local e os sistemas de gerenciamento e monitoramento do ativo.

5.1.2. *A execução do objeto dar-se-á por meio da cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada no SGD, obrigatoriamente enquadrada na modalidade de Geração Compartilhada, para o atendimento das unidades consumidoras dos municípios vinculados a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí (AMESP).*

5.1.3. *Como requisito de elegibilidade técnica para a segurança das operações do Consórcio, as credenciadas deverão comprovar a disponibilidade de ativos de geração distribuída que totalizem, no mínimo, 1,4 MWp (um vírgula quatro megawatt-pico) de potência instalada em pronta e plena operação (categoria GD I). Fica expressamente autorizado o somatório de capacidades de duas ou mais usinas fotovoltaicas de titularidade da empresa ou sob seu controle societário/gestão comercial para atingir a régua mínima estabelecida. A execução prática dos serviços de compensação ocorrerá de forma fracionada e sob demanda, vinculada estritamente ao volume mensal (em kWh/mês) que a empresa possuir disponível para acoplamento junto às Unidades Consumidoras dos municípios demandantes, respeitada a ordem do rodízio regional e o limite de sua capacidade física de geração.*

5.1.4. *O faturamento dos serviços executados observará a concessão de desconto fixo padronizado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa de energia vigente na data do fornecimento e aplicada no respectivo ciclo de faturamento da concessionária local.*

5.1.5. *A base de cálculo para a aplicação do desconto será a tarifa cheia, composta e acrescida das bandeiras tarifárias vigentes e de todos os tributos incidentes (PIS, COFINS e ICMS), relativos a cada unidade consumidora dos municípios integrantes da AMESP.*

5.1.6. *Após a homologação do cadastramento e o início da injeção da energia na rede da concessionária, a Credenciada será a única responsável pela efetiva injeção e manutenção do volume de energia de sua titularidade destinado ao Credenciante, observadas as formas, prazos e quantidades previstas no Termo de Credenciamento.*

5.1.7. *Para fins de compensação, a Credenciada deverá garantir a disponibilização da energia ativa injetada no sistema de distribuição da concessionária necessária para o atendimento integral das unidades consumidoras vinculadas, conforme rateio estabelecido pelo Consórcio.*

5.1.8. *A operação e a manutenção do Sistema de Geração Distribuída (SGD) serão de responsabilidade exclusiva da Credenciada, que assumirá integralmente todas as atividades e despesas de O&M (Operação e Manutenção) necessárias para o perfeito desempenho e integridade operacional dos equipamentos.*

5.1.8.1. *Fica a cargo da Credenciada a substituição de equipamentos, seja em decorrência de acionamento de*

AMESP
Fls. 0123
Página
10/48
Assinatura

garantia ou por falhas operacionais, exceto nos casos de danos resultantes de caso fortuito ou força maior que comprovadamente rompam o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese em que as partes avaliarão a necessidade de readequação contratual.

5.1.9. *Todo o fornecimento de energia e os serviços decorrentes da cessão de direito de uso deverão ser prestados diretamente pela Credenciada, sendo terminantemente vedada a cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste credenciamento a terceiros.*

5.1.9.1. *Excluem-se da vedação do item 5.1.9 os serviços especializados de O&M do SGD, cuja subcontratação não exime a Credenciada de sua responsabilidade exclusiva perante o Consórcio.*

5.1.10. *A execução contratual ocorrerá sob o regime de desoneração dos municípios consorciados quanto aos custos de projeto, implantação, aquisição de ativos ou investimentos no SGD, competindo-lhes exclusivamente o pagamento pelo direito de uso da energia efetivamente compensada, com o desconto estipulado no item 5.1.4, em estrita observância à Lei Federal nº 14.300/2022 e às Resoluções Normativas ANEEL nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023.*

5.2. GARANTIAS

5.2.1. ***Garantia de Desempenho:*** *A empresa Credenciada deverá assegurar o desempenho dos serviços de cessão onerosa de energia fotovoltaica por meio de Sistema de Geração Distribuída (SGD), utilizando obrigatoriamente o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) na modalidade de Geração Compartilhada, garantindo o estrito cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.300/2022 e nas Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.*

5.2.2. ***Garantia de Funcionamento:*** *Compromisso de que as usinas fotovoltaicas indicadas para o início da compensação estejam em condições de pronta e plena operação (categoria GD I), totalizando a potência mínima de 1,4 MWp, admitido o somatório de plantas instaladas, cujos créditos de energia gerados (lastro em kWh) deverão ser disponibilizados para as unidades consumidoras do subgrupo B3 dos municípios aderentes conforme o volume de demanda comercial aceito e contratado.*

5.2.3. ***Garantia de Manutenção:*** *A manutenção e operação do SGD serão de responsabilidade exclusiva da CREDENCIADA, que deverá assumir todas as atividades e despesas de O&M (organização e manutenção) necessárias para o perfeito desempenho e integridade operacional dos equipamentos que compõe o SGD, bem como qualquer necessidade de troca de equipamentos tanto na garantia, como na ocorrência de falhas dos mesmos, salvo danos ocorridos por fatos imprevisíveis ou supervenientes que venha a desequilibrar o contrato, onde tal fato deverá ser analisado entre as partes e verificado a possível adequação contratual.*

5.3. COMPROVAÇÃO DA UNIDADE GERADORA PELA EMPRESA CREDENCIADA

5.3.1. *A Credenciada deverá apresentar, no momento da habilitação, as seguintes documentações para*

AMESP
Fls: 0124
11/40
Assinatura

comprovação da unidade geradora através de documentos (CUSD, carta de vistoria; CCEE; e outros), para verificação da cessão onerosa de energia fotovoltaica de créditos para compensação, plataforma de monitoramento e transparência, localização na área de concessão da distribuidora local e atendimento às UCs do Grupo B, conforme detalhado no item 13.1.1.

5.3.2. *Fatura de energia da(s) unidade(s) geradora(s) comprovando a titularidade em nome da Credenciada ou de Sociedade de Propósito Específico (SPE) sob seu controle societário, bem como a efetiva injeção de energia na categoria GD I, em consonância com os ativos de operação declarados.*

5.4. LICENÇAS E DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS REGULADORES

5.4.1. *A Credenciada deverá apresentar quando da contratação dos serviços todas as licenças e demais documentos exigidos pelos órgãos reguladores para o exercício da atividade ora contratados.*

5.4.2. *A Credenciada deve obter e/ou manter, durante a vigência do termo de adesão, todas as licenças, autorizações, alvarás, certificados e permissões aplicáveis e necessárias à operação e manutenção do SGD integrante deste contrato e demais necessárias a esta prestação de serviços em termos das legislações aplicáveis.*

5.5. CARACTERÍSTICAS GERAIS

5.5.1. *Economia: A Credenciada deverá ofertar o DESCONTO fixado pelo Poder público no Credenciamento em percentual fixado sobre a tarifa vigente pela concessionaria cativa, aplicado sobre a fatura de fornecimento de energia em vigor no ciclo de faturamento, composta e acrescida da bandeira tarifária e dos impostos vigentes (PIS/COFINS e ICMS), esses últimos relativos a cada unidade consumidora.*

5.5.2. *O desconto a ser dado deverá levar em consideração o valor da tarifa do subgrupo B3 Modalidade Convencional, considerando a tarifa de fornecimento em vigor no ciclo de faturamento da respectiva concessionária local (CEMIG ou Energisa, conforme a área de concessão do município), composta e acrescida dos impostos vigentes (PIS/COFINS e ICMS), esses últimos relativos a cada unidade consumidora. Sobre a tarifa calculada dessa forma, será aplicado o percentual de economia Credenciada.*

5.5.3. *Fórmula de Cálculo para Pagamento do Benefício:*

$$Valor\ Mensal = CC*((((TSI+B)/(1-PIS-COFINS)/(1-ICMS)) - ((TSCEE+B))*(PIS+COFINS)/(1- PIS-COFINS)))*1-D\%)$$

Onde:

CC = Consumo Compensado;

TSI = Tarifa Sem Impostos da respectiva concessionária (CEMIG ou Energisa);

B = Bandeira Tarifária Vigente no Mês;

TSCEE = Tarifa do Sistema de Compensação e Energia Elétrica homologada pela ANEEL para a respectiva concessionária;

AMESP
Fls.: 0125
12/40
Assinatura

D = Desconto Contratado;

PIS/COFINS/ICMS = Impostos federais com porcentagens definidas na conta de Energia;

5.5.3.1. *PERFORMANCE: A Credenciada fornecedora se compromete a entregar a quantidade de energia prevista no Termo de Credenciamento sobre a qual aplicará o desconto fixo padronizado de 25% de desconto sobre a média de energia Credenciada.*

5.5.3.2. *Quando a injeção for maior que o consumo, o Contratante acumulará créditos na distribuidora, para utilização futura.*

5.5.4. *Redução de Consumo ou Exclusão de Unidades, ou Inclusão de Novas Unidades:*

5.5.4.1. *A Administração Pública Contratante poderá, a seu exclusivo critério, incluir novas unidades consumidoras ou excluir unidades existentes do escopo contratual derivado, bastando, para tanto, notificar a empresa credenciada com antecedência mínima de 90 dias corridos, visando a readequação do balanço energético e o remanejamento dos percentuais de rateio dos créditos.*

5.5.4.2. *No decorrer da execução da prestação de serviços, a Credenciada deverá realizar a gestão da injeção de energia com a finalidade de adequar a quantidade de energia injetada de acordo com o perfil de consumo da Credenciada.*

5.5.4.3. *O Município permanece responsável pelo pagamento de saldos de geração injetados e acumulados anteriores ao fato gerador de rescisão, exclusão e/ou desligamento, caso ainda não tenham sido emitidos os correspondentes documentos de pagamento.*

5.5.4.4. *Os valores em reais serão calculados considerando os montantes do kWh injetados e acumulados.*

6. LOCAL E PRAZOS

6.1. DO LOCAL

Os serviços serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

Os municípios que compõem o CONSÓRCIO AMESP são os abaixo discriminados.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS
ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS

CONTINUA...

AMESP
Folha: 0126
13/40
Assinatura

...CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
CAMBUÍ
CAMANDUCAIA
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

6.2. DOS PRAZOS

6.2.1. *O chamamento público para o Credenciamento ficará permanentemente aberto a novos interessados, tendo a sua duração vinculada às disposições do art. 79 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.*

6.2.2. *Para as contratações iniciais dos (kWh) que já deverão estar disponíveis para iniciar as compensações de energia da emissão da Ordem de Serviço, os prazos são:*

6.2.2.1. *30 (trinta) dias para Levantamento e cadastramento das unidades consumidoras;*

6.2.2.2. *60 (sessenta) dias para realização da compensação de energia;*

6.2.2.3. *60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período, de cessão onerosa após a emissão da Ordem de Serviço;*

6.2.3. *60 (sessenta) dias para encerramento contábil e jurídico do contrato; podendo ser prorrogado nos casos e condições definidas nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção do prazo ora estabelecido garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à*

AMESP
Folha: 0127
14/40
Assinatura

Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.

6.2.4. *O prazo máximo para início da prestação de serviços é de 90 (noventa) dias corridos para início do benefício de desconto na fatura de energia das unidades consumidoras, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço para as usinas existentes.*

6.2.5. *O prazo supracitado só poderá ser prorrogado por caso fortuito; força maior ou por atraso exclusivo da Distribuidora de Energia.*

6.2.6. *Caso a Credenciada solicite a prorrogação do prazo para o início da prestação de serviços, por atraso exclusivo da Distribuidora de Energia, a mesma deverá apresentar um relatório técnico encaminhado pela Distribuidora de Energia com as justificativas, as ações que estão sendo tomadas e a previsibilidade para a conexão das unidades consumidoras.*

6.2.7. *A Credenciada deverá fornecer em até 30 (trinta) dias corridos, após a finalização do certame, o cronograma de atividades, detalhando as etapas e datas de execução e conclusão dos serviços necessários ao início do recebimento do benefício, incluindo os trâmites legais para adesão ao Credenciamento e os trâmites procedimentais junto a concessionária de energia.*

6.2.8. *Somente serão considerados motivos para prorrogação dos prazos fixados no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento aqueles definidos no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE.*

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1.1. ***Economia Orçamentária Real:*** *A contratação deve resultar em uma redução líquida e mensurável nos custos totais com energia elétrica (fatura da concessionária + desconto sobre tarifa) para cada unidade consumidora participante. A economia será de imediata, iniciando no primeiro ciclo de faturamento completo após os tramites de adesão de prazos de compensação da concessionaria de energia, logo após a assinatura do contrato entre as partes e as garantias contratuais implementadas.*

7.1.2. ***Previsibilidade de Desconto sobre a tarifa vigente:*** *A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto considerando a economia real de 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança, para o planejamento orçamentário, mesmo considerando a tarifa variável, haverá ¼ de economia nominal sobre a tarifa vigente no dia.*

7.1.3. ***Sustentabilidade e Conformidade ambiental:*** *A contratação deve garantir que 100% da energia compensada seja proveniente de fontes renováveis (fotovoltaica) de baixa emissão de GEE, contribuindo*

AMESP
Folha
0128
15/40
Assinatura

para as metas de sustentabilidade e reduzindo a pegada de carbono das administrações municipais.

7.1.4. ***Risco Zero de Investimento e Operação:*** *A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.*

7.2. SÃO REQUISITOS DA SOLUÇÃO TÉCNICA

7.2.1. Para a contratação de serviços de cessão onerosa de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), no Sistema de Geração Distribuída (SGD) e na modalidade de cessão onerosa de energia fotovoltaica estabelecer requisitos claros para garantir a eficácia e segurança.

7.2.2. ***Modalidade e Regulamentação:*** *O serviço deve ser prestado estritamente na modalidade mini e microgeração compartilhada, em plena conformidade com a Lei nº 14.300/2022 e a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (e suas alterações). A Credenciada será responsável por todos os trâmites para a formalização e gestão dos créditos junto à Distribuidora/Concessionária.*

7.2.3. ***Usina em Pronta Operação:*** *A(s) usina(s) ofertada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) estar em condições de pronta e plena operação no momento da assinatura do contrato. Isso implica que a usina já deve possuir a CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela distribuidora/concessionária, estando apta a injetar energia na rede e gerar créditos imediatamente.*

7.2.4. ***Compatibilidade Geográfica e Técnica:*** *A usina geradora deve, obrigatoriamente, estar localizada na área de concessão da Distribuidora. O fornecimento destina-se exclusivamente a unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão).*

7.2.5. ***A cessão onerosa Flexível de Créditos:*** *A solução deve permitir que os Entes que aderirem ao Credenciamento, como ente gestor do contrato, possa solicitar à Credenciada o remanejamento dos percentuais de créditos entre as unidades consumidoras participantes, bem como a inclusão ou exclusão de UCs durante a vigência do termo de credenciamento, mediante comunicação prévia e respeitando os prazos da concessionária.*

7.2.6. ***Monitoramento e Transparência:*** *A Credenciada deverá disponibilizar um portal online ou plataforma digital que permita ao Contratante, ou seja, os municípios que se tornarem beneficiários acompanhar, no mínimo: a geração total da cota alocada, os créditos injetados em cada UC, o histórico de faturamento e a economia gerada.*

7.3. DO CREDENCIAMENTO E DA INEXIGIBILIDADE

7.3.1. A contratação dos serviços ocorrerá por meio de inexigibilidade de licitação fundada no artigo 74, inciso

AMESP
Fls: 0129
Rubrica
16740
Assinatura

IV, combinada com o artigo 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando-se o procedimento auxiliar de Credenciamento em formato eletrônico. Os serviços decorrentes deste Termo de Referência possuem natureza de serviços públicos continuados e essenciais, cuja execução estender-se-á por múltiplos exercícios financeiros, haja vista que a sua interrupção abrupta violaria o princípio da continuidade administrativa e comprometeria o planejamento orçamentário e a eficiência fiscal dos municípios consorciados.

7.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

7.4.1. *A empresa credenciada, após a efetiva contratação pelo(s) município(s) consorciados e/ou contratantes, deverá seguir rigorosamente o cronograma proposto, garantindo a mínima interferência nas atividades cotidianas dos municípios Contratantes.*

7.4.2. *O contrato decorrente do credenciamento terá vigência de até 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período se devidamente justificada a vantajosidade, a contar da data de sua assinatura. A adoção deste prazo garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.*

7.4.3. *Para as contratações iniciais do volume de energia equivalente à potência de 1,4 MWp, que já deverão estar disponíveis de imediato em usinas operacionais (GD I), o fluxo de implantação e início das compensações obedecerá aos prazos máximos estabelecidos no cronograma abaixo:*

7.4.3.1. *30 (trinta) dias para Levantamento e cadastramento das unidades consumidoras;*

7.4.3.2. *60 (sessenta) dias para realização da compensação de energia;*

7.4.3.3. *60 (sessenta) meses, prorrogáveis por igual período de cessão onerosa, após a emissão da Ordem de Serviço;*

7.4.3.4. *60 (sessenta) dias para encerramento contábil e jurídico do contrato; podendo ser prorrogado nos casos e condições definidas nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção do prazo ora estabelecido garante tarifas mais competitivas, previsibilidade orçamentária e vantajosidade à Administração, sendo compatível com a vida útil projetada da usina e alinhada às melhores práticas do setor elétrico.*

7.4.4. *Caso o atraso no início da compensação decorra comprovadamente de morosidade exclusiva da concessionária local no processamento do vínculo técnico das UCs, a empresa credenciada ficará isenta de penalidades, desde que demonstre total diligência e o protocolo tempestivo dos documentos.*

7.5. ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA SOLUÇÃO

7.5.1. *Assinatura do Contrato com os consorciados*

AMESP
Fls.: 0130
Página
17/4 Assinatura

7.5.1.1. Esta etapa representa a formalização jurídica do vínculo entre o Consórcio e a empresa credenciada, com definição de todas as obrigações, prazos e condições contratuais. É o marco inicial que dá base legal para o início das demais fases do projeto, garantindo segurança jurídica para ambas as partes.

7.5.2. Levantamento das unidades consumidoras

7.5.2.1. Etapa de mapeamento e registro detalhado de todas as Unidades Consumidoras (UCs) que receberão créditos de energia. Esse levantamento é fundamental para definir a distribuição correta da geração, o cadastro no SCEE e garantir que os benefícios da compensação alcancem todos os municípios consorciados.

7.5.3. Cadastramento das unidades consumidoras

7.5.3.1. Após o levantamento, realiza-se o registro oficial das UCs junto à concessionária e na plataforma de gestão do contrato, possibilitando a acessão onerosa e o monitoramento dos créditos de energia gerados pela usina.

7.5.4. Fornecimento de energia

7.5.4.1. Marca o início da injeção de energia gerada pelas usinas na rede da concessionária, disponibilizando-a para compensação nas faturas das UCs cadastradas. É o início efetivo da prestação do serviço contratado.

7.5.5. Compensação de energia

7.5.5.1. Momento em que a energia injetada na rede é convertida em créditos e abatida nas faturas de energia elétrica das UCs beneficiadas, resultando na economia prevista no contrato.

7.5.6. Acompanhamento e administração dos créditos

7.5.6.1. Envolve o monitoramento contínuo da geração e do consumo, a gestão da distribuição de créditos entre as UCs, ajustes em casos de variação de consumo e emissão de relatórios de desempenho e economia.

7.6. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

7.6.1. Além da adoção de práticas que minimizem impactos ambientais negativos e assegurem a conformidade com regulamentações ambientais, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de energia por meio de microgeração e minigeração distribuída (SGD), por Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, pode incluir as seguintes medidas adicionais para proteção do meio ambiente:

7.6.1.1. Monitoramento Ambiental Contínuo: Implementação de sistemas de monitoramento ambiental contínuo para acompanhar o impacto das operações de micro e minigeração distribuída nas áreas circundantes. Isso pode incluir monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo, bem como a

AMESP
Página
FLS.: 0131
18/40
Assinatura

observação de qualquer alteração nos ecossistemas locais.

7.6.1.2. *Recursos Naturais Renováveis: Priorização do uso de recursos naturais renováveis em todas as fases do projeto, desde a fabricação e instalação dos equipamentos até a operação contínua. Isso pode incluir o uso de materiais sustentáveis, como painéis solares fabricados com baixa pegada de carbono, e a implementação de práticas de construção sustentável.*

7.6.1.3. *Conservação da Biodiversidade: Compromisso com a conservação da biodiversidade local, incluindo a proteção de habitats naturais e espécies ameaçadas. Isso pode envolver a implementação de medidas de mitigação para minimizar o impacto das operações nas áreas de biodiversidade sensível e a promoção da recuperação de habitats degradados.*

7.6.1.4. *Gestão Eficiente de Resíduos: Estabelecimento de um sistema eficiente de gestão de resíduos que minimize a geração de resíduos e promova a reciclagem e reutilização sempre que possível. Isso pode incluir a implementação de práticas de redução de resíduos durante a construção e manutenção das instalações, bem como o descarte adequado de resíduos gerados durante a operação.*

7.6.1.5. *Engajamento da Comunidade: Promoção do engajamento da comunidade local nas operações de micro e minigeração distribuída, fornecendo informações transparentes sobre os impactos ambientais do projeto e solicitando feedback e colaboração para melhorias contínuas. Isso pode incluir a realização de consultas públicas, a criação de comitês consultivos locais e a implementação de programas de educação ambiental.*

8. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA/CONTRATADA

8.1. *Executar o objeto em total conformidade com o Edital, Termo de Referência, anexos e contratos decorrentes, observando estritamente a Lei Federal nº 14.300/2022 e as Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.*

8.2. *Garantir a injeção contínua e a regularidade do fluxo de créditos de energia ativa na rede da concessionária local, observando estritamente os percentuais de rateio indicados pelas unidades consumidoras do Grupo B3 dos municípios contratantes.*

8.3. *Fornecer toda a infraestrutura técnica, operacional, de pessoal, usinas fotovoltaicas, materiais e equipamentos necessários para a cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, viabilizando o fluxo de créditos sem exigir investimento ou custeio pela Administração Pública.*

8.4. *Arcar exclusivamente com todos os custos de investimentos (CAPEX), operação e manutenção (O&M), seguros, tributos e despesas das usinas geradoras, isentando a AMESP e os Municípios de qualquer ônus financeiro ou de custeio sobre os ativos.*

8.5. *Disponibilizar plataforma digital ou portal online que permita à AMESP e aos municípios monitorar,*

AMESP
Folha: 0132
19/40
Assinatura

mensalmente, o volume de energia gerado, os créditos injetados por Unidade Consumidora (UC) e a economicidade real obtida.

8.6. *Prestar os serviços nos prazos estabelecidos, entregando as notas fiscais devidamente conferidas e acompanhadas das respectivas Ordens de Serviços ou Notas de Autorização expedidas pelos municípios.*

8.7. *Apresentar ao fiscal de contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da expedição de cada ordem de fornecimento ou serviço.*

8.8. *Apresentar o "Visto de Empresa" junto ao CREA-MG ou CRT-MG no ato da assinatura deste instrumento, caso possua sede em outro Estado da Federação.*

8.9. *Efetuar, caso julgue necessário, vistoria técnica nos locais e unidades consumidoras vinculadas, mediante prévio agendamento com o representante do Município contratante.*

8.10. *Manter preposto formal, idôneo e habilitado, aceito pela AMESP e pelos Municípios, com poderes para representá-la operacionalmente, receber notificações da fiscalização, deliberar sobre o contrato e comparecer à sede da municipalidade em até 48 (quarenta e oito) horas após convocação.*

8.11. *Disponibilizar aos canais municipais beneficiários os contatos telefônicos atualizados dos responsáveis operacionais e do representante legal da empresa para pronto atendimento em casos de urgência.*

8.12. *Prestar prontamente todos os esclarecimentos e atendimentos a reclamações solicitados pela AMESP ou pelo contratante, bem como reportar em tempo hábil qualquer intercorrência que possa comprometer a execução contratual.*

8.13. *Desenvolver o trabalho em regime de colaboração com o contratante, participando de reuniões programadas e acatando as orientações e diretrizes da fiscalização;*

8.14. *Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por danos causados à AMESP, aos Municípios ou a terceiros por culpa ou dolo, incluindo falhas operacionais na injeção, atrasos ou erros na parametrização e rateio dos créditos junto à distribuidora que gerem prejuízos ou perda de descontos para a Administração Pública;*

8.15. *Arcar com todos os prejuízos de ações judiciais que a AMESP ou o contratante forem compelidos a responder por força da execução do objeto, incluindo despesas processuais e honorários advocatícios.*

8.16. *Sujeitar-se integralmente às penalidades e sanções administrativas previstas no Edital em caso de não comparecimento para atendimento das demandas, atrasos na injeção ou descumprimento de requisitos técnicos e regulatórios.*

8.17. *Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos os encargos fiscais, comerciais, tributos, contribuições trabalhistas e previdenciárias decorrentes do credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentando os comprovantes de regularidade sempre que solicitado.*

AMESP
Página:
FLS: 20/40 0133
Assinatura

8.18. *Manter, durante toda a vigência do credenciamento e execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.*

8.19. *Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência por escrito do contratante.*

8.20. *Garantir o tratamento de todos os dados cadastrais, técnicos e de consumo em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros sem autorização prévia e expressa do contratante.*

9. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

9.1. *Firmar os contratos individuais decorrentes do Credenciamento e emitir as respectivas Ordens de Serviço ou Notas de Empenho antes do início da compensação, respeitando o rodízio e a ordem cronológica gerida pela AMESP.*

9.2. *Disponibilizar à CREDENCIADA/CONTRATANTE todas as informações e documentos necessários à execução do objeto, incluindo o mapeamento atualizado, números de instalação e históricos de consumo das Unidades Consumidoras (Grupo B3).*

9.3. *Designar servidor efetivo para fiscalizar o contrato, acompanhar a execução os serviços e avaliar o desempenho da CREDENCIADA/CONTRATANTE.*

9.4. *Validar mensalmente o relatório de medição da CREDENCIADA/CONTRATANTE, confrontando-o com as faturas da concessionária local para comprovar a efetiva injeção e compensação dos créditos.*

9.5. *Conferir se a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) aplica exatamente o desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa regulada vigente.*

9.6. *Pagar a NF-e devidamente atestada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, assegurando a dotação orçamentária necessária, ainda que vinculada às quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou outras transferências constitucionais.*

9.7. *Notificar a CREDENCIADA / CONTRATANTE por escrito, imediatamente, sobre qualquer falha ou anormalidade no fluxo de compensação ou no faturamento, fixando prazo de correção compatível com as regras da concessionária local.*

9.8. *Comunicar à CREDENCIADA/CONTRATANTE, em até 3 (três) dias úteis, qualquer notificação ou alteração regulatória da concessionária local que impacte o sistema de compensação ou as usinas.*

9.9. *Aplicar as sanções administrativas e penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, observada a legislação vigente.*

9.10. *Emitir, ao término do contrato ou periodicamente quando solicitado, os competentes Atestados de*

Página 21/40 MESP 0134 Assinatura

Capacidade Técnica Operacional, especificando o volume de energia (kWh) e os créditos efetivamente transacionados e validados no período.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O Contratado deverá exigir dos subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.11. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Consórcio e os municípios consorciados nas hipóteses previstas na LGPD.*

AMESP
Página:
FLS: 0135
22/40
Assinatura

10.12. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.13. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

11. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

11.1. *A AMESP reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência e seus Anexos ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no art. 104 inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.*

11.2. *Qualquer tolerância por parte da AMESP, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela empresa credenciada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a AMESP exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.*

11.3. *A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a AMESP e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da empresa CREDENCIADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a Credenciada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.*

11.4. *Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste projeto, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da CREDENCIANTE.*

11.5. *Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar à CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.*

11.6. *Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales transportes e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo.*

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DO MODELO DE GESTÃO

12.1. *O presente credenciamento global será formalizado pela AMESP por meio da assinatura do Termo de Credenciamento com todos os habilitados. Para a execução dos serviços no âmbito de cada ente federativo, os municípios consorciados formalizarão suas contratações individuais por meio de Termo de Contrato de Adesão Derivado ou Ordem de Serviço de Convocação, nos moldes autorizados pelo artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual vinculará o credenciado às condições padronizadas, volumes e descontos estipulados neste*

AMESP
Página: 0136
FLS.: 23/40
Assinatura

Termo de Referência.

12.2. *Para fins de execução dos serviços e vinculação das partes, a Ordem de Serviço, Chamamento ou Convocação emitida pela Administração Pública será considerada como instrumento hábil e suficiente, substituindo o contrato administrativo tradicional, e conterá, no mínimo:*

12.2.1. *Identificação do prestador credenciado;*

12.2.2. *Objeto específico da prestação;*

12.2.3. *Quantitativos e prazos;*

12.2.4. *Local de execução;*

12.2.5. *Valor e forma de pagamento;*

12.2.6. *Demais condições necessárias à execução do serviço.*

12.3. *A emissão da Ordem de Serviço implicará aceitação automática das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, vinculando o credenciado à execução da atividade nas condições estipuladas.*

12.4. *Cada Ordem de Serviço corresponderá a uma contratação autônoma, com prazo, valor e obrigações definidos, sendo vedado ao credenciado recusar o cumprimento sem justificativa fundamentada, sob pena de descredenciamento.*

12.5. *O não cumprimento injustificado da Ordem de Serviço poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas neste Edital, inclusive o descredenciamento, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.*

12.6. *O termo de credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

12.7. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução dos serviços de compensação por culpa exclusiva da Administração ou da Distribuidora local, o cronograma será formalmente revisado e os prazos prorrogados automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila.*

12.8. *Caso a paralisação ou suspensão dos serviços ocorra por fato imputável exclusivamente ao município contratante após o início da injeção efetiva da energia, este responderá pelo pagamento dos saldos de geração acumulados e injetados até a data do evento, sem prejuízo das penalidades contratuais cabíveis.*

12.9. *As comunicações entre o órgão ou entidade e o Credenciado convocado para execução devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*

12.10. *O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.*

AMESP
Fls.: 0137
Página: 9
24/48 Assinatura

12.11. *Após a assinatura do termo de credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião de inicialização, disponibilização de bancos de dados acesso a informações internas, como relatórios, planilhas, projetos, croquis, projetos de leis, planos de ação e planejamentos estratégicos, e quaisquer dados e informações necessárias à execução do objeto.*

12.12. *O Credenciado assinará termo de manutenção de sigilo em relação as informações e dados privilegiados que tiver acesso para garantia da execução do objeto do termo de credenciamento.*

12.13. *A responsabilidade pelo vazamento dolosa dos dados e informações será apurada com responsabilização civil, penal e administrativa.*

12.14. *A utilização dos dados e informações para fins de estudos científicos é autorizada desde que o projeto tenha sido aprovado por comitê de ética em pesquisa de IES - Instituição de Ensino Superior formalmente constituído na IES, desnecessária a vinculação à Plataforma Brasil do Ministério da Saúde ou equivalente.*

12.15. *O plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do termo, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

13. HABILITAÇÃO TÉCNICA

13.1. EXIGÊNCIA TÉCNICA

13.1.1. *Os Interessados deverão apresentar, na* ***FASE DE HABILITAÇÃO TÉCNICA****, os documentos compatíveis ao objeto e estritamente necessários à garantia de sua perfeita execução, compreendendo:*

a) Atestado de Capacidade Técnica Operacional (Pessoa Jurídica): *Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado ou contendo carimbo de CNPJ que permita a devida identificação do emitente. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar que a licitante possui experiência na operação, execução e/ou manutenção de empreendimento de usinas fotovoltaicas com potência instalada de, no mínimo, 1,4 MWp (um vírgula quatro megawatt-pico). Obrigatoriamente, o documento deve evidenciar que a empresa executou as seguintes atividades essenciais:*

I) Execução de projetos executivos de engenharia elétrica;

II) Montagem de estruturas de solo (do tipo fixas ou com rastreamento solar - tracker);

III) Instalação de subestações de transformação, inversores ou eletrocentros (como SKID/Cabines de Medição);

IV) Implantação de sistema ou plataforma supervisória de monitoramento remoto de dados de geração.

b) Capacidade Técnico-Profissional: *Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente*

AMESP
Fls. 0138
25/40
Assinatura

registrada no CREA competente, acompanhada de atestado que demonstre que um profissional de seu quadro permanente (Engenheiro Eletricista) atuou diretamente na execução, operação ou manutenção de empreendimentos fotovoltaicos de complexidade similar.

c) ***Vínculo Profissional:*** *Declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, indicando o Engenheiro Eletricista que responderá tecnicamente pelos serviços previstos no Edital, cujo nome virá a constar da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Deve ser anexada a comprovação do vínculo por meio de contrato de prestação de serviços, CTPS ou ato constitutivo (se sócio).*

d) ***Comprovação de Ativos em Operação (GD I):*** *Apresentação de documentos hábeis (tais como CUSD, Parecer de Acesso, carta de vistoria ou fatura de energia emitida pela concessionária local) que comprovem que a interessada possui em seus ativos, próprios ou via SPE sob seu controle societário, usinas fotovoltaicas com potência mínima total de 1,4 MWp (um vírgula quatro megawatt-pico) em condições de pronta e plena operação, enquadradas estritamente na categoria GD I, para disponibilidade imediata ao processo de compensação.*

13.1.1.1. *O(s) atestado(s) de capacidade técnica operacional (Pessoa Jurídica) poderá(ão) ser apresentado(s) tanto em nome da empresa matriz quanto de suas filiais, devendo vir emitido(s) em papel timbrado do órgão ou empresa expedidora, ou conter carimbo de CNPJ e assinatura que permitam a clara identificação do emitente.*

13.1.1.2. *A exigência de comprovação de experiência técnico-profissional e operacional em aspectos essenciais do setor fotovoltaico visa garantir que a contratada disponha da expertise e do conhecimento necessários para a execução do serviço, assegurando a qualidade, estabilidade e mitigação de riscos na injeção de créditos para a Administração Pública.*

13.2. CRITÉRIO DE ORGANIZAÇÃO DA LISTA E DO REGIME DE RODÍZIO

13.2.1. *Chamamento e Fluxo Operacional do Rodízio: O chamamento dos interessados formalmente credenciados para a celebração das contratações derivadas com os municípios que integram a estrutura consorciada da AMESP dar-se-á de maneira estritamente sequencial e impessoal, adotando-se como critério de ordenação a ordem cronológica de protocolo de entrega e homologação dos documentos de habilitação (regra do prior in tempore, potior in jure). Este fluxo sequencial será mantido até o limite do atendimento integral da demanda energética consolidada das unidades consumidoras dos entes consorciados. Incumbirá exclusivamente à AMESP a atribuição de gerenciar, monitorar, dar publicidade e manter permanentemente atualizada a listagem geral com o posicionamento atual de cada credenciado na fila de atendimento.*

13.2.2. *Contratação Paralela, Não Excludente e Mecanismo de Rotatividade: Em consonância com a natureza jurídica de contratação paralela e não excludente inerente ao instituto do credenciamento, resta vedada*

AMESP
Página:
FLS: 0139
26/40
Assinatura

a exclusão de interessados habilitados por critérios de mérito técnico ou notas competitivas. O município consorciado demandante efetuará a convocação do credenciado que figurar, no respectivo momento, no topo da lista única gerenciada pela AMESP. O fluxo de rotatividade operará sob as seguintes diretrizes:

a) *Uma vez emitido o Termo de Contrato de Adesão Derivado ou o correspondente instrumento convocatório (Ordem de Serviço) e aceito o fornecimento pelo credenciado da vez, este terá sua cota de energia vinculada e seu nome será automaticamente realocado para a última posição da lista de espera vigente, permitindo que a fila avance de forma linear e contínua;*

b) *É facultada a contratação concomitante e simultânea de múltiplos credenciados por um mesmo município consorciado, desde que respeitada rigorosamente a ordem da fila e configurada a incapacidade técnica ou operacional do fornecedor do topo em suprir a demanda volumétrica integral exigida de maneira isolada;*

c) *Caso o credenciado convocado demonstre incapacidade temporária de atendimento por limitação na potência de suas usinas fotovoltaicas em pronta operação, o município passará à convocação do próximo credenciado da lista, restando assegurado ao fornecedor preterido temporariamente o direito de manter sua posição original na fila para as chamadas subsequentes, sem a aplicação de quaisquer penalidades administrativas.*

13.2.3. *Revisão Periódica e Regras de Ingresso Permanente de Novos Licitantes: A listagem unificada de fornecedores credenciados estará sujeita a permanente revisão, auditoria e atualização formal por parte da AMESP, a ser realizada a cada nova contratação efetivada ou sempre que ocorrerem oscilações e alterações no volume de energia global disponível ou demandada pelas municipalidades. Por se tratar de um procedimento auxiliar de fluxo contínuo e permanente, novos fornecedores interessados poderão postular seu credenciamento a qualquer tempo durante o prazo de vigência do edital. Uma vez analisada e deferida a documentação de habilitação desses novos entrantes, estes serão obrigatoriamente inseridos no final da lista de espera então vigente, respeitando-se e preservando-se a antiguidade e a expectativa de direito das empresas que já integravam o banco de dados e aguardavam o chamamento pelo rodízio.*

14. DO VALOR

14.1. *Para a definição do valor estimado da presente contratação, utilizou-se como parâmetro o histórico financeiro dos desembolsos reais efetuados com energia elétrica pelos municípios consorciados, cujos dados foram obtidos por amostragem e projeção orçamentária por meio dos respectivos Portais da Transparência, deduzidas as parcelas atribuíveis à iluminação pública (Subgrupo B4) conforme a proporcionalidade descrita*

AMESP
Página
FLS.: 0140
27/40
Assinatura

neste termo.

14.2. *O valor de referência global da licitação reflete a projeção da despesa financeira anualizada direcionada ao Subgrupo B3 dos municípios integrantes do Consórcio, segregada por concessionária de energia elétrica distribuidora da seguinte forma:*

- *Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 (quinze milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e dezessete reais e dez centavos);*
- *Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);*

Valor Total de Referência: R$ 20.398.492,45 (vinte milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos).

14.3. *Considerando o percentual de desconto obrigatório fixado para o credenciamento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os gastos, o teto financeiro estimado e o potencial de economia global da contratação são calculados por meio da aplicação do desconto diretamente sobre o valor histórico orçado, conforme demonstrado a seguir:*

- *Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 – 25% = R$ 11.634.537,83 (Onze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos).*
- *Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 – 25% = R$ 3.664.331,51 (Três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos).*

14.4. *Portanto, a estimativa final máxima para contratação é de* ***R$ 15.298.869,34 (quinze milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).***

14.5. *Fica estipulado que o valor global estimado e as matrizes físicas calculadas cumprem a função regulatória de balizar o teto máximo das dotações orçamentárias e demonstrar a viabilidade econômica do projeto face à pesquisa de mercado. Sendo a Administração Pública regida pelo princípio da eficiência e da modicidade de despesas, as flutuações de consumo para mais ou para menos, decorrentes da dinâmica operacional de cada prefeitura, integram o risco comercial ordinário do negócio, não conferindo à Credenciada direito a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou indenizações caso a demanda real apurada seja inferior à média histórica projetada.*

15. ESTIMATIVA DO DESCONTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. *Os descontos referenciais para os serviços de cessão onerosa de fornecimento de energia fotovoltaica (objeto) via sistema de microgeração e de minigeração distribuída de energia elétrica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), na modalidade mini e microgeração distribuída, tarifa vigente na data da compensação, composta e acrescida dos impostos vigentes (PIS/COFINS e ICMS) estão baseados valores*

AMESP
Página:
Fls.: 0141
28/40
Assinatura

decorrentes do ETP e consiste de 25% (vinte e cinco por cento) de desconto estimado fixado.

15.2. *O desconto fixado foi encontrado na pesquisa de mercado descrita no ETP e está na margem entre 22,5% e 25% de desconto mínimo e ideal sobre o preço de referência das médias das faturas da distribuidora/concessionária do ente contratante. Tais descontos foram determinados de acordo com os valores praticados no mercado sobre o item pesquisado, qual seja: Item: "fornecimento de energia elétrica fotovoltaica por meio de cessão onerosa de energia elétrica renovável, em regime de micro e minigeração distribuída fotovoltaica, na modalidade de Geração Compartilhada, para compensação de créditos no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), com o critério de remuneração baseado em um percentual de desconto sobre o valor da energia compensada".*

15.3. *A contratação deverá estar adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro do município contratante no momento do chamamento do credenciado para assinatura do contrato relativo ao TR-Termo de Referência do presente Credenciamento.*

15.4. *Os valores a serem pagos às empresas CREDENCIADAS serão efetuados mediante depósito direto em conta corrente/transferência bancária on-line ou através de cheque nominal, de acordo com cada fonte de recursos.*

15.5. *Caso haja documentos faltantes ou incorretos, ou qualquer pendência ou irregularidade quanto aos serviços prestados, não será iniciada a contagem de prazo para pagamento.*

16. DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

16.1. *O pagamento será realizado mensalmente pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE à Credenciada, considerando a fatura de energia consumida, com a aplicação do desconto ofertado sobre a tarifa vigente no período de consumo da injeção da energia, conforme desconto contratado.*

16.2. *O faturamento terá como base o mês fechado (do dia 01 ao último dia do mês anterior), obedecendo rigorosamente ao padrão de contagem e faturamento de energia da Concessionária Distribuidora local.*

16.3. *Para fins de faturamento e pagamento, a empresa Credenciada deverá encaminhar ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a medição dos serviços realizados, formalizada em relatório próprio, datado e assinado digitalmente pelo responsável legal da Credenciada e pelo Fiscal do Contrato.*

16.4. *Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Credenciada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.*

16.5. *Após a análise, conferência e aprovação da medição pela fiscalização, a Credenciada será autorizada a*

AMESP
Fls.: 0142
Página
29/40
Assinatura

proceder com a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), devendo encaminhar os arquivos eletrônicos (.xml e .pdf) para o endereço eletrônico institucional informado no ato da contratação.

16.6. *O pagamento pela efetiva execução do objeto ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável, acompanhada das Ordens de Serviços expedidas pelos municípios pertencentes à AMESP, observando-se a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.*

16.7. *O pagamento será efetuado exclusivamente por meio de depósito ou transferência bancária na conta corrente vinculada ao CNPJ da Credenciada, realizando-se a retenção tributária prevista na legislação aplicável, correndo a despesa na dotação orçamentária do CREDENCIANTE/CONTRATANTE, não sendo admitidos pagamentos por meio de boleto bancário, cheque, ordem de pagamento avulsa ou conta poupança.*

16.8. *O pagamento ficará condicionado à apresentação e regularidade das Certidões Negativas (ou Positivas com efeitos de Negativa) de Débitos vigentes junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).*

16.9. *Caso a validade de qualquer das certidões apresentadas seja inferior a 15 (quinze) dias, a Credenciada deverá providenciar a sua respectiva atualização antes da liberação do pagamento.*

16.10. *Identificada qualquer irregularidade na emissão dos documentos fiscais, divergência de valores, falta de comprovação de adimplência fiscal ou obrigações financeiras pendentes em virtude de penalidade contratual, o prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem integral de 30 (trinta) dias a partir da regularização, sem direito a reajustes ou correções no período.*

16.11. *O Credenciado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização reter o ateste e o pagamento relativo ao último mês de prestação de serviços até que sejam sanadas todas as pendências e comprovado o cumprimento das obrigações trabalhistas.*

16.12. *Na hipótese de inadimplemento ou atraso no pagamento por razões imputáveis exclusivamente ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira e encargos moratórios à taxa nominal de 0,5% ao mês (6% ao ano), em regime de juros simples desde o vencimento até o efetivo pagamento, calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde:*

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438%;

VP = Valor da prestação/parcela em atraso.

AMESP
Folha: 0143
30/40
Assinatura

16.13. *O poder público municipal terá o prazo de até 06 (seis) meses para a regularização de eventuais pendências cadastrais ou técnicas nas unidades consumidoras sob sua responsabilidade, garantindo o alinhamento com a empresa credenciada para o início das compensações.*

16.14. *A falta de pagamento das parcelas pelo prazo superior a 2 (dois) meses, nos termos do artigo 137, § 2º, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, dá direito à empresa Credenciada pleitear a rescisão contratual por culpa do Município, acarretando a retirada da unidade consumidora da compensação de créditos e o seu retorno ao mercado cativo da concessionária local, cujo processo levará pelo menos 90 (noventa) dias para ser regularizado, garantido o pagamento do saldo de créditos remanescentes.*

17. MONITORAMENTO E RELATÓRIOS

17.1. *A Credenciada deverá disponibilizar relatórios periódicos em meio digital à AMESP e aos municípios contratantes, contendo os volumes de energia efetivamente transacionados e os indicadores necessários ao estrito acompanhamento da prestação dos serviços, abrangendo, no mínimo:*

17.1.1. *Relatórios mensais detalhados especificando a quantidade de energia injetada na rede de distribuição e o respectivo volume de créditos de energia compensados, individualizados por unidade consumidora;*

17.1.2. *Relatório de demonstrativo de economicidade, atualizado mensal e anualmente, confrontando os custos da energia injetada via Geração Distribuída (GD) com o faturamento que ocorreria sob as regras convencionais de fornecimento do Ambiente de Contratação Cativo (ACC) da distribuidora local;*

17.1.3. *Relatório de acompanhamento de eventuais saldos de créditos de energia acumulados e não compensados dentro do ciclo de faturamento corrente.*

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. *A execução dos contratos decorrentes deste credenciamento será acompanhada e fiscalizada por representantes expressamente designados pelos entes consorciados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das atividades de acompanhamento global a serem exercidas pela AMESP, mediante previsão em termo de cooperação ou instrumento equivalente.*

18.2. *Cada município consorciado indicará, em seus respectivos instrumentos contratuais ou atos normativos próprios, os servidores responsáveis pela fiscalização técnica e administrativa da execução do objeto.*

18.3. *A fiscalização de que trata este capítulo dar-se-á mediante a emissão de relatórios periódicos, cujos parâmetros, prazos e metodologias observarão as diretrizes estabelecidas na Matriz de Riscos constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e as cláusulas formalizadas em cada contrato bilateral.*

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de modernização e eficiência energética, estruturado por meio deste Termo de Referência, visa consolidar uma gestão pública sustentável, econômica e transparente para o Consórcio AMESP e seus

AMESP
Fls: 0144
31/40
Assinatura

municípios consorciados. A modelagem de contratação por meio de cessão onerosa do direito de uso de energia solar fotovoltaica reflete o alinhamento da região com as metas globais de desenvolvimento sustentável e com a responsabilidade fiscal de curto e longo prazo, garantindo risco zero para a Administração Pública.

Todas as condições técnicas, operacionais, fluxos de faturamento e regras do regime de rodízio linear estabelecidos neste instrumento vinculam integralmente as partes contratantes. A execução do objeto deverá observar rigorosamente a segurança das operações, o sigilo no tratamento de dados nos termos da LGPD e a estrita conformidade com o Marco Legal da Geração Distribuída e resoluções vigentes da ANEEL.

Este Termo de Referência é composto por 40 (quarenta) páginas, sendo:

1 - Termo de Referência (página nº 1)

2 - Anexo A – Tabela Orçamentária (página nº 32)

3 - Anexo B – Memorial de Cálculo (página nº 34)

4 - Anexo C – Anotação de responsabilidade Técnica – A.R.T. (página nº 39)

Pouso Alegre (MG), 2 de julho de 2026.

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.07.02 10:35:44 -03'00'

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2026.07.02 10:33:19 -03'00'

Icthus Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 11.753.418/00014-96
CREA-MG: PJ 51.236 / CAU-MG: PJ 66330-1
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 46.052/D

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.02 10:54:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Leandro Alkmim Teixeira
Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 79.117/D

AMESP
Fls: 0145
Página
32/40
Assinatura

ANEXO A - TABELA ORÇAMENTÁRIA
CREDENCIAMENTO CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

1. TABELA ORÇAMENTÁRIA

1.1. *Os valores foram estimados baseadas no número de municípios consorciados e as suas unidades consumidoras. Verificar o detalhamento dos valores conforme o ANEXO B.*

1.2. *Para o credenciamento fixará o percentual de remuneração fixada em no mínimo 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança.*

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais					
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo R$/ano (Total)	Consumo Subgrupo B3 (40% do total)	Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)	FONTE
	TOTAL	R$ 38.781.792,76	R$ 15.512.717,10	R$ 23.269.075,66	
1	ALBERTINA	R$ 680.136,30	R$ 272.054,52	R$ 408.081,78	
2	ALFENAS	R$ 4.141.359,11	R$ 1.656.543,64	R$ 2.484.815,47	
3	ANDRADAS	R$ 2.434.003,08	R$ 973.601,23	R$ 1.460.401,85	
4	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 1.057.521,11	R$ 423.008,44	R$ 634.512,67	
5	CAREAÇU	R$ 399.125,25	R$ 159.650,10	R$ 239.475,15	
6	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 1.078.007,33	R$ 431.202,93	R$ 646.804,40	
7	CONGONHAL	R$ 1.094.230,55	R$ 437.692,22	R$ 656.538,33	
8	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 278.420,52	R$ 111.368,21	R$ 167.052,31	
9	INCONFIDENTES	R$ 633.409,27	R$ 253.363,71	R$ 380.045,56	
10	IPUIUNA	R$ 416.812,33	R$ 166.724,93	R$ 250.087,40	
11	JACUTINGA	R$ 6.078.443,31	R$ 2.431.377,32	R$ 3.647.065,99	Portal de Transparência
12	MONTE SIÃO	R$ 3.305.852,84	R$ 1.322.341,14	R$ 1.983.511,70	
13	OURO FINO	R$ 4.848.666,37	R$ 1.939.466,55	R$ 2.909.199,82	
14	PARAISÓPOLIS	R$ 1.496.364,40	R$ 598.545,76	R$ 897.818,64	
15	POÇO FUNDO	R$ 1.390.344,74	R$ 556.137,90	R$ 834.206,84	
16	POUSO ALEGRE	R$ 2.780.375,39	R$ 1.112.150,16	R$ 1.668.225,23	
17	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 4.068.857,01	R$ 1.627.542,80	R$ 2.441.314,21	
18	SÃO BENTO ABADE	R$ 395.030,08	R$ 158.012,03	R$ 237.018,05	
19	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 900.991,14	R$ 360.396,46	R$ 540.594,68	
20	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 264.101,23	R$ 105.640,49	R$ 158.460,74	
21	SILVIANÓPOLIS	R$ 521.454,70	R$ 208.581,88	R$ 312.872,82	
22	TURVOLÂNDIA	R$ 518.286,70	R$ 207.314,68	R$ 310.972,02	

AMESP
FLS. 0146
33/40

Grupo ENERGISA					
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo R$ /ano (Total)	Consumo Subgrupo B3 (40% do total)	Grupo A e Subgrupo B4 (60% do total)	FONTE
TOTAL		R$ 12.214.438,36	**R$ 4.885.775,35**	R$ 7.328.663,01	Portal de Transparência
1	BUENO BRANDÃO	R$ 552.819,49	R$ 221.127,80	R$ 331.691,69	
2	CAMANDUCAIA	R$ 2.143.610,73	R$ 857.444,29	R$ 1.286.166,44	
3	CAMBUÍ	R$ 1.957.992,35	R$ 783.196,94	R$ 1.174.795,41	
4	ESTIVA	R$ 974.193,79	R$ 389.677,52	R$ 584.516,27	
5	ESTREMA	R$ 6.585.822,00	R$ 2.634.328,80	R$ 3.951.493,20	

1.3. *Foi utilizado para estimar a demanda de consumo de energia por município consorciados consumo real de cada município extraído do site da Transparência, em relação ao consumo de energia de cada município.*

1.4. *Considerando o percentual de desconto obrigatório fixado para o credenciamento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os gastos, o teto financeiro estimado e o potencial de economia global da contratação são calculados por meio da aplicação do desconto diretamente sobre o valor histórico orçado, conforme demonstrado a seguir:*

- *Concessionária CEMIG: R$ 15.512.717,10 – 25% = R$ 11.634.537,83*
- *Concessionária ENERGISA: R$ 4.885.775,35 – 25% = R$ 3.664.331,51*

1.5. *Portanto, a estimativa final máxima para contratação é de* ***R$ 15.298.869,34 (quinze milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos).***

1.6. *Ressalta-se que a fixação dos valores máximos acima cumpre finalidade estritamente orçamentária e de balizamento licitatório. Os pagamentos efetivos às Credenciadas serão realizados com base na energia efetivamente injetada e convertida em créditos (kWh), aplicando-se o percentual de desconto contratado sobre a tarifa vigente homologada pela ANEEL para a respectiva concessionária (CEMIG ou Energisa) no respectivo ciclo de faturamento, acrescida dos impostos e bandeiras, conforme a fórmula de cálculo de performance prevista neste Termo de Referência no item 5.5.3 e fórmula generalizada abaixo:*

Valor Concessionária = [Consumo (kwh) x Tarifa Vigente da Concessionária com devidos impostos] – 25%

Pouso Alegre (MG), 2 de julho de 2026.

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.07.02 10:35:19 -03'00'

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.02 10:55:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Icthus Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 11.753.418/00014-96
CREA-MG: PJ 51.236 / CAU-MG: PJ 66330-1
Leandro Alkmim Teixeira
Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 79.117/D

AMESP
Fls: 0147
34/40
Assinatura

ANEXO B - MEMORIAL DE CÁLCULO

CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA

1. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO:

1.1. *Para a estimativa do valor de referência da contratação de cada ente consorciado, adotou-se o histórico financeiro dos desembolsos realizados junto às concessionárias de energia elétrica (CEMIG e ENERGISA) durante o exercício de 2025, cujos dados foram extraídos diretamente dos respectivos Portais da Transparência Municipais. O quantitativo financeiro estimado encontra-se detalhado na tabela constante deste item.*

1.2. *Para conciliar a celeridade administrativa com a segurança jurídica necessária à instrução do feito, a metodologia adotada utilizou o histórico consolidado de desembolsos públicos auditados de 2025. Essa abordagem confere realismo e fidedignidade científica aos valores de partida para o dimensionamento das usinas pelas proponentes. Todavia, de modo a resguardar a elasticidade necessária à gestão dos contratos individuais pelos municípios, reitera-se que os dados representam uma fotografia retrospectiva e projetada, e não um bloco de energia consolidado de contratação compulsória, prevalecendo sempre a medição física registrada nos relógios da distribuidora local.*

1.3. *Visando conferir realismo orçamentário ao projeto ao longo de sua vigência, a modelagem financeira considerou a tendência histórica de expansão da carga energética e do crescimento vegetativo do consumo nas repartições públicas. A análise comparativa dos balanços financeiros consolidados entre os exercícios de 2024 e 2025 demonstrou uma variação nominal de acréscimo na ordem de 22,98%. Alinhado a um critério prudencial e conservador, o Consórcio adotou o índice de 20% (vinte por cento) a título de fator multiplicativo para a projeção de crescimento do consumo para os anos subsequentes.*

1.4. *Adicionalmente, previu-se uma margem de segurança orçamentária de 10% (dez por cento), patamar usualmente praticado no mercado público, destinada a suportar eventuais expansões na infraestrutura do próprio consórcio, bem como o manejo de futuras adesões caronas ao Credenciamento, por parte de novos municípios aderentes. Essa margem preventiva é fundamental para assegurar que o consórcio disponha de lastro financeiro suficiente para absorver a inclusão de novas secretarias ou a modernização de prédios públicos existentes durante o período de vigência contratual.*

1.5. *Desta forma, os valores históricos apurados no exercício de 2025 foram majorados no percentual consolidado de 30% (trinta por cento), sendo estes valores a representatividade estimada para o consumo do exercício de 2026, estabelecendo o teto financeiro global e referencial para o dimensionamento da presente licitação, conforme demonstrado na tabela abaixo:*

AMESP
Página 0148
35/40 Assinatura

Levantamento gasto com consumo de energia dos municípios consorciados à AMESP					
Nº	MUNICÍPIOS	R$ Energia / ano 2024	R$ Energia / ano 2025	R$ Energia /ano Estimativa 2026	FONTE
	TOTAL R$ energia / ano	**R$ 31.898.531,76**	**R$ 39.227.870,08**	**R$ 50.996.231,11**	-
1	ALBERTINA	R$ 441.647,61	R$ 523.181,77	R$ 680.136,30	Portal da Transparência
2	ALFENAS	R$ 2.966.955,69	R$ 3.185.660,85	R$ 4.141.359,10	
3	ANDRADAS	R$ 1.559.804,63	R$ 1.872.310,06	R$ 2.434.003,08	
4	BUENO BRANDÃO	R$ 497.404,14	R$ 425.245,76	R$ 552.819,49	
5	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 680.376,03	R$ 813.477,78	R$ 1.057.521,11	
6	CAMANDUCAIA	R$ 1.412.501,29	R$ 1.648.931,33	R$ 2.143.610,73	
7	CAMBUÍ	R$ 1.389.819,75	R$ 1.506.147,96	R$ 1.957.992,35	
8	CAREAÇU	R$ 258.778,91	R$ 307.019,42	R$ 399.125,25	
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 926.219,09	R$ 829.236,41	R$ 1.078.007,33	
10	CONGONHAL	R$ 578.237,91	R$ 841.715,81	R$ 1.094.230,55	
11	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 180.518,17	R$ 214.169,63	R$ 278.420,52	
12	ESTIVA	R$ 668.546,07	R$ 749.379,84	R$ 974.193,79	
13	EXTREMA	R$ 2.592.579,46	R$ 5.066.016,92	R$ 6.585.822,00	
14	INCONFIDENTES	R$ 470.843,33	R$ 487.237,90	R$ 633.409,27	
15	IPUIUNA	R$ 317.525,12	R$ 320.624,87	R$ 416.812,33	
16	JACUTINGA	R$ 4.504.384,03	R$ 4.675.725,62	R$ 6.078.443,31	
17	MONTE SIÃO	R$ 2.066.709,17	R$ 2.542.963,72	R$ 3.305.852,84	
18	OURO FINO	R$ 2.739.596,60	R$ 3.729.743,36	R$ 4.848.666,37	
19	PARAISÓPOLIS	R$ 1.200.023,86	R$ 1.151.049,54	R$ 1.496.364,40	
20	POÇO FUNDO	R$ 1.051.214,99	R$ 1.069.495,95	R$ 1.390.344,74	
21	POUSO ALEGRE	R$ 870.436,60	R$ 2.138.750,30	R$ 2.780.375,39	
22	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 2.607.483,15	R$ 3.129.890,01	R$ 4.068.857,01	
23	SÃO BENTO ABADE	R$ 247.778,01	R$ 303.869,29	R$ 395.030,08	
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 776.742,38	R$ 693.070,11	R$ 900.991,14	
25	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 196.343,43	R$ 203.154,79	R$ 264.101,23	
26	SILVIANÓPOLIS	R$ 374.822,10	R$ 401.119,00	R$ 521.454,70	
27	TURVOLÂNDIA	R$ 321.240,24	R$ 398.682,08	R$ 518.286,70	

1.6. Estão compreendidas neste volume a energia dos prédios públicos (Subgrupo B3), os espaços públicos – iluminação pública – (Subgrupo B4) e a alta tensão (Grupo A). Contudo, considera-se objeto do presente credenciamento apenas as unidades consumidoras pertencentes ao Subgrupo B3 (Demais Classes). Ficam excluídos do escopo as redes de iluminação pública (B4) e as estruturas do Grupo A (Alta Tensão), sendo que estas últimas recebem energia da concessionária em tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV), possuindo maior complexidade técnica e regras diferenciadas de faturamento.

1.7. O presente estudo foi elaborado com base em cálculos de proporcionalidade e amostragem de dados orçamentários. Para tanto, realizou-se uma varredura nos Portais da Transparência dos municípios consorciados, mapeando os históricos de valores liquidados e pagos à concessionária local por meio da Fonte de

AMESP FLS. 0149 38/40 Assinatura

Recursos vinculada à COSIP (Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública), com o intuito de identificar o montante direcionado ao custeio do Subgrupo B4 (Iluminação Pública).

1.8. *Diante das oscilações de lançamentos contábeis e da heterogeneidade dos sistemas de transparência de parte dos municípios - os quais inviabilizaram a extração padronizada desses dados em 100% das localidades - adotou-se o critério de* ***amostragem estatística****. Nessa etapa, os dados foram avaliados segregando separadamente os municípios atendidos pela CEMIG e os atendidos pela ENERGISA. Nos cenários em que o histórico orçamentário via COSIP pôde ser mapeado de forma clara, os valores percentuais médios encontrados foram:*

- *Municípios Concessionária CEMIG: 61,27% voltados ao custeio de iluminação pública e alta tensão, e 38,73% alocados nos prédios públicos;*
- *Municípios Concessionária ENERGISA: 59,90% voltados ao custeio de iluminação pública e alta tensão, e 40,10% alocados nos prédios públicos.*

1.9. *Diante da expressiva convergência dos resultados obtidos em ambas as concessões, adotou-se, por critério de padronização e simetria regulatória, a matriz arredondada de 60% para o Grupo A/Subgrupo B4 e 40% para o Subgrupo B3, sendo esta replicada uniformemente para todos os municípios integrantes, conforme tabelas apresentada no Anexo A.*

1.10. Nota Técnica Explicativa ao Memorial de Cálculo (Metodologia de Estimativa de Consumo Físico):

1.10.1. *Considerando os desembolsos contábeis mapeados no encerramento do exercício de 2025 junto aos Portais da Transparência, e com o estrito objetivo de conferir balizamento técnico de engenharia ao certame, apresenta-se a projeção física em quilowatts-hora (kWh) das demandas estimadas para o Subgrupo B3.*

1.10.2. *Diante da abrangência interfederativa do Consórcio AMESP, o mapeamento considerou as regras de faturamento e os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as duas concessionárias atuantes na região:*

- *Concessionária CEMIG: Adotou-se como parâmetro prudencial o cenário de Bandeira Vermelha Patamar 1, cujo valor de mercado para a subclasse B3 vigora na ordem de R$ 1,70625 por kWh (arredondado analiticamente para R$ 1,71/kWh), já contemplando a composição de TUSD, TE, encargos e os tributos incidentes (ICMS, PIS/PASEP e COFINS).*
- *Concessionária ENERGISA: Adotou-se, de forma simétrica e prudencial sob o mesmo regime de Bandeira Vermelha Patamar 1, a tarifa média homologada com impostos para o subgrupo comercial/poder público da distribuidora local, arbitrada referencialmente em R$ 1,65/kWh.*

Referencial Metodológico das Tarifas: Cf. CEMIG (Bandeiras Tarifárias), disponível em: https://www.cemig.com.br/atendimento/bandeira-tarifaria/; Cf. Grupo ENERGISA (Tarifas e Regulação); Cf. ANEEL (Composição de Tarifas de Distribuição das Concessionárias de Minas Gerais)

AMESP
Página
Fls.: 0150
37/40
Assinatura

1.10.3. *Partindo do gasto financeiro histórico de 2025, aplicou-se a divisão linear pela respectiva tarifa referencial de cada área de concessão (R$ 1,71/kWh para os municípios CEMIG e R$ 1,65/kWh para os municípios ENERGISA), projetando-se a seguinte matriz de demanda física de lastro para que as Credenciadas avaliem a viabilidade de acoplamento de suas usinas.*

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais				
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo Grupo B3 (40%) R$/ano (2025)	Consumo estimativo 2025 Tarifa (kwh/ano)	Consumo estimativo 2026 (+30%) Tarifa (kwh/ano)
	TOTAL	**R$ 11.932.859,30**	**6.994.642**	**9.093.035**
1	ALBERTINA	R$ 209.272,71	122.669	159.469
2	ALFENAS	R$ 1.274.264,34	746.931	971.010
3	ANDRADAS	R$ 748.924,02	438.994	570.692
4	CACHOEIRA DE MINAS	R$ 325.391,11	190.733	247.953
5	CAREAÇU	R$ 122.807,77	71.986	93.582
6	CONCEIÇÃO DOS OUROS	R$ 331.694,56	194.428	252.757
7	CONGONHAL	R$ 336.686,32	197.354	256.561
8	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R$ 85.667,85	50.216	65.280
9	INCONFIDENTES	R$ 194.895,16	114.241	148.513
10	IPUIUNA	R$ 128.249,95	75.176	97.729
11	JACUTINGA	R$ 1.870.290,25	1.096.301	1.425.192
12	MONTE SIÃO	R$ 1.017.185,49	596.240	775.112
13	OURO FINO	R$ 1.491.897,34	874.500	1.136.850
14	PARAISÓPOLIS	R$ 460.419,82	269.883	350.847
15	POÇO FUNDO	R$ 427.798,38	250.761	325.989
16	POUSO ALEGRE	R$ 855.500,12	501.465	651.905
17	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R$ 1.251.956,00	733.855	954.011
18	SÃO BENTO ABADE	R$ 121.547,72	71.247	92.621
19	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R$ 277.228,04	162.502	211.252
20	SENADOR JOSÉ BENTO	R$ 81.261,92	47.633	61.923
21	SILVIANÓPOLIS	R$ 160.447,60	94.049	122.264
22	TURVOLÂNDIA	R$ 159.472,83	93.478	121.521

Grupo ENERGISA				
Nº	MUNICÍPIOS	Consumo Grupo B3 (40%) R$/ano (2025)	Consumo estimativo 2025 Tarifa (kwh/ano)	Consumo estimativo 2026 (+30%) Tarifa (kwh/ano)
	TOTAL	**R$ 3.758.288,72**	**2.277.751**	**2.961.076**
1	BUENO BRANDÃO	R$ 170.098,30	103.090	134.017
2	CAMANDUCAIA	R$ 659.572,53	399.741	519.663
3	CAMBUÍ	R$ 602.459,18	365.127	474.665
4	ESTIVA	R$ 299.751,94	181.668	236.168
5	ESTREMA	R$ 2.026.406,77	1.228.125	1.596.563

AMESP
Fls. 0151
Página
38/40
Assinatura

1.10.3. *Esta tabela possui caráter estritamente subsidiário e referencial para planejamento de engenharia das interessadas. O faturamento e as medições reais de execução do credenciamento seguirão estritamente o consumo medido nos relógios de cada concessionária local aplicados à equação de performance do item 5.5.3 deste Termo de Referência, preservando-se as matrizes tarifárias de cada área de concessão territorial.*

1.11. *A aplicação do critério de partição orçamentária por amostragem cumpre estritamente com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que a busca por um dado físico imutável e analítico de milhares de faturas inviabilizaria operacionalmente o certame. As tabelas físicas de kWh dispostas neste Memorial possuem, portanto, o objetivo técnico-comercial de demonstrar a robustez do lastro de consumo do Consórcio para fins de planejamento das interessadas, mantendo-se a natureza jurídica de contrato de escopo estimado, cujo adimplemento financeiro vincula-se unicamente ao benefício efetivamente gerado e usufruído pelas municipalidades.*

Pouso Alegre (MG), 2 de julho de 2026.

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196
Dados: 2026.07.02 10:34:46 -03'00'

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2026.07.02 10:34:05 -03'00'

Icthus Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 11.753.418/00014-96
CREA-MG: PJ 51.236 / CAU-MG: PJ 66330-1
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 46.052/D

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Assinado digitalmente por LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=21545437000180, OU=presencial, CN=LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.07.02 10:56:05-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

Leandro Alkmim Teixeira
Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
CREA-MG: 79.117/D

AMESP
Fls.: 0152
Página 39/40
Assinatura

ANEXO C – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20265010055

INICIAL
EQUIPE à MG20264987954

1. Responsável Técnico

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA
Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**
RNP: **1402957556**
Registro: **MG0000079117D MG**

Empresa contratada: **ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**
Registro Nacional: **0000027939-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**
CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**
RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA
Nº: **774**
Complemento:
Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**
Cidade: **POUSO ALEGRE**
UF: **MG**
CEP: **37553442**

Contrato: **004/2026**
Celebrado em: **08/06/2026**
Valor: **R$ 400.030,05**
Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA
Nº: **774**
Complemento:
Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**
Cidade: **POUSO ALEGRE**
UF: **MG**
CEP: **37553442**
Data de Início: **09/06/2026**
Previsão de término: **08/06/2027**
Coordenadas Geográficas: **0, 0**
Finalidade: **COMERCIAL**
Código: **Não Especificado**
Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**
CPF/CNPJ: **20.362.307/0001-40**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.2 - DE FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVAS OU RENOVÁVEIS	23,00	mw
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.4 - DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA	23,00	mw
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.5 - DE MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA	23,00	mw
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.2 - DE FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVAS OU RENOVÁVEIS	23,00	mw
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.4 - DE MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA	23,00	mw
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > #11.9.5 - DE MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA	23,00	mw

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DOCS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO DE "CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA" (TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES / MEMORIAL DESCRITIVO / PLANILHA DE QUANTITATIVOS / PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / BDI) DA OS Nº 02/2026 (09/06/2026)

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 00196
Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418000196 Dados: 2026.06.11 15:42:59 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 723dc
Impresso em: 11/06/2026 às 14:12:16 por: , ip: 37.221.112.213

www.crea-mg.org.br atendimento@crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732 Fax:

CREA-MG Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP
Fls.: 0153
Página:
40/45
Assinatura

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20265010055

INICIAL
EQUIPE à MG20264987954

legal.

7. Entidade de Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros de Pouso Alegre

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA:81928580653

LEANDRO ALKMIM TEIXEIRA - CPF: 819.286.806-63

MOACIR FRANCO:21306893615

Assinado de forma digital por MOACIR FRANCO:21306893615
Dados: 2026.06.11 15:38:20 -03'00'

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - CNPJ: 20.362.307/0001-40

_____, _____ de _____ de _____
Local data

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 108,39** Registrada em: **11/06/2026** Valor pago: **R$ 108,39** Nosso Número: **8613589752**

ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418600019

Assinado de forma digital por ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA:11753418600019
Dados: 2026.06.11 15:05:05 -03'00'

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 723dc
Impresso em: 11/06/2026 às 14:12:16 por: , ip: 37.221.112.213

www.crea-mg.org.br atendimento@crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732 Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP Fls.: 0154 Assinatura

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

AO

CONSÓRCIO AMESP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

Assunto: Requerimento de Participação no Edital de Chamamento Público – Inexigibilidade nº 03/2026 - Credenciamento nº 02/2026 cujo objeto é "**CREDENCIAMENTO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA,** para o atendimento as demandas dos municípios que compõem o **CONSÓRCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, com a finalidade de promoção de crescimento e desenvolvimento , em estrita conformidade com as condições, volumes, critérios tarifários de desconto e especificações técnicas estabelecidas no Edital e no seu respectivo Termo de Referência.

A **[Nome da Empresa]**, CNPJ/CPF nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador do CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, REQUER a sua participação no Edital de Chamamento Público - Credenciamento nº 02/2026, para prestar os serviços constantes no referido Edital e todos os seus anexos.

Declaro que tenho pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao Credenciamento em causa e plena concordância com as condições estabelecidas no edital e todos os seus anexos.

Declaro, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade deste requerimento de participação com as exigências do edital.

Nos termos do art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, declaro para os devidos fins que a assumo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Endereço completo: CEP:

Telefone: Celular:

AMESP
FLS.: 0155
Assinatura

E-mail:

Nº do Banco: Agência: Conta Corrente:

EMPRESA/CNPJ

Representante Legal/Assinatura

AMESP FLS.: 0156 Assinatura

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

REQUISITOS TÉCNICOS OPERACIONAIS:

- Potência Instalada somada dos ativos (Mínimo de 10 MWp): _____ MWp.
- Capacidade Mensal Máxima de Injeção Declarada: _____ kwh/mês.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CEP:	BAIRRO:	CIDADE/UF:
TELEFONE (DDD):	CELULAR (DDD):	
SITE/E-MAIL:		
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	CHAVE PIX:	

REPRESENTANTES DA PESSOA JURÍDICA	
REPRESENTANTE LEGAL (ADMINISTRADOR):	
CPF:	RG:
TELEFONE (DDD):	E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL (PROCURADOR):	
CPF:	RG:
TELEFONE (DDD):	E-MAIL:

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
FLS.: 0157
Assinatura

O proponente acima qualificado requer, através do presente documento, o seu CREDENCIAMENTO para a prestação de serviços conforme edital e regulamento publicado pelo CONSÓRCIO AMESP (ÓRGÃO GERENCIADOR), declarando, sob as penas da lei, que:

a) as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;

b) qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação será informado;

c) conhece os termos do Edital de Credenciamento, bem assim das informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com as quais concorda;

d) está de acordo com as normas e com o percentual de desconto fixo e padronizado de 25% (vinte e cinco por cento) estipulado sobre a tarifa cativa vigente;

e) não se encontra suspenso, nem declarado inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;

f) não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;

g) os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o seu objeto social, com o registro no Conselho profissional competente, com a experiência, a capacidade instalada, a infraestrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigido;

h) realizará todos os serviços a que se propõe, respeitado o teto de sua capacidade física de injeção declarada.

Anexando ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento.

Declaração de Adesão ao Escopo Territorial Integral: Declaramos, para os devidos fins de direito, nossa integral submissão ao escopo geográfico global deste Credenciamento, estando cientes de que a habilitação nos vincula à possibilidade de atendimento sob demanda de qualquer uma das 27 municipalidades (CREDENCIANTES/CONTRATANTES) integrantes da AMESP (ÓRGÃO GERENCIADOR), conforme a conveniência pública e a disponibilidade técnica de nosso lastro de geração no momento de cada convocação pelo sistema de rodízio linear.

Local e Data.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

AMESP FLS.: 0158 Assinatura

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O CONSORCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] NOS TERMOS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026.

Pelo presente instrumento de Credenciamento e na melhor forma de direito, de um lado o CONSORCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, inscrito no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com sede na Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Bairro Saudade - Bom Jesus, em Pouso Alegre - Minas Gerais, neste ato representado pelo Presidente **Sr. José Dimas da Silva Fonseca,** devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº [CPF], doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa [NOME DA EMPRESA], situada na [ENDEREÇO DA EMPRESA], no município de [CIDADE DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob nº [CNPJ DA EMPRESA], neste ato representada pelo seu representante legal, **Sr.** [NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA], portador(a) do CPF/MF nº [CPF DO RESPONSÁVEL], têm entre si justo e avençado o presente Termo, decorrente da modalidade auxiliar de Inexigibilidade de Licitação por Chamamento Público de Credenciamento nº 02/2026, amparado fundamentalmente no art. 6º, XLIII, art. 74, IV, art. 78, I, e art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições subsequentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ESCOPO DO FORNECIMENTO

A CREDENCIADA/CONTRATADA compromete-se a prestar os serviços de **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

AMESP
FLS.: 0159
Assinatura

O presente credenciamento adota o modelo de lote único (objeto unificado) e escopo territorial global, permitindo a participação simultânea e não excludente de múltiplas credenciadas, desde que atendida a potência instalada mínima somada sob seu controle ou gestão de 1,4 MWp em condições de pronta e plena operação como critério de elegibilidade técnica.

A distribuição das demandas de compensação entre as empresas credenciadas seguirá rigorosamente o sistema de rodízio por oportunidade de contratação, com base na estrita ordem cronológica de homologação no credenciamento, sendo as Unidades Consumidoras vinculadas de forma individualizada a fim de evitar qualquer sobreposição técnica de créditos de energia.

Não será permitida a submissão de propostas parciais dentro de um mesmo evento de demanda municipal, nem consórcios para o atendimento de uma mesma Unidade Consumidora (UC), visando garantir o controle, a transparência e a identificação precisam da injeção de energia.

Para a efetiva realização da cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica e compensação a fim de atender a demanda energética regional, as empresas credenciadas deverão apresentar e manter os seguintes diferenciais:

- **Economia Orçamentária Real:** A contratação deve resultar em uma redução líquida e mensurável nos custos totais com energia elétrica (fatura da concessionária + desconto sobre tarifa) para cada unidade consumidora participante. A economia será de imediata, iniciando no primeiro ciclo de faturamento completo após os tramites de adesão de prazos de compensação da concessionaria de energia, logo após a assinatura do contrato entre as partes e as garantias contratuais implementadas.

- **Previsibilidade de Desconto sobre a tarifa vigente:** A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto considerando a economia real de 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança, para o planejamento orçamentário, mesmo considerando a tarifa variável, haverá ¼ de economia nominal sobre a tarifa vigente no dia.

- **Sustentabilidade e Conformidade ambiental:** A contratação deve garantir que 100% da energia compensada seja proveniente de fontes renováveis (fotovoltaica) de baixa emissão de GEE, contribuindo para as metas de sustentabilidade e reduzindo a pegada de carbono das administrações municipais.

- **Risco Zero de Investimento e Operação:** A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0160 Assinatura

São Requisitos da Solução Técnica:

Para a contratação de serviços de cessão onerosa de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica de fonte fotovoltaica, por meio do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), no Sistema de Geração Distribuída (SGD) e na modalidade de cessão onerosa de energia fotovoltaica estabelecer requisitos claros para garantir a eficácia e segurança.

- **Modalidade e Regulamentação:** O serviço deve ser prestado estritamente na modalidade mini e microgeração compartilhada, em plena conformidade com a Lei nº 14.300/2022 e a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (e suas alterações). A Credenciada será responsável por todos os trâmites para a formalização e gestão dos créditos junto à Distribuidora/Concessionária.

- **Usina em Pronta Operação:** A(s) usina(s) ofertada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) estar em condições de pronta e plena operação no momento da assinatura do contrato. Isso implica que a usina já deve possuir a CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela distribuidora/concessionária, estando apta a injetar energia na rede e gerar créditos imediatamente.

- **Compatibilidade Geográfica e Técnica:** A usina geradora deve, obrigatoriamente, estar localizada na área de concessão da Distribuidora. O fornecimento destina-se exclusivamente a unidades consumidoras do Grupo B (baixa tensão).

- **A cessão onerosa Flexível de Créditos:** A solução deve permitir que os Entes que aderirem ao Credenciamento, como ente gestor do contrato, possa solicitar à Credenciada o remanejamento dos percentuais de créditos entre as unidades consumidoras participantes, bem como a inclusão ou exclusão de UCs durante a vigência do termo de credenciamento, mediante comunicação prévia e respeitando os prazos da concessionária.

- **Monitoramento e Transparência:** A Credenciada deverá disponibilizar um portal online ou plataforma digital que permita ao Contratante, ou seja, os municípios que se tornarem beneficiários acompanhar, no mínimo: a geração total da cota alocada, os créditos injetados em cada UC, o histórico de faturamento e a economia gerada

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

Pela prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, o CREDENCIANTE/ CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA/CONTRATADA, o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, injetados na rede e compensados, aprovados após validação técnica, na conformidade da Cláusula Primeira deste instrumento.

§ 1º - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos subsequentes a validação da medição, mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica atestada pelo

AMESP FLS.: 0161 Assinatura

respectivo CREDENCIANTE/CONTRATANTE beneficiário que efetivou a contratação derivada.

§ 2º - Todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais, taxas e emolumentos que recaírem sobre o contrato, correrão por conta da CREDENCIADA/CONTRATADA.

§ 3º - Para fins de controle orçamentário e fiscal, estima-se para este instrumento de credenciamento o valor máximo global de até R$ 15.298.869,34 (quinze milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos), correspondendo o montante efetivo à soma dos valores nominais fixados nos contratos derivados celebrados individualmente por cada Município do CREDENCIANTE/CONTRATANTE conforme as suas respectivas disponibilidades orçamentárias.

§ 4º - Os pagamentos serão calculados com base na tarifa cativa regulada vigente aplicada pela concessionária distribuidora local (Subgrupo B3) no mês de referência, incidindo, de forma linear e obrigatória, o desconto fixo e padronizado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor bruto da tarifa de energia consumida e compensada.

§ 5º - O faturamento mensal obedecerá ao ciclo de faturamento fechado (do dia 01 ao último dia do mês anterior) estabelecido pela Concessionária Distribuidora local, devendo a CREDENCIADA/CONTRATADA encaminhar a medição correspondente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente para validação técnica da fiscalização do CREDENCIANTE/CONTRATANTE de origem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NATUREZA DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA

O percentual de desconto linear e fixo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa regulada vigente é irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, salvo motivo superveniente decorrente de força maior e/ou imprevisibilidade capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo Único: O valor nominal faturado mensalmente oscilará, de forma automática e linear, em estrita conformidade com as revisões, reajustes e alterações extraordinárias de tarifas homologadas e reguladas pela ANEEL para a concessionária distribuidora local, mantendo-se sempre inalterado o percentual de desconto concedido sobre a tarifa cativa do período.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O prazo de vigência do presente contrato de credenciamento será de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos e limites previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

AMESP
FLS.: 0162
Assinatura

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A gestão administrativa do procedimento de credenciamento e do Banco de Prestadores de Serviços — incluindo o controle, monitoramento e estrita observância da ordem cronológica da lista de rodízio do consórcio — competirá exclusivamente ao CONSÓRCIO AMESP, sob a responsabilidade do servidor formalmente designado, Sr. José Vitor Rosa Júnior.

A fiscalização técnica, operacional, administrativa e financeira da efetiva prestação dos serviços de compensação, bem como o recebimento definitivo do objeto, a homologação dos relatórios de medição, o ateste das notas fiscais e a respectiva liquidação e processamento dos pagamentos, serão de competência e responsabilidade exclusiva do CREDENCIANTE/CONTRATANTE beneficiário, por meio de seus fiscais de contrato formalmente designados, restando descentralizadas a execução técnica e o faturamento direto após a celebração do contrato derivado entre a adjudicatária e o respectivo Ente federativo municipal.

§1º- Será nomeado um preposto por cada município beneficiário do CREDENCIANTE/ CONTRATANTE para proceder a fiscalização e gestão local do contrato derivado;

§2º- As exigências e a atuação da fiscalização local pelos Municípios em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CREDENCIADA/ CONTRATADA, no que concerne a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

§1° - DA CREDENCIADA/CONTRATADA:

Além das obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº 02/2026, especialmente em seu Termo de Referência e legislação aplicável, a CREDENCIADA/CONTRATADA deverá:

a) Executar o objeto em total conformidade com o Edital, Termo de Referência, anexos e contratos decorrentes, observando estritamente a Lei Federal nº 14.300/2022 e as Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.

b) Garantir a injeção contínua e a regularidade do fluxo de créditos de energia ativa na rede da concessionária local, observando estritamente os percentuais de rateio indicados pelas unidades consumidoras do Grupo B3 dos municípios contratantes.

c) Fornecer toda a infraestrutura técnica, operacional, de pessoal, usinas fotovoltaicas, materiais e equipamentos necessários para a cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, viabilizando o fluxo de créditos sem exigir investimento ou custeio pela Administração Pública.

d) Arcar exclusivamente com todos os custos de investimentos (CAPEX), operação e

AMESP FLS.: 0163 Assinatura

manutenção (O&M), seguros, tributos e despesas das usinas geradoras, isentando a AMESP e os Municípios de qualquer ônus financeiro ou de custeio sobre os ativos.

e) Disponibilizar plataforma digital ou portal online que permita à AMESP e aos municípios monitorar, mensalmente, o volume de energia gerado, os créditos injetados por Unidade Consumidora (UC) e a economicidade real obtida.

f) Prestar os serviços nos prazos estabelecidos, entregando as notas fiscais devidamente conferidas e acompanhadas das respectivas Ordens de Serviços ou Notas de Autorização expedidas pelos municípios.

g) Apresentar ao fiscal de contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da expedição de cada ordem de fornecimento ou serviço.

h) Apresentar o "Visto de Empresa" junto ao CREA-MG ou CRT-MG no ato da assinatura deste instrumento, caso possua sede em outro Estado da Federação.

i) Efetuar, caso julgue necessário, vistoria técnica nos locais e unidades consumidoras vinculadas, mediante prévio agendamento com o representante do Município contratante.

j) Manter preposto formal, idôneo e habilitado, aceito pela AMESP e pelos Municípios, com poderes para representá-la operacionalmente, receber notificações da fiscalização, deliberar sobre o contrato e comparecer à sede da municipalidade em até 48 (quarenta e oito) horas após convocação.

k) Disponibilizar aos canais municipais beneficiários os contatos telefônicos atualizados dos responsáveis operacionais e do representante legal da CREDENCIADA/CONTRATANTE para pronto atendimento em casos de urgência.

l) Prestar prontamente todos os esclarecimentos e atendimentos a reclamações solicitados pela AMESP ou pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, bem como reportar em tempo hábil qualquer intercorrência que possa comprometer a execução contratual.

m) Desenvolver o trabalho em regime de colaboração com o CREDENCIANTE/CONTRATANTE, participando de reuniões programadas e acatando as orientações e diretrizes da fiscalização;

n) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por danos causados à AMESP, aos Municípios ou a terceiros por culpa ou dolo, incluindo falhas operacionais na injeção, atrasos ou erros na parametrização e rateio dos créditos junto à distribuidora que gerem prejuízos ou perda de descontos para a Administração Pública;

o) Arcar com todos os prejuízos de ações judiciais que a AMESP ou o

AMESP
FLS.: 0164
Assinatura

CREDENCIANTE/CONTRATANTE forem compelidos a responder por força da execução do objeto, incluindo despesas processuais e honorários advocatícios.

p) Sujeitar-se integralmente às penalidades e sanções administrativas previstas no Edital em caso de não comparecimento para atendimento das demandas, atrasos na injeção ou descumprimento de requisitos técnicos e regulatórios.

q) Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos os encargos fiscais, comerciais, tributos, contribuições trabalhistas e previdenciárias decorrentes do credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentando os comprovantes de regularidade sempre que solicitado.

r) Manter, durante toda a vigência do credenciamento e execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

s) Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência por escrito do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

t) Garantir o tratamento de todos os dados cadastrais, técnicos e de consumo em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros sem autorização prévia e expressa do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

§2° - DA CREDENCIANTE/CONTRATANTE:

a) Firmar os contratos individuais decorrentes do Credenciamento e emitir as respectivas Ordens de Serviço ou Notas de Empenho antes do início da compensação, respeitando o rodízio e a ordem cronológica gerida pela AMESP.

b) Disponibilizar à CREDENCIADA/CONTRATANTE todas as informações e documentos necessários à execução do objeto, incluindo o mapeamento atualizado, números de instalação e históricos de consumo das Unidades Consumidoras (Grupo B3).

c) Designar servidor efetivo para fiscalizar o contrato, acompanhar a execução os serviços e avaliar o desempenho da CREDENCIADA/CONTRATANTE.

d) Validar mensalmente o relatório de medição da CREDENCIADA/CONTRATANTE, confrontando-o com as faturas da concessionária local para comprovar a efetiva injeção e compensação dos créditos.

e) Conferir se a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)/ Fatura de Locação/Cessão com número de documento fiscal aplica exatamente o desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a

AMESP FLS.: 0165 Assinatura

tarifa cativa regulada vigente.

f) Pagar a NF-e/Fatura de Locação/Cessão com número de documento fiscal devidamente atestada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, assegurando a dotação orçamentária necessária, ainda que vinculada às quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou outras transferências constitucionais.

g) Notificar a CREDENCIADA/CONTRATANTE por escrito, imediatamente, sobre qualquer falha ou anormalidade no fluxo de compensação ou no faturamento, fixando prazo de correção compatível com as regras da concessionária local.

h) Comunicar à CREDENCIADA/CONTRATANTE, em até 3 (três) dias úteis, qualquer notificação ou alteração regulatória da concessionária local que impacte o sistema de compensação ou as usinas.

i) Aplicar as sanções administrativas e penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, observada a legislação vigente.

j) Emitir, ao término do contrato ou periodicamente quando solicitado, os competentes Atestados de Capacidade Técnica Operacional, especificando o volume de energia (kWh) e os créditos efetivamente transacionados e validados no período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. As penalidades contratuais serão na conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, dispostas principalmente nos art. 155 a 163, que seguidos todos os procedimentos adequados de instauração, contraditório, ampla defesa, decisão motivada, base de cálculo das multas etc, serão aplicadas quando o CREDENCIADO/CONTRATADO descumprir as obrigações legais, editalícias ou contratuais, ou praticar atos ilícitos podendo culminar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o CONSÓRCIO AMESP e municípios integrantes.

7.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a CREDENCIADA/CONTRATADA fica sujeita – garantida a defesa prévia no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis – às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CREDENCIANTE/CONTRATANTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos na legislação aplicável ao caso.

7.4. A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos

AMESP
FLS.: 0166
Assinatura

ilícitos previstos nos incisos na legislação aplicável ao caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

A rescisão do Termo de Credenciamento ocorrerá de pleno direito e independente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA, por sua culpa e responsabilidade, atrasar a prestação dos serviços ou injeção dos créditos por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis;

b) Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA suspender a prestação dos serviços, sem justificação e sem o prévio conhecimento do CREDENCIANTE/CONTRATANTE;

c) Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA transferir o serviço contratado no todo ou em parte, sem prévia autorização e aceitação formal por escrito da Administração;

d) Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA pedir concordata, falência ou dissolução, observadas as disposições legais;

e) Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA reincidir em falta grave punida anteriormente com multa, ou cometida por caracterizada má-fé;

f) Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA caucionar, ceder fiduciariamente ou utilizar este Contrato e seus créditos para qualquer operação financeira de crédito (factoring, adiantamentos ou colaterais) sem prévia e expressa anuência da Administração;

g) E nos casos previstos nos amparos da Lei Federal nº 14.133/21.

§1º - A CREDENCIADA/CONTRATADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, notificando a motivação e de forma fundamentada, via requerimento, ao CONSÓRCIO AMESP, por intermédio da Comissão de Credenciamento/Licitação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Quando a CREDENCIADA/CONTRATADA motivar a rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes.

§2º - A imposição de qualquer penalidade não impede a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplica-se ao presente Contrato de Credenciamento as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, bem como as disposições complementares vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Constituirá parte integrante do presente contrato, guardadas as

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0167 Assinatura

necessárias conformidades, independente de transcrição ou referência, todos os documentos constantes do processo de Credenciamento nº 02/2026, oriundo do Processo Administrativo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir litígios oriundos deste Edital de Credenciamento, deste Termo e dos contratos derivados de compensação de energia que não puderem ser resolvidos administrativamente.

E, para firmeza do ajustado e contratado é lavrado o presente contrato, para um só efeito, o qual depois de lido e achado conforme, vai digitalmente assinado pelas partes contratantes.

Pouso Alegre (MG), ... de..... de 2026.

CREDENCIANTE/CONTRATANTE:

José Dimas da Silva Fonseca
Presidente da AMESP

CREDENCIADA/CONTRATADA:

EMPRESA CREDENCIADA
(Representante legal)

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0168 Assinatura

ANEXO V

MODELO PARA OS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ORIUNDOS DESTE CREDENCIAMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O [CREDENCIANTE/ CONTRATANTE] E A EMPRESA [CREDENCIADA/CONTRATADA] NOS TERMOS DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 DO CONSÓRCIO AMESP.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE [NOME DO MUNICÍPIO], pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ DO MUNICÍPIO], com sede na [ENDEREÇO COMPLETO DA PREFEITURA], neste ato representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). [NOME DO PREFEITO(A)], [Nacionalidade], [Estado Civil], portador(a) do CPF/MF sob o nº [CPF] e do RG nº [RG], doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa [NOME DA EMPRESA CREDENCIADA], situada na [ENDEREÇO DA EMPRESA], no município de [CIDADE], inscrita no CNPJ/MF sob nº [CNPJ DA EMPRESA], neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a). [NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL], portador(a) do CPF/MF nº [CPF DO RESPONSÁVEL] e do RG nº [RG DO RESPONSÁVEL], doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e avençado o presente Contrato, decorrente do Chamamento Público de Credenciamento nº 02/2026, processado pelo CONSÓRCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, amparado fundamentalmente no art. 6º, XLIII, art. 74, IV, art. 78, I, e art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições subsequentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, conforme decorrente do regime de credenciamento regional coordenado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300/2022, a Resolução Normativa ANEEL n° 1.000/2021, a Resolução Normativa ANEEL n° 1.059/2023 e suas alterações posteriores, de

AMESP FLS.: 0169 Assinatura

acordo com as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento, seu Termo de Referência e anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ESCOPO DO FORNECIMENTO

2.1. A [CREDENCIADA/CONTRATADA] compromete-se a prestar os **SERVIÇOS POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**, para atendimento das demandas do [CREDENCIANTE/CONTRATANTE] injetando e alocando os respectivos créditos de energia ativa de forma direta nas Unidades Consumidoras da municipalidade, sob o modelo de compensação energética regulado pela ANEEL.

2.2. O fornecimento dos créditos de energia ativa dar-se-á de forma descentralizada e individualizada por Unidade Consumidora (UC), conforme a emissão e os limites definidos em cada Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pelo [CREDENCIANTE/CONTRATANTE].

2.3. A execução do escopo respeitará o sistema de rodízio e a ordem cronológica de chamada do credenciamento, devendo as Usinas Geradoras da CREDENCIADA/CONTRATADA cumprir a potência instalada mínima em pronta operação de 1,4 MWp estabelecida no certame como critério de elegibilidade técnica.

2.4. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, bem como a sobreposição ou duplicidade de créditos de energia de concessionárias ou credenciadas distintas sobre uma mesma Unidade Consumidora pública municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes com a execução do presente instrumento correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do [CREDENCIANTE/ CONTRATANTE], consignadas em seu orçamento vigente, conforme classificação técnica discriminada a seguir:

- Órgão/Unidade: [PREENCHER]
- Funcional Programática: [PREENCHER]
- Elemento de Despesa: [PREENCHER]
- Nota de Empenho n°: [PREENCHER]

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia vinculada à publicação de seu extrato na imprensa

AMESP FLS.: 0170 Assinatura

oficial do Município, podendo ser prorrogado nos limites previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. O prazo para o início efetivo da alocação e injeção dos lotes de créditos de energia ativa nas Unidades Consumidoras indicadas será de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço inicial ou Nota de Empenho emitida pelo [CREDENCIANTE/CONTRATANTE].

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. Para fins de controle fiscal e empenho prévio, estima-se para este instrumento o valor máximo global de até **R$ XXXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, correspondendo o montante efetivo à soma dos valores decorrentes da energia elétrica efetivamente injetada e compensada nas faturas de consumo do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

5.2. O preço a ser pago pelos serviços corresponderá à aplicação de um desconto linear, fixo e obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor bruto da tarifa de energia ativa (tarifa cativa regulada vigente) praticada pela concessionária distribuidora local (Subgrupo B3) no respectivo mês de competência da compensação.

5.3. O percentual de desconto pactuado é fixo e irreajustável durante toda a vigência contratual. O valor nominal faturado flutuará automática e estritamente em função das revisões, reajustes e alterações de tarifas homologadas oficialmente pela ANEEL.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A medição e a apuração dos serviços prestados serão realizadas mensalmente, obedecendo ao ciclo regulamentar de faturamento fechado (do dia 01 ao último dia do mês anterior) estabelecido pela Concessionária Distribuidora local.

6.2. A [CREDENCIADA/ CONTRATADA] deverá protocolar junto ao [CREDENCIANTE/CONTRATANTE] o relatório de medição detalhado, acompanhado do espelho ou cópia eletrônica das contas de energia que comprovem a efetiva injeção e o abatimento dos créditos nas respectivas Unidades Consumidoras, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

6.3. Caberá ao Fiscal do Contrato designado pelo [CREDENCIANTE/CONTRATANTE] analisar, validar e emitir o termo de aprovação técnica da medição apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o protocolo.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
FLS.: 0171
Assinatura

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pelo [CREDENCIANTE/CONTRATANTE] no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de validação, liquidação e ateste da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)/Fatura de Locação/Cessão com número de documento fiscal pelo Fiscal do Contrato.

7.2. A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura de Locação/Cessão com número de documento fiscal correspondente aos serviços prestados deverá obrigatoriamente discriminar o valor bruto da tarifa, a base de cálculo dos créditos injetados e destacar a aplicação do desconto linear de 25% (vinte e cinco por cento) pactuado, sob pena de rejeição e devolução do documento fiscal para correção, suspendendo-se o prazo de pagamento.

7.3. O adimplemento da obrigação financeira será feito exclusivamente por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica na conta bancária de titularidade e vinculada ao CNPJ da [CREDENCIADA/CONTRATADA], sendo expressamente vedada a emissão de boletos bancários ou títulos de cobrança correlatos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

8.1. O percentual de desconto linear e fixo de 25% (vinte e cinco por cento) concedido sobre a tarifa cativa regulada é irreajustável durante todo o período de vigência contratual.

8.2. O valor nominal faturado mensalmente flutuará de forma automática e linear, para mais ou para menos, em estrita e exclusiva conformidade com as revisões, reajustes extraordinários e alterações de tarifas homologadas e reguladas pela ANEEL para a concessionária distribuidora local, mantendo-se sempre inalterado o percentual de desconto pactuado.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES

§1° - DA CREDENCIADA/CONTRATADA:

Além das obrigações previstas no Credenciamento nº 02/2026, seus Anexos, demais documentos que o compõem e legislação aplicável, a CREDENCIADA/CONTRATADA deverá:

a) Executar o objeto em total conformidade com o Edital, Termo de Referência, anexos e contratos decorrentes, observando estritamente a Lei Federal nº 14.300/2022 e as Resoluções Normativas nº 1.000/2021 e nº 1.059/2023 da ANEEL.

b) Garantir a injeção contínua e a regularidade do fluxo de créditos de energia ativa na rede

AMESP FLS.: 0172 Assinatura

da concessionária local, observando estritamente os percentuais de rateio indicados pelas unidades consumidoras do Grupo B3 dos municípios contratantes.

c) Fornecer toda a infraestrutura técnica, operacional, de pessoal, usinas fotovoltaicas, materiais e equipamentos necessários para a cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica, viabilizando o fluxo de créditos sem exigir investimento ou custeio pela Administração Pública.

d) Arcar exclusivamente com todos os custos de investimentos (CAPEX), operação e manutenção (O&M), seguros, tributos e despesas das usinas geradoras, isentando a AMESP e os Municípios de qualquer ônus financeiro ou de custeio sobre os ativos.

e) Disponibilizar plataforma digital ou portal online que permita à AMESP e aos municípios monitorar, mensalmente, o volume de energia gerado, os créditos injetados por Unidade Consumidora (UC) e a economicidade real obtida.

f) Prestar os serviços nos prazos estabelecidos, entregando as notas fiscais devidamente conferidas e acompanhadas das respectivas Ordens de Serviços ou Notas de Autorização expedidas pelos municípios.

g) Apresentar ao fiscal de contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da expedição de cada ordem de fornecimento ou serviço.

h) Apresentar o "Visto de Empresa" junto ao CREA-MG ou CRT-MG no ato da assinatura deste instrumento, caso possua sede em outro Estado da Federação.

i) Efetuar, caso julgue necessário, vistoria técnica nos locais e unidades consumidoras vinculadas, mediante prévio agendamento com o representante do Município contratante.

j) Manter preposto formal, idôneo e habilitado, aceito pela AMESP e pelos Municípios, com poderes para representá-la operacionalmente, receber notificações da fiscalização, deliberar sobre o contrato e comparecer à sede da municipalidade em até 48 (quarenta e oito) horas após convocação.

k) Disponibilizar aos canais municipais beneficiários os contatos telefônicos atualizados dos responsáveis operacionais e do representante legal da CREDENCIADA/CONTRATANTE para pronto atendimento em casos de urgência.

l) Prestar prontamente todos os esclarecimentos e atendimentos a reclamações solicitados pela AMESP ou pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, bem como reportar em tempo hábil qualquer intercorrência que possa comprometer a execução contratual.

m) Desenvolver o trabalho em regime de colaboração com o

AMESP
FLS.: 0173
Assinatura

CREDENCIANTE/CONTRATANTE, participando de reuniões programadas e acatando as orientações e diretrizes da fiscalização;

n) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por danos causados à AMESP, aos Municípios ou a terceiros por culpa ou dolo, incluindo falhas operacionais na injeção, atrasos ou erros na parametrização e rateio dos créditos junto à distribuidora que gerem prejuízos ou perda de descontos para a Administração Pública;

o) Arcar com todos os prejuízos de ações judiciais que a AMESP ou o CREDENCIANTE/CONTRATANTE forem compelidos a responder por força da execução do objeto, incluindo despesas processuais e honorários advocatícios.

p) Sujeitar-se integralmente às penalidades e sanções administrativas previstas no Edital em caso de não comparecimento para atendimento das demandas, atrasos na injeção ou descumprimento de requisitos técnicos e regulatórios.

q) Assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de todos os encargos fiscais, comerciais, tributos, contribuições trabalhistas e previdenciárias decorrentes do credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentando os comprovantes de regularidade sempre que solicitado.

r) Manter, durante toda a vigência do credenciamento e execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

s) Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa anuência por escrito do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

t) Garantir o tratamento de todos os dados cadastrais, técnicos e de consumo em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros sem autorização prévia e expressa do CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

§2° - DA CREDENCIANTE/CONTRATANTE:

a) Firmar os contratos individuais decorrentes do Credenciamento e emitir as respectivas Ordens de Serviço ou Notas de Empenho antes do início da compensação, respeitando o rodízio e a ordem cronológica gerida pela AMESP.

b) Disponibilizar à CREDENCIADA/CONTRATANTE todas as informações e documentos necessários à execução do objeto, incluindo o mapeamento atualizado, números de instalação e históricos de consumo das Unidades Consumidoras (Grupo B3).

AMESP FLS.: 0174 Assinatura

c) Designar servidor efetivo para fiscalizar o contrato, acompanhar a execução os serviços e avaliar o desempenho da CREDENCIADA/CONTRATANTE.

d) Validar mensalmente o relatório de medição da CREDENCIADA/CONTRATANTE, confrontando-o com as faturas da concessionária local para comprovar a efetiva injeção e compensação dos créditos.

e) Conferir se a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) aplica exatamente o desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa regulada vigente.

f) Pagar a NF-e devidamente atestada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, assegurando a dotação orçamentária necessária, ainda que vinculada às quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou outras transferências constitucionais.

g) Notificar a CREDENCIADA/CONTRATANTE por escrito, imediatamente, sobre qualquer falha ou anormalidade no fluxo de compensação ou no faturamento, fixando prazo de correção compatível com as regras da concessionária local.

h) Comunicar à CREDENCIADA/CONTRATANTE, em até 3 (três) dias úteis, qualquer notificação ou alteração regulatória da concessionária local que impacte o sistema de compensação ou as usinas.

i) Aplicar as sanções administrativas e penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, observada a legislação vigente.

j) Emitir, ao término do contrato ou periodicamente quando solicitado, os competentes Atestados de Capacidade Técnica Operacional, especificando o volume de energia (kWh) e os créditos efetivamente transacionados e validados no período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

10.1. As penalidades contratuais serão na conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, dispostas principalmente nos art. 155 a 163, que seguidos todos os procedimentos adequados de instauração, contraditório, ampla defesa, decisão motivada, base de cálculo das multas etc, serão aplicadas quando o CREDENCIADO/CONTRATADO descumprir as obrigações legais, editalícias ou contratuais, ou praticar atos ilícitos podendo culminar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o CONSÓRCIO AMESP e municípios integrantes.

10.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a CREDENCIADA/CONTRATADA fica sujeita – garantida a defesa prévia no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis – às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

AMESP FLS.: 0175 Assinatura

10.3. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CREDENCIANTE/CONTRATANTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos na legislação aplicável ao caso.

10.4. A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos na legislação aplicável ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias oriundas da execução ou interpretação deste Contrato que não possam ser resolvidos administrativamente por meio de conciliação ou mediação interna.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O presente Contrato de Prestação de Serviços regula-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, pelos preceitos de direito público e pelas cláusulas editalícias do Credenciamento nº 02/2026 promovido pelo Consórcio AMESP, do qual este instrumento constitui uma derivação direta.

12.2 Constituirá parte integrante do presente contrato, independente de transcrição ou referência, todo o conteúdo do processo administrativo de Credenciamento nº 02/2026, seu Edital, Termo de Referência e proposta homologada.

12.3 As partes declaram cumprir integralmente as determinações da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), vedado o uso comercial ou repasse a terceiros de informações técnicas de carga das repartições públicas do CREDENCIANTE/CONTRATANTE sem autorização expressa.

E, para firmeza do ajustado e contratado é lavrado o presente contrato, para um só efeito, o qual depois de lido e achado conforme, vai digitalmente assinado pelas partes contratantes.

Pouso Alegre (MG), ... de..... de 2026.

Assinatura Digital

CREDENCIANTE/CONTRATANTE
(Responsável)

AMESP
FLS.: 0176
Assinatura

(Representante legal)

Assinatura Digital
CREDENCIADA/CONTRATADA

ANEXO I

SERVIÇOS CONTRATADOS

LOCAL	Nº DA INSTALAÇÃO (UC)	CONCESSIONÁRIA	CONSUMO MÉDIO ESTIMADO (kWh/mês)	TETO DE ALOCAÇÃO DE CRÉDITOS (kWh/mês)
[PRÉDIO X]	[PREENCHER]	[CEMIG/Energisa]	[PREENCHER] kWh	[PREENCHER] kWh
[PRÉDIO Y]	[PREENCHER]	[CEMIG/Energisa]	[PREENCHER] kWh	[PREENCHER] kWh
TOTAL ESTIMADO	-	-	[PREENCHER] kWh	[PREENCHER] kWh

Nota: Os valores de kWh/mês dispostos nesta tabela são estritamente estimados e baseados na média histórica de consumo. O faturamento e o respectivo pagamento vincular-se-ão unicamente ao volume de energia efetivamente compensado em cada ciclo de faturamento da distribuidora, respeitado o teto físico de consumo de cada Unidade Consumidora.

AMESP FLS.: 0177 Assinatura

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

A empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., com sede na ..... , nº ....., Bairro ....., Município de ....., Estado ....., CEP ....., neste ato representada pelo seu representante legal o Senhor ....., RG ..... e CPF/MF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei e para fins de participação no Credenciamento nº 02/2026, acima que nossa empresa até a presente data:

1. Não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer esfera federativa;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera de governo;
3. Não existe fato impeditivo superveniente à nossa habilitação e contratação com a Administração Pública, estando cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. Não possui, entre nossos proprietários, controladores ou diretores, nenhum titular de mandato eletivo;
5. Não possui em seu quadro societário, gerencial ou de direção, cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de dirigentes, servidores ou membros da equipe de apoio do ÓRGÃO GERENCIADOR, bem como de agentes públicos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do CREDENCIANTE/CONTRATANTE, em estrito cumprimento às normas de vedação ao nepotismo e ao edital;
6. Não possui funcionários, dirigentes ou acionistas detentores do controle de estabelecimentos participante desta licitação, com qualquer vínculo direto ou indireto com o CREDENCIANTE/CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, sob pena de exclusão do certame;
7. Cumpre plenamente o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, não possuindo no seu quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 0178 Assinatura

condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

8. Recebeu todos os documentos eletrônicos e tomou conhecimento de todas as informações necessárias para participar do presente certame e das condições operacionais para o fornecimento dos serviços de cessão de créditos;
9. Aceita e concorda com todas as condições do presente Edital e das especificações técnicas que fazem parte integrante do mesmo e farão parte dos contratos derivados, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações deste credenciamento.

LOCAL E DATA

CREDENCIADA

CNPJ

Responsável Legal

(assinatura)

Rua Comendador José Garcia, 774 – Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre – MG, CEP 37553-442
35 3025-5500 amesp@amespmg.com.br amesp.mg amesp.mg.gov.br

AMESP
FLS.: 0179
Assinatura

PARECER JURÍDICO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO

PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 032/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

I - DA FASE INTERNA E DO EDITAL:

Trata-se o processo em epígrafe de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE**

AMESP FLS.: 0180 Assinatura

ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

Encaminha o setor requisitante os seguintes documentos:

a) Documento de formalização de Demanda
b) Estudo Técnico Preliminar
c) Edital e anexos.

Cumpre destacar que o processo licitatório deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- A solicitação do setor competente, com as devidas justificativas;
- A Pesquisa de Preços e o preço médio apurado;
- A Portaria que designou o agente de contratação e equipe de apoio para efetuar os trabalhos;
- Autorização do procedimento.

É a síntese do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> *Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*
> I - *apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*
> II - *redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de

AMESP FLS.: 0181 Assinatura

legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> *Enunciado BPC nº 7*
>
> *A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Ele se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados.

Ao contrário do que se tem ouvido falar, a NLL não veio para empurrar à assessoria jurídica a atribuição de revisar minuciosamente todas as linhas do processo. Não é razoável exigir que um assessor jurídico domine todas as searas de conhecimento e não é eficiente atribuir a mais de um órgão administrativo a mesma função. Negar essa realidade seria afrontoso ao art. 5º e ao § 2º do art. 7º da Lei e infringiria às Procuradorias e assessorias jurídicas a realização de um checklist do tamanho da própria NLL a ser feito sobre todos os documentos que compuserem o processo de licitação, inviabilizando a atuação desses órgãos.

Principalmente quando se elegem os princípios da segregação de funções, da razoabilidade e da eficiência como pilares do procedimento (e a NLL fez isso), é indispensável que todo órgão público cuide da prática e da fiscalização dos atos que estão em sua alçada.

Com efeito, a NLL impõe que as atividades dos agentes públicos sejam definidas e exercidas conforme suas aptidões e, sendo assim, é imprescindível que o agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio, o setor interessado no contrato, a Gerência de Licitações e de Contratos e os órgãos técnicos específicos realizem os atos e formulem os documentos do processo da licitação que lhes cabem e verifiquem-nos para que não haja vícios no procedimento nem em documentos essenciais.

AMESP
FLS.: 0182
Assinatura

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade, se necessário, serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Feita essa breve digressão passamos à análise do procedimento.

II. 2 - Da fase preparatória.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> *Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
>
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*
>
> *II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
>
> *III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
>
> *IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
>
> *V - a elaboração do edital de licitação;*
>
> *VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
>
> *VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
>
> *VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação*

AMESP FLS.: 0183 Assinatura

mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos encaminhados, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, o estudo técnico preliminar, o termo de referência e a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, e constitui-se necessidade comum de todos os municípios consorciados, onde o objeto da contratação atenderá a demanda dos municípios.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos atendem ao mínimo exigido em lei nos termos do disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

AMESP FLS.: 0184 Assinatura

II.3 - Da Minuta do Edital

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica acompanhado de seus anexos.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> *Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

II.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

II.5. Da licitação na forma compartilhada.

No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no art. 19 do Decreto nº 6.017/07:

> *Art. 19. Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1o do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.*

AMESP
FLS.: 0185
Assinatura

E ainda no permissivo contido no art. 181, da Lei 14.133/21:

Art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no caput deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

II. 6. Da adoção do credenciamento.

Pois bem, atualmente, na ordem jurídica administrativa, fala-se em credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

[...]

Ainda, conforme definido pelo legislador, no inciso XLIII de seu artigo 6º, o credenciamento é um *"processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados."*

Tal possibilidade resulta da hipótese na qual a Administração aceita como colaborador todos aqueles que, atendendo as motivadas exigências públicas, manifestem interesse em firmar o vínculo com o Estado. Em outras palavras, há inexigibilidade de licitação em razão da possibilidade de contratação de todos os que satisfaçam as condições exigidas (a Administração não precisa escolher um único licitante para satisfazer os fins perseguidos, mas admite, isonomicamente, estabelecer vínculo com todos os interessados).

Se a Administração convoca todos os possíveis interessados de um determinado setor, dispondo-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam

AMESP FLS.: 0186 Assinatura

os requisitos estabelecidos, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra – inviabilizando a competição – uma vez que a todos foi assegurada a contratação. Esta é a figura do credenciamento.

Por conta de tal peculiaridade é que **MARÇAL JUSTEN FILHO**[1] confere a denominação de *"anômala" à inexigibilidade existente no credenciamento. Assim: Não é despropositado afirmar que o credenciamento pode ser adotado em hipóteses de objeto comum, destituído de peculiaridades, em condições similares ao que se passa no caso do pregão. A distinção reside em que não é cabível um procedimento licitatório específico, em virtude de uma anômala inviabilidade de competição."*

O exemplo pedagógico escolhido do citado autor é colhido na jurisprudência do TCU refere-se à hipótese de médicos: *" Jurisprudência anterior do TCU: (..) 'O credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde, tanto para atuarem em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, devendo a distribuição dos serviços entre os interessados se dar de forma objetiva e impessoal'*(acórdão 352/2016, Plenário Min. Benjamin Zymler). "

O blog da Zenite [2] dá outro exemplo de credenciamento: as passagens aéreas. Assim: *"Inclusive, a Instrução Normativa nº 3 de 11 de fevereiro de 2015 da SLTI do MPOG (recém saída do forno) trouxe o credenciamento como ferramenta para 'habilitação das empresas de transporte aéreo, visando à aquisição direta de passagens pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal"*

A definição do mesmo blog já citado, corrobora a característica de singularidade múltipla. Assim:*" O credenciamento é sistema por meio do qual a* ***Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados. "(grifos no original).***

O importante é que seja viável aferir a pré-qualificação dos interessados no

[1] Comentários à lei de licitações e contratações administrativas", Editora RT, Edição 2.021, página 1.130.

[2] https://www.zenite.blog.br/afinaloqueecredenciamento/

AMESP FLS.: 0187 Assinatura

credenciamento, observando-se os princípios da publicidade, da impessoalidade e da isonomia, o que resta respeitado através do Edital que nos foi encaminhado.

Quanto aos demais aspectos, entendemos que o Edital em questão se mostra adequado às exigências legais.

Desse modo, esta consultoria jurídica entende mediante o exame prévio de legalidade que a adoção do instituto do credenciamento no caso *sub exame* está correta à luz do que preconiza os arts. 74, inciso IV, art. 78, I, e art. 79, incisos I a VII todos da Lei federal 14.133/2021.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a situação posta em consulta parece acomodar-se à figura do credenciamento acima tratada, autorizando a contratação de todos os interessados que venham a atender as condições estabelecidas no ato convocatório, através do instituto da inexigibilidade de licitação, com fulcro nas disposições do artigo 74, IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Este o nosso parecer, que submetemos à apreciação dessa Administração.

Pouso Alegre, 08 de julho de 2026.

José Otávio Ferreira Amaral
Advogado – OAB nº 74.071-B

AMESP FLS.: 0188 Assinatura

Credenciamento n.º 02/2026

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **CREDENCIAMENTO,** cujo objeto consiste no **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.** A sessão pública será realizada no dia **30 de julho de 2026 às 09h00min,** em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou pelo portal de compras http://www.licitamesp.com.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

Pouso Alegre/MG, aos 08 de julho de 2026.

Wagner do Couto
Pregoeiro AMESP

AMESP
FLS.: 0189
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026, Objeto: **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.** A sessão pública para início do credenciamento e acolhimento das propostas comerciais será realizada no dia **30 de julho de 2026 às 09h00min,** em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou pelo portal de compras http://www.licitamesp.com.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro AMESP.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:E9BAA3B5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 09/07/2026. Edição 4313
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

MES 0190

Economia: Pouso Alegre fortalece relações internacionais em missão oficial à China

DA REDAÇÃO
jordiario@gmail.com



Pouso Alegre segue ampliando sua presença no cenário internacional e reforçando sua vocação para o desenvolvimento sustentável, a inovação e a atração de investimentos.

Representando o município, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, José Carlos Costa, e o controlador-geral do Município, Hamilton Fernandes de Magalhães, participam de uma missão oficial na China voltada ao intercâmbio de experiências em cidades inteligentes e novas tecnologias para a gestão pública.

A visita ocorre a convite do Centro de Cooperação Internacional da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (CNDR), uma das mais importantes instituições chinesas dedicadas à cooperação internacional e ao planejamento estratégico.

O programa reúne representantes brasileiros para conhecer as mais avançadas soluções em inteligência artificial, transformação digital, mobilidade inteligente, segurança pública, infraestrutura urbana, inovação tecnológica e governança baseada em dados.

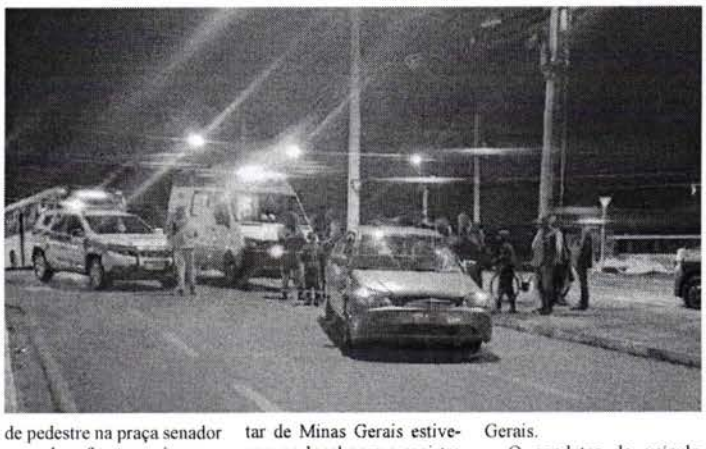
Durante a agenda, os representantes de Pouso Alegre participarão de seminários técnicos, visitas a empresas líderes mundiais em tecnologia e centros de inovação nas cidades de Pequim, Xangai, Changsha e Wuhan, referências internacionais na implantação de cidades inteligentes.

A missão também tem como objetivo fortalecer parcerias institucionais e prospectar oportunidades de investimentos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico de Pouso Alegre, atraindo soluções inovadoras que contribuam para tornar o município ainda mais eficiente, sustentável e preparado para os desafios do futuro.

A participação de Pouso Alegre neste importante intercâmbio internacional reforça o reconhecimento do município como uma cidade em constante crescimento, que investe em planejamento, inovação e modernização da gestão pública. A iniciativa demonstra o compromisso da administração municipal em buscar as melhores práticas mundiais para transformá-las em benefícios concretos para a população, consolidando Pouso Alegre como uma das cidades mais promissoras de Minas Gerais e referência em desenvolvimento inteligente.

Homem é atropelado no bairro São João e socorrido em estado grave

DA REDAÇÃO
jordiario @gmail.com



Um homem de 55 anos ficou gravemente ferido após ser atropelado na faixa de pedestres na Rua Três Corações, no bairro São João, em Pouso Alegre no início da noite de terça feira (07).

A vitima recebeu os primeiros atendimentos de uma guarnição do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e, posteriormente, uma unidade de Suporte Avançado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência assumiu a ocorrência, realizando o atendimento pré-hospitalar.

Devido à gravidade dos ferimentos, a vítima precisou ser intubada ainda no local pela equipe médica do SAMU.

Esse foi o segundo atropelamento na terça-feira (07) , mais cedo por volta das 10h00 um idosa foi atropelada por um carro na faixa de pedestre na praça senador amaral em frente a caixa econômica Federal, a mulher de 78 anos teve ferimentos leves e foi encaminhado pelo SAMU ao complexo Hospitalar Samuel libanio

Adilar Vicente foi encaminhado em estado gravíssimo ao Complexo Hospitalar Samuel Libânio.

Equipes da Polícia Militar de Minas Gerais estiveram no local para o registro da ocorrência, sendo posteriormente acionada a perícia da Polícia Civil de Minas Gerais.

O condutor do veículo permaneceu no local e colaborou com os procedimentos realizados pelas autoridades.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS nº 59/2026 – Objeto: Aquisição de gêneros alimenticios hortifrutigranjeiros para suprir as necessidades do Departamento de Alimentação Escolar.A sessão pública será realizada no dia 22 de julho de 2026 as 09h01min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas

AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO - Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista (MG) - Pregão Presencial 0005/2026 - Processo Administrativo Nº 0068/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS PARA OS EVENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG, para adequações a serem procedidas no EDITAL. São Sebastião da Bela Vista (MG), 07 de julho de 2026 – Augusto Hart Ferreira - Prefeito Municipal.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026, Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREI-

O Consórcio AMESP – Associação dos Municipios da Microrregião do Médio Sapucaí, por intermédio de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO das seguintes empresas licitantes classificadas em primeiro lugar para os respectivos lotes/itens, visando à apresentação das amostras destinadas à realização da Prova de Conceito (POC): STARLINE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 03.409.807/0001-70 e LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 27.333.217/0001-70.

A Prova de Conceito tem por finalidade verificar a conformidade, funcionalidade, compatibilidade, desempenho e atendimento das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, constituindo etapa de aferição da adequação da solução ofertada às necessidades da Administração.

O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de tecnologias e materiais pedagógicos aos Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

As empresas convocadas deverão apresentar as amostras em 14 de julho de 2026 às 10h00min, na sede do Consórcio AMESP, observando rigorosamente as condições, critérios de avaliação e demais exigências previstas no Edital e seus anexos.

O não comparecimento ou a não apresentação das amostras no prazo estipulado, bem como a eventual reprovação na Prova de Conceito, implicará a adoção das providências previstas no Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Pouso Alegre/MG, 08 de julho de 2026.

Wagner do Couto
Pregoeiro
Consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-PROCESSO Nº 56/2026 - LEILÃO nº 01/2026, torna público a HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO referente ao Leilão para venda de bens MÓVEIS inservíveis da Prefeitura Municipal de Delfim Moreira, tais como: Retroescavadeira, máquina seminova de fazer bloquete; reservatório metálico de grande porte (tanque); equipamentos hospitalares diversos, incluindo cadeira de rodas, macas, suportes hospitalares e aparelhos incompletos; equipamentos eletrônicos diversos inservíveis, incluindo monitores, cpus, impressoras, periféricos e componentes desmontados, midias e materiais diversos descartados (fitas vhs, caixas e resíduos acondicionados em sacos plásticos; sucatas de luminárias públicas, provenientes de postes de iluminação, do tipo vapor de sódio (luz amarela), incluindo carcaças, difusores e componentes desmontados; mobiliário escolar e corporativo em grande volume, composto por cadeiras, mesas, carteiras escolares, armários, estruturas metálicas, fogões e diversos itens de escritório; extintores de incêndio, placas de sinalização, equipamentos para academia ao ar livre e estruturas metálicas fixas; conjunto de sucatas metálicas e eletrodomésticos diversos, composto, refrigeradores, armários, chapas metálicas, estruturas metálicas, componentes desmontados, bebedouros, purificadores de água, equipamentos industriais e utensílios variados. Empresas: METALFER COMÉRCIO DE METAIS – Valor total R$ 3.835,00 (Três mil, oitocentos e trinta e cinco reais), JOSÉ GERALDO DOS REIS - Valor total R$ 50,521.00 (Cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais). Valor Total do leilão: R$ 54.356,00 (Cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais).

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira- MG
Processo nº 60/2026 - Pregão Eletrônico nº 18/2026 - Torna público o Edital para Registro de Preços para aquisição de dietas, fórmulas e suplementos alimentares destinados aos pacientes do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira/MG. Sessão Pública às 09h do dia 22/07/2026. Credenciamento: até as 08:59h do dia 22/07/2026. Apresentação das propostas: até as 08:59h do dia 22/07/2026. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 9 9988-1817, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Diego Ramon Xavier da Costa.

AMESP
FLS.: 0191
CEMIG
SIM
Assinatura

AO
CONSÓRCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – CNPJ: 20.362.307/0001-40
Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Saudade Bom Jesus, Pouso Alegre/MG
CEP:37553-442
Aos cuidados da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Referência: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°12/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 03/2026 - CREDENCIAMENTO N° 02/2026

Objeto: Credenciamento para contratação por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria micro e minigeração de energia elétrica, para atender a demanda energética dos municípios consorciados a AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, termo de referência e seus anexos, observando a legislação e regulação pertinentes, em especial a Lei Federal N° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Resolução Normativa n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e a Resolução Normativa n° 1.059, de 7 de fevereiro de 2023, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e suas alterações posteriores.

CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I, CNPJ n° 45.955.360/0001-85, neste ato por sua Consorciada Líder, **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.**, CNPJ nº 04.881.791/0001-67, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, 01º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30190-924, neste ato por seu representante legal, Diretor Comercial Rubens Soalheiro de Oliveira Matos, Carteira de Identidade RG M8654905 e CPF 073.571.226-38, com endereço comercial à Avenida Barbacena, nº 1200, 01º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30190-924, endereços eletrônicos rubens.soalheiro@cemigsim.com.br e juridico@cemigsim.com.br, vem apresentar:

IMPUGNAÇÃO

ao Edital do Chamamento Público de Credenciamento nº 02/2026, Processo Administrativo nº 12/2026, Inexigibilidade nº 03/2026, pelas razões de fato e de direito a seguir:

AMESP
FLS.: 0192
CEMIG
SIM
Assinatura

TEMPESTIVIDADE

1. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 55, §1º, estabelece que qualquer pessoa poderá impugnar o edital, devendo a impugnação ser apresentada até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública ou, no caso de credenciamento, antes da data final do período de credenciamento.

2. Por sua vez, o Edital de credenciamento teve seu início em 09/07/2026, com data de sessão pública de abertura e análise marcada para 30/07/2026, conforme item 14.1 do Edital. A presente impugnação, protocolada com antecedência ao prazo fixado, é, portanto, tempestiva.

3. Nestes termos, **a presente impugnação é tempestiva na data de seu protocolo, devendo ser recebida e ao final provida, conforme será comprovado adiante**.

4. A impugnante requer desde já a **concessão de efeito suspensivo, pois estão comprovados e presentes os requisitos do art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021 – necessidade e alterações no Edital e/ou seus anexos que comprometem a formulação das propostas** por participantes interessados.

DA INCONSISTÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

5. O Edital apresenta inconsistência relevante em sua fundamentação jurídica, ao adotar, de forma concomitante, as seguintes premissas: (i) trata-se de um credenciamento, procedimento auxiliar conforme art. 78 da Lei n° 14.133/2021; (ii) não existe competição ou competitividade entre os interessados; (iii) o preço será o mesmo para todos os credenciados; e (iv) a fundamentação legal é a inexigibilidade de licitação, conforme o art. 74, IV, da Lei n° 14.133/2021.

6. A Lei nº 14.133/2021 disciplina institutos jurídicos distintos, porém inter-relacionados: (a) o credenciamento, previsto nos arts. 6º, XLIII, e 78, como procedimento auxiliar de chamamento público; e (b) a inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, IV, caracterizada pela inviabilidade de competição.

7. O credenciamento, embora inserido no contexto da inexigibilidade, possui pressupostos próprios e somente se justifica quando demonstrado que a contratação simultânea de múltiplos interessados atende de forma mais adequada ao interesse público.

8. A justificativa constante na Seção 4 do Edital revela inconsistência jurídica na aplicação do instituto do credenciamento. Embora se trate de hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento somente é adequado quando demonstrada a inviabilidade de competição aliada ao interesse público na contratação simultânea de múltiplos prestadores.

9. Nesse cenário, a modelagem adotada pelo Edital apresenta indícios de utilização do credenciamento em contexto potencialmente compatível com a realização de procedimento competitivo, sem que tenha sido demonstrada, de forma suficiente, a inviabilidade de competição exigida pelos arts. 74, IV, e 79 da Lei nº 14.133/2021.

AMESP
FLS.: 0193
CEMIG
SIM
Assinatura

10. O Decreto nº 11.878/2024, que regulamenta o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu art. 6º que a escolha pela contratação por credenciamento deverá ser motivada durante a fase preparatória e atender, em especial: (i) aos pressupostos para enquadramento na contratação direta, por inexigibilidade, conforme previsto no inciso IV do caput do art. 74; e (ii) à necessidade de designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos de habilitação.

11. Verifica-se, no presente caso, que o Edital não apresenta justificativa concreta para a necessidade de credenciamento de diversos fornecedores, especialmente considerando a fixação uniforme de preços e a ausência de critérios que evidenciem a necessidade de pluralidade de contratações.

12. A análise técnica do objeto indica a existência de elementos aptos a viabilizar a competição entre potenciais fornecedores. Isso porque o mercado de geração distribuída é composto por agentes que possuem estruturas de custos distintas, usinas localizadas em diferentes regiões, níveis variados de eficiência operacional, regimes tributários próprios e diferentes capacidades de geração e de alocação de créditos de energia, circunstâncias que tendem a influenciar diretamente as condições comerciais ofertadas à Administração.

13. Tais fatores influenciam diretamente a formação de preços e as condições comerciais, o que demonstra que não há uma padronização absoluta do objeto capaz de inviabilizar a competição.

14. Nesse contexto, a simples fixação prévia de preços pelo edital não é suficiente para caracterizar a inviabilidade de competição, especialmente quando o mercado comporta múltiplas soluções técnicas e econômicas distintas.

15. Dessa forma, caberia à Administração demonstrar, de maneira robusta e motivada, porque tais variáveis não seriam suficientes para estruturar um procedimento competitivo, sob pena de indevida utilização da inexigibilidade de licitação.

16. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem entendimento consolidado de que o credenciamento configura procedimento auxiliar vinculado à hipótese de inexigibilidade de licitação, somente admitido quando demonstrada a inviabilidade ou inadequação da competição e quando a contratação simultânea de todos os interessados aptos se revelar a solução mais adequada ao interesse público, devidamente motivada na fase preparatória.

> *O credenciamento é adotado quando não é viável ou adequado realizar uma licitação para selecionar o fornecedor. (...) em o fazendo, deverá contratar todos os credenciados.*
>
> *(...)*
>
> *O credenciamento ora analisado é um chamamento público, em que os interessados são credenciados junto à Administração de forma que todos possam ser contratados, observados critérios previamente estabelecidos, por meio de inexigibilidade de licitação. (TCU – Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência, Seção 5.9.1) – https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/5-9-1-credenciamento-2/*

AMESP
FLS.: 0194
Assinatura

17. No mesmo sentido, o TCU esclarece que as contratações decorrentes do credenciamento são realizadas por inexigibilidade justamente porque a competição é inviável ou inadequada ao atendimento da necessidade administrativa, uma vez que todos os interessados que preencham os requisitos previamente estabelecidos devem poder ser contratados. (Consulta site TCU - https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/5-10-1-4-credenciamento-inciso-iv/)

18. Verifica-se, ainda, aparente incompatibilidade lógica na motivação adotada pelo Edital. Isso porque o item 3.3 expressamente afirma que a contratação de múltiplas empresas credenciadas proporciona "maior competitividade", ao mesmo tempo em que a modelagem jurídica escolhida está fundamentada na inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, instituto que pressupõe justamente a inviabilidade de competição. Tal contradição evidencia a necessidade de demonstração clara, objetiva e tecnicamente fundamentada das razões pelas quais o objeto não poderia ser submetido a procedimento licitatório competitivo ordinário.

19. Assim, a Administração Pública tem o dever de demonstrar, de forma objetiva e motivada, porque a contratação simultânea de múltiplos fornecedores é mais vantajosa do que a realização de procedimento competitivo destinado à seleção da proposta mais vantajosa. A mera afirmação de que o objeto será executado por diversos fornecedores ou a simples fixação prévia de preços não é suficiente para caracterizar a inviabilidade de competição.

20. O próprio Edital apresenta elementos que indicam a existência de potencial ambiente competitivo. As empresas participantes podem dispor de usinas localizadas em regiões distintas, com capacidades instaladas diversas, diferentes níveis de eficiência operacional, custos de financiamento, manutenção e estruturas comerciais próprias, fatores que naturalmente influenciam o preço e a vantagem econômica das propostas.

21. Também o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais tem exigido a demonstração concreta da vantajosidade e da adequação do credenciamento ao caso concreto. Em prejulgamento normativo proferido na Consulta n.º 1.120.202, o Tribunal assentou que a utilização do credenciamento somente é admissível quando as circunstâncias da contratação estiverem devidamente justificadas e for demonstrada sua efetiva vantajosidade para a Administração. (Consulta site TCE - https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111626432).

22. No presente caso, entretanto, a justificativa constante do Edital limita-se a afirmar genericamente a conveniência da contratação de múltiplos fornecedores, sem demonstrar tecnicamente porque as características do mercado de geração distribuída impediriam ou tornariam inadequada a realização de procedimento competitivo. A ausência dessa demonstração compromete a motivação do ato administrativo e afasta requisito essencial para a utilização do credenciamento fundamentado nos arts. 74, IV, e 79, I, da Lei nº 14.133/2021.

23. O credenciamento não pode ser utilizado como substituto indevido da licitação, sendo inaplicável nos casos em que haja viabilidade de competição, como no presente caso, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

24. A inconsistência na aplicação do instituto do credenciamento, associada à ausência de demonstração concreta da inviabilidade de competição, compromete a legalidade de todo o procedimento, em afronta ao princípio da legalidade (art. 37, *caput,* da

AMESP
FLS.: 0195
SIM Assinatura

Constituição Federal), ao princípio da competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e ao dever de motivação dos atos administrativos.

25. Nesse contexto, embora o credenciamento se insira no âmbito das hipóteses de inexigibilidade, sua utilização exige fundamentação específica e robusta, demonstrando que a contratação simultânea de múltiplos fornecedores é a solução mais adequada ao interesse público.

26. Conforme entendimento consolidado na doutrina e reiterado pela jurisprudência, a motivação constitui requisito essencial de validade dos atos administrativos, devendo a Administração explicitar, de forma clara e suficiente, as razões de fato e de direito que justifiquem a adoção da inexigibilidade, o que não se verifica no presente caso.

27. Portanto, impõe-se a retificação do Edital, com a devida adequação da modelagem jurídica adotada, mediante definição clara da forma de contratação e apresentação de justificativa técnica e jurídica adequada, robusta e devidamente motivada para o chamamento público de credenciamento.

28. Caso a Administração pretenda manter a alegação de inexigibilidade, deverá demonstrar, de forma concreta e documentalmente comprovada, por que os elementos técnicos e econômicos identificados — tais como localização das usinas, capacidade instalada, eficiência operacional e estrutura de custos — não viabilizam a competição.

29. Alternativamente, deverá adotar procedimento licitatório competitivo, compatível com a realidade técnica e econômica do objeto, em estrita observância aos princípios que regem as contratações públicas.

REFORMA TRIBUTÁRIA – INEXISTÊNCIA DE MATRIZ DE RISCOS – NECESSIDADE DE ESTABELECER REGRAS CLARAS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO CONTRATUAL

30. Conforme é de amplo conhecimento, a Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou o Sistema Tributário Nacional, enquanto mais recentemente a Lei Complementar nº 214/2025 instituiu a denominada Reforma Tributária do consumo, criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

31. Também houve a criação de "período de transição" para os referidos tributos, conforme previsto nos novos art. 124 e seguintes do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

32. Infelizmente o Edital e seus Anexos não possuem regras de Matriz de Riscos alocando responsabilidades entre as partes, para fins de equilíbrio econômico-financeiro inicial em relação à Reforma Tributária.

33. Conforme art. 22 da Lei nº 14.133/2021 o Edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos e, quando adotada, deverá promover a alocação adequada e eficiente, estabelecendo responsabilidades e mecanismos de mitigação, de maneira que o contrato administrativo reflita exatamente as alocações, inclusive quanto às hipóteses de recomposição do equilíbrio e resolução de conflitos.

34. A mesma Lei Federal, em seu art. 103, prevê que o contrato pode identificar riscos previstos e presumíveis e prever a matriz, definindo o equilíbrio econômico-financeiro

AMESP
FLS.: 0196
CEMIG
SIM
Assinatura

inicial, que deverá ser observado nos pleitos contratuais posteriores, exigindo-se a quantificação para a projeção de reflexos no valor estimado.

35. O Tribunal de Contas da União-TCU, em orientação técnica recente disponível no portal https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/4-5-5-matriz-de-riscos/, destaca que a repartição de riscos deve ser fundamentada e quantificada, considerando que suas disposições afetam diretamente a competitividade e o valor das propostas dos licitantes participantes. Recomenda-se inclusive a devida clareza na definição de eventos supervenientes, bem como medidas de mitigação e responsabilidades.

36. O novo arranjo normativo tributário, acima abordado, possui inegável impacto na precificação e, por consequência direta, afeta de sobremaneira o equilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos.

37. Além disto, a própria Lei Complementar nº 214/2025 expressamente contempla "energias com valor econômico" na categoria de "bens" (art. 3º, inciso V, §1º), também inserindo o "consórcio" no conceito de "fornecedor" para fins do IBS e da CBS (art. 3º, inciso V, §2º).

38. Todos estes elementos reforçam a necessidade de que o Edital e seus Anexos possuam disposições extremamente claras quanto à sujeição passiva tributária, faturamento e repercussões tributárias.

39. Infelizmente, o Edital ou seus Anexos, na forma como se apresentam, não contemplam de forma expressa e detalhada:

a) os riscos tributários de transição do IBS e da CBS (Reforma Tributária);

b) a metodologia de quantificação dos riscos e reflexo no valor estimado / taxa de risco; e

c) não tem mecanismos contratuais claros de recomposição (para mais e para menos) vinculados a alterações da carga tributária efetiva.

40. Além das regras gerais de reequilíbrio contratual existentes na Lei nº 14.133/2021, a própria Lei Complementar nº 214/2025 criou disciplina própria para reequilíbrio de contratos administrativos impactados pela instituição do IBS e da CBS. Em outras palavras, os contratos vigentes e situações abrangidas no seu âmbito serão ajustados para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro em razão de alteração da carga tributária efetiva suportada pela contratada, desde que comprovado o impacto, considerando critérios como a não-cumulatividade, a possibilidade de repasse, a transição constitucional e os benefícios/incentivos extintos, estando previsto que este regime se aplica inclusive a contratos cuja matriz de riscos atribua impactos tributários supervenientes ao contratado.

41. A ausência de regras claras sobre alocação/mitigação e recomposição do risco tributário resultantes da Reforma Tributária produz assimetria entre os licitantes interessados, pois os participantes podem apresentar propostas a partir de premissas distintas (tributação ou não de "consórcio", créditos, repasses, entre outros fatores) comprometendo a comparabilidade das propostas, a exequibilidade e a seleção da proposta mais vantajosa.

AMESP
FLS.: 0197
CRMG
Assinatura

42. Portanto, é necessário suspender a realização do certame, com posterior reabertura de prazo para propostas, após a inserção de Matriz de Riscos resultante da Reforma Tributária, sob pena de afronta à isonomia, competitividade e adequada formação de preços em contrato continuado de execução plurianual.

43. A promovente da licitação deverá incluir no Edital ou em seus Anexos cláusulas expressas respondendo os pontos a seguir:

a) A promovente da licitação considerou, na elaboração do Edital, os impactos da substituição de tributos pelo IBS e CBS previstos na Reforma Tributária? Caso positivo, quais premissas foram adotadas?

b) Para fins do IBS e da CBS, o "consórcio" será tratado como sujeito passivo/fornecedor na execução? E para faturamento do objeto, quais documentos fiscais e obrigações acessórias serão exigidos na fase de transição?

c) Como os licitantes interessados em participar devem estruturar suas propostas de preços diante do período de transição da Reforma Tributária, especialmente quanto à coexistência entre o regime atual e o novo modelo?

d) Como serão tratados, para fins de execução contratual, eventuais créditos tributários decorrentes do novo regime (IBS/CBS), especialmente no que se refere à não cumulatividade?

e) Em caso de mudanças na carga tributária efetiva durante a vigência do contrato, decorrentes da regulamentação da Reforma, a responsabilidade por eventuais ônus ou benefícios será atribuída à contratada? Ou haverá compartilhamento de riscos?

f) Considerando que o Edital deve prever mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual em decorrência de alterações tributárias oriundas da Reforma, em quais condições esse reequilíbrio poderá ser solicitado?

g) Qual a premissa de precificação adotada no valor estimado quanto a tributos e ao período de transição do exercício 2026?

h) A promovente da licitação reconhece expressamente a aplicabilidade do regime da Lei Complementar nº 214/2025, art. 373 e 374, para fins de promover ajustes de equilíbrio resultantes de alteração da carga tributária efetiva (para mais e para menos) durante a execução do contrato a ser celebrado?

44. Além da inserção da Matriz de Riscos da Reforma Tributária, a Minuta de Contrato deve refletir a alocação devidamente atualizada, incluindo cláusulas expressas de recomposição, nos termos dos quesitos acima.

VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS – VIOLAÇÃO A LEGISLAÇÃO FEDERAL

45. O item 6.2, c, do Edital estabelece vedação expressa à participação de "*empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras ou subsidiárias entre si(...).*"

AMESP
Fls.: 0198
Assinatura

46. Tal vedação é incompatível com o preceito legal previsto na Lei n°14.300/2022, que instituiu o marco legal da geração distribuída e Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). O art. 1º, X, da referida legislação defini expressamente "geração compartilhada" como:

> *"modalidade caracterizada pela reunião de consumidores, por meio de consórcio, cooperativa, condomínio civil voluntário ou edilício ou qualquer outra forma de associação civil, instituída para esse fim, composta por pessoas físicas ou jurídicas que possuam unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída, com atendimento de todas as unidades consumidoras pela mesma distribuidora".*

47. O próprio Edital menciona expressamente em seu objeto: "*credenciamento para contratação por meio de cessão onerosa do direito de uso da energia elétrica gerada em usinas solares fotovoltaicas conectadas à rede, na categoria micro e minigeração de energia elétrica"* e refere-se ao "Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE)" e à "geração compartilhada". Portanto, o objeto do Edital é exatamente aquele regulado pela Lei nº 14.300/2022, que expressamente prevê consórcio como modalidade permitida.

48. A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 15, admite, em regra, a participação de empresas em consórcio nas licitações, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório. O TCE-PR, em recente decisão cautelar (Despacho nº 603/25, Processo nº 676.691/24), suspendeu certame por vedação indevida de consórcios, destacando que:

> *"O impedimento da participação de consórcios de empresas em licitações públicas só é aceitável em casos excepcionais e devidamente justificados nos editais. (...) A opção não pode ser infundada, mas deve ser devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP)." (Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, TCE-PR)*

49. O art. 18 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que cabe à administração pública, na fase preparatória, decidir quanto à participação ou não de consórcio, devendo essa opção ser devidamente justificada. A vedação contida no item 6.2.c do Edital não apresenta qualquer justificativa técnica ou jurídica para a restrição parcial a consórcios entre empresas controladoras e subsidiárias.

50. A vedação a consórcios, ainda que parcial (entre controladoras e subsidiárias), viola a Lei nº 14.300/2022 e compromete o princípio da competitividade, pois reduz artificialmente o número de potenciais participantes, em afronta ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

51. Além disso, a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 1º, §2º, estabelece que "*a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.*" A vedação a consórcios viola este objetivo, pois impede que empresas se unam para oferecer soluções mais robustas e competitivas.

AMESP
FLS.: 0199
CEMIG
Assinatura

52. Por esta razão, o Edital e seus anexos devem ser retificados, com posterior republicação, excluindo qualquer proibição à participação em consórcios.

EDITAL APRESENTA EXIGÊNCIAS TÉCNICAS EXCESSIVAS, DESPROPORCIONAIS E DIVERGÊNCIA DE POTÊNCIA MÍNIMA

53. O Edital, em seus itens 2.5, 2.8 e 2.9, estabelece exigências técnicas que são excessivas, desproporcionais e restringem indevidamente a competitividade, conforme será exposto.

54. O item 2.5 do Edital exige potência mínima de 10 MWp (dez megawatt-pico) em condições de pronta e plena operação. Contudo, as minutas dos Anexos IV (Termo de Credenciamento) e V (Contrato de Serviços) estabelecem critério técnico divergente, exigindo potência instalada mínima somada sob controle ou gestão de apenas 1,4 MWp.

> **2.5.** Como critério de elegibilidade e porte técnico, a potência instalada mínima somada sob controle ou gestão da interessada deverá ser de 10 MWp (dez megawatt-pico) em condições de pronta e plena operação, restando expressamente admitido o somatório de múltiplas usinas de micro ou minigeração (planta compartilhada ou via SPE) para a composição deste limite mínimo, afastando a obrigatoriedade de detenção de planta única.

55. Essa contradição entre o Edital (10 MWp) e as Minutas (1,4 MWp) gera insegurança jurídica para os participantes, que não sabem qual critério será efetivamente aplicado. A divergência deve ser corrigida mediante padronização do requisito em um único instrumento.

56. O item 2.8.2 do Edital exige "Previsibilidade de desconto sobre a tarifa vigente" com "economia real de 25% sobre o valor da tarifa vigente no dia da cobrança". Esta exigência é muito específica e pode ser injustificada, pois diferentes usinas, em diferentes localizações, podem ter eficiências distintas e, portanto, capacidades diferentes de gerar economia.

> **2.8.2. Previsibilidade de Desconto sobre a tarifa vigente**: A solução deve reduzir a exposição dos municípios à volatilidade das bandeiras tarifárias, proporcionando maior redução dos custos e previsibilidade de desconto. A Credenciada deverá aderir integralmente à taxa de desconto fixa e padronizada em 25% (vinte e cinco por cento) sobre a tarifa cativa vigente estipulada pela AMESP, garantindo a redução nominal efetiva nas faturas.

57. O item 2.8.4 do Edital exige "Risco zero de investimento e operação", afirmando que "A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada."

AMESP
FLS.: 0200
CEMIG
Assinatura

2.8.4. Risco Zero de Investimento e Operação: A solução não deve exigir qualquer tipo de investimento de capital (CAPEX) ou despesa com operação e manutenção (O&M) por parte da Administração Pública. Todos os riscos associados à usina geradora (construção, operação, falhas, seguros) devem ser de integral responsabilidade da Credenciada.

58. Dessa forma é importante ressaltar a inviabilidade de execução do item 2.8.4, pois nenhuma atividade operacional pode ser executada com "risco zero". Toda atividade envolve riscos, que devem ser mitigados, mas não eliminados. O "risco zero" não é um conceito jurídico ou técnico reconhecido.

59. O item 2.9.3 do Edital exige "Usina em pronta operação" com "CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela CEMIG". Esta exigência pode excluir empresas que possuem usinas em desenvolvimento ou que ainda não completaram os trâmites de conexão com a distribuidora, reduzindo artificialmente o número de participantes.

2.9.3. Usina em Pronta Operação: A(s) usina(s) ofertada(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) estar em condições de pronta e plena operação no momento da assinatura do contrato. Isso implica que a usina já deve possuir a CUSD ou documento de conexão equivalente emitido pela concessionária/distribuidora local, estando apta a injetar energia na rede e gerar créditos imediatamente.

60. A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 5º, exige que os procedimentos licitatórios observem o princípio da competitividade e o princípio da razoabilidade. Exigências excessivas e desproporcionais violam estes princípios, reduzindo o número de potenciais participantes e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa.

61. Diante do exposto, impõe-se a retificação do Edital, com a revisão de suas exigências técnicas, a fim de adequá-las aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e isonomia, mediante: (i) o estabelecimento de requisitos compatíveis com o objeto licitado e proporcionais à sua complexidade; (ii) a admissão da participação de empresas que possuam usinas em fase de desenvolvimento, desde que comprovem capacidade técnica e operacional para disponibilização da solução em prazo compatível com a contratação; (iii) a substituição da exigência de economia fixa de 25% pela definição de faixas ou estimativas de desempenho, considerando as variáveis inerentes ao mercado e às condições de fornecimento; (iv) a supressão de exigências de cumprimento inviável ou incompatíveis com a natureza da atividade, tais como a imposição de garantia de "risco zero"; e (v) a harmonização dos requisitos relativos à potência mínima exigida, eliminando a divergência atualmente existente entre o Edital (10 MWp) e as minutas contratuais (1,4 MWp).

EDITAL FAZ EXIGÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE TODAS AS PARTES CONSORCIADAS – MEDIDA DESPROPORCIONAL

62. O Edital, em seus itens relativos à documentação de habilitação, exige que todas as participantes em consórcio apresentem documentação completa de habilitação (CNPJ, regularidade fiscal, atestados de capacidade técnica etc.), o que é desproporcional, não exigido pela Lei nº 14.300/2022, e contrário ao princípio da razoabilidade.

AMESP
FLS.: 0201
CEMIG
SIM
Assinatura

63. A Lei Federal nº 14.300/2022 contempla, na modalidade de "geração compartilhada" por consórcio, uma estrutura hierárquica clara: (i) uma Consorciada Líder, responsável pela administração, gestão da energia, compensação e contratos com a distribuidora; e (ii) Partes Consorciadas, que são participantes secundários cuja função é integrar a entidade, receber a energia para fins de compensação e realizar os pagamentos devidos por sua participação.

64. As obrigações da Consorciada Líder são fundamentalmente distintas das obrigações das demais Partes Consorciadas. A Consorciada Líder é a única responsável por todos os atos de administração, especialmente a gestão da energia para fins de compensação com o consumo.

65. Vejamos a situação jurídica da impugnante:

a) **está regularmente inscrita perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais-JUCEMG**, conforme Contrato de Consórcio anexo à presente petição.

b) **foi originalmente constituída por duas empresas**, quais sejam, Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. e Sim Geração Distribuída S.A.

c) a **Consorciada Líder é a Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.**,

> **CLÁUSULA TERCEIRA – LÍDER DO CONSÓRCIO**
>
> 3.1. **A CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.- CEMIG SIM**, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 04.881.791/0001-67 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31300016552, que é uma das Partes Consorciadas, **será a líder do Consórcio ("Líder") e desempenhará a função de administradora do Consórcio, sem direito a remuneração, por todo o prazo deste Contrato, não podendo ser destituída ou removida de sua função, a qualquer título, exceto se com sua prévia e expressa concordância.**
>
> 3.2. **A Líder terá amplos e gerais poderes de administração do Consórcio de consumidores de energia elétrica e da(s) Usina(s), perante terceiros em geral e entidades públicas e privadas, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, assinar contratos, instrumentos e outros documentos em geral.**

d) **a Consorciada Líder possui estas atribuições**, que lhe são exclusivas:

> **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA LÍDER**
>
> 4.1. **São obrigações, atribuições e responsabilidades da Líder, sem prejuízo de outras previstas em Lei e neste Contrato:**
>
> (i) **Exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades, negócios e operações do Consórcio de consumidores de energia elétrica, bem como representar o Consórcio de consumidores de energia elétrica perante terceiros ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;**
>
> (ii) **Contratar, em nome próprio ou do Consórcio de consumidores de energia elétrica, fornecedores e prestadores de serviços, negociar e assinar contratos, instrumentos, documentos, acordos, transações e/ou compromissos em geral, necessários ao fiel cumprimento do objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica;**
>
> (iii) Elaborar as demonstrações financeiras do Consórcio de consumidores de energia elétrica e manter os registros contábeis das suas operações;
>
> (iv) **Interagir com a Distribuidora local de energia elétrica, acompanhar e controlar a geração de energia, a quantidade de energia injetada na rede, os créditos de energia e os eventuais saldos, prestando contas às Partes Consorciadas periodicamente;**

e) **cada uma das demais Partes Consorciadas possui suas próprias obrigações, totalmente diferentes da Consorciada Líder**, também conforme Contrato de Consórcio registrado.

AMESP
FLS.: 0202
CÉSAIG
SIM
Assinatura

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONSORCIADAS

5.1. São obrigações, atribuições e responsabilidades das Partes Consorciadas, sem prejuízo de outras previstas em Lei e neste Contrato:

(i) Pagar pontualmente as contribuições mensais em favor do Consórcio de consumidores de energia elétrica, que lhe forem atribuídos conforme Proposta ou Termo de Adesão, nas datas de seus vencimentos;

(ii) Manter válidos e vigentes os poderes outorgados conforme Proposta ou Termo de Adesão até o seu desligamento do Consórcio de consumidores de energia elétrica;

(iii) Manter-se vinculadas ao Consórcio de consumidores de energia elétrica pelo Prazo de Vigência de Participação e suas eventuais prorrogações, conforme previsto em Proposta ou Termo de Adesão;

(iv) cumprir todas as obrigações que lhe forem atribuídas com base na Lei Federal nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022, e na Resolução Normativa ANEEL 482/2012, ou outra legislação que venha alterá-las ou substituí-las e/ou que sejam a elas atribuídas pela Distribuidora;

(v) manter, durante a execução do objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

(vi) cooperar para a viabilização da execução deste Contrato e da Proposta ou Termo de Adesão e do cumprimento das obrigações assumidas pelo Consórcio de consumidores de energia elétrica;

(vii) manter sigilo quanto às informações, documentos e desenhos compartilhados no âmbito do Consórcio de consumidores de energia elétrica, durante toda a sua vigência, podendo utilizar tais informações com a finalidade exclusiva de cumprir, fielmente, os objetivos do Consórcio de consumidores de energia elétrica, não as divulgando a quaisquer terceiros, exceto se mediante autorização, por escrito, da Líder ou no caso de exigência do Poder Público competente ou órgãos de controle em decorrência da regulamentação aplicável e, sempre que possível, mediante autorização prévia e por escrito da Líder;

(viii) manter seu Consumo de Referência nos valores inicialmente contratados, salvo se de outra forma autorizado pela Líder; e

(ix) Praticar todos os atos e prestar todas as informações que sejam solicitadas pela Líder para o bom, completo e tempestivo cumprimento das obrigações do Consórcio de consumidores de energia elétrica perante a Distribuidora local de energia elétrica, agências regulatórias, órgãos públicos, autarquias, fundações, companhias seguradoras, cartórios, entre outros terceiros, estritamente para a regular operação do Consórcio de consumidores de energia elétrica.

f) **o Anexo IV do Contrato de Constituição da impugnante apresenta uma enorme lista de consorciados integrantes**, todos participantes legalmente aptos conforme Lei Federal nº 14.300/2022.

66. Exigir documentação de habilitação de todas as Partes Consorciadas torna o procedimento impraticável e desproporcionalmente oneroso, pois: (i) um consórcio pode ser composto por dezenas ou centenas de pessoas jurídicas; (ii) exigir documentação de todas elas são operacionalmente impossíveis; (iii) viola o princípio da razoabilidade, pois a exigência não é proporcional aos riscos envolvidos.

67. Alternativamente, para garantir a lisura do procedimento, podem ser exigidos os documentos de habilitação em nome do próprio consórcio (que possui CNPJ próprio quando registrado na Junta Comercial) e em nome da Consorciada Líder, que é a responsável pelos atos de administração.

DUPLICIDADE DE INSTRUMENTOS – DA INCOERÊNCIA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE FORMALIZAÇÃO

68. Verifica-se incoerência na estrutura documental do Edital, que prevê, concomitantemente, o "Anexo IV – Minuta do Termo de Credenciamento" e o "Anexo V – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços", sem esclarecer a relação jurídica entre ambos. A manutenção de dois instrumentos contratuais distintos para regular o mesmo objeto compromete a clareza do certame e gera insegurança jurídica aos licitantes, tornando necessária a adequação e harmonização das disposições editalícias.

69. Tal situação revela incoerência jurídica e insegurança quanto ao regime aplicável, uma vez que o procedimento de credenciamento, conforme estruturado pela Lei nº

AMESP
FLS.: 0203
COMIG
SIM
Assinatura

14.133/2021, possui natureza distinta das contratações administrativas típicas decorrentes de processos competitivos.

70. Ambos os instrumentos repetem substancialmente as mesmas condições contratuais (desconto de 25%, vigência de 60 meses, exigência de ART e Visto CREA/CRT, pagamento por nota fiscal). A coexistência de dois instrumentos com conteúdo contratual equivalente, sem a devida delimitação clara de qual será efetivamente adotado, enseja dúvida objetiva quanto ao regime jurídico incidente, gerando insegurança para os interessados e potenciais credenciados.

71. O credenciamento caracteriza-se como procedimento auxiliar, no qual a Administração Pública convoca interessados que atendam aos requisitos previamente definidos, possibilitando sua habilitação para prestação de serviços, sem estabelecimento de competição direta ou exclusividade entre os credenciados. Nessa lógica, o vínculo firmado tende a ser formalizado por instrumento simples e específico, usualmente denominado termo de credenciamento, ajustado às peculiaridades desse regime.

72. A coexistência desses dois instrumentos no edital, sem a devida delimitação clara de qual será efetivamente adotado e qual prevalece em caso de contradição, compromete diretamente os princípios que regem as contratações públicas, especialmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o princípio da segurança jurídica e o princípio da clareza e objetividade.

73. Diante disso, a manutenção simultânea de minuta de contrato e termo de credenciamento, sem definição clara de prevalência ou compatibilização entre tais instrumentos, mostra-se inadequada e passível de nulidade. Impõe-se a retificação do edital, para que seja indicado de forma clara e inequívoca o instrumento de formalização aplicável ao credenciamento.

VEDAÇÃO A PROPOSTAS PARCIAIS – RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE

74. O Edital, em seu item 9.2, e as Minutas (Anexos IV e V) estabelecem: "*Não será permitida a submissão de propostas parciais dentro de um mesmo evento de demanda municipal*".

75. Esta vedação restringe indevidamente a competitividade, pois: (i) o Edital divide o credenciamento por municípios (itens), sendo que cada município tem demanda específica de energia; (ii) a vedação a propostas parciais significa que uma empresa não pode oferecer atender 50% da demanda do município, devendo atender 100% ou nada; (iii) isso reduz artificialmente o número de potenciais participantes, pois apenas empresas com capacidade de atender 100% da demanda podem participar.

76. A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, exige que os procedimentos licitatórios promovam a competitividade. Vedações injustificadas a propostas parciais violam este princípio fundamental.

77. Portanto, é necessário que o Edital seja retificado, permitindo expressamente a submissão de propostas parciais, desde que a empresa credenciada demonstre capacidade técnica e operacional para atender ao percentual de demanda que se propõe a fornecer.

AMESP
FLS: 0204
SIM
Assinatura

EDITAL E ANEXOS MENCIONAM CONTRATAÇÃO DE "EMPRESA" – EXPRESSÃO INADEQUADA CONFORME LEGISLAÇÃO FEDERAL

78. Verifica-se que, em diversos dispositivos do Edital e de seus anexos, os potenciais credenciados são identificados exclusivamente pela expressão **"empresa"**, terminologia que não se mostra compatível com o regime jurídico da geração compartilhada disciplinado pela Lei Federal nº 14.300/2022.

79. Com efeito, ao regulamentar o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a legislação federal adotou conceito amplo dos agentes que podem atuar na geração compartilhada, contemplando modalidades organizacionais que extrapolam a figura tradicional da sociedade empresária.

80. Nesse sentido, dispõe o art. 1º, inciso X, da Lei nº 14.300/2022:

> *"X - Geração compartilhada: modalidade caracterizada pela reunião de consumidores, por meio de consórcio, cooperativa, condomínio civil voluntário ou edilício ou qualquer outra forma de associação civil (...)."*

81. A própria legislação setorial, portanto, reconhece expressamente a legitimidade de estruturas jurídicas diversas, tais como consórcios, cooperativas, condomínios e associações civis, todas aptas ao desenvolvimento de projetos de geração distribuída, observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

82. Sob essa perspectiva, a utilização reiterada da expressão "empresa" ao longo do instrumento convocatório revela-se inadequada, por transmitir a equivocada impressão de que apenas sociedades empresárias poderiam participar do credenciamento, em potencial restrição ao universo de interessados admitidos pela legislação federal.

83. Ainda que não tenha sido essa a intenção da Administração, a redação atualmente adotada compromete a objetividade e a segurança jurídica do certame, na medida em que permite interpretações restritivas incompatíveis com os princípios da competitividade, da isonomia e da ampla participação dos agentes econômicos aptos à execução do objeto.

84. Em procedimentos de contratação pública, a terminologia empregada deve ser precisa e juridicamente abrangente, especialmente quando o próprio marco legal do setor contempla múltiplas formas de organização aptas ao exercício da atividade econômica envolvida.

85. Dessa forma, mostra-se necessária a revisão da redação do Edital e de seus anexos para substituição da expressão "empresa" por terminologia mais ampla e tecnicamente adequada, tais como "entidade", "pessoa jurídica" ou "agente apto ao credenciamento", de modo a assegurar plena consonância com a Lei nº 14.300/2022 e afastar qualquer interpretação restritiva acerca dos potenciais participantes do certame.

86. Assim, requer-se a retificação do Edital e de seus anexos para adequação da terminologia adotada, garantindo-se que todas as entidades legalmente autorizadas a atuar no âmbito da geração compartilhada possam participar do presente credenciamento em condições de igualdade.

AMESP
FLS.: 0205
Assinatura

EDITAL MENCIONANDO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO – NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO

87. O item 4.1 indica erroneamente que o objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para o "fornecimento de energia elétrica":

> **4.1.** A escolha pelo sistema de credenciamento, em detrimento de uma licitação tradicional por lote único ou por itens, fundamenta-se na natureza do fornecimento de energia elétrica fotovoltaicas de fonte renovável cujos objetivos de eficiência e economicidade buscados pela AMESP, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

88. A atividade "fornecimento de energia elétrica" é responsabilidade da distribuidora local de energia elétrica, concessionária do serviço público, que possui contrato de concessão assinado com a União.

89. Neste sentido, vejamos o instrumento jurídico mais recente assinado entre a Cemig Distribuição S.A. e a União, naquele ato representada pela Aneel-Agência Nacional de Energia Elétrica, disponível para consulta no endereço https://antigo.aneel.gov.br/documents/10184//15063058//Sexto+Termo+Aditivo.

90. O contrato de concessão indica expressamente que a contratada – distribuidora – é a responsável pela atividade de fornecimento de energia elétrica

91. Assim, a expressão "fornecimento de energia elétrica" presente neste Edital e Anexos está tecnicamente errada, devendo ser substituída por "disponibilização de energia ativa injetada por usina de microgeração ou minigeração distribuída para fins de compensação com o consumo".

92. Esta alteração é necessária para adequação à Lei Federal nº 14.300/2022:

> *Art. 1º Para fins e efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:*
>
> *(...)*
>
> *XIV - Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE): sistema no qual a energia ativa é injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída na rede da distribuidora local, cedida a título de empréstimo gratuito e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras participantes do sistema.*

93. O certame previsto deve ser adiado, visando a retificação do Edital e dos seus Anexos, retirando a expressão "fornecimento de energia elétrica" substituindo por "disponibilização de energia ativa injetada por usina de microgeração ou minigeração distribuída para fins de compensação com o consumo".

AMESP
FLS.: 0206
CEMIG
SIM
Assinatura

EXIGÊNCIA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL – ATIVIDADE DA IMPUGNANTE NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

94. A expressão "nota fiscal" está presente em diversos itens do Edital e minutas (Anexos IV e V). Respeitosamente, o correto seria constar "documento visando o pagamento, com destaque para tributos, caso aplicáveis", excluindo a expressão "nota fiscal".

95. Primeiro, porque a impugnante está devidamente registrada na Junta Comercial de Minas Gerais-JUCEMG e seu Contrato de Constituição possui o seguinte objeto:

> 2.1. O Consórcio de consumidores de energia elétrica, consistente na reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas consumidoras de energia elétrica, instituído para a geração de energia destinada a consumo próprio, com atendimento de todas as unidades consumidoras pela mesma distribuidora, atuará sob a denominação "**CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I**" e tem por objeto o aluguel ou arrendamento de uma ou mais Usina(s), conectadas diretamente na rede de distribuição para geração de energia elétrica, injeção da energia gerada na rede da distribuidora local ("Distribuidora") e compensação de seus créditos de energia com seu consumo, com base na colaboração recíproca a que se obrigam as Partes Consorciadas, na proporção de seus Direitos Econômicos no âmbito deste Consórcio.

96. Aluguel e arrendamento são duas formas juridicamente possíveis de alguém ter a posse de um bem para determinado uso – no presente caso, a impugnante aluga ou arrenda usinas solares, utilizando a energia gerada para compensação com o consumo, exatamente conforme a "geração compartilhada" mencionada na Lei Federal nº 14.300/2022.

97. Todas as despesas da impugnante (aluguéis de usina e custos operacionais) são objeto de um "rateio de despesas" realizado mensalmente entre todos os integrantes, também conforme Contrato registrado na JUCEMG.

> **CLÁUSULA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÕES DAS PARTES CONSORCIADAS**
>
> 7.1. Cada Parte Consorciada obriga-se a pagar, na proporção de seus Direitos Econômicos no Consórcio, as Contribuições Mensais, compostas de custos fixos ("Custos Fixos") e custos variáveis ("Custos Variáveis") do Consórcio de consumidores de energia elétrica, conforme Proposta ou Termo de Adesão.
>
> 7.1.1. Os Custos Fixos são aqueles essenciais para assegurar o funcionamento regular do Consórcio e da(s) Usina(s).
>
> 7.1.2. A Contribuição Variável é calculada em função da energia injetada e/ou compensada pelas Partes Consorciadas, de acordo com a fórmula prevista no Anexo II deste Contrato.

98. Essa atividade – colaboração recíproca, entre Partes Consorciadas, na forma de participação em comum – trata-se de um **rateio de despesas, sem natureza de prestação de serviço ou fornecimento de bens ou mercadorias**. Portanto, é uma hipótese de não incidência tributária.

99. A impugnante emite Nota de Débito, não emite "nota fiscal" com tributos, porque **a atividade "rateio de despesas" não é passível de retenção de impostos**.

100. Neste sentido, vejamos a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, disponível na internet (clique aqui), assim estabelece:

> *Art. 1º A retenção de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias, fundações, empresas públicas federais, sociedades de economia mista e demais entidades*

AMESP
FLS.: 0207
Assinatura

> *das quais a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), obedecerá ao disposto nesta Instrução Normativa. (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023)*
>
> *Art. 2º Os órgãos e entidades a que se refere o art. 1º ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.*

101. O texto é bastante claro – a retenção de tributos é somente sobre pagamentos por fornecimento de bens ou prestação de serviços, não por rateio de despesas. Com efeito, a atividade exercida pela impugnante em seu relacionamento com as demais Partes Consorciadas não se classifica como fornecimento de bens ou prestação de serviços, mas sim rateio de despesas.

102. Destacamos outro ponto importante sobre o assunto "nota fiscal". **O Tribunal de Contas da União-TCU iniciou o processo de Representação nº 005.710/2024-3**, determinando oitiva da Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, sobre a necessidade de manifestação sobre **indícios de irregularidades apontados em possível comercialização ilegal de créditos de energia elétrica no âmbito da micro e minigeração distribuída**.

103. O procedimento em referência pode ser consultado através do portal do TCU, link https://conecta-tcu.apps.tcu.gov.br/pagina-inicial-advogado-representante.

104. Em 13 de março de 2024 foi proferido Despacho pelo Senhor Ministro Antônio Anastasia, Relator da Representação, consubstanciado nos termos a seguir:



6. Ante o exposto, acolho as propostas da unidade técnica para:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do RITCU;

b) autorizar oitiva da Agência Nacional de Energia Elétrica, nos termos do art. 276, § 2º, do RITCU, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os indícios de irregularidades apontados na representação e **sobre a possibilidade de o Tribunal vir a deliberar acerca de aprimoramentos na fiscalização e regulação do tema, no sentido de determinar à Agência que**:

b.1) elabore, em prazo de 60 dias, plano de fiscalização para identificar e eventualmente sancionar, sem descurar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, os casos de descumprimento do art. 28, *caput*, da Lei 14.300/2022, e art. 655-M, § 5º, da REN Aneel 1.000/2021 (comercialização, ainda que indiretamente, de energia, créditos ou excedentes de energia elétrica provenientes de MMGD);

b.1.1) inclua no plano de fiscalização supramencionado ações que visem inibir o registro de novos empreendimentos irregulares até que a Agência implemente melhorias na regulamentação do assunto;

b.2) elabore, em prazo de 40 dias, plano de ação para regulamentar a matéria, em especial no tocante ao art. 28, *caput*, da Lei 14.300/2022, e art. 655-M, § 5º, da REN Aneel 1.000/2021, no sentido de coibir a comercialização, ainda que indiretamente, de energia, créditos ou excedentes de energia elétrica provenientes de MMGD;

b.2.1) inclua no plano de ação supramencionado ações quanto à situação dos empreendimentos já enquadrados como MMGD, devendo considerar estudos de impacto da correção de irregularidades nas autorizações já realizadas, ou a apresentação de justificativas para a manutenção das reduções já autorizadas considerando as consequências práticas que tal decisão possa acarretar (conforme o art. 20 LINDB);

c) autorizar à AudElétrica a realizar diligências e/ou inspeções que se façam necessárias para a coleta de informações necessárias para suprir omissões e lacunas de informações para a apuração na presente representação;

d) informar à Aneel que os itens b.1 a b.2.1 do presente despacho constituem em possíveis deliberações a serem eventualmente extraídas pelo Plenário do Tribunal e que, neste momento processual, são subsidiários a comentários dos peritos da Agência como forma de propiciar à entidade que participe da tomada de decisão.

7. À Seproc, para as comunicações processuais, encaminhando-se à Aneel cópias do presente despacho e da instrução à peça 12.

Brasília, 15 de março de 2024

(Assinado eletronicamente)

Antonio Anastasia
Relator

AMESP
FLS.: 0208
CREMIG
SIM
Assinatura

105. Tais determinações estão **direcionadas unicamente à Aneel, porém observa-se a necessidade de**:

a) elaborar plano de fiscalização para identificar e eventualmente sancionar casos de descumprimento do art. 28, caput, da Lei 14.300/2022, e art. 655-M, § 5º, da REN Aneel 1.000/2021 (comercialização, ainda que indiretamente, de energia, créditos ou excedentes de energia elétrica).

b) elaborar plano de ação para regulamentar a matéria, no sentido de coibir a comercialização, ainda que indiretamente, de energia, créditos ou excedentes de energia elétrica provenientes de MMGD;

106. Se o Tribunal de Contas da União abriu procedimento para coibir comercialização de energia (compra e venda), o Edital e seus anexos não podem estabelecer que os pagamentos serão por meio de "nota fiscal", documento tipicamente relacionado a venda de bens ou serviços.

PEDIDOS E REQUERIMENTOS

107. Diante do exposto, requer-se o recebimento, conhecimento e processamento da presente impugnação, por ser tempestiva, legítima e devidamente fundamentada.

108. Requer-se, preliminarmente, a concessão do efeito suspensivo à presente impugnação, nos termos do item 7 do Edital e dos princípios da legalidade, competitividade, isonomia, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, haja vista que os vícios apontados afetam diretamente a formulação das propostas e a participação dos potenciais participantes.

109. No mérito, requer-se, ainda, o integral **ACOLHIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO EM TODOS OS SEUS TERMOS, SENDO JULGADA PROCEDENTE**, para que sejam promovidas as necessárias correções do Edital e seus anexos, especialmente mediante:

a. a revisão da fundamentação jurídica e da modalidade de contratação adotada, com definição clara, coerente e juridicamente adequada do regime aplicável, acompanhada da devida justificativa técnica e econômica quanto à eventual inviabilidade de competição, ou, alternativamente, a adoção de procedimento licitatório competitivo;
b. a inclusão de matriz de alocação de riscos, contemplando expressamente os impactos decorrentes da Reforma Tributária, com definição objetiva das responsabilidades das partes, mecanismos de mitigação e cláusulas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, afastando-se a restrição indevida à revisibilidade contratual;
c. a inclusão de disposições claras acerca da incidência dos tributos IBS e CBS, disciplinando o período de transição, o aproveitamento de créditos tributários, os critérios de precificação e as hipóteses de reequilíbrio contratual;
d. a exclusão da vedação à participação de consórcios, com a consequente adequação das regras de habilitação e apresentação documental, em observância aos princípios da competitividade e da ampla participação;

AMESP
FLS.: 0209
CEMIG
SIM
Assinatura

e. a correção da divergência existente quanto à potência mínima exigida, promovendo a uniformização dos critérios previstos no Edital e nas minutas anexas;
f. a exclusão da vedação à apresentação de propostas parciais, permitindo a participação dos interessados em conformidade com sua efetiva capacidade técnica e operacional;
g. a revisão das exigências técnicas excessivas e desproporcionais, com a eliminação de requisitos inexequíveis ou incompatíveis com a realidade do mercado, a exemplo da exigência de ausência absoluta de riscos ("risco zero");
h. a adequação das disposições relativas à emissão de documentos fiscais à natureza jurídica da contratação pretendida, observadas as normas tributárias aplicáveis e o entendimento dos órgãos de controle;
i. a eliminação da duplicidade de instrumentos jurídicos prevista nos Anexos IV e V, com a definição inequívoca do instrumento de formalização aplicável ao credenciamento; e
j. a republicação do Edital, com a reabertura integral dos prazos para apresentação da documentação e demais atos do certame, garantindo-se a observância dos princípios da isonomia, da transparência, da segurança jurídica e da ampla competitividade.

98. Requer-se, ainda, que, sendo acolhido qualquer dos pedidos acima formulados e verificando-se impacto na formulação das propostas ou nas condições de participação dos licitantes, seja promovida a republicação do Edital e a reabertura integral dos prazos do certame, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

99. Subsidiariamente, caso não sejam acolhidos integralmente os pedidos formulados nesta impugnação, requer-se que a Administração apresente motivação técnica e jurídica específica para cada ponto impugnado, acompanhada dos estudos, pareceres e fundamentos que embasaram a manutenção das exigências questionadas.

100. Por fim, requer-se que todas as comunicações, intimações, esclarecimentos e decisões relativas à presente impugnação sejam encaminhadas aos endereços eletrônicos: rubens.soalheiro@cemigsim.com.br e juridico@cemigsim.com.br.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 23 de julho de 2026.

Assinatura Eletrônica
23/07/2026 14:44 (BRT)
BRy
073.***.***-38
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos

CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I
Por sua Consorciada Líder
CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos
Diretor Comercial

AMESP
FLS.: 0210
Assinatura

Documentos que acompanham esta impugnação:

1. Instrumento de constituição/representação do Consórcio CEMIG SIM GD I;
2. Documentos societários e de representação da CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.;
3. Documento de identificação e termo de posse do representante legal;

AMESP
FLS.: 0211
Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2682783501

2 e 1 NOME E SOBRENOME: RUBENS SOALHEIRO DE OLIVEIRA MATOS
1ª HABILITAÇÃO: 22/09/2008
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 26/07/1983, BELO HORIZONTE, MG
4a DATA EMISSÃO: 11/10/2023
4b VALIDADE: 11/10/2033
ACC
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: MB654905 SSP MG
4d CPF: 073.571.226-38
5 Nº REGISTRO: 04462534448
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
FILIAÇÃO: JOSE MARIA SOALHEIRO DE MATOS
MARIA HELENA OLIVEIRA MATOS
7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		11/10/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

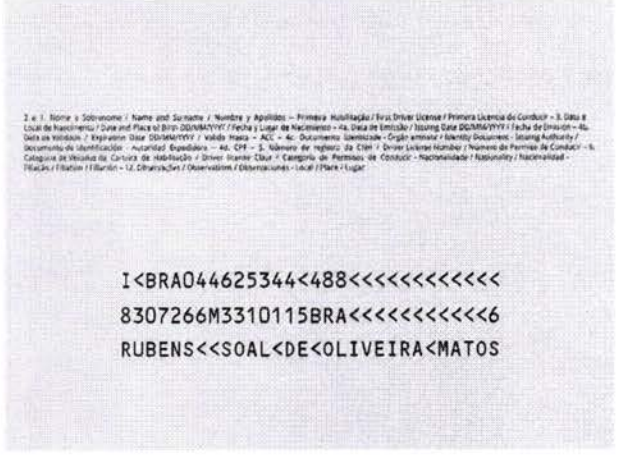
12 OBSERVAÇÕES: A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
58844058509
MG#69234243

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

2682783501

MINAS GERAIS



1 e 2. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Numero de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permiso de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA044625344<488<<<<<<<<<<<<
8307266M3310115BRA<<<<<<<<<<<6
RUBENS<<SOAL<DE<OLIVEIRA<MATOS

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Docusign Envelope ID: DD09FBE3-65D8-463C-88CF-D1505ED0C579

AMESP
FLS.: 0212
Assinatura

CEMIG SIM

TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM

Pelo presente instrumento, em 29-11-2024, tomou posse, para o cargo de Diretor Comercial da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig SIM, eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, para cumprir o mandato em curso de 2 (dois) anos, ou seja, até a primeira reunião do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária de 2026, Sr. **Rubens Soalheiro de Oliveira Matos**, brasileiro, casado, gestor público, portador do RG M8654905 e CPF 073.571.226-38, domiciliado na Rua Ulisses Marcondes Escobar, 205/301, Buritis, CEP 30575-110.

Assinado por:
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos
34B9504C1EB043C...
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos
Diretor Comercial

Classificação: Interno

AMESP
FLS.: 0213
Assinatura

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31300016552	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGN2469275105

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

BELO HORIZONTE
Local

6 DEZEMBRO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

AMESP
FLS: 0214
Assinatura

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/742.211-8	MGN2469275105	06/12/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
274.283.788-42	DENIS TEIXEIRA FERREIRA DIAS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

AMESP
FLS.: 0215
Assinatura

Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM
CNPJ 04.881.791/0001-67 – NIRE 31300016552

ATA DA 68ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, horário e local: 29 de novembro de 2024, às 9 horas, na sede da Companhia.

Presenças: Conselheiros Reynaldo Passanezi Filho (Presidente), Dimas Costa, Luis Cláudio Correa Villani, Leonardo George de Magalhães e Robson de Oliveira Carminati. Ausente justificadamente: Marco da Camino Ancona Lopez Soligo.

Mesa e instalação: Presidiu os trabalhos Reynaldo Passanezi Filho, que convidou a mim, Denis Teixeira Ferreira Dias, para secretariá-lo. Instalada a reunião, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a lavratura da ata na forma de sumário.

Deliberação: Dando sequência aos trabalhos, os Conselheiros, deliberaram, por unanimidade, o quanto segue:

1- Eleição membro da Diretoria Executiva – eleger, como Diretor Comercial, para cumprir o mandato em curso de 2 anos, ou seja, até primeira Reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2026, ou até que seu sucessor, devidamente eleito, seja empossado, o Sr. Rubens Soalheiro de Oliveira Matos, brasileiro, casado, gestor público, portador do RG M8654905 e CPF 073.571.226-38, domiciliado na Rua Ulisses Marcondes Escobar, 205/301, Buritis, CEP 30575-110.

O Diretor eleito declarou, antecipadamente, que não incorre em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil, que preenche os requisitos legais e não se enquadra em nenhuma das vedações descritas na Lei 6.404/1976, Lei 13.303/2016 e demais normas e regulamentações aplicáveis. Assumiu, ainda, o compromisso solene de conhecer, observar e acatar os princípios, valores éticos e normas estabelecidos no Código de Conduta Profissional e Declaração de Princípios Éticos da Cemig e no Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

Considerando a eleição acima, a Diretoria Executiva passa a ter a seguinte composição:

Iuri Araújo de Mendonça	Diretor-Presidente
Marley de Souza Lemos	Diretor de Operações
Pablo Rios	Diretor Financeiro e de Negócios
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos	Diretor Comercial

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

AMESP
FLS.: 0216
Assinatura

2. O Presidente registra a renúncia do Sr. Leonardo George de Magalhães do cargo de Conselheiro de Administração com efeitos a partir de 02.12.2024, nos termos da carta arquivada na Companhia. Os membros do Conselho de Administração manifestaram votos de agradecimento ao Sr. Leonardo pela sua atuação neste órgão colegiado.

Encerramento: Franqueada a palavra e como ninguém se manifestou, lavrou-se a ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, Secretário.

aa.) Reynaldo Passanezi Filho, Presidente do Conselho de Administração
Dimas Costa, Conselheiro de Administração
Luis Cláudio Correa Villani, Conselheiro de Administração
Leonardo George de Magalhães, Conselheiro de Administração
Robson de Oliveira Carminati, Conselheiro de Administração
Denis Teixeira Ferreira Dias, Secretário da Mesa

Confere com o original.

Denis Teixeira Ferreira Dias

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

SEMESP
FLS.: 0217
Assinatura

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/742.211-8	MGN2469275105	06/12/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
274.283.788-42	DENIS TEIXEIRA FERREIRA DIAS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

AMESP
FLS.: 0218
Assinatura

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, de NIRE 3130001655-2 e protocolado sob o número 24/742.211-8 em 06/12/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12163279, em 11/12/2024. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
274.283.788-42	DENIS TEIXEIRA FERREIRA DIAS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
274.283.788-42	DENIS TEIXEIRA FERREIRA DIAS

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
274.283.788-42	DENIS TEIXEIRA FERREIRA DIAS

Belo Horizonte. quarta-feira, 11 de dezembro de 2024

Documento assinado eletrônicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 11/12/2024, às 16:32 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/742.211-8.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

AMESP
Fls.: 0219
Assinatura

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quarta-feira, 11 de dezembro de 2024

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12163279 em 11/12/2024 da Empresa CEMIG SOLUCOES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM, Nire 31300016552 e protocolo 247422118 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 29/11/2024. Autenticação: E88664726895E8D386B0F24A53201BF92C4A4FDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/742.211-8 e o código de segurança b1ir Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

AMESP
FLS.: 0220
Assinatura

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I"
CNPJ 45.955.360/0001-85
NIRE 31500234375

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

A) **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.-CEMIG SIM**, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 04.881.791/0001-67 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31300016552, aqui representada na forma de seus atos constitutivos por seus representantes legais, Diretor-Presidente **IURI ARAÚJO DE MENDONÇA**, nascido em 02/05/1982, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 013.046.426-07, Identidade M7134754 SSP-MG, residente e domiciliado na Rua dos Canários, nº 815, Lagoa dos Ingleses / Alphaville, Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34018-130, e por seu Diretor **PABLO RIOS**, nascido em 25/08/1981, brasileiro, casado, economista, CPF nº 295.810.458-30, Identidade 17.493.006 SSP-SP, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Caldas, nº 340, apartamento 102, bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais CEP 30190-120, endereços eletrônicos, respectivamente iuri.mendonca@cemigsim.com.br e pablo.rios@cemigsim.com.br. (Consorciada Líder);

B) **SIM GERACAO DISTRIBUIDA S.A.-SIM GD**, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, andar 21 sala Diretoria, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 45.301.061/0001-27 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31300145140, aqui representada na forma de seus atos constitutivos, por seus representantes legais **TIAGO VILELA MENEZES**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 27/01/1978, portador da Cédula de Identidade RG nº M3770273, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, CPF nº 037.538.946-64, e **RICARDO LUIS MARTINS MOREIRA**, brasileiro, casado, economista, nascido em 19/05/1972, portador da Cédula de Identidade RG nº M-5630215, SSP/MG, CPF nº 841.929.416-00, ambos com endereço comercial na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, endereços eletrônicos, respectivamente tiago.vilela@cemigsim.com.br e ricardo.moreira@cemigsim.com.br. (Segunda Consorciada);

Consorciadas do Consórcio de Sociedades denominado CONSÓRCIO **CEMIG SIM GD I**, CNPJ n.º 45.955.360/0001-85, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE n.º 23/357.468-9, em 21/06/2023, com endereço na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte (MG), CEP: 30190-924, **RESOLVEM,** de comum acordo:

I – DA ALTERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

i) Nos termos da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Consorciada líder, **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A - CEMIG SIM**, realizada em 12 de junho de 2023, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 10559105, foram eleitos Diretores Executivos, em substituição do Sr. Danilo Gusmão Araújo e do Sr. João Paulo Dionísio Campos, respectivamente, para: Diretor-Presidente, cumulativa e interinamente com o cargo de Diretor: **(i) Iuri Araújo De Mendonça**, brasileiro, casado, administrador de empresas, Carteira de Identidade MG 7134754, SSP/MG, e CPF 013.046.426-07; e, para Diretor: **(ii) Pablo Rios**, brasileiro, casado, economista, Carteira de Identidade 17.493.006-9, SSP-SP, e CPF 295.810.458-30.

ii) Nos termos de Ata de Reunião do Conselho de Administração da Consorciada Líder, **CEMIG SOLUÇÕES CONSIDERANDO QUE** nos termos de Ata de Reunião do Conselho de Administração da Consorciada Líder, **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - Cemig SIM**, realizada em 01 de agosto de 2023, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 10752687, foi eleito **Marley De Souza Lemos**, brasileiro, casado, engenheiro metalurgista, Carteira de Identidade, M-3.776.520, SSP/MG, e CPF 664.545.146-68, para o cargo de Diretor sem designação específica, até então ocupado interinamente pelo Diretor-Presidente Iuri Araújo de Mendonça;

iii) Nos termos de Ata de Reunião do Conselho de Administração da Consorciada Líder, **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.- CEMIG SIM**, realizada em 29 de novembro de 2024, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 247422118, foi eleito **Rubens Soalheiro de Oliveira Matos**, brasileiro, casado, gestor público, portador do RG M8654905 e CPF 073.571.226-38, para o cargo de Diretor Comercial;

AMESP
FLS.: 0221
Assinatura

iv) Com base nas disposições acima, a Consorciada Líder informa que os representantes do Consórcio serão os seguintes: (i) **Iuri Araújo de Mendonça**, brasileiro, casado, nascido em 02/05/1982, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade MG-7134754, emitida pela SSP-MG, e inscrito no CPF sob o número 013.046.426-07; (ii) **Pablo Rios**, brasileiro, casado, nascido em 25/08/1981, economista, portador da Carteira de Identidade 17.493.006-9, emitida pela SSP-SP, e inscrito no CPF sob o número 295.810.458-30; (iii) **Marley de Souza Lemos**, brasileiro, casado, nascido em 06/06/1967, engenheiro metalurgista, portador da Carteira de Identidade M-3.776.520, emitida pela SSP-MG, e inscrito no CPF sob o número 664.545.146-68; e (iv) **Rubens Soalheiro de Oliveira Matos**, brasileiro, casado, nascido em 26/07/1983, gestor público, portador da Carteira de Identidade M8654905 emitida pela SSP-MG e inscrito no CPF sob o número 073.571.226-38, todos com endereço profissional na Avenida Barbacena n.º 1200, 21º andar, bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte (MG), CEP: 30-190-924.

II – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

Considerando a necessidade de atualização do Contrato de Constituição do Consórcio, por meio da inclusão das Cláusulas 3.3 e 3.4, que designam os representantes do Consórcio, ora Diretores Executivos da **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.- CEMIG SIM**, na qualidade de Consorciada Líder, **RESOLVEM** as partes proceder à consolidação do Contrato de Constituição do Consórcio, em conformidade com a Lei Federal nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022, com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/1976, e em estrita observância aos requisitos estabelecidos pela Instrução de Serviços JUCEMG/SG nº 02/2022, regendo-se pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

DOCUMENTO CONSOLIDADO

CONTRATO DE CONSÓRCIO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

"CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I"
CNPJ 45.955.360/0001-85
NIRE 31500234375

A) **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.- CEMIG SIM**, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 04.881.791/0001-67 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31300016552, aqui representada na forma de seus atos constitutivos por seus representantes legais, Diretor-Presidente **IURI ARAÚJO DE MENDONÇA**, nascido em 02/05/1982, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 013.046.426-07, Identidade M7134754 SSP-MG, Diretor Financeiro e de Negócios **PABLO RIOS**, nascido em 25/08/1981, brasileiro, casado, economista, CPF nº 295.810.458-30, Identidade 17.493.006 SSP-SP, Diretor de Operações **MARLEY DE SOUZA LEMOS**, brasileiro, casado, engenheiro metalurgista, Carteira de Identidade, M-3.776.520, SSP/MG, e CPF 664.545.146-68, e por seu Diretor Comercial **RUBENS SOALHEIRO DE OLIVEIRA MATOS**, brasileiro, casado, nascido em 26/07/1983, gestor público, portador da Carteira de Identidade M8654905 emitida pela SSP-MG e inscrito no CPF sob o número 073.571.226-38, todos com endereço comercial situado na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, endereços eletrônicos, respectivamente iuri.mendonca@cemigsim.com.br, pablo.rios@cemigsim.com.br,marley.lemos@cemigsim.com.br e rubens.soalheiro@cemigsim.com.br (Consorciada Líder);

B) **SIM GERACAO DISTRIBUIDA S.A.-SIM GD**, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, andar 21 sala Diretoria, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 45.301.061/0001-27 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31300145140, aqui representada na forma de seus atos constitutivos, por seus representantes legais **TIAGO VILELA MENEZES**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 27/01/1978, portador da Cédula de Identidade RG nº M3770273, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, CPF nº 037.538.946-64, e **RICARDO LUIS MARTINS MOREIRA**, brasileiro, casado, economista, nascido em 19/05/1972, portador da Cédula de Identidade RG nº M-5630215, SSP/MG, CPF nº 841.929.416-00, ambos com endereço comercial na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, endereços eletrônicos, respectivamente tiago.vilela@cemigsim.com.br e ricardo.moreira@cemigsim.com.br. (Segunda Consorciada);

DEMAIS PARTES CONSORCIADAS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO E QUALIFICADAS NOS TERMOS DO ANEXO V;

Neste ato denominadas, em conjunto, "Partes Consorciadas" ou "Partes" e, isoladamente, "Parte Consorciada" ou "Parte").

AMESP
FLS.: 0222
Assinatura

RESOLVEM celebrar **CONTRATO DE CONSÓRCIO** ("Contrato"), nos termos da Lei Federal nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022, dos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/1976, atendendo aos requisitos da Instrução de Serviços JUCEMG/SG nº 02/2022, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES, INTERPRETAÇÃO E DOCUMENTOS INTEGRANTES

1.1. As palavras, expressões e abreviações com as letras iniciais maiúsculas, não definidas em outras partes deste Contrato, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a elas no Anexo I.

1.2. Os anexos abaixo integram este Contrato para todos os devidos fins de direito:

- Anexo I - Definições e Termos;
- Anexo II – Contribuições Mensais;
- Anexo III – Proposta ou Termo de Adesão;
- Anexo IV – Consorciadas Integrantes

1.3. Em caso de divergência entre as disposições deste Contrato e de seus Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato:

CLÁUSULA SEGUNDA – DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

2.1. O Consórcio de consumidores de energia elétrica, consistente na reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas consumidoras de energia elétrica, instituído para a geração de energia destinada a consumo próprio, com atendimento de todas as unidades consumidoras pela mesma distribuidora, atuará sob a denominação "**CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I**" e tem por objeto o aluguel ou arrendamento de uma ou mais Usina(s), conectadas diretamente na rede de distribuição para geração de energia elétrica, injeção da energia gerada na rede da distribuidora local ("Distribuidora") e compensação de seus créditos de energia com seu consumo, com base na colaboração recíproca a que se obrigam as Partes Consorciadas, na proporção de seus Direitos Econômicos no âmbito deste Consórcio.

2.1.1. O Consórcio será responsável pela administração e exploração da(s) Usina(s), na forma do presente Contrato e dos demais instrumentos a serem firmados pelo Consórcio.

2.1.2. As Partes Consorciadas terão acesso aos benefícios do SCEE diretamente na sua conta de energia emitida pela Distribuidora, mediante disponibilidade de capacidade de geração da(s) Usina(s) em posse do Consórcio. Assim, a energia gerada pela(s) Usina(s) e injetada na rede da Distribuidora será efetivamente consumida pelas Partes Consorciadas nas suas unidades consumidoras ("Unidades Consumidoras").

2.1.3. Para a consecução de seu objeto, o Consórcio poderá:

a) investir, construir, alugar ou receber em comodato Usina(s) de micro ou minigeração de energia renovável;

b) firmar contratos, acordos, ajustes e convênios, com entidades públicas e privadas, do País e do exterior, desde que as atividades por elas desenvolvidas estejam alinhadas com a finalidade do Consórcio;

2.1.4. O aproveitamento do SCEE ocorrerá da seguinte forma:

a) geração de energia e sua injeção no sistema de distribuição por meio da(s) Usina(s);

b) compensação entre a energia injetada no sistema com o resultado da soma do consumo da(s) própria(s) Usina(s) e com o consumo de cada uma das Partes Consorciadas, limitado à sua proporção nos Direitos Econômicos deste Consórcio.

2.1.5. Cada Parte Consorciada terá direito à compensação máxima, considerando seu consumo de energia, proporcional à sua participação nos Direitos Econômicos deste Consórcio. Dessa forma, se em determinado mês a Parte Consorciada consumir menos energia do que lhe garante sua participação, o excedente se acumulará para ser utilizado em até 60 (sessenta) meses, conforme estabelecido na Lei n. 14.300 de 06 de janeiro de 2022, e na Resolução Normativa n.º 482/2012; por outro lado, se, em determinado mês, a Parte Consorciada consumir mais do que a sua

AMESP
FLS.: 0223
Assinatura

participação, poderá compensar apenas até o limite máximo estabelecido pela sua participação, acrescidos de eventuais créditos acumulados dos anteriores 60 (sessenta) dias, independentemente do consumo das demais Partes Consorciadas.

2.2. O Consórcio de consumidores de energia elétrica terá sede na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e seu prazo de duração é de 25 anos, contados da data de sua constituição, podendo ser prorrogado, a critério da Líder.

CLÁUSULA TERCEIRA – LÍDER DO CONSÓRCIO

3.1. A **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.- CEMIG SIM**, com sede na Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 04.881.791/0001-67 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31300016552, que é uma das Partes Consorciadas, será a líder do Consórcio ("Líder") e desempenhará a função de administradora do Consórcio, sem direito a remuneração, por todo o prazo deste Contrato, não podendo ser destituída ou removida de sua função, a qualquer título, exceto se com sua prévia e expressa concordância.

3.2. A Líder terá amplos e gerais poderes de administração do Consórcio de consumidores de energia elétrica e da(s) Usina(s), perante terceiros em geral e entidades públicas e privadas, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, assinar contratos, instrumentos e outros documentos em geral.

3.3. A Líder designa como seus representantes no Consórcio e perante terceiros os Diretores da **CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A. - CEMIG SIM**, que estiverem no exercício de seus respectivos cargos e funções, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. São eles: **(i) Iuri Araújo de Mendonça**, brasileiro, casado, nascido em 02/05/1982, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade MG-7134754, emitida pela SSP-MG, e inscrito no CPF sob o número 013.046.426-07; **(ii) Pablo Rios**, brasileiro, casado, nascido em 25/08/1981, economista, portador da Carteira de Identidade 17.493.006-9, emitida pela SSP-SP, e inscrito no CPF sob o número 295.810.458-30; **(iii) Marley de Souza Lemos**, brasileiro, casado, nascido em 06/06/1967, engenheiro metalurgista, portador da Carteira de Identidade M-3.776.520, emitida pela SSP-MG, e inscrito no CPF sob o número 664.545.146-68; e **(iv) Rubens Soalheiro de Oliveira Matos**, brasileiro, casado, nascido em 26/07/1983, gestor público, portador da Carteira de Identidade M8654905 emitida pela SSP-MG e inscrito no CPF sob o número 073.571.226-38, todos com endereço profissional na Avenida Barbacena n.º 1200, 21º andar, bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte (MG), CEP: 30190-924.

3.4. A Líder poderá substituir os Diretores a qualquer tempo, mediante comunicação prévia enviada às demais Consorciadas, por endereço ou e-mail, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da substituição.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA LÍDER

4.1. São obrigações, atribuições e responsabilidades da Líder, sem prejuízo de outras previstas em Lei e neste Contrato:

(i) Exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades, negócios e operações do Consórcio de consumidores de energia elétrica, bem como representar o Consórcio de consumidores de energia elétrica perante terceiros ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

(ii) Contratar, em nome próprio ou do Consórcio de consumidores de energia elétrica, fornecedores e prestadores de serviços, negociar e assinar contratos, instrumentos, documentos, acordos, transações e/ou compromissos em geral, necessários ao fiel cumprimento do objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica;

(iii) Elaborar as demonstrações financeiras do Consórcio de consumidores de energia elétrica e manter os registros contábeis das suas operações;

(iv) Interagir com a Distribuidora local de energia elétrica, acompanhar e controlar a geração de energia, a quantidade de energia injetada na rede, os créditos de energia e os eventuais saldos, prestando contas às Partes Consorciadas periodicamente;

AMESP
FLS.: 0224
Assinatura

(v) Alterar este Contrato de consumidores de energia elétrica, sempre que necessário, para revisá-lo e adequá-lo às normas regulatórias, contábeis, tributárias e societárias, dentre outras;

(vi) Admitir, suspender ou excluir as Partes Consorciadas do Consórcio de consumidores de energia elétrica, nas hipóteses previstas neste Contrato; e

(vii) Resolver os casos omissos deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONSORCIADAS

5.1. São obrigações, atribuições e responsabilidades das Partes Consorciadas, sem prejuízo de outras previstas em Lei e neste Contrato:

(i) Pagar pontualmente as contribuições mensais em favor do Consórcio de consumidores de energia elétrica, que lhe forem atribuídos conforme Proposta ou Termo de Adesão, nas datas de seus vencimentos;

(ii) Manter válidos e vigentes os poderes outorgados conforme Proposta ou Termo de Adesão até o seu desligamento do Consórcio de consumidores de energia elétrica;

(iii) Manter-se vinculadas ao Consórcio de consumidores de energia elétrica pelo Prazo de Vigência de Participação e suas eventuais prorrogações, conforme previsto em Proposta ou Termo de Adesão;

(iv) cumprir todas as obrigações que lhe forem atribuídas com base na Lei Federal nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022, e na Resolução Normativa ANEEL 482/2012, ou outra legislação que venha alterá-las ou substituí-las e/ou que sejam a elas atribuídas pela Distribuidora;

(v) manter, durante a execução do objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

(vi) cooperar para a viabilização da execução deste Contrato e da Proposta ou Termo de Adesão e do cumprimento das obrigações assumidas pelo Consórcio de consumidores de energia elétrica;

(vii) manter sigilo quanto às informações, documentos e desenhos compartilhados no âmbito do Consórcio de consumidores de energia elétrica, durante toda a sua vigência, podendo utilizar tais informações com a finalidade exclusiva de cumprir, fielmente, os objetivos do Consórcio de consumidores de energia elétrica, não as divulgando a quaisquer terceiros, exceto se mediante autorização, por escrito, da Líder ou no caso de exigência do Poder Público competente ou órgãos de controle em decorrência da regulamentação aplicável e, sempre que possível, mediante autorização prévia e por escrito da Líder;

(viii) manter seu Consumo de Referência nos valores inicialmente contratados, salvo se de outra forma autorizado pela Líder; e

(ix) Praticar todos os atos e prestar todas as informações que sejam solicitadas pela Líder para o bom, completo e tempestivo cumprimento das obrigações do Consórcio de consumidores de energia elétrica perante a Distribuidora local de energia elétrica, agências regulatórias, órgãos públicos, autarquias, fundações, companhias seguradoras, cartórios, entre outros terceiros, estritamente para a regular operação do Consórcio de consumidores de energia elétrica.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS

6.1. Os Direitos Econômicos das Partes Consorciadas no Consórcio será definida por estas e na proporção estabelecida conforme Proposta ou Termo de Adesão, a ser firmado individualmente com cada Parte Consorciada, substancialmente na forma da minuta constante do Anexo III.

6.1.1. Os Direitos Econômicos das Partes Consorciadas poderão variar de tempos em tempos, conforme controles que serão mantidos e atualizados pela Líder e informados à Distribuidora local de energia elétrica, visando compatibilizar os Direitos Econômicos com a razão entre Consumo de Referência de cada Parte Consorciada e a capacidade de geração contratada pelo Consórcio.

6.2. As Partes Consorciadas não poderão alterar seus percentuais de Direitos Econômicos sem prévia e expressa autorização da Líder.

AMESP
FLS.: 0225
Assinatura

6.3. Os Direitos Políticos das Partes Consorciadas no Consórcio de consumidores de energia elétrica serão os seguintes:

DIREITOS POLÍTICOS	
Nome	Percentual
Líder-Cemig SIM	80% (oitenta por cento)
Demais Partes Consorciadas	20% (vinte por cento), na proporção de seus respectivos Direitos Econômicos
Total	100% (cem por cento)

CLÁUSULA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÕES DAS PARTES CONSORCIADAS

7.1. Cada Parte Consorciada obriga-se a pagar, na proporção de seus Direitos Econômicos no Consórcio, as Contribuições Mensais, compostas de custos fixos ("Custos Fixos") e custos variáveis ("Custos Variáveis") do Consórcio de consumidores de energia elétrica, conforme Proposta ou Termo de Adesão.

7.1.1. Os Custos Fixos são aqueles essenciais para assegurar o funcionamento regular do Consórcio e da(s) Usina(s).

7.1.2. A Contribuição Variável é calculada em função da energia injetada e/ou compensada pelas Partes Consorciadas, de acordo com a fórmula prevista no Anexo II deste Contrato.

7.1.3. Os custos serão reajustados, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") ou outro índice que vier a substituí-lo.

7.1.4. Os Custos Variáveis serão calculados de acordo com as regras fixadas no Anexo II deste Contrato.

7.2. As Contribuições Mensais serão cobradas pela Líder, ou por terceiro contratado ou indicado pela Líder, podendo, mediante acordo entre a Parte Consorciada e a Líder, ser a própria Distribuidora local de energia elétrica. A periodicidade de pagamento é mensal, podendo ser alterada a critério da Líder, desde que seja permitida outra periodicidade, conforme legislação em vigor, mediante envio de nota de débito ou outro instrumento eletrônico apropriado.

7.3. O descumprimento da obrigação das Partes Consorciadas de pagarem as Contribuições Mensais no prazo de seus vencimentos, sujeitará a Parte Consorciada inadimplente ao pagamento do valor em atraso acrescido de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre os valores inadimplidos, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata die*, pelo período compreendido entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento, bem como correção monetária, calculada pro rata die, pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") da Fundação Getúlio Vargas ("FGV") ou outro índice que vier a substituí-lo, contados desde a data do vencimento da obrigação até que ocorra seu integral cumprimento, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas.

7.4. Caso o não pagamento da Contribuição Mensal perdure por mais de 15 (quinze) dias corridos, além dos encargos moratórios previstos acima, o Consórcio de consumidores de energia elétrica poderá aplicar outras penalidades, como a) incluir a Parte Consorciada no cadastro dos órgãos de proteção de crédito, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias à Parte Consorciada; b) suspender a injeção de energia elétrica para a Parte Consorciada em mora até o cumprimento da obrigação inadimplida; c) excluir a Parte Consorciada em mora do Consórcio, caso a suspensão ultrapasse o prazo de 60 (sessenta) dias, com sua participação podendo ser transferida à Líder ou a quem indicar, sem que sejam devidos à Parte Consorciada inadimplente haveres, Créditos para Compensação Futura ou qualquer valor permanecendo obrigada a pagar ao Consórcio de consumidores de energia elétrica os valores e multas previstos no Contrato de Consórcio; d) aplicar demais penalidades previstas no Contrato, na Proposta ou Termo de Adesão ou na legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – CONTABILIZAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. A escrituração do Consórcio de consumidores de energia elétrica deverá observar os preceitos da legislação em vigor, incluindo as normas legais e as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor, cabendo à Líder a elaboração das demonstrações financeiras do Consórcio de consumidores de energia

AMESP
FLS.: 0226
Assinatura

elétrica e a manutenção do registro contábil das operações do Consórcio de consumidores de energia elétrica em escrituração segregada na sua contabilidade.

8.2. O exercício social do Consórcio de consumidores de energia elétrica coincidirá com o ano civil.

8.3. Tendo em vista o objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica e seu funcionamento, as Partes Consorciadas desde logo reconhecem e concordam que o Consórcio de consumidores de energia elétrica não distribuirá qualquer lucro, rendimento, dividendo, juros, haveres ou recursos financeiros às Partes Consorciadas durante todo o prazo de sua vigência.

CLÁUSULA NONA – INGRESSO DE PARTES CONSORCIADAS E ALTERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

9.1. A Líder, a qualquer tempo e independentemente da anuência das demais Partes Consorciadas, poderá admitir, isoladamente, o ingresso de novas Partes Consorciadas no Consórcio de consumidores de energia elétrica, por meio de inscrição e assinatura da Proposta ou do Termo de Adesão ao Consórcio de consumidores de energia elétrica, cuja lavratura e registro poderá ser formalizado por meio de livro próprio regularmente registrado na Junta Comercial competente ("Livro de Registro") estando as Partes Consorciadas ingressantes integralmente aderidas ao disposto neste Contrato e suas alterações posteriores. Na ausência de Livro de Registro, o ingresso de novas Partes Consorciadas no Consórcio de consumidores de energia elétrica poderá ocorrer por meio de alterações do Contrato de Consórcio.

9.2. Independente da forma de admissão adotada pela Líder, as Partes Consorciadas ingressantes celebrarão seus respectivos Propostas ou Termos de Adesão ao Contrato de Consórcio, substancialmente na forma da minuta constante do Anexo III, declarando consentimento ao tratamento e transferência de dados pessoais, dentro dos limites previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), o qual ficará arquivado na sede do Consórcio de consumidores de energia elétrica.

9.3. O desligamento, a saída e a exclusão de Partes Consorciadas, seguindo os moldes de admissão acima descritos, também poderão se dar por meio de baixa e assinatura no Livro de Registro, ou ainda, por meio de alterações do Contrato de Consórcio.

9.4. Toda e qualquer Parte Consorciada, quando do ingresso no Consórcio de consumidores de energia elétrica, outorga à Líder poderes conforme previsto na Proposta ou no Termo de Adesão e com validade até o seu desligamento, exclusivamente para os fins de administração do Consórcio de consumidores de energia elétrica, não existindo qualquer possibilidade de interpretação extensiva, ou utilização para finalidades diversas:

(i) representar a Parte Consorciada outorgante em todo e qualquer assunto relacionado diretamente, ao Consórcio de consumidores de energia elétrica, incluindo poderes para representação em juízo ou fora dele, receber citações, intimações e notificações provenientes de qualquer processo judicial e/ou administrativo relacionado ao Consórcio de consumidores de energia elétrica e/ou a(s) Usina(s) e/ou a sua condição de Parte Consorciada;

(ii) assinar alterações do Contrato de Consórcio e outros documentos para formalizar (i) o ingresso, desligamento, saída e exclusão de Partes Consorciadas, incluindo o ingresso e a exclusão da própria Parte Consorciada (ii) a transferência de participações no Consórcio de consumidores de energia elétrica, (iii) a dissolução, liquidação e extinção do Consórcio de consumidores de energia elétrica; (iv) adequações necessárias em função de legislação e normas regulatórias aplicáveis; e (v) alterações dos Direitos Econômicos das partes consorciadas e o percentual da energia destinado às Unidades Consumidoras, quando estas forem admitidas;

(iii) representar a Parte Consorciada outorgante perante a Distribuidora local de energia elétrica de energia elétrica, agências regulatórias, órgãos públicos, autarquias, fundações, companhias seguradoras, cartórios, entre outros terceiros, exclusivamente para assegurar o funcionamento regular da(s) Usina(s) e do Consórcio de consumidores de energia elétrica;

(iv) alterar o Contrato de Consórcio sempre que necessário para o adequar à legislação e normas regulatórias aplicáveis;

(v) assinatura de quaisquer documentos que sejam exigidos para que o Consórcio preencha as condições necessárias para viabilizar o funcionamento da(s) Usina(s), desde que não implique na assunção de dívidas ou quaisquer outras obrigações de cunho pecuniário exclusivamente à Parte Consorciada;

AMESP
FLS.: 0227
Assinatura

(vi) alterar, de tempos em tempos, os Direitos Econômicos das partes consorciadas e o percentual da energia destinado às Unidades Consumidoras;

(vii) praticar os demais atos de competência da Líder nos termos do Contrato de Consórcio e do mandato outorgado, incluindo, mas não se limitando, aos atos necessários para firmar acordos, transigir e renunciar a direitos exclusivamente para assegurar o funcionamento regular da(s) Usina(s) e do Consórcio;

(viii) substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui conferidos.

(ix) promover as adequações que se fizerem necessárias em função de alterações realizadas pelas autoridades competentes nas legislação e normas regulatórias aplicáveis ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica ou na legislação tributária aplicável que importem na criação, alteração, suspensão ou extinção de tributos, alteração de alíquotas, alteração da base de cálculo ou mudança do tratamento tributário relativo ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica, com comprovada repercussão na formação da Contribuição Mensal, resultando em sua majoração ou redução automática, mediante envio de notificação pela Líder à Parte Consorciada, sem que seja necessária a celebração de um aditamento a este Contrato ou na Proposta ou no Termo de Adesão;

CLÁUSULA DÉCIMA – SOLIDARIEDADE E PRAZO DE VIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO

10.1. Observado o disposto na Lei Federal nº 14.300, de 06 de janeiro de 2022, na Lei Federal nº 6.404/1976 e na Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, conforme alterada, não haverá solidariedade entre as Partes Consorciadas, ativa ou passiva, no Consórcio de consumidores de energia elétrica.

10.2. As Partes Consorciadas obrigam-se a permanecer no Consórcio de consumidores de energia elétrica pelo Prazo de Vigência de Participação previsto na Proposta ou no Termo de Adesão celebrado com cada Parte Consorciada, o qual será prorrogado automaticamente por igual período ou por outro período que as Partes contratarem de comum acordo. Caso não haja interesse na prorrogação do Prazo de Vigência de Participação, a Parte Consorciada ou a Líder deverá comunicar a outra Parte, conforme aplicável, de seu interesse de não prorrogar o Prazo de Vigência de Participação, com a antecedência mínima definida na Proposta ou no Termo de Adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – TRANSFERÊNCIA E ONERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES

11.1. As Partes Consorciadas declaram e reconhecem que suas participações no Consórcio de consumidores de energia elétrica não têm valor pecuniário, financeiro ou econômico, servindo apenas como instrumento para viabilizar, nos termos da regulamentação aplicável, ao SCEE.

11.2. Em razão do disposto no Item 11.1 acima, as participações das Partes Consorciadas no Consórcio de consumidores de energia elétrica não poderão ser oneradas, vendidas, cedidas ou negociadas, direta ou indiretamente, com terceiros e entre as Partes Consorciadas, sendo que toda e qualquer alienação, cessão, transferência ou oneração de participação no Consórcio de consumidores de energia elétrica em desacordo com as disposições deste Contrato será considerada nula e inoperante de pleno direito, não produzindo efeitos perante o Consórcio de consumidores de energia elétrica, as Partes Consorciadas e terceiros em geral.

11.3. Respeitado o Prazo de Vigência de Participação e suas eventuais prorrogações, as participações das Partes Consorciadas no Consórcio somente poderão ser transferidas à Líder ou para quem a Líder indicar, sem o pagamento de preço ou qualquer contraprestação, ressalvadas as obrigações das Partes Consorciadas perante o Consórcio de consumidores de energia elétrica, cuja origem ou fato gerador sejam anteriores à efetivação da transferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E EXCLUSÃO DE PARTES CONSORCIADAS

12.1. Caso, após o Prazo de Vigência de Participação, a Parte Consorciada opte por se desligar, deverá notificar o Consórcio de consumidores de energia elétrica quanto a seu pedido, através dos canais de

AMESP
FLS.: 0228
Assinatura

atendimento disponíveis, com confirmação de envio e recebimento, respeitando o prazo de denúncia e as demais cláusulas e condições da Proposta ou Termo de Adesão firmado.

12.2. A Parte Consorciada que não respeitar o prazo de denúncia ou as cláusulas e condições indicadas na Proposta ou no Termo de Adesão ficará sujeita à aplicação, a exclusivo critério da Líder, de multa não compensatória indicada na Proposta ou no Termo de Adesão. Durante o cumprimento do prazo de denúncia, a Parte Consorciada continuará responsável pelo pagamento de suas Contribuições Mensais e usufruindo de todos os direitos e obrigações atribuídos às Partes Consorciadas.

12.3. Tendo em vista a natureza do Consórcio de consumidores de energia elétrica, as Partes Consorciadas se declaram cientes de que poderão ser excluídas, a qualquer tempo, por deliberação da Consorciada Líder, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento do disposto no presente Contrato, na Proposta ou Termo de Adesão, ou na legislação aplicável;

b) revogação dos poderes descritos conforme Proposta ou Termo de Adesão;

c) apresentação, pela Parte Consorciada, de pedido de recuperação judicial, extrajudicial, falência, ou insolvência, ou caso a Parte Consorciada tenha contra ela iniciado processo de falência ou insolvência;

d) prática de atos que gerem danos ao Consórcio de consumidores de energia elétrica; e

e) prática de fraude ou ações vedadas no âmbito da Lei Federal nº 12.846/2013.

f) alterações legislativas tributárias realizadas pelas autoridades competentes nas legislação e normas regulatórias aplicáveis ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica ou na legislação tributária aplicável que importem na criação, alteração, suspensão ou extinção de tributos, alteração de alíquotas, alteração da base de cálculo ou mudança do tratamento tributário relativo ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica, com comprovada repercussão na formação da Contribuição Mensal, resultando em sua majoração ou redução automática, sem aplicação de multas, penalidades ou responsabilização por perdas e danos, ao Consórcio de consumidores de energia elétrica ou à Parte Consorciada pela exclusão nesta hipótese.

12.4. Diante de recuperação judicial, falência ou insolvência de qualquer Parte Consorciada, o Consórcio de consumidores de energia elétrica subsistirá com as demais Partes Consorciadas, podendo a Líder, a seu exclusivo critério, excluir a Parte Consorciada do Consórcio de consumidores de energia elétrica, não tendo a Parte Consorciada excluída o direito de receber haveres, novos Créditos para Compensação Futura ou qualquer valor, independentemente do adimplemento.

12.5. Ocorrendo a exclusão de Parte Consorciada, esta obriga-se a manter o Consórcio de consumidores de energia elétrica e as demais Partes Consorciadas isentas de quaisquer custos, despesas, obrigações e responsabilidades diretamente relacionadas com a exclusão ou o inadimplemento da Parte Consorciada, a partir da data de sua ocorrência, inclusive perante a distribuidora e terceiros, responsabilizando-se a Parte Consorciada inadimplente pelo pagamento dos custos, despesas e prejuízos incorridos pelo Consórcio de consumidores de energia elétrica e pelas demais Partes Consorciadas em função da exclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1. A Parte Consorciada que deixar de cumprir quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, no seu devido tempo, será considerada em mora ("Parte Consorciada em Mora").

13.2. A Parte Consorciada em Mora deverá sanar sua obrigação (i) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, em caso de falta de pagamento, contados do vencimento da obrigação; ou (ii) 30 (trinta) dias, nas demais obrigações, contados do recebimento pela Parte Consorciada em Mora de notificação enviada pela Líder exigindo o cumprimento da obrigação inadimplida.

13.3. A Parte Consorciada em Mora que não sanar sua obrigação, conferirá o direito, mas não a obrigação, de a Líder, a seu exclusivo critério, aplicar as penalidades previstas na Proposta ou no Termo de Adesão, de forma isolada ou cumulativa.

AMESP
FLS.: 0229
Assinatura

13.4. As multas, indenizações e demais encargos eventualmente pagos ao Consórcio de consumidores de energia elétrica serão utilizados no pagamento dos Custos Fixos e Custos Variáveis do Consórcio de consumidores de energia elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

14.1. Dissolve-se o Consórcio de consumidores de energia elétrica pelo término de seu prazo de duração ou por decisão da Líder.

14.2. Competirá à Líder determinar o modo de liquidação do Consórcio de consumidores de energia elétrica, observadas as disposições da Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações, além de nomear um liquidante.

14.3. As Partes Consorciadas desde logo declaram e reconhecem que não haverá o pagamento de haveres, Créditos para Compensação Futura ou qualquer valor em decorrência da dissolução, liquidação e extinção do Consórcio de consumidores de energia elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NOTIFICAÇÕES

15.1. Todas e quaisquer comunicações entre as Partes Consorciadas (as "Comunicações") deverão ser encaminhadas por uma parte à outra, por escrito, sempre com cópia para a Líder, se a Líder não for a destinatária da comunicação, por e-mail, desde que fique confirmada inequivocamente a entrega da comunicação aos destinatários.

15.2. As comunicações para a Líder deverão ser enviadas para o e-mail contato@cemigsim.com.br, ou para o e-mail informado na Proposta ou no Termo de Adesão, ou para os canais oficiais de atendimento disponibilizados pela Líder.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes Consorciadas, seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

16.2. Qualquer termo ou disposição deste Contrato que seja declarado inválido ou inexequível deverá ser considerado ineficaz somente na medida de tal invalidade ou inexequibilidade, sem tornar inválido ou inexequível os termos e disposições remanescentes da referida cláusula e/ou deste Contrato.

16.3. Este Contrato comporta a execução específica das obrigações aqui contratadas, nos termos do Código de Processo Civil.

16.4. As Partes Consorciadas reconhecem que este Contrato, assim como a Proposta ou o Termo de Adesão, são títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

16.5. Em todas as atividades relacionadas a este Contrato e ao seu cumprimento as Partes irão cumprir, a todo tempo, as legislações anticorrupção aplicáveis, declarando que não praticaram e não praticarão qualquer ato que a infrinja.

16.6. Com a assinatura em formato eletrônico, as partes reciprocamente reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do Contrato de Consórcio e da Proposta ou Termo de Adesão, concordando que tal utilização de assinaturas são manifestações válidas de anuência e de vontade, inclusive por meios que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

16.7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como competente para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

AMESP
FLS.: 0230
Assinatura

E por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2024.

Consorciada Líder:

CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.-CEMIG SIM
Representada por:
Iuri Araújo De Mendonça, CPF nº 013.046.426-07
Pablo Rios, CPF nº 295.810.458-30
Rubens Soalheiro de Oliveira Matos, CPF nº 073.571.226-38
Marley De Souza Lemos, CPF nº 664.545.146-68

Segunda Consorciada:

SIM GERACAO DISTRIBUIDA S.A.-SIM GD
Representada por:
Tiago Vilela Menezes, CPF nº 037.538.946-64
Ricardo Luis Martins Moreira, CPF nº 841.929.416-00

Representantes:

IURI ARAÚJO DE MENDONÇA

PABLO RIOS

MARLEY DE SOUZA LEMOS

RUBENS SOLHEIRO DE OLIVEIRA MATOS

Visto do Advogado:

LEONARDO FIGUEIREDO DE MOURA E SILVA
OAB/MG nº 95.598

Testemunhas:

MÁRIO HENRIQUE GAMA DE OLIVEIRA
CPF nº 073.637.196-67

NATHALIA LIMA DE SOUZA DUARTE
CPF nº 068.772.056-77

AMESP
FLS.: 0231
Assinatura

ANEXO I

DEFINIÇÕES E TERMOS

1.1. Sempre que mencionados neste Contrato, os termos abaixo terão os seguintes significados:

(i) ANEEL: significa a Agência Nacional de Energia Elétrica;

(ii) Comunicações: tem o significado atribuído no Item 15.1;

(iii) Créditos para Compensação Futura: significam os créditos de Energia Elétrica não consumidos pelas Unidades Consumidoras que podem ser utilizados para compensar o seu consumo de energia nos meses subsequentes, observadas as restrições da regulamentação aplicável;

(iv) Consórcio ou Contrato de Consórcio: significa este Contrato, regulado pelo artigo 278 e seguintes da Lei n° 6.404/1976;

(v) Custos Fixos: tem o significado atribuído no Item 7.1;

(vi) Custos Variáveis: tem o significado atribuído no Item 7.1;

(vii) Direito Econômico: significa o percentual de Energia Elétrica que caberá a cada Parte Consorciada, podendo ser subdividido entre uma ou mais Unidades Consumidoras da Parte Consorciada, na proporção definida na Proposta ou no Termo de Adesão de cada Parte Consorciada, de acordo com a minuta constante do Anexo III;

(viii) Direito Político: significa o direito de voto e demais direitos correlatos de cada Parte Consorciada no Consórcio, na proporção definida no Item 6.2;

(ix) Distribuidora: significa a Cemig Distribuição S.A.;

(x) Energia Elétrica: significa o montante total de energia gerada pela(s) Usina(s) a partir da Minigeração Distribuída na modalidade de Geração Compartilhada;

(xi) Geração Compartilhada: significa a reunião de consumidores atendidos pela mesma Distribuidora, reunidos em consórcio para geração de energia, injeção da energia gerada na rede da Distribuidora e compensação de seus créditos de energia com seu consumo;

(xii) Líder: tem o significado atribuído no Item 3.1;

(xiii) Ônus (e suas variações verbais): significa qualquer ônus, gravame, penhor, caução, penhor, penhora, constrição, garantia, hipoteca, sequestro, arresto, alienação fiduciária, reserva de domínio, usufruto, opção de venda ou compra, direito de primeira oferta ou de preferência, direito de retenção, legal ou contratual, sem limitação;

(xiv) Prazo de Vigência de Participação: significa o prazo de vigência de participação definido na Proposta ou no Termo de Adesão em que a Parte Consorciada deverá se manter vinculada ao Consórcio, na condição de Parte Consorciada;

(xv) Prazo de Fidelidade: significa o prazo de permanência mínima obrigatória em que a Parte Consorciada deverá se manter vinculada ao Consórcio, na condição de Parte Consorciada, independentemente do Prazo de Vigência de Participação pactuado;

(xvi) Sistema de Compensação de Energia Elétrica: significa o sistema no qual a energia ativa injetada por Unidade Consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à Distribuidora e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa;

(xvii) Proposta ou Termo de Adesão: Significa o instrumento celebrado pela Parte Consorciada para adesão ao Consócio, substancialmente na forma do Anexo III;

(xviii) Unidades Consumidoras: significam os locais onde a energia gerada pela(s) Usina(s) e injetada na rede da Distribuidora será efetivamente consumida pelas Partes Consorciadas, identificados pela Distribuidora como "número de instalação";

(xix) Usina(s): significa o conjunto das usinas solares fotovoltaicas que serão objeto de aluguel ou arrendamento para os fins do Consórcio;

AMESP
FLS.: 0232
Assinatura

ANEXO II

CONTRIBUIÇÕES MENSAIS (CUSTOS FIXOS E CUSTOS VARIÁVEIS)

Além dos Custos Fixos estabelecidos no Item 7.1 do Contrato de Consórcio, as Partes Consorciadas obrigam-se a pagar ao Consórcio os Custos Variáveis, proporcionais à performance da Usina, a serem calculados mensalmente da seguinte forma:

1.1. Inicialmente será apurado o Custo de Geração do mês:

Custo de Geração_i = Energia Injetada_i x ML_i,

1.2. Se o Custo de Geração_i ≤ Custo Fixo:

Custo Variável_i = R$ 0,00 (zero);

A Parte Consorciada constitui a seu favor, saldos de geração em kWh no Consórcio, para serem compensados nos meses subsequentes, agregados com eventuais saldos de geração anteriormente acumulados, conforme fórmula:

Saldo Acumulado_i no Consórcio (kWh) = (Custo Fixo – Custo de Geração_i)/ ML_i

1.3. Se o Custo de Geração_i > Custo Fixo:

Custo Variável_i = (Custo de Geração_i – Custo Fixo) – (Saldo Acumulado_i X ML_i)

A utilização de eventual Saldo Acumulado no Consórcio será realizada respeitando a condição do Custo Variável_i ser positivo ou zero. Após utilização do Saldo Acumulado, caso ainda reste valor remanescente, esse valor será utilizado nos meses subsequentes.

Sendo:

- i = referência ao mês de consumo.
- Energia Injetada_i = Energia Elétrica gerada e injetada pela Usina na Rede de Distribuição, no mês i, conforme medido pela Distribuidora.
- ML_i ou Múltiplo de locação = valor mensal negociado com a Parte Consorciada, conforme Contrato de Consórcio.
- Saldo Acumulado_i = saldos, perante o Consórcio, constituídos nos meses de performance inferior à projetada.

A metodologia detalhada acima aplicar-se-á individualmente a cada uma das Partes Consorciadas na proporção dos seus Direitos Econômicos.

A Parte Consorciada poderá solicitar alteração de seus Direitos Econômicos ou a quitação de parcela(s) de Custo Fixo vincendas caso, ao final de 12 (doze) meses, persista Saldos Acumulados no Consórcio superiores a 1 (uma) parcela de Custo Fixo da Parte Consorciada.

AMESP
FLS.: 0233
Assinatura

ANEXO III

PROPOSTA DE ADESÃO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO

O(A) **PROPONENTE CONSORCIADO(A)** encaminha sua Proposta de Adesão ao **CONSÓRCIO**, conforme condições abaixo:

1. DADOS DO CONSÓRCIO

Razão Social:	CONSÓRCIO CEMIG SIM GD I
CNPJ:	45.955.360/0001-85
Endereço:	
Representante Legal	XXXXX

Consorciada Líder:	CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.-CEMIG SIM
CNPJ:	04.881.791/0001-67
Endereço:	Avenida Barbacena, nº 1200, 21º andar, Edifício Júlio Soares, bairro Santo Agostinho, CEP 30-190-924, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais
Representante Legal	XXXXX
E-mail de contato:	XXXXXXXXXXXXX@XXXX.XXXX

2. DADOS DO(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A):

Razão Social:	XXXXX
CNPJ:	XXXXX
Endereço:	Rua XXXXX, nº XXXXX, bairro XXXXX, Município de XXXXX–MG, CEP XXXXX
Representante Legal	XXXXX
E-mail de contato:	XXXXXXXXXXXXX@XXXX.XXXX

Nome da Pessoa Física:	XXXXX
Nacionalidade:	XXXXX
Endereço:	Rua XXXXX, nº XXXXX, bairro XXXXX, Município de XXXXX–MG, CEP XXXXX
CPF:	XXXXX
Identidade:	XXXXX
E-mail de contato:	XXXXXXXXXXXXX@XXXX.XXXX

UNIDADES CONSUMIDORAS	Endereço
XXXXX	XXXXX
XXXXX	XXXXX
XXXXX	XXXXX

AMESP
FLS.: 0234
Assinatura

3. ADESÃO AO CONSÓRCIO

3.1. O(A) a propõe neste ato ingressar no CONSÓRCIO, e compromete-se a cumprir o Contrato de Consórcio celebrado entre a LÍDER e as demais Partes Consorciadas, disponível no link http://www.cemigsim.com.br/contratoconsorciosimgd2 e as demais normas a ele aplicáveis, estando ciente dos direitos e obrigações perante o CONSÓRCIO.

3.2. A adesão será analisada pela LÍDER e a efetiva participação do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) no CONSÓRCIO para fins do Sistema de Compensação de Energia Elétrica será aprovada após conferência do perfil de consumo, bem como critérios técnicos, regulamentares, legais e procedimentais aplicáveis. Para efetivar a participação, a LÍDER poderá alterar as condições das tabelas acima, comunicando previamente do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A).

3.3. Aprovada a adesão, a LÍDER comunicará o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) por seus canais de comunicação disponibilizados

4. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

4.1. Ao aderir ao CONSÓRCIO, o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), atendidos os critérios de elegibilidade e perfil de consumo, passará a ter acesso aos benefícios do Sistema de Compensação de Energia Elétrica diretamente na(s) sua(s) conta(s) de energia emitida(s) pela Distribuidora, nos termos da Lei Federal nº 14.300/2022 e da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012, ou outra legislação que venha alterá-la ou substituí-la e com base na colaboração recíproca entre as Partes Consorciadas na proporção de sua participação no CONSÓRCIO.

4.2. Após análise pela LÍDER, serão apurados os Percentuais de Locação da usina o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) no CONSÓRCIO, conforme relação entre o consumo de referência da(s) Unidade(s) Consumidora(s) e a geração média de cada usina vinculada ao CONSÓRCIO, segmentado na(s) Unidade(s) Consumidora(s) do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A). Estes direitos econômicos poderão variar de tempos e tempos, conforme controles que serão mantidos e atualizados pela LÍDER e informados à Distribuidora, visando compatibilizá-los com a expectativa de consumo de cada Unidade Consumidora.

4.3. A energia gerada pela Usina e injetada na rede da Distribuidora será efetivamente consumida pela(s) unidade(s) consumidora(s) do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), tendo direito à compensação proporcional à sua participação no CONSÓRCIO. Assim, se em determinado mês, o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) consumir menos energia do que lhe garante sua participação, o excedente se acumulará para ser utilizado em até 60 (sessenta) meses, ou, se, em determinado mês, o O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) consumir mais do que a sua participação, poderá compensar apenas até o limite máximo estabelecido pela sua participação, acrescidos de eventuais créditos acumulados em meses anteriores, independentemente do consumo dos demais consorciados.

5. CONTRIBUIÇÕES MENSAIS E PAGAMENTOS

5.1. Pela adesão, o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) pagará uma contribuição mensal ao CONSÓRCIO, calculada na forma do Anexo II do Contrato de Consórcio, considerando um Múltiplo de Locação equivalente a um desconto de XX% sobre a Tarifa, aplicável ao subgrupo e à classe consumidora do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), incluídos, quando houver, valores de bandeiras tarifárias incidentes no período de faturamento e os tributos incidentes sobre a operação que, na data de faturamento, sejam isentos para o sistema de compensação de energia elétrica, nos termos da legislação vigente e aplicável.

5.2. Após análise pela LÍDER, a depender do perfil de consumo da(s) Unidade(s) Consumidora(s) e validação da elegibilidade dos códigos promocionais, quando aplicáveis, o Múltiplo de Locação poderá ser ajustado para maior valor, a ser informado junto com o comunicado de aprovação da adesão.

5.3. O Múltiplo de Locação poderá ser majorado ou reduzido pela LÍDER para fins de reequilíbrio econômico-financeiro em caso de alterações nas condições existentes quando da assinatura do presente Termo de Adesão e, em especial: (i) a criação, modificação ou extinção de obrigações tributárias que diretamente incidam sobre o objeto deste Termo de Adesão e/ou na tarifa de energia praticada pela Distribuidora, incluindo, sem limitação, a majoração ou redução das alíquotas dos tributos aplicáveis, (ii) mudança da lei ou da regulação aplicável ao setor de energia elétrica que impactem no objeto do presente Termo de Adesão.

AMESP
FLS.: 0235
Assinatura

5.4. Os documentos para pagamento serão enviados ao E-mail de Contato informado, contendo os dados necessários, os valores e as datas de vencimento.

6. PRAZOS APLICÁVEIS

6.1. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) assume o compromisso de manter sua adesão ao CONSÓRCIO pelo prazo de XX (XXX) meses (Prazo de Vigência de Participação), contados a partir do primeiro registro de energia elétrica injetada em seu favor para compensação na(s) fatura(s) de energia elétrica da(s) Unidade(s) Consumidora(s) da PROPONENTE CONSORCIADA(A), o qual será prorrogado automaticamente por igual período por outro período que as partes contratarem de comum acordo.

6.2. Caso não haja interesse do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) ou da LÍDER em prorrogar o Prazo de Vigência de Participação original, a parte interessada deverá comunicar a outra parte sua intenção, com antecedência mínima de XX (XXX) meses (Prazo de Notificação de Não Renovação Automática) do término do Prazo de Vigência de Participação que estiver em vigor.

6.3. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) obriga-se também a manter sua adesão ao CONSÓRCIO pelo prazo mínimo de XX (XXX) meses (Prazo de Fidelidade), também contado a partir do primeiro registro de energia elétrica injetada em seu favor para compensação na(s) fatura(s) de energia elétrica da(s) Unidade(s) Consumidora(s) da PROPONENTE CONSORCIADA(A).

6.4. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) tem o direito de comunicar a LÍDER, por escrito, sua intenção de encerrar antecipadamente o Termo de Adesão, observando-se o seguinte:

a) O comunicado do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) deverá ser enviado com antecedência de XX (XXX) dias (Prazo de Denúncia).

b) Cumprido o Prazo de Fidelidade e o Prazo de Denúncia, incluindo os pagamentos das contribuições mensais correspondentes a esses períodos, não serão aplicadas outras penalidades ao(à) PROPONENTE CONSORCIADO(A), somente (i) Multa por Rescisão Antecipada (meses) indicada neste Termo de Adesão, e (ii) encargos por atraso;

c) Cumprido somente o Prazo de Fidelidade, se o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) decidir deixar o CONSÓRCIO sem cumprir integralmente o Prazo de Denúncia, serão devidos (i) Multa por Rescisão Antecipada (meses) indicada neste Termo de Adesão, (ii) multa penal não compensatória, equivalente a 100% (cem por cento) da média das 12 (doze) últimas contribuições mensais, pagas pelo(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), multiplicado pelo número de dias para completar o Prazo de Denúncia não cumprido, e (iii) encargos por atraso.

d) Se o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) decidir deixar o CONSÓRCIO sem cumprir integralmente o Prazo de Fidelidade e o Prazo de Denúncia, serão devidos (i) Multa por Rescisão Antecipada (meses) indicada neste Termo de Adesão; (ii) multa penal não compensatória, equivalente a 100% (cem por cento) da média das 12 (doze) últimas contribuições mensais, pagas pelo(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), multiplicado pela soma de a) número de dias para completar o Prazo de Fidelidade não cumprido, e b) número de dias do Prazo de Denúncia não cumprido; (iii) encargos por atraso.

6.5. As multas e penalidades deverão ser pagas pelo(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data da rescisão, exclusão e/ou desligamento do CONSÓRCIO, mediante boleto a ser enviado ou débito automático em conta do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), a critério da LÍDER.

6.6. Diante de rescisão, exclusão e/ou desligamento, o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) também será responsável pelo pagamento de saldos de geração injetados e acumulados anteriores ao fato gerador da rescisão, exclusão e/ou desligamento, caso ainda não tenham sido emitidos os correspondentes documentos de pagamento. Os valores em reais serão calculados considerando os montantes de kW/h injetados e acumulados, multiplicados pelo último Múltiplo de Locação. Mediante negociação por escrito entre as partes, os valores devidos pela rescisão, exclusão e/ou desligamento poderão ser parcelados.

6.7. Em qualquer hipótese de encerramento será formalizado Termo de Encerramento de Participação em Consórcio:

a) Caso existam valores a serem pagos pelo(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), o documento estabelecerá a confissão de dívida, com validade e eficácia condicionados ao pagamento integral;

b) Inexistindo valores a serem pagos pelo(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), o documento indicará a quitação das obrigações existentes entre as partes

AMESP
FLS.: 0236
Assinatura

7. RESPONSABILIDADES DO(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A)

7.1. O(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) declara, neste ato, conhecer o Contrato de Consórcio e obriga-se a cumpri-lo integralmente, sem ressalvas, objeções e/ou restrições, e compromete-se a pagar, pontualmente, as contribuições mensais de sua responsabilidade, nas datas de seus vencimentos.

7.2. O(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), com a assinatura do presente instrumento, assume o compromisso de prestar todas as informações e praticar todos os atos que estejam ao seu alcance, conforme solicitado pela LÍDER, visando o regular cumprimento das obrigações do CONSÓRCIO.

7.3. O(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) compromete-se a consultar a LÍDER ou a empresa responsável pela gestão deste Termo de Adesão, por meio do canal de atendimento ao cliente, com 60 (sessenta) dias de antecedência, quanto a eventuais alterações a serem promovidas perante a Distribuidora que afetem de qualquer maneira o Termo de Adesão, especialmente, mas não se limitando, à injeção de energia na(s) Unidade(s) Consumidora(s) do presente instrumento, qualquer alteração cadastral nas Unidades Consumidoras indicadas, ou instalação de equipamento de geração de energia solar própria. A não comunicação prévia à LÍDER ou à empresa responsável poderá ensejar, dentre outros, a cobrança e a consequente obrigação da O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) de pagamento dos valores correspondentes a eventual energia injetada na(s) Unidade(s) Consumidora(s), mesmo que estas tenham sido impactadas por alterações promovidas perante a Distribuidora sem a mencionada consulta prévia

8. MORA E PENALIDADES

8.1. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) será considerado em Mora se (i) permanecer mais de 15 (quinze) dias corridos, contados do vencimento, sem realizar o pagamento de qualquer parcela devida, ou (ii) permanecer mais de 30 (trinta) dias sem cumprir qualquer outra obrigação, neste caso contado do recebimento de notificação enviada pela LÍDER ou quem este indicar.

8.2. Inexistindo pagamento de qualquer contribuição mensal devida pelo(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) na data do vencimento, sobre o valor incidirá multa não compensatória de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos pro rata die. Por atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa e juros, incidirá atualização pelo IPCA, também pro rata die.

8.3. Caso persista o inadimplemento, o CONSÓRCIO, a LÍDER, ou quem estes indicar, poderá adotar as seguintes medidas, isoladamente ou em conjunto:

a) Enviar notificação ao(à) PROPONENTE CONSORCIADO(A), informando que, no prazo de 15 (quinze) dias, os débitos poderão ser incluídos em cadastros de órgãos de proteção ao crédito;

b) Suspender os Direitos Econômicos e Políticos, com consequente suspensão de injeção de energia elétrica em favor do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A);

c) Excluir o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) do CONSÓRCIO, exigindo-lhe o pagamento de:

(i) Multas não compensatórias por não cumprimento de Prazo de Fidelidade e o Prazo de Denúncia

(ii) juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pela variação positiva do IGP-M da FGV ou outro índice que vier a substituí-lo, contados desde a data do vencimento das multas até que ocorra seu integral pagamento;

(iii) honorários de advogado calculados sobre o montante devido, sendo 10% (dez por cento) em caso de cobrança extrajudicial, ou 20% (vinte por cento), em caso de cobrança judicial

(iv) perdas e danos que o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) der causa.

(v) outras penalidades previstas no Contrato de Consórcio e na legislação.

8.4. Em caso de suspensão, rescisão, exclusão e/ou desligamento, a participação do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) poderá ser transferida pelo CONSÓRCIO ou pela LÍDER para quem estes indicar, não sendo devido ao(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) qualquer valor, compensação ou créditos futuros.

AMESP
FLS.: 0237
Assinatura

8.5. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) permanece responsável pelo pagamento de saldos de geração injetados e acumulados anteriores ao fato gerador da suspensão, rescisão, exclusão e/ou desligamento, caso ainda não tenham sido emitidos os correspondentes documentos de pagamento. Os valores em reais serão calculados considerando os montantes de kW/h injetados e acumulados, multiplicados pelo último Múltiplo de Locação / Desconto Sobre a Tarifa (%)

9. PODERES CONCEDIDOS

9.1. Por este Termo de Adesão, o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) concede os seguintes poderes para a LÍDER praticar exclusivamente atos de administração do CONSÓRCIO, vedada a utilização para outras finalidades:

a) representar o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) em Distribuidoras de energia elétrica, agências regulatórias, órgãos públicos, autarquias, fundações, seguradoras, cartórios, entre outros, exclusivamente para funcionamento regular da Usina e do CONSÓRCIO;

b) assinar alterações do Contrato de Consórcio e/ou livros para formalizar (i) ingresso, desligamento, saída e exclusão de novos consorciados, incluindo o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) (ii) transferência de participações no CONSÓRCIO, (iii) dissolução, liquidação e extinção do CONSÓRCIO; (iv) adequações necessárias em função de legislação e normas regulatórias aplicáveis; e (v) alterações dos Direitos Econômicos dos demais consorciados e o percentual da energia destinado às Unidades Consumidoras, quando admitidas no CONSÓRCIO;

c) assinar documentos para o CONSÓRCIO viabilizar o funcionamento da Usina, desde que não implique na assunção de dívidas ou obrigações pecuniárias para o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), além da sua contribuição mensal;

d) praticar atos e assinar documentos necessários para o funcionamento regular da Usina, incluindo, mas não se limitando, a conexão à rede da Distribuidora de energia elétrica;

e) representar o CONSÓRCIO em juízo ou fora dele, em todo e qualquer assunto;

f) praticar os demais atos de competência da LÍDER nos termos do Contrato de Consórcio e deste mandato, incluindo, mas não se limitando, aos atos necessários para firmar acordos, transigir e renunciar a direitos exclusivamente para assegurar o funcionamento regular da Usina e do CONSÓRCIO;

g) receber citações, intimações e notificações provenientes de qualquer processo judicial e/ou administrativo relacionado ao CONSÓRCIO e/ou a Usina e/ou a participação do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A);

h) substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui conferidos.

i) promover as adequações que se fizerem necessárias em função de alterações realizadas pelas autoridades competentes nas legislação e normas regulatórias aplicáveis ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica ou na legislação tributária aplicável que importem na criação, alteração, suspensão ou extinção de tributos, alteração de alíquotas, alteração da base de cálculo ou mudança do tratamento tributário relativo ao objeto do Consórcio de consumidores de energia elétrica, com comprovada repercussão na formação da Contribuição Mensal, resultando em sua majoração ou redução automática, mediante envio de notificação pela Líder à Parte Consorciada, sem que seja necessária a celebração de um aditamento a este Contrato ou ao Termo de Adesão

9.2. Os poderes passam a vigorar com a assinatura do presente Termo de Adesão, por todo o Prazo de Vigência de Participação, com eficácia até que seja formalizado o término das obrigações pactuadas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer alteração deste Termo de Adesão deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

AMESP
FLS.: 0238
Assinatura

10.2. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A), quando da assinatura do presente Termo de Adesão, expressamente consente com o tratamento e a transferência de seus dados relativos a consumo de energia elétrica, faturamento e pagamentos realizados, dentre outros de mesma natureza e que sejam pertinentes à finalidade do CONSÓRCIO, ao cumprimento dos termos da Lei 14.300/2022 e da Resolução da ANEEL 482/2012, ou outra legislação que venha alterá-la ou substituí-la, e qualquer regimento ou norma aplicável às atividades econômicas do ou relacionadas ao CONSÓRCIO. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A) afirma, ainda, que nada do disposto no presente Termo de Adesão ou no Contrato de Consórcio viola seus direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018).

10.3. Quaisquer alterações que vierem a ser promovidas no presente Termo de Adesão terão o prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da formalização da mencionada alteração, para serem implementadas, nos termos da Lei Federal nº 14.300/2022 e da Resolução Normativa Aneel nº 482/2012, ou outra legislação que venha alterá-la ou substituí-la.

10.4. O presente Termo de Adesão entra em vigor na data da sua assinatura, e as obrigações definidas terão início a partir do efetivo ingresso do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), bem como a data em que houver a efetiva geração dos créditos em favor da(s) unidade(s) consumidora(s) do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A).

10.5. Se qualquer parte permitir, mesmo por omissão, a inobservância no todo ou em parte de quaisquer cláusulas e condições do Termo de Adesão, tal fato não poderá liberar, desonerar, ou de qualquer modo afetar ou prejudicar as demais regras, que permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

10.6. O(A) PROPONENTE CONSORCIADO(A), reconhece o presente Termo de Adesão e os documentos para pagamento enviados em conformidade com suas regras e condições, como documentos de dívida, nos termos da legislação em vigor, conferindo-lhes valor de título executivo extrajudicial, para todos os fins de direito, obrigando o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A), seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

10.7. As obrigações sob responsabilidade do CONSÓRCIO poderão ser realizadas por intermédio de empresa contratada especialmente para esta finalidade, o que o(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A) está ciente e concorda.

10.8. Caso este instrumento seja assinado em formato eletrônico e/ou por meio de certificados digitais, as partes reciprocamente reconhecem sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia, bem como de seus anexos, formado em meio digital. Portanto, concordam que a utilização das assinaturas nas formas aqui mencionadas são manifestações válidas de anuência e de sua vontade, inclusive por meios que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.

10.9. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como competente para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro

Belo Horizonte, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

Assinatura do(a) PROPONENTE CONSORCIADO(A)

AMESP
FLS.: 0239
Assinatura

ANEXO IV

CONSORCIADOS INTEGRANTES

NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
CONDOMINIO EDIFICIO SEDE DA FUNDACAO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL	00.962.295/0001-87
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	17.281.106/0001-03
HOTEL FAZENDA VALE DA MANTIQUEIRA LTDA	04.582.509/0001-40
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE GUANHAES	21.250.048/0001-28
CONDOMINIO DO ED. GRAND MARQUIS	05.006.017/0001-70
MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE	18.715.383/0001-40
Condominio do Edificio BH Platinum	06.136.727/0001-87
MERCADO CENTRAL ABASTECIMENTO E SERVICOS	17.226.218/0001-61
SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	17.444.886/0001-65
MARCOS PAULO DE OLIVEIRA	094.682.526-20
IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE DE MACHADO	22.228.571/0001-10
BELO HORIZONTE PLAZA BY MHB HOTELARIA LTDA	42.589.441/0001-10
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE LIMA DUARTE	42.867.507/0001-97
MRS LOGISTICA S/A	01.417.222/0001-77
CONDOMÍNIO VILLLAGGIO MONTICIELLO	16.795.920/0001-83
FUNDACAO FELICE ROSSO	17.214.149/0001-76
BB CHURRASCARIA E RESTAURANTE S/A	27.375.488/0001-98
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CAMPO BELO - MG	19.130.038/0001-07
SERVICO AUTONOMO DE AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO URBANO - SETE LAGOAS	24.996.845/0001-47
ED LOS ANGELES FAMILY RESIDENCE	02.377.396/0001-16
Jose Humberto Costa	577.040.236-91
IPAMINAS ESPORTE CLUBE	21.227.475/0001-95
COPASA SERVICOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A - COPANOR	09.104.426/0001-60
VIA ILLUMINATA MALL PARTICIPACOES LTDA	32.616.834/0001-12
CONDOMINIO I TORRE I EDIFICIO ZEUS	11.305.149/0001-03
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO SAAE DE SACRAMENTO	24.334.872/0001-54
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SABINOPOLIS	21.072.657/0001-34
COND MONIO EDIF AGMAR GLASS TOWER	03.007.517/0001-09
Supermercado Badião Ltda	09.236.588/0001-51
COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE POUSO ALEGRE	21.490.586/0001-90
CONDOMINIO RAJA CASA SHOPPING	65.143.539/0001-45
PONTO MIX COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	28.435.288/0001-46
PADARIA E CONFEITARIA NAPOLITANA LTDA	41.770.975/0001-86
CONDOMINIO DO EDIFICIO COMERCIAL MINAS APART-HOTEL	14.659.443/0001-01
ED RESIDENCIAL OS INCONFIDENTES	12.997.366/0001-66
PANIFICADORA ESQUINAO	23.143.167/0001-07
CONDOMINIO DO EDIFICIO CAPANEMA ALVARES	26.459.864/0001-60
HCE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	22.254.585/0001-09
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - PIUMHI	23.782.816/0001-10
EDIFICIO ZAIDAL RESIDENCIAL	16.737.100/0001-35
CONDOMINIO DO EDIFICIO LOURDES APART-HOTEL	04.832.635/0001-06
SABOR & ART COZINHA INDUSTRIAL LTDA	01.564.322/0001-26
SUPERMERCADO BAHAMAS S/A	17.745.613/0081-35
ZPP INDUSTRIA E EXPORTACAO LTDA	26.785.816/0001-61

Classificação: Direcionado

AMESP
FLS.: 0240
Assinatura

PANIFICADORA PRADO LTDA	21.994.462/0001-41
MIDAS ALIMENTACAO LTDA	01.317.123/0001-13
COPASA PATOS SANEAMENTO S.A	57.323.717/0001-91
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LAVRAS	22.073.266/0001-05
CONDOMINIO DO EDIFICIO VILLA SAN GIORGIO	03.892.781/0001-64
SERVICO AUTONOMO DE SANEAMENTO BASICO - ITABIRITO	20.067.146/0001-61
JOAO EMILIO ROCHETO	016.906.168-06
CONDOMINIO INSPIRATTO RESIDENCE	26.251.450/0001-40
Park Residence Condomínio Resort	23.908.086/0001-50
Condomínio do Edifício Castelo	03.081.573/0001-85
condominio do Greenport Residences	19.796.181/0001-32
jose agenor vilaca lima	222.330.326-91
LOOK MOVEIS LTDA	11.339.578/0001-93
QUEIROZ E CASTRO LTDA	64.440.555/0001-37
CONDOMINIO DO EDIFICIO BRISTOL EASY HOTEL CDL CONTAGEM	34.213.966/0001-29
VILLE REAL HOTEL LTDA	07.121.839/0001-27
SOLUCIONARE LOGISTICA JURIDICA LTDA	11.169.744/0001-50
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - JEQUERI	26.151.886/0001-68
HOSPITAL VALE DO JEQUITINHONHA	19.911.312/0001-85
MUNICIPIO DE SARZEDO	01.612.509/0001-58
Cond ed Atlas	08.648.236/0001-40
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTOS DE PATROCINIO	20.266.755/0001-40
Condominio do Edificio Villa Fontana	08.783.944/0001-94
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - PONTE NOVA	23.802.507/0001-64
PANIFICADORA E CONFEITARIA MANACIAL VIDA ME	21.683.370/0001-40
EDIFICIO SAINT TROPEZ	37.241.042/0001-24
KI MASSA ALIMENTOS LTDA	27.117.133/0001-07
TAITI SERVICOS E COMERCIO LTDA	49.778.575/0001-29
CONDOMINIO DO EDIFICIO GREEN TOWER TENNIS RESIDENCE	32.984.962/0001-19
MUNICIPIO DE IGARAPE	18.715.474/0001-85
MANHATTAN SQUARE	30.058.308/0001-59
ED MIRANTE DA SERRA	13.646.994/0001-60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	11.285.036/0001-85
CONDOMINIO DO EDIFICIO MARTIM 440	55.017.215/0001-07
MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOURADA	18.457.267/0001-78
ED CLASSIC BOULEVARD	08.619.807/0001-19
CONDOMINIO DO EDIFICIO OLGA CHIARI	26.871.666/0001-09
CRECHE TERESA DE CALCUTA DE GOVERNADOR VALADARES	21.077.961/0001-74
Pacto Administradora & Corretora de Seguros LTDA	22.256.978/0001-51
BRAVIR INDUSTRIAL LTDA	18.688.481/0001-35
Condominio do Edificio Atlanta II	16.791.475/0001-83
BRASIF S/A ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES	21.109.731/0001-40
TAI MOTORS VEICULOS S/A	09.272.047/0004-21
IRMAOS MENDES COMBUSTIVEIS LTDA	18.937.259/0001-29
CONDOMINIO DO EDIFICIO UNIQUE	13.143.917/0001-97
PAO TOTAL PADARIA CONFEITARIA LANCHONETE	22.173.678/0001-09
HOSPITAL SAO LUCAS DE ITABIRINHA	21.083.795/0001-19
SERIANA LTDA	64.366.065/0001-38
MUNICIPIO DE FRONTEIRA	18.449.140/0001-07
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - PRATAPOLIS	23.767.635/0001-14

AMESP
FLS.: 0241
Assinatura

EDIFICIO FREDERIC CHOPIN	09.087.868/0001-45
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - PIRAPORA	23.535.271/0001-47
CRISTIANE BACHA DOS SANTOS	606.881.226-04
EXPRESSO NEPOMUCENO S/A	19.368.927/0001-07
Condominio Courchevel	07.601.100/0001-12
EDIFÍCIO L'ADRESSE	06.146.338/0001-32
MUNICIPIO DE SACRAMENTO	18.140.764/0001-48
CONDOMINIO PARQUE AVENIDA	24.461.542/0001-20
CLINICA VERA CRUZ LTDA	18.170.894/0001-23
FLORESTADORA PERDIZES LTDA	43.310.143/0001-02
CLUBE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DO EXERCITO BH	21.506.563/0001-26
MUNICIPIO DE OURO PRETO	18.295.295/0001-36
SABOR REAL ALIMENTOS LTDA	10.314.563/0001-08
MUNICIPIO DE PERDIZES	18.140.772/0001-94
CONDOMINIO DO ED. ADDRESS SAVASSI EXECUTIVE E RESIDENCE	01.322.091/0001-44
NETZERO BRASIL BIOCHAR LTDA.	45.455.135/0001-80
CONDOMINIO DO EDIFICIO VILLADORATA	09.325.781/0001-69
CONDOMINIO EDIFICIO TERRAZZO ESMERALDA	06.209.011/0001-62
TERRA TEXTIL LTDA	05.658.209/0001-60
POSTO SOUSA E SILVA LTDA	03.012.206/0001-20
HOTEL PAMPULHA PALACE EIRELI	17.249.715/0001-85
PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELITE LTDA	17.161.449/0001-34
OCULARE MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA	86.991.429/0001-03
LULLO COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA	21.525.176/0001-37
MUNICIPIO DE SIMAO PEREIRA	18.338.293/0001-87
condominiodo edificio geneve	21.541.925/0001-10
ED LE PREMIERE	12.141.196/0001-13
PONTO MIX EXPRESS LTDA	42.132.473/0001-92
CONDOMINIO DO EDIFICIO LAVRAS	20.263.649/0001-02
LEISTUNG INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	05.466.285/0001-74
PADARIA E MERCEARIA XANGRI-LA LTDA	29.363.459/0001-31
AUTO POSTO REAL MINAS LTDA	02.046.162/0001-96
CONDOMINIO DO EDIFICIO PIAZZA DI VERONA	05.647.994/0001-56
PEDREIRA IPANEMA LTDA	10.144.130/0001-51
ARCO ADMINISTRADORA LTDA - GV	02.302.811/0009-20
ALBATROZ DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	43.270.953/0001-82
CONDOMINIO COSTA SMERALDA	00.511.387/0001-40
CONDOMINIO DO EDIFICIO METROPOLIS	08.811.439/0001-06
CONDOMINIO RESIDENCIAL SEVILHA	10.549.982/0001-29
CONDOMINIO DO EDIFICIO GEORGES POMPIDOU	36.922.690/0001-83
SUPERMERCADO IBRALÂNDIA LTDA	22.156.129/0006-30
CONDOMINIO DO EDIFICIO MONT TREMBLANT	12.355.107/0001-31
CONDOMINIO DO EDIFICIO SOINCO BUSINESS CENTER	18.025.513/0001-12
CONDOMINIO DO EDIFICIO ANTONIO BRAGA	04.618.089/0001-05
Bernardo Resende Ferreira	117.393.926-12
TADEU DINIZ CONSTRUTORA LTDA	23.649.009/0001-23
CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PIEMONTE	04.735.293/0001-06
PANISSIMA PADARIA LTDA	18.146.240/0001-64
ED RENASCIMENTO	15.200.368/0001-70
LE MONT ROYAL RESIDENCE	08.108.109/0001-59

AMESP
FLS.: 0242
Assinatura

CONDOMINIO DO EDIFICIO ATLANTIS RESIDENCE	12.130.859/0001-02
AUTO POSTO NETINHO LTDA	06.255.154/0001-00
BRUNO OTAVIO MARCELINO SILVA	013.514.366-78
ACOUGUE PONTO DA LINGUICA LTDA	21.798.830/0001-86
EDIFICIO RESIDENCIAL GERALDO PORFIRIO BOTELHO	36.710.514/0001-88
FUNDACAO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTANICA	07.276.220/0001-91
CONFEITARIA CABRAL LTDA	20.886.693/0001-79
COMERCIAL DE ALIMENTOS UNIDAS LTDA	08.058.999/0001-31
MUNICIPIO DE GOIANA	01.611.137/0001-45
MUNICIPIO DE GUAXUPÉ	18.663.401/0001-97
HDS CALCADOS LUMA LUZ EIRELI	03.724.710/0001-52
CIMEC - CIMENTO & CONCRETO LTDA	01.524.903/0001-34
ANJOS DA GUARDA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	65.136.566/0001-90
CONDOMINIO DO EDIFICIO APGAUA PAULO GUILHERME	05.416.818/0001-03
Polar Indústria e Comércio de Gelo Ltda.	13.503.965/0001-49
Hotel Ouro Lavras LTDA	07.342.117/0001-00
EDIFICIO IMPERIAL TENNIS RESIDENCE	22.622.782/0001-33
Cond Edificio William Shakespeae	02.363.726/0001-14
SOLIDES TECNOLOGIA S A	10.461.302/0001-10
ENCEL ENGENHARIA CONSTRUCOES ELETRICAS	17.216.268/0001-68
COOP DOS EMPRESARIOS RURAIS DO TRIANGULO MINEIRO LTDA	25.444.696/0001-76
POSTOS ALPA LTDA	02.234.943/0010-03
TSX ASSESSORIA LTDA	25.148.558/0001-40
ALT TRANING LTDA	22.930.211/0001-66
Condominio do Edificio Parc Nimbus	04.144.301/0001-40
CONDOMINIO BELVEDERE PARK	05.253.447/0001-96
CONDOMINIO EDIFICIO TAPAJOS	01.402.444/0001-16
GCT - GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRANSITO S/A	01.466.431/0001-00
EMPRESA DE INFORMATICA E INFORMACAO DO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE SA - PRODABEL	18.239.038/0001-87
CONDOMINIO EDIFICIO RUY LAGE	02.844.407/0001-20
AUTO POSTO MUTIMA LTDA	64.295.330/0001-34
SUPERMERCADO IBRALÂNDIA LTDA	22.156.129/0010-17
MUNICIPIO DE IBIRITE	18.715.490/0001-78
padaria e mercearia irmaos ltda	02.603.201/0001-09
CONDOMINIO DO EDIFICIO PARC MANTOVA	19.736.821/0001-19
PANIFICADORA NOVA ALIANCA LTDA	02.499.918/0001-52
INDUSTRIA DE CALCADOS TINA TEEN LTDA	12.574.139/0001-28
JAIME LUCIO PEREIRA	66.268.889/0001-09
SLOD CERVEJARIA LTDA	30.542.378/0001-88
CONDOMINIO DO EDIFICIO PORTAL DE MINAS	02.063.420/0001-42
MUNICIPIO DE PONTE NOVA	23.804.149/0001-29
MUNICIPIO DE JEQUERI	18.316.166/0001-87
MERCEARIA DINIZ LTDA	17.192.329/0001-02
MR COPIADORAS DIGITAIS LTDA	05.222.003/0001-93
SUPERMERCADOS JBM LTDA	23.408.678/0001-03
ROSSI & CASTANO STUDIO DE BELEZA LTDA	11.180.905/0001-07
GMP COMUNICACAO E MARKETING LTDA	18.308.228/0001-09
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA	07.252.975/0001-56
CONSTRUSITE BRASIL CRIAÇÃO DE SITES E PORTAIS PARA INTERNET LTDA	06.988.994/0001-82
EDMARCIO ABEL DE JESUS JUNIOR	070.512.896-24

AMESP
FLS.: 0243
Assinatura

MUNICIPIO DE BIAS FORTES	18.094.771/0001-50
SIMONE LANCHES LTDA	34.985.948/0001-65
FUNDACAO INIMA DE PAULA	02.779.043/0001-42
PRISCILA REGINA DE OLIVEIRA MAGNANI	312.738.068-24
ELEGANCE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.678.834/0001-20
RESIDENCIAL BATISTA 1298	47.276.801/0001-48
Condomínio Jean Lorenzo Bernini	01.740.318/0001-71
PETROCARMO LTDA	18.160.622/0001-42
MUNICIPIO DE SANTA LUZIA	18.715.409/0001-50
MUNICIPIO DE BOM JARDIM DE MINAS	18.684.217/0001-23
ADUBOS REAL S.A.	21.437.447/0001-00
RZ ATELIE EIRELI ME	19.990.805/0001-58
H MAIS ADMINISTRACAO HOTELEIRA LTDA	07.004.525/0001-44
REGINALDO DE CARVALHO	30.334.354/0001-33
SOCIEDADE INTELIGENCIA E CORACAO	17.222.969/0001-00
LABORATORIO SANTA MONICA LTDA	20.810.453/0001-90
ALGUIDARES BAR E RESTAURANTE LTDA	00.847.179/0001-17
CONDOMINIO EDIFICIO CABO VERDE	10.215.801/0001-28
REFEICOES FLV LTDA	37.804.601/0001-67
CONDOMINIO DO EDIFICIO CONTORNO PLAZA	38.741.526/0001-03
CONDOMINIO EDIFICIO EUCLIDES ANDRADE	25.703.570/0001-79
ELOAGRICOLA COMERCIO REPRESENTACAO LTDA	05.961.400/0001-87
Condomínio do Edifício Privilege Residence	30.010.932/0001-86
LVC DISTRIBUIDORA LTDA	53.364.195/0001-15
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LUCY ROZENBAUM	19.548.881/0001-08
AMANDA AMARAL 13344917633	29.404.020/0001-00
POUSADA VILA LARA LTDA	12.621.471/0001-04
DFL EMPREENDIMENTOS LTDA	41.931.736/0001-60
SAO LUCAS HOTEIS LTDA	00.770.601/0001-83
LS GUARATO LTDA	19.867.464/0001-28
Condomínio EdPalazzo Barberini	06.878.088/0001-25
BOECHAT E MÉDICOS ASSOCIADOS	03.000.461/0001-52
MUNICIPIO DE GALILEIA	17.005.000/0001-87
CONDOMINIO DO EDIFICIO ROYALTON CENTER	01.820.754/0001-50
Condominio do Edificio Vila Toscana	05.531.580/0001-67
LABORATORIO ULTRASSOM MAMOGRAFIA E EXAMES LTDA	03.554.189/0001-52
MUNICIPIO DE SAO JOAO EVANGELISTA	18.307.488/0001-60
CONDOMINIO DO EDIFICIO OCTAVIANO LAPERTOSA GOMES	42.774.091/0001-62
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA	21.575.709/0001-95
DANIEL GOMES DE OLIVEIRA	264.886.206-49
LIKEWEAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS EIRELI	10.713.507/0001-46
SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA	16.673.998/0001-25
padaria e confeitaria progresso	21.305.800/0001-90
CONDOMINIO DO EDIFICIO MAYFAIR OFFICES	21.982.662/0001-84
MUNICIPIO DE CAETE	18.302.299/0001-02
CONDOMINIO EDIFICIO GRAN NOBILE	39.581.075/0001-49
Panificadora Paolla	00.925.021/0001-18
Condominio do Edificio Duomo de Firenze	01.447.084/0001-79
CONDOMINIO BENJAMIM SOARES	65.169.955/0001-12
CONDOMINIO EDIFICIO ZANDONA EPHRAM	43.463.523/0001-87
WILSON MAGNANI JUNIOR	281.638.128-50



CONDOMINIO DO EDIFICIO TOP SAVASSI	08.519.331/0001-44
MUNICIPIO DE MUTUM	18.348.086/0001-03
CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL MONTE SION	27.408.882/0001-85
HEBER MARCIO DE ARAUJO SILVA .	556.081.246-34
JPP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	05.378.352/0001-07
Place de la Vie	09.629.334/0001-01
SACOLAO CENTER NOVA SERRANA LTDA.	05.211.793/0001-01
SUPERMERCADO BAHAMAS S/A	17.745.613/0024-47
J.H.F. SERVICOS MEDICOS LTDA	42.986.919/0001-46
BWTECH SOFTWARE E ENGENHARIA LTDA	08.512.263/0001-91
LARA CONTADORES ASSOCIADOS	05.933.142/0001-25
UNIMED DE SAO LOURENCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	25.471.574/0001-79
Patricia Cestari	085.300.786-16
CASA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS	17.182.338/0001-04
Condominio do Edificio Atlanta	10.600.398/0001-50
CONDOMINIO DO EDIFICIO SOLAR AIMORES	31.568.875/0001-18
GENEAL GENETICA ANIMAL - ANALISE, PESQUISA E LABORATORIO S/A	05.612.292/0001-37
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	01.978.837/0001-72
CIMEC - CIMENTO & CONCRETO LTDA	01.524.903/0004-87
SERFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.715.289/0001-98
DIARIO DO COMERCIO EMPRESA JORNALISTICA LTDA	17.279.068/0001-54
COMERCIAL OITAVO LTDA	19.583.412/0001-20
CONDOMINIO DO EDIFICIO TARUMA	22.054.385/0001-02
COOPERATIVA AGROPECUARIA UNAI LTDA	25.834.847/0016-89
CONDOMINIO DO EDIFICIO PIAZZA DI SAN PIETRO - RESIDENCIAL - BLOCO 2	37.961.210/0001-56
MUNICIPIO DE ONCA DE PITANGUI	18.313.858/0001-71
MUNICIPIO DE PORTEIRINHA	18.013.326/0001-19
POSTO ATLANTICO LTDA	20.386.694/0001-54
FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA	004.282.348-01
TRANSCBEL TRANSPORTE COLETIVO BELO HORIZONTE LTDA	17.244.666/0001-98
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JANAUBA	25.210.881/0001-04
VIA SAMPA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	86.461.159/0001-29
ANA RITA DE PAULA MARTINS	03.635.890/0001-04
Condomínio Maurice Ravel	08.032.489/0001-95
INSTITUTO DE CIRURG E GAST PROF JOSE G P COELH S/C LTDA	42.784.066/0001-60
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO CAETE	19.893.791/0001-54
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO FECHADO VILLA DO SOL	05.293.315/0001-98
COMERCIAL NSA LTDA	42.886.803/0001-35
CONDOMINIO DO EDIFICIO SANTO AGOSTINHO	38.725.586/0001-24
CONDOMINIO ESTANCIAS DAS AMENDOEIRAS	19.795.202/0001-03
MUNICIPIO DE PEDRA DO INDAIA	18.308.759/0001-00
BRUNO CORREA LOPES	265.784.238-00
CONDOMINIO DO EDIFICIO NAZARE	19.793.389/0001-06
Marco Antônio Tavares	032.087.736-17
MUNICIPIO DE SAO TIAGO	17.749.904/0001-17
Cond. Ed. Paço da Liberadade	06.044.669/0001-61
CONDOMINIO DO EDIFICIO IBIZA	02.943.075/0001-31
CONDOMINIO FLEMING DEPOSITARIO FIEL LTDA	52.988.272/0001-45
MUNICIPIO DE CAMPO FLORIDO	18.428.862/0001-85
EDIFICIO BE SAVASSI	44.154.472/0001-74

AMESP
FLS.: 0245
Assinatura

ONCOMED CENTRO PREV E TRAT DE DOENCAS NEOPLASICAS LTDA	00.132.229/0001-80
MUNICIPIO DE PEDRINOPOLIS	18.140.335/0001-70
CONDOMINIO DO EDIFICIO GRAN PALLADIUM	14.266.783/0001-64
MUNICIPIO DE CLAUDIO	18.308.775/0001-94
CONDOMINIO DO EDIFICIO NEIVAS MARQUES	42.772.160/0001-07
CONDOMINIO NEW AGE PARK	02.898.194/0001-10
MAGIA E FANTASIA LTDA	38.479.994/0001-43
LARICA'S LANCHES LTDA	32.960.390/0001-38
CONDOMINIO SAN MARCO	06.970.056/0001-55
CONDOMINIO DO EDIFICIO PONTAL SUL	00.167.823/0001-06
CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL MONTES CLAROS	01.274.482/0001-30
CODOMINIO EDIFICIO COELHO NETO	23.841.232/0001-78
CONDOMINIO ANGELINA NARDELLI	38.724.936/0001-38
condomínio do edifício park lane	42.783.779/0001-09
MUNICIPIO DE CARANDAI	18.094.797/0001-07
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	71.505.564/0001-24
MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO AMPARO	18.244.335/0001-10
CIMEC - CIMENTO & CONCRETO LTDA	01.524.903/0005-68
ASSO INDEPENDENTE REPRESA VILLE	18.873.210/0001-50
MUNICIPIO DE TAPARUBA	01.616.741/0001-64
POSTO ALTO PARANAIBA EIRELI	22.604.607/0001-13
FRANCISCO SERGIO DE ASSIS	529.560.679-15
MERCEARIA RIBEIRO GOMES LTDA	07.337.216/0001-96
ASSOCIACAO DOS COMERCIANTES DO MERCADO MUNICIPAL DE NEPOMUCENO	52.968.075/0001-64
JACARE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	42.960.849/0005-80
POSTO 7 COMBUSTIVEIS LIMITADA	18.377.101/0001-41
SOLUCOES INDUSTRIA DE PRODUTOS SUSTENTAVEIS LTDA	21.116.699/0001-20
CONDOMINIO DO EDIFICIO BRITANIA	65.158.586/0001-62
MUNICIPIO DE POCRANE	18.334.318/0001-74
RODA D'AGUA LTDA	20.893.640/0001-85
CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL MARIA AMELIA FRANCA MAGALHAES	05.427.049/0001-49
MUNICIPIO DE DIVISA NOVA	18.243.279/0001-08
POSTO ASA BRANCA LTDA	18.459.248/0001-80
CALLINK SERVICOS DE CALL CENTER LTDA	08.331.318/0001-67
JOEL JUSTINO DE SOUSA	211.413.556-04
ENS ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA.	38.475.565/0001-06
MARIEL DONCA LEONCIO	079.142.476-69
ASSOCIACAO DE PROPRIETARIOS E MORADORES DO CONDOMINIO ESTANCIA MACAUBA	20.918.781/0001-05
LAR DOS IDOSOS ANTONIO FREDERICO OZANAN	02.928.082/0001-64
CONDOMINIO EDIFICIO DO RESIDENCIAL PLINIO MONTEIRO DE MAGALHAES	04.951.689/0001-90
A M W COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	03.111.791/0001-15
DISTRIBUIDORA MONTE SANTO LTDA	25.310.608/0001-43
ALVIMAR XAVIER MACHADO	564.097.966-68
MUNICIPIO DE GUANHAES	18.307.439/0001-27
LUIZ ANTONIO BORGES	436.186.506-04
ED NOSSA SRA. AUXILIADORA	20.446.548/0001-77
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO CARMO DA MATA	19.405.760/0001-07

AMESP
FLS.: 0246
Assinatura

HONEYWELL INDUSTRIA DE TECNOLOGIA LTDA	00.954.716/0002-09
COMERCIAL MARKEN LTDA	02.834.900/0001-60
MERCEARIA DO LAZARO LTDA	65.234.395/0001-32
CONDOMINIO DO EDIFICIO VIA SISTINA	05.143.758/0001-00
CONDOMINIO DO CENTRO EMPRESARIAL MIQUERINOS	20.982.826/0001-00
Mundo Telecomunicações e Informática Ltda	07.403.266/0001-24
MARCELO JOSE TADEU SOARES	715.402.966-87
RDR PETROLEO LTDA	45.719.109/0001-11
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO TI-TI-TI	24.096.645/0001-38
CIMEC - CIMENTO & CONCRETO LTDA	01.524.903/0002-15
Pão de Queijo Luciana LTDA	22.212.765/0001-28
CONDOMINIO RESIDENCIAL MONTPELLIER	06.176.634/0001-86
RUNWAY INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA.	15.474.400/0003-78
MUNICIPIO DE SAO PEDRO DO SUACUI	18.409.243/0001-43
PEKO PEKO RAMEN LTDA	41.237.452/0001-79
SYAGRI CHURRASCARIA E RESTAURANTE LTDA	50.272.337/0001-26
CONDOMINIO DO EDIFICIO ESPACO CHEQUER & CANCADO	13.530.769/0001-63
Eitamar Bernardinho de Andrade	552.897.706-15
POSTO DE ABASTECIMENTO JATOBA LTDA	18.468.690/0001-73
RODOVIARIO CAMILO DOS SANTOS FILHO LTDA	19.451.038/0001-09
CONDOMINIO DO EDIFICIO ALSACIA-LORENA	25.466.640/0001-12
CONDOMINIO DO RESIDENCIAL ASCOLI PICENO	15.344.290/0001-68
Condominio do Edificio São Pedro Village	03.168.645/0001-26
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO PONTAL DO TRIANGULO LTDA - SICOOB CREDIPONTAL	26.178.533/0005-85
FUNDACAO PLAMHUV - PLANO MEDICO HOSPITALAR DOS HOSPITAIS UNIDOS DE VICOSA	14.408.631/0001-59
SOLLUS INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	22.108.794/0001-44
CONDOMINIO DO EDIFICIO BOSQUE DAS MANGABEIRAS	00.201.148/0001-94
CONDOMINIO DO EDIFICIO CAP FERRAT	26.271.122/0001-06
NORMET DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	10.706.005/0001-98
SERGIO ALVES DE REZENDE	006.159.346-09
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO PRETO - FARMACEUTICO HELIO HARMENDANI	16.843.062/0001-03
LAVEL JEANS EIRELI	71.032.486/0001-98
BEBIDAS E FRIOS TORRES LTDA	04.511.403/0001-56
CONDOMINIO DO EDIFICIO VIA DELLA VITE	06.313.128/0001-91
MUNICIPIO DE DORES DO TURVO	18.128.249/0001-42
JOEL JOSE MELO	876.723.916-15
Adelmo Kurth	020.046.807-33
EDIFICIO MONTE BIANCO	14.591.146/0001-63
Denis Silva	952.998.586-04
CONDOMINIO DO EDIFICIO LA TERRE	07.798.743/0001-06
Rezek Ferreira Informatica Ltda	00.881.775/0001-13
ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - AFBDMG	16.532.830/0001-08
PANTANI MOTOCICLETAS LTDA	04.111.796/0001-00
CONDOMINIO DO EDIFICIO BELVEDERE TOWER	03.180.295/0001-13
MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	18.409.177/0001-01
RESIDENCIAL BOUGAINVILLE	04.245.688/0001-20

AMESP
FLS.: 0247
Assinatura

VIPSEG SEGURANCA E MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA	10.490.476/0001-01
CONDOMINIO DO EDIFICIO QUASAR	13.674.678/0001-00
CONDOMINIO DO EDIFICIO BH ENTERPRISE CENTER	65.139.651/0001-02
J F F PETROLEO LTDA	41.595.423/0001-89
GRANVILLE LOFT RESIDENCE	20.505.068/0001-30
CONDOMINIO RESIDENCIAL SOLAR DA LIBERDADE	08.990.854/0001-74
ABTM EMPREENDIMENTOS LTDA	04.003.780/0001-84
XAVIER UBERABA MEDICAMENTOS LTDA	03.684.959/0001-81
CECM - SICOOB COPESITA	19.875.244/0003-08
DE LABORE MÓVEIS EIRELI	02.513.699/0001-19
MUNICIPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA	18.094.862/0001-96
BH LOCACAO DE PAINEIS E SINALIZACAO EIRELI	07.326.513/0001-36
MUNICIPIO DE COROACI	18.085.647/0001-29
ARMANDO VICENTINI & CIA LTDA	21.492.301/0001-50
CONDOMINIO DO EDIFICIO TEREZINHA AMERICANO	05.263.675/0001-47
MUNICIPIO DE PRATAPOLIS	18.241.356/0001-82
ED SANTA FELICIDADE	02.964.491/0001-16
POSTO PARQUE BELA VISTA LTDA	30.725.265/0001-18
ACAI NATHUS & SORVETERIA LTDA	23.858.617/0001-48
EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE B HORIZONTE SA BELOTUR	21.835.111/0001-98
Condomínio do Edifício Lalic	15.039.111/0001-89
CONDOMINIO RESIDENCIAL QUARESMEIRA	18.033.569/0001-19
Robson SimoesGomes	519.261.216-00
COOPER LANCHES LTDA	38.659.983/0001-45
CONDOMINIO DO EDIFICIO MYKONOS	47.030.577/0001-00
ELIANA MARA PEREIRA MORAIS	717.921.556-20
CONDOMINIO DO EDIFICIO MARISA TAVARES ARAUJO	14.165.243/0001-94
MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE ITABIRA	18.299.453/0001-26
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	16.881.336/0001-40
CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL S.A.	31.228.003/0001-00
CANADA S.C. LTDA	21.482.529/0001-69
MARIA REGINA OLIVEIRA CHIARA	013.070.046-01
MA CALCADOS EIRELI	23.428.259/0001-33
CONDOMINIO DO EDIFICIO LUIZA NOGUEIRA	38.042.595/0001-10
Agenor Edilson	880.639.256-53
MUNICIPIO DE GUIMARANIA	18.602.052/0001-01
Roberto Gomes	014.260.216-74
LA SANTE SABOR E EQUILIBRIO LTDA.	20.338.715/0001-66
UNIMED TRES CORACOES COOPERATIVA DE TRAB MEDICO LTDA	42.855.999/0001-09
Studio Mobiliare	759.017.226-04
ALUGUEL VITRINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	04.589.145/0001-20
TECNOPECAS INDUSTRIAL EIRELI	22.103.618/0001-10
CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PORTA D ORO	01.656.186/0001-02
TAUA RESORT CAETE LTDA	22.488.316/0001-07
CONDOMINIO HENRIQUE SILVA ARAUJO BLOCO D 1	86.735.693/0001-86
CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLE TURQUIA	24.951.072/0001-82
CONDOMINIO DO EDIFICIO SOLAR DOS ROUXINOIS	18.667.338/0001-67
BELQUIMICA PRODUTOS E ASSISTENCIA TECNICA LIMITADA	21.899.216/0002-91
NOIVAS DE MINAS OUTLET LTDA	26.562.503/0001-44
ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE P NOVA	18.585.430/0001-88
CONDOMINIO ED.SAINT GOTHARD	05.210.578/0001-96

AMESP
FLS.: 0248
Assinatura

CONDOMINIO DO EDIFICIO ALESSANDRIA	04.863.103/0001-36
Sebastiao	105.554.986-20
VIACAO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA	24.314.643/0001-78
Flavio Adverse	709.642.466-00
Instituto de Educação Santa Maria	01.065.593/0001-37
AMBIENTE FESTAS LTDA	17.133.361/0001-09
ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS JUIZ DE FORA	21.597.190/0001-46
JONAS AVILA CUNHA	078.870.056-12
CASA NOVATEX EIRELI	18.337.162/0001-85
S.R. ALFAIATARIA E MODA PARA ALUGUEL LTDA	23.521.382/0001-02
MUNICIPIO DE CABO VERDE	17.909.599/0001-83
ENGETOTUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	19.887.163/0001-66
CONDOMINIO DO EDIFICIO MODESTO STARLING	19.270.149/0001-19
LANCHONETE & RESTAURANTE JONES LTDA	41.906.173/0001-50
CERMOB TECNOLOGIA LTDA.	20.862.121/0001-50
JOSE AFONSO DE OLIVEIRA CUNHA	513.761.646-04
CONDOMINIO DO EDIFICIO COBAP	65.176.034/0001-87
Joao Pedro Bessa Texieira	114.500.036-30
ART EXPOSITORES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	06.939.665/0001-41
CONDOMINIO EDIFICIO PALAIS DU LOUVRE	20.057.121/0001-87
PETPRIME BEM ESTAR ANIMAL LTDA	32.071.360/0001-70
CONDOMINIO DO EDIFICIO OURO VERDE	20.462.966/0001-58
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MATEUS LEME	00.063.695/0001-50
CONDOMINIO DO EDIFICIO LA ROCHELLE	73.449.357/0001-25
CONDOMINIO DO EDIFICIO CARMEL VILLAGE	14.333.279/0001-30
ROSIMARY DE CARVALHO CAMPOS GOMES	040.508.566-46
FORTECH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA	45.289.639/0002-58
CONDOMINIO DO EDIFICIO TROPICO	20.967.063/0001-29
Almeida Menezes & Cia Ltda	07.702.302/0001-50
POSTO ZN COMBUSTVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	38.617.189/0001-39
BRK AMBIENTAL MANSO S A	19.246.473/0001-00
JOSE DO BOM CONSELHO GOMES	403.710.856-91
MUNICIPIO DE CHACARA	18.338.137/0001-16
CINTIA ROCHA	109.018.566-90
MUNICIPIO DE RESENDE COSTA	17.749.912/0001-63
CONDOMINIO EDIFICIO QUEBEC	38.744.645/0001-01
Valéria Decat de Moura Resende	053.981.946-82
Gustavo Batista dos Santos	056.637.356-40
SEBASTIAO RODRIGUES FERREIRA	245.393.336-15
Nova Onda Calçados Eireli	21.155.211/0001-73
AUTO POSTO BARBARA LTDA.	07.889.649/0001-54
Polimara Lima da Silva	106.283.226-40
Fernando Arantes Vieira	277.078.066-20
DANIEL GOMES PEREIRA	27.767.997/0001-66
SENGEL CONSTRUCOES LIMITADA	17.723.933/0001-00
RR COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA	09.553.939/0001-58
CONDOMINIO DO CONJUNTO FERNANDO DANTAS	42.779.744/0001-04
CONDOMINIO DONA MARIA PIANA	70.944.517/0001-14
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VAZANTE	23.097.553/0001-00
CONDOMINIO DO EDIFICIO VAL THORENS	15.536.506/0001-97
CONDOMINIO DO EDIFICIO SHOPING CENTER CIDADE NOVA	20.998.621/0001-13